

Olhar as cidades e a vida urbana numa perspectiva etnográfica constitui o desafio deste livro. Compreender as cidades de *dentro*, de *baixo*, a partir de uma relação próxima entre quem vê e quem é observado permite ir ao encontro do que de mais incerto e surpreendente as cidades nos têm para oferecer: polícias, associações, culturas juvenis, práticas de lazer, territórios psicotrópicos, identidades étnicas, práticas habitacionais...

Etnografias Urbanas reúne um conjunto de comunicações, comentários e reflexões, de cariz interdisciplinar, realizadas no encontro *Cidade e Diversidade: Perspectivas de Desenvolvimento em Antropologia Urbana* que, em Setembro de 2001, reuniu cerca de vinte investigadores de várias "gerações" e pertenças disciplinares.

Graça Índias Cordeiro é professora no Departamento de Antropologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e investigadora no Centro de Estudos de Antropologia Social/ISCTE. Luís Vicente Baptista é professor no Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e investigador do *Fórum Sociológico*-Centro de Estudos/UNL. António Firmino da Costa é professor no Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e investigador no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/ISCTE. Participam ainda neste livro: Marina Antunes, Joaquim Pais de Brito, Maria Carmo Carvalho, Miguel Chaves, Susana Durão, Luís Fernandes, Susana Henriques, Alexandra Leandro, Fernando Luís Machado, Tiago Neves, João Pedro Silva Nunes, Inês Pereira, Rui Pena Pires, Joan J. Pujadas e Gilberto Velho.

Antropologia urbana | sociologia | etnografia | cidades



Apoio do Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação do Quadro Comunitário de Apoio III

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR Portugal



Centro de Investigação e Estudos de Sociologia



CENTRO DE ESTUDOS DE ANTROPOLOGIA SOCIAL

CELTA EDITORA

www.celtaeditora.pt



G.Í. Cordeiro, L.V. Baptista, A.F. Costa (orgs.) ETNOGRAFIAS URBANAS

CELTA

Graça Índias Cordeiro
Luís Vicente Baptista
António Firmino da Costa
(organizadores)

Etnografias Urbanas



ETNOGRAFIAS URBANAS

Outros títulos

Almeida, Miguel Vale de, *Um Mar da Cor da Terra*

Branco, Jorge Freitas , Oliveira, Luísa Tiago de, *Ao Encontro do Povo, vol. I: A Missão*

Branco, Jorge Freitas , Oliveira, Luísa Tiago de, *Ao Encontro do Povo, vol. II: A Coleção*

Branco, Jorge Freitas , Lima, Paulo, (orgs.), *Artes da Fala: Colóquio de Portel*

Fortuna, Carlos, *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana*

Fortuna, Carlos, (org.) *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*

Machado, Fernando Luís, *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*

Perez, Rosa Maria, *Reis e Intocáveis: Um Estudo do Sistema de Castas no Noroeste da Índia*

Pinheiro, Magda, Baptista, Luís V., Vaz, Maria João, (orgs.) *Cidade e Metrópole: Centralidades e Marginalidades*

Valverde, Paulo Jorge, *Máscara, Mato e Morte: Textos Para Uma Etnografia de São Tomé*

Graça Índias Cordeiro
Luís Vicente Baptista
António Firmino da Costa
(organizadores)

ETNOGRAFIAS URBANAS

Marina Antunes
Luís Vicente Baptista
Joaquim Pais de Brito
Maria do Carmo Carvalho
Miguel Chaves
Graça Índias Cordeiro
António Firmino da Costa
Susana Durão
Luís Fernandes
Susana Henriques
Alexandra Leandro
Fernando Luís Machado
Tiago Neves
João Pedro Silva Nunes
Inês Pereira
Rui Pena Pires

Comentários finais de
Joan J. Pujadas
Gilberto Velho

CELTA EDITORA
OEIRAS / 2003

© 2003, autores (textos) e organizadores (colectânea)

Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista e António Firmino da Costa (organizadores)
Etnografias Urbanas

Primeira edição: Abril de 2003

Tiragem: 800 exemplares

ISBN: 972-774-165-7

Depósito-legal: 194592/03

Composição (em caracteres Palatino, corpo 10): Celta Editora

Capa: Mário Vaz | Arranjo e imagem: Celta Editora

Impressão e acabamentos: Tipografia Lousanense, Lda.

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Celta Editora, Lda.

Celta Editora, Rua Vera Cruz, 2B, 2780-305 Oeiras, Portugal

Endereço postal: Apartado 151, 2781-901 Oeiras, Portugal

Tel.: (+351) 214 417 433

Fax: (+351) 214 467 304

E-mail: mail@celtaeditora.pt

Página: www.celtaeditora.pt

ÍNDICE

Os autores.....	vii
Apresentação	1
<i>Graça Índias Cordeiro, Luís Vicente Baptista, António Firmino da Costa</i>	
1 A antropologia urbana entre a tradição e a prática.....	3
<i>Graça Índias Cordeiro</i>	
 PARTE I TERRITÓRIOS, IMAGENS, PODERES	
2 Territórios, imagens e poderes.....	35
<i>Luís Vicente Baptista</i>	
3 A cidade exposta	43
<i>Joaquim Pais de Brito</i>	
4 A imagem predatória da cidade	53
<i>Luís Fernandes</i>	
5 Processos de integração na imigração	63
<i>Rui Pena Pires</i>	
6 Mulheres na polícia. Visibilidades sociais e simbólicas	77
<i>Susana Durão, Alexandra Leandro</i>	
7 Controlo social formal e definições de normalidade em territórios psicotrópicos	93
<i>Tiago Neves</i>	

- 8 Estratégias arquitectónicas, tácticas habitacionais..... 103
João Pedro Silva Nunes

PARTE II | ESTILOS DE SOCIABILIDADE

- 9 Estilos de sociabilidade..... 121
António Firmino da Costa
- 10 Etnicidade e sociabilidades dos guineenses em Portugal..... 131
Fernando Luís Machado
- 11 “O grupo é a minha alma”: amizade e pertença entre jovens..... 143
Marina Antunes
- 12 Construção identitária em rede 157
Inês Pereira
- 13 Expressões psicadélicas juvenis 167
Maria Carmo Carvalho
- 14 Novos consumos em ambientes de lazer: “risco cultivado”? 179
Susana Henriques
- 15 *Rave*: imagens e éticas de uma festa contemporânea..... 191
Miguel Chaves

PARTE III | COMENTÁRIOS FINAIS

- 16 Continuidade e inovações na antropologia portuguesa:
cidade e diversidade 207
Gilberto Velho
- 17 Territórios, redes e formas de sociabilidade: novos horizontes
nos estudos urbanos portugueses 211
Joan J. Pujadas

OS AUTORES

- Marina Antunes*, antropóloga; Câmara Municipal da Amadora; Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.
- Luís Vicente Baptista*, sociólogo; Departamento de Sociologia da FCSH/UNL; Fórum Sociológico — Centro de Estudos (FS-CE/UNL).
- Joaquim Pais de Brito*, antropólogo; Museu Nacional de Etnologia; Departamento de Antropologia do ISCTE.
- Maria Carmo Carvalho*, psicóloga; Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação/UP; Centro de Ciências do Comportamento Desviante (CCCD/UP).
- Miguel Chaves*, sociólogo; Departamento de Sociologia da FCSH-UNL; Fórum Sociológico — Centro de Estudos (FS-CE/UNL).
- Graça Índias Cordeiro*, antropóloga; Departamento de Antropologia do ISCTE; Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS/ISCTE).
- António Firmino da Costa*, sociólogo; Departamento de Sociologia do ISCTE; Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE).
- Susana Durão*, antropóloga; bolsista de doutoramento, ISCTE/FCT; Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS/ISCTE).
- Luís Fernandes*, psicólogo; Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação/UP; Centro de Ciências do Comportamento Desviante (CCCD/UP).
- Susana Henriques*, socióloga; Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE).
- Alexandra Leandro*, antropóloga; Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS/ISCTE).
- Fernando Luís Machado*, sociólogo; Departamento de Sociologia do ISCTE; Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE).
- Tiago Neves*, sociólogo; Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação/UP.
- João Pedro Silva Nunes*, sociólogo, bolsista de doutoramento, FCSH-UNL/ /FCT; Fórum Sociológico — Centro de Estudos (FS-CE/UNL).

Inês Pereira, socióloga; Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE).

Rui Pena Pires, sociólogo; Departamento de Sociologia do ISCTE; Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE).

Joan J. Pujadas, antropólogo; Departamento de Antropología, Filosofía y Trabajo Social, Universidad Rovira i Virgili (Tarragona).

Gilberto Velho, antropólogo; Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

APRESENTAÇÃO

Graça Índias Cordeiro
Luís Vicente Baptista
António Firmino da Costa

É relativamente recente em Portugal o debate sobre as cidades e os mundos urbanos no âmbito das ciências sociais. Tal facto deve-se, antes de mais, à exiguidade do desenvolvimento urbano português e às condições políticas que vigoraram até 1974, que impediram o desabrochar de formas sistemáticas de pensamento crítico acerca da sociedade em que vivemos. Nos últimos vinte anos, contudo, tem-se desenvolvido um conhecimento sobre estes temas, assente em investigações que, nos campos disciplinares da Antropologia e da Sociologia, mas também da História, da Geografia, da Economia, têm contribuído para o desenvolvimento dos estudos urbanos em Portugal.

O livro que agora se publica reúne um conjunto de reflexões e investigações em curso que têm em comum o facto de se realizarem nas duas maiores cidades portuguesas, ao mesmo tempo que adoptam, em graus variados, uma perspectiva etnográfica. Os capítulos que se seguem, na diversidade disciplinar e temática que os caracteriza, contêm, pois, uma perspectiva comum que os aproxima da antropologia urbana.

Uma primeira apresentação destes textos foi feita no *workshop* que, em Setembro de 2001, reuniu cerca de vinte investigadores de várias “gerações”, entre antropólogos, sociólogos e psicólogos, em torno do tema *Cidade e Diversidade: Perspectivas de Desenvolvimento em Antropologia Urbana*.¹ De forma a dar coerência a esse diálogo, em vários planos, distribuíram-se as sessões de trabalho desse *workshop* por dois tempos diferentes. Num primeiro momento, foram apresentadas 14 comunicações, agrupadas em três painéis temáticos — *Poderes e Mediação, Estilos de Sociabilidade, Imagens e Contra-Imagens*. Num segundo momento, realizou-se uma mesa-redonda animada pelos organizadores (Graça I. Cordeiro, Luís V. Baptista, António F. Costa) e pelos

1 Organizado pelo CIES/ISCTE, com financiamento da FCT/Programa FACC, com o apoio do Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação do Quadro Comunitário de Apoio III.

convidados (Gilberto Velho, Joan J. Pujadas, Joaquim Pais de Brito, Luís Fernandes e Fernando Luís Machado) com o objectivo de fazer um balanço provisório sobre o desenvolvimento da antropologia urbana, no contexto mais abrangente dos países de língua latina.

Deste trabalho conjunto surge um primeiro resultado: um livro de síntese de um tempo de reflexão que queremos partilhar com o público interessado nestas questões. O título é bem revelador de uma área de confluência forte — a etnografia urbana — que permitiu uma discussão aberta, em registo saboroso, ainda que rigoroso, por parte de todos os participantes que insistiram, de modos diferentes, na relevância desta perspectiva para o desenvolvimento dos estudos urbanos.

Seguindo o essencial da estrutura do encontro, organizámos esta publicação em duas partes, uma apresentada por Luís V. Baptista (I Parte), outra por António F. Costa (II Parte), que são precedidas por um primeiro capítulo — *A Antropologia Urbana, entre a tradição e a prática* — onde Graça I. Cordeiro expõe sinteticamente alguns dos temas e dos problemas que têm acompanhado o percurso da antropologia urbana. Em jeito de reequacionamento do diálogo iniciado, Gilberto Velho e Joan Pujadas lançam pistas a que importa dar continuidade em momentos futuros.

O seu desafio conduz-nos a um outro patamar de trabalho e de discussão. Fazendo recurso das boas experiências internacionais, e sobretudo das que mais têm a ver com a nossa realidade, cremos ser possível lançar espaços abertos de reflexão que, de um modo dinâmico, façam a ponte entre o ensino e a investigação plurinacional e pluridisciplinar em torno das cidades. Nada de mais tentador.

Lisboa, Dezembro de 2002

Capítulo 1
A ANTROPOLOGIA URBANA ENTRE A TRADIÇÃO
E A PRÁTICA

Graça Índias Cordeiro

Uma tradição de reflexão sobre cidades

Le citadin est bien plus que la ville
(Agier, 1999: 20)

A designação de “antropologia urbana” surgiu há cerca de três décadas nos Estados Unidos da América, considerando-se a obra colectiva *Urban Anthropology. Research Perspectives and Strategies*, organizada por Elizabeth Eddy em 1968, de certo modo fundadora de um novo campo de especialização (Eames e Goode, 1977: 19; Hannerz, 1983 [1980]: 18; Brettel, 2000: 129).

Ao longo da década de 1970 seguem-se outras publicações que concretizam, de um modo explícito, a génese de uma linha de investigação antropológica sobre cidades. Para além da revista *Urban Anthropology*, iniciada em 1972, alguns destes primeiros títulos merecem destaque, por terem sido os primeiros textos a identificar e apresentar alguns dos temas e problemas que acompanharão a história deste campo de estudos: *Peasants in Cities: Readings in the Anthropology of Urbanization* (Mangin, 1970), *Urban Anthropology. Cross-cultural Studies of Urbanization* (Southal, 1973), *Anthropologists in Cities* (Foster e Kemper, 1974), *Anthropology of the City. An Introduction to Urban Anthropology* (Eames e Goode, 1977), *Urban Anthropology. Cities in their Cultural Settings* (Fox, 1977), *Urban Anthropology. The Cross-cultural Study of Complex Societies* (Basham, 1978). A estas obras, cuja circulação se deu, sobretudo, no interior dos EUA, deve-se acrescentar uma outra de mais ampla divulgação, uma vez que foi traduzida em várias línguas — *Exploring the City. Inquiries Toward an Urban Anthropology* (Hannerz, 1980) —¹ onde se apresenta e discute, de um modo particularmente completo e apelativo, a problemática relação, histórica

1 Não há, lamentavelmente, qualquer tradução em língua portuguesa.

e teórico-metodológica, entre cidade e antropologia. Neste conjunto diversificado de textos, que vão desde versões aproximadas de manuais e/ou obras de síntese com o objectivo de apresentar a emergência deste novo campo, com as suas temáticas e problematizações próprias (Eames e Goode, 1977; Basham, 1978; Hannerz, 1980), até colectâneas que reúnem contribuições de vários antropólogos em torno de certos temas como, por exemplo, processos de migração rural-urbana e suas consequências na adaptação das populações (Mangin, 1970) ou a experiência de trabalho de campo em contexto urbano (Foster e Kemper, 1974), encontram-se as bases de uma nova área de interesses no interior da antropologia.

Um conjunto de factores, exteriores e internos à disciplina, contribuíram para o aparecimento desta nova orientação de estudos. Por um lado, factores relacionados com as transformações do contexto social, económico e político pós Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir dos anos 1960. O culminar do processo de descolonização e a intensificação dos fluxos migratórios para as cidades de populações provenientes, na sua maioria, das até então designadas “sociedades exóticas” estudadas pelos antropólogos; a quebra nos financiamentos à investigação nessas mesmas sociedades; a irreversibilidade do processo de urbanização e a importância crescente das cidades como lugares cada vez mais centrais e, também, de emergência e alastramento de vários tipos de “problemas urbanos”, tais como a pobreza, marginalização, etnicidade são apenas alguns dos factores apontados como conducentes, em larga medida, a uma mudança do “olhar antropológico”, responsável por novos posicionamentos epistemológicos e institucionais no interior da disciplina (Eames e Goode, *ob. cit.*; Hannerz, *ob. cit.*). A irrupção de novas “situações de conhecimento”, neste quadro, não podia deixar de alterar a própria relação investigador/investigado, levando a uma crítica — e a uma crise — que, na opinião de Eduardo Menéndez, terá comprometido definitivamente o modelo antropológico clássico (2002: 77-80).² Segundo este autor, tendo a antropologia começado por ser “o estudo do ‘outro’ pensado espacial, cultural e historicamente como radicalmente diferente da própria cultura do investigador” essa perda de “terreno” terá criado uma nova relação de conhecimento em que “os sujeitos a estudar (passaram a ser) cada vez mais imediatos, sendo a própria comunidade, a própria etnia, os próprios marginais, a própria loucura ou a própria adicção” objecto de interesse, convertendo-se “o

2 O quadro teórico metodológico clássico da antropologia caracteriza-se por “uma concepção antropológica que não apenas é a-histórica e pouco preocupada com processos de mudança estrutural, como também tende a acentuar os aspectos coesivos, de autonomia, autosuficiência e integração da comunidade/sociedade estudada (...) e dá conta preferencialmente do sistema normativo, dos factores e processos que contribuem para o equilíbrio, a estabilidade, a continuidade (...) excluindo o conflito, sobretudo o conflito político, em termos de movimentos sociais de diferente tipo” (Menéndez, 2002: 87-8).

outro, cada vez mais, num recurso metodológico de distanciamento para a descrição etnográfica de nós próprios” (ob. cit.: 107). Tais mudanças na conjuntura social, económica, política — e académica — conduziram, inevitavelmente, a um ajuste epistemológico e a um re-questionamento ideológico no seio da antropologia (Gutwirth, 1982).

Por outro lado, factores de ordem científica contribuíram, igualmente, para o reconhecimento de uma vocação urbana na antropologia, a partir de finais dos anos 1960. Algumas orientações de estudo sobre cidades, produzidas tanto do interior da disciplina como na intersecção com outras áreas disciplinares, fazem hoje parte da memória e do património da antropologia urbana, como marcos importantes de uma reflexão antropológica continuada sobre as cidades e a sua vida social (Eames e Goode, 1977; Basham, 1978; Hanerz, 1983 [1980]; Gulick, 1999). Algumas referências são particularmente importantes: abordagens pré-históricas, históricas, geográficas e culturais das cidades (Weber, 1921; Pirenne, 1925; Childe, 1950; Miner, 1953; Redfield e Singer, 1954; Sjoberg, 1960; Mumford, 1961; Christaller, 1966 [1933]; Jacobs, 1972); o *corpus* de investigações sociológicas e etnográficas realizadas na cidade de Chicago sob orientação de Robert Park entre 1918 e 1933 (Anderson, 1923; Park e Burgess, 1925; Trasher, 1927; Wirth, 1928; Zorbaugh, 1929; Cressey, 1932);³ os primeiros “estudos de comunidade” feitos nos EUA que, tal como no caso dos trabalhos da “Escola de Chicago”, são igualmente reivindicados pela antropologia e sociologia (Warner, 1941-63; Lynd e Lynd, 1929, 1937; Whyte, 1943; Gans, 1962); também as investigações sobre o desenvolvimento urbano na América Latina e muito particularmente no México e na sua capital, com análises pormenorizadas do seu processo de urbanização, formas de urbanismo particular, migrações campo-cidade, pobreza urbana (Redfield, 1941; Lewis, 1961, 1965); e, ainda, a incursão feita pela antropologia social britânica nas cidades da África Central, no âmbito do Rhodes-Livingstone Institut (sediado na Zâmbia) ligado à Universidade de Manchester, onde os processos de mudança social associados à urbanização e a etnicidade urbana foram analisados com metodologias inovadoras, como sejam o “estudo de caso prolongado”, as análises de “situação” e de “rede” (Wilson, 1941-2; Gluckman, 1940; Mitchell, 1969), assim como os estudos sobre redes familiares e de vizinhança na cidade de Londres (Bott, 1957; Young e Willmott, 1957). Nesta ampla enumeração de orientações de estudo, convém destacar duas em particular — as chamadas “Escola de Chicago” e “Escola de Manchester” — pela relevância com que, em termos empíricos e teóricos, elas participam do património da antropologia urbana, cuja tradição anglo-saxónica (americana e

3 Nas palavras de Amalia Signorelli: “A contribuição mais importante desta escola (...) está justamente em ter tematizado a cidade como tal. (...) Com uma certa ingenuidade simplificadora, mas talvez precisamente por isso mesmo inovadora, os estudiosos de Chicago emanciparam a cidade” (1999 [1996]: 67-8).

britânica) é “central na própria constituição da antropologia social e cultural como disciplina diferenciada” (Homobono, 2000: 16)

É fruto, pois, de uma conjunção de vários tipos de factores que, pelos anos 1970, alguns antropólogos se começaram a orientar para as cidades ou, como refere Hannerz, simplesmente a já não fugir delas. Tal facto levou à constituição de uma comunidade de interesses relativamente ao “meio urbano”, partilhando um conjunto de problemas, saberes e instrumentos orientadores da sua pesquisa urbanológica (Hannerz, 1983 [1980]: 17).

A institucionalização desta vertente de estudos ocorreu primeiro nos Estados Unidos da América e mais tarde noutros países da Europa (Grã-Bretanha, França, Espanha, Itália) da América Latina (Brasil, México) e, até da Ásia (Japão, China). No caso português, que nos merece uma atenção particular, esta área de interesse tem assumido um lugar particularmente frágil. Se para alguns, a antropologia urbana contém elementos de refrescamento que podem contribuir para uma renovação da disciplina, por obrigar a certos reposicionamentos e reelaborações teórico-metodológicas, para outros ela continua a ser olhada como sinal de puro oportunismo, revelando apenas uma tentativa de encontrar “selvagens de substituição” (Robin Fox, cit. in Hannerz, ob. cit.: 19). Jack Rollwagen, um dos editores da revista *Urban Anthropology*, sintetiza bem o tipo de “ataques” feitos:

Alguns afirmam que essa coisa chamada ‘antropologia urbana’ não existe. Outros dizem que, mesmo que exista, nunca terá qualquer importância. Para outros, o argumento é que antropologia urbana é apenas antropologia feita em lugares urbanos. Para outros, ainda, antropologia urbana é apenas sociologia feita por indivíduos a quem falta a competência para conduzir tais investigações. Muita literatura se tem consumido com argumentos desta natureza, pouco consistentes, pois decorrem mais de opiniões do que de factos... (1975: 2)

Mais susceptível de discussão é a crítica de que esta designação revela uma usurpação dos “estudos urbanos” por parte da antropologia, demonstrando claramente o seu paroquialismo e estreiteza de horizontes, por definir de um modo arbitrário limites “artificiais e retrógrados, que tentam justificar um objecto no seio de uma disciplina que não pode nem deve apropriar-se dele” (Leeds, cit. em Sieber, 1994: 9). Contudo, se é certo que o autor desta última opinião, Anthony Leeds, ainda em 1963 insistia em chamar ao curso que dava na Universidade de Texas *Urban Analysis*, anos mais tarde, na Universidade de Boston, já utilizava o rótulo *Urban Anthropology*, muito embora fosse particularmente crítico quanto à “cegueira” demonstrada pela maior parte dos antropólogos relativamente à complexidade das inter-relações entre as unidades de estudo observadas e as entidades sociais mais abrangentes (Leeds, 1994 [1968]: 235). O que justifica, em certa medida, a sua visão pouco ortodoxa de *antropologia urbana*, mais preocupado em conhecer os fenómenos na sua

complexidade, do que em respeitar estritas divisões académicas, razão pela qual sempre insistiu na absoluta necessidade de uma intersecção de perspectivas disciplinares na análise dos fenómenos urbanos: “em ambos os lugares (...) o seu ensino, tal como a sua investigação, tinham raízes profundas na sociologia, economia, geografia, história e teoria dos sistemas”, conta-nos Tim Sieber (1994: 9) autor de uma síntese biográfica sobre Tony Leeds, cuja obra continua a inspirar antropólogos e sociólogos.

Outros, ainda, afirmam que, numa sociedade pós-industrial se trata de um termo desactualizado por já não “distinguir” realidades — uma vez que, pelo simples facto da sociedade contemporânea ser toda ela “urbana”, a antropologia ter-se-ia automaticamente tornado urbana, sendo sinónimo de “antropologia das sociedades complexas”. O que acaba por ser uma fonte de eterna confusão, não só porque aquilo que na Europa tem esta designação se tem caracterizado por estudar predominantemente sociedades camponesas, como também por não ser equivalente ao estudo de contextos urbanos e industriais generalizados o estudo de algo mais específico como é o caso das “cidades”. Como afirmam Eames e Goode, “a melhor justificação para a especialização em antropologia urbana decorre da existência de um campo de estudos urbanos em crescimento, centrado no estudo das cidades entendidas como instituições particulares” (ob. cit.: 32-3).

Por conseguinte, a consagração deste campo de interesses não tem sido pacífica na história da antropologia. Talvez porque, por um lado, se caracterize por uma certa heterodoxia de perspectivas teóricas e práticas de investigação relativamente a definições mais clássicas e restritivas dos “objectos possíveis” da antropologia social e/ou cultural;⁴ e, por outro lado, por estar indiscutivelmente em diálogo permanente não só com a sua matriz disciplinar, mas também com outras disciplinas que, há mais tempo do que ela própria, se têm debruçado sobre tais realidades como objectos de estudo. Na realidade, a antropologia urbana tem-se construído, ao longo destas cerca de três décadas de história, como uma subdisciplina de certa forma pouco “pura”, ambígua nas suas fronteiras, quase híbrida, o que tem suscitado frequentes e sistemáticas dúvidas sobre a sua pertinência, a sua legitimidade e, até, a sua existência. Razão pela qual faz, ainda, todo o sentido citar Ulf Hanerz, quando, há mais de trinta anos afirmava a necessidade de reconhecer a

4 Esta visão quase “territorializada” da partilha de uma realidade social e cultural entre objectos “possíveis” e “impossíveis” (para não dizer, proibidos e permitidos) revela resquícios de uma concepção anacrónica, historicamente datada, de uma ciência que construiu a sua identidade e autonomia científica, a partir de finais do século XIX, em torno do conhecimento de uma “fatia da humanidade” então mal conhecida — as chamadas “sociedades primitivas”, mais tarde as “sociedades sem...” (história, escrita, organização política, etc.) — e que hoje, mais por razões ideológicas, de política académica científica, de defesa de fronteiras corporativas, resiste, por vezes, a uma natural aproximação com certas ciências sociais irmãs, como é o caso da sociologia.

“especialização relativa” desta nova área de estudos no quadro da antropologia:

A antropologia urbana precisa da sua própria história de ideias, uma tomada de consciência colectiva do desenvolvimento dos conhecimentos sobre os fundamentos do urbano e da vida urbana. Alguns destes conhecimentos não são de hoje; outros são recentes e extremamente actuais (...) Muitos dos conceitos que constituem hoje uma aquisição da antropologia urbana e que parecem decorrer naturalmente da disciplina nasceram, efectivamente, fora do seu campo disciplinar, tendo sido importadas. Devem ser resgatadas da história, da sociologia, da geografia... (Hannerz, ob. cit.: 21)

Inspirando-se na noção de tradição de Thompson (1979), como um “conjunto de modelos de conduta e cosmovisões partilhadas por uma comunidade, fruto, tanto da acumulação selectiva de experiências do passado, como das respostas aos desafios do presente”, Carles Feixa caracteriza a antropologia urbana como um “património de problemas, saberes e instrumentos que orientam o investigador no seu trabalho” (1993: 15), o que lhe confere uma identidade particular como ‘tradição’ académico-intelectual de reflexão sobre a vida nas cidades (idem). Tal definição tem, ainda, a enorme vantagem de evitar certo tipo de “polémicas essencialistas” em que frequentemente os antropólogos se envolvem (ob. cit.: 18):

Entendida como “tradição” a antropologia urbana traça a sua própria genealogia (...); tem as suas polémicas teóricas (...) as suas prioridades analíticas (...) algumas técnicas recorrentes (...) e uma certa tendência a utilizar de forma aplicada os conhecimentos adquiridos (...). A cidade é, assim, entendida, não tanto como um objecto separado, mas sim como um laboratório para o desenvolvimento de estudos socioculturais. (ob. cit.: 17)

Na impossibilidade de, em tão breve texto introdutório apresentar, mesmo brevemente, a genealogia desta tradição, gostava de me deter nalguns pontos cruciais da história da antropologia urbana que ilustram uma das polémicas teóricas e metodológicas que, de um modo simplificado, se pode caracterizar como a complexa e muito discutida relação entre a etnografia (lugar observado) e o seu contexto (cidade).

Olhar a cidade: etnografia e contexto

A cidade como contexto

As cidades têm um registo, uma atmosfera e um espírito que lhes dá a singularidade (...) A biografia é dada pela espessura em que se foi construindo uma história e um discurso, ele próprio já inscrito na cidade, projectando imagens de si própria e sobre si própria, que se vão acumulando, que vão fazendo a sua plástica e a sua respiração. (Joaquim Pais de Brito)⁵

Até 1950 sobressaem duas tradições fortes no modo como os antropólogos olham a cidade (Peattie e Robbins, 1984). Uma, inserida na história cultural da humanidade, que enfatiza o papel histórico da cidade na transformação cultural das sociedades humanas como um centro de especialização e de mudança (recorrendo às contribuições da arqueologia, da pré-história, da história das cidades tradicional e pré-industrial); outra, em continuidade com o estudo das sociedades “primitivas”, que olha a cidade como uma “comunidade”, cidade-tribo e/ou pequena cidade típica, ou, alternativamente, como lugar de imigração, pobreza e marginalização, insistindo em descrições naturalísticas de pequenos grupos e ambientes microscópicos (ob. cit.: 87). Neste último caso, o fechamento e aparente autonomia são enfatizados e a exotização do próximo uma das estratégias descritivas mais comuns (podendo-se exemplificar com os chamados estudos de comunidade).

Baseando-se na análise da literatura antropológica em língua inglesa, até meados dos anos 1970, Eames e Goode (1977) classificam em três grandes conjuntos os estudos antropológicos feitos nas cidades: aquele que focaliza os camponeses migrantes na cidade, enfatizando as causas e padrões migratórios e a adaptação inicial ao meio urbano; outro, que analisa certos problemas urbanos como sejam a pobreza, as minorias, os grupos desviados; e, por último, o que empreende abordagens analíticas tradicionais, transpondo problemas teóricos clássicos da antropologia para a cidade, como sejam o estudo do parentesco, a análise de rituais, etc. Estas três modalidades possuem uma característica comum: em nenhuma delas o contexto urbano surge como um “dos elementos fortes, cujas capacidades de condicionar atitudes e comportamentos sejam valorizadas” (Signorelli, 1999 [1996]: 72). A cidade é apenas o *locus* da actividade, mas não o *focus* da investigação. Por outras palavras, em nenhuma destas perspectivas a cidade é problematizada, iludindo-se, assim, a própria situação de investigação.

Entre 1950 e 1970, a antropologia urbana foi, sobretudo, uma antropologia *na* cidade composta por uma profusão de trabalhos empíricos em torno da

5 Comunicação oral na mesa redonda do *workshop* de 11/09/2001 (ver apresentação).

pobreza urbana, migração rural-urbana, bairros, associações voluntárias, persistência das relações de parentesco, análise de redes, etnicidade (Sanjek, 1990). Tais estudos assentavam em recolhas de dados baseados na trílogia observação participante/sincronia/holismo, herança do modelo estrutural funcionalista fundador da moderna antropologia praticada no estudo das sociedades ditas primitivas, esquecendo, por vezes, algumas das dimensões estruturantes das sociedades urbanas.

A valorização excessiva da autonomia e fechamento das unidades de estudo no interior das cidades (em torno do parentesco, da vizinhança, do trabalho ou das sociabilidades lúdicas) dificultava, pois, nesta primeira antropologia urbana, a percepção das ligações complexas e múltiplas entre a unidade de estudo (muitas vezes arbitrariamente definida) e a sociedade mais vasta. Contudo, tal perspectiva tão aprofundada quanto desequilibrada acerca das “partes de cidade” tem sido um dos contributos distintivos da antropologia relativamente aos estudos urbanos (Rodwin e Hollister, 1984: 10). A difícil relação (integração) entre o pormenor etnográfico perceptível na microescala do contacto pessoal (base da observação participante) e o contexto relevante para a unidade observada, continua a ser, ainda hoje, uma das fontes de reflexão no âmbito da antropologia, ciência que se desenvolveu com o pressuposto que se atingia o conhecimento totalizador das sociedades pela recomposição de um conjunto sistemático de observações minuciosas.

Em contraposição com esta antropologia *na cidade*, outros modos de pesquisar têm valorizado o contexto urbano enquanto variável importante nos quotidianos mais microscópicos da vida social cidadina. Richard Fox (1977), cuja conhecida distinção entre três tipos de antropologia urbana — da urbanização, da pobreza urbana e do urbano (*urbanism*) — se aproxima desta última classificação, considera que uma antropologia urbana “completa” requer uma combinação dos três tipos, acentuando uma visão globalizante, culturalmente comparada, só possível com uma orientação diacrónica. Para este autor, a história particular de cada cidade e do seu *hinterland* económico e político é fundamental na sua caracterização, defendendo uma visão tripla: *de baixo*, baseada na observação participante, em torno da análise dos microsistemas familiares, vicinais, associativos, etc.; um pouco *acima*, nos sistemas regionais urbanos, onde se integram as cidades e ainda mais *acima*, analisando os sistemas nacionais e internacionais, onde se integram os anteriores sistemas, numa perspectiva mais histórica que etnográfica. Um bom exemplo desta perspectiva “em casca de cebola” encontra-se no seu texto *Rationale and Romance in Urban Anthropology* (1972), onde o passado e o presente de duas cidades americanas (Charleston, Carolina do Norte e Newport, Rhode Island) são comparados do ponto de vista dos laços interactivos entre cidade e sociedade, dos seus modelos adaptativos e na sua organização funcional (ob. cit.: 217) através de uma metodologia mista com base em observação participante, pesquisa histórica e inquérito.

Mais recentemente, Michel Agier, afirma igualmente ser possível uma verdadeira antropologia *da* cidade, não no “sentido de definir *apriori* a coerência de um objecto, sempre problemático no plano cultural e político, mas no sentido em que a cidade é um lugar para o pleno exercício da antropologia, oferecendo-lhe fontes de conhecimento para alimentar a sua reflexão sobre os homens em sociedade e sobre as dinâmicas culturais” (1999: 16). Uma antropologia *da* cidade que ultrapasse o limite da investigação confinada às monografias, e que não ignore nem coloque entre parêntesis a relação entre os fenómenos de microescala e as estruturas e processos de macro escala de que o campo de observação faz parte. Como sintetiza Signorelli: “As cidades estão aí. Sejam o que for, não são idênticas nem aos bandos primitivos, nem às sociedades tribais, nem às aldeias” (1999: 71).

De certa forma, esta é uma polémica datada já que “uma investigação antropológica em meio urbano que não traga nada de novo sobre a especificidade das formas de vida que aí surgem, mais do que uma antropologia na cidade, é uma má antropologia” (Feixa, 1993: 18). No entanto, esta discussão tem uma importância não desprezível na construção de uma tradição antropológica urbana, pelo problema que levanta sobre a relação entre etnografia e contexto.

Etnografia urbana, entre a parte e o todo

Encontramo-nos perante a cidade não propriamente como um objecto de estudo, mas um contexto de estudo. Só que, levando isto com algum cuidado, a cidade como objecto de estudo reemerge, porque os próprios protagonistas sociais e os próprios processos sociais produzem cidade e produzem imagens da cidade e por essa via, que não é uma via de delimitação apriorística do objecto, mas uma consequência da análise do próprio processo social, reencontramo-la enquanto tal. (António Firmino da Costa)⁶

Uma das maiores dificuldades nos estudos antropológicos urbanos tem sido, pois, a relação entre a parte e o todo, entre a produção da etnografia e o seu contexto.⁷ Tal relação tem-se constituído como um dos principais eixos de problematização, não apenas da antropologia urbana, é certo, mas com implicações particularmente relevantes neste caso — e que se tem desdobrado num feixe de questões interrelacionadas, de alcance teórico e metodológico. Como segmentar uma cidade? Como relacionar o segmento analisado com outros segmentos? Como integrá-lo na sociedade/cidade envolvente? Como

6 Comunicação oral na mesa redonda do *workshop* de 11/09/2001 (ver apresentação).

7 Ver as actas do simpósio “The city as context”, publicadas no n.º 4 da revista *Urban Anthropology* (Rollwagen, 1975).

identificar as suas unidades de análise, etnograficamente pertinentes? Como lidar com diferentes escalas de observação e de análise?

O legado da antropologia clássica de que as culturas são entidades discretas, delimitáveis espacialmente, não terá contribuído para ultrapassar esta dificuldade. No entanto, o problema é também teórico e a dificuldade em agarrar, por exemplo, os fenómenos de mobilidade e pulverização, não só geográfica, como também cultural, revela que a complexidade das sociedades contemporâneas só pode ser entendida através de um cruzamento de perspectivas disciplinares.

Várias tentativas têm sido feitas no sentido de conceptualizar a cidade como totalidade fragmentável do ponto de vista etnográfico (Eames e Goode, 1977; Hannerz, 1983 [1980]; Gulick, 1989; Agier, 1999 [1996]). Com intencionalidades e objectivos diferentes, tais propostas são extremamente simples e, embora possam parecer ingénuas, têm a enorme vantagem de propor sistematizações de um universo fluido, complexo, múltiplo — e como tal constituírem pontos de partida sólidos para uma reflexão sobre a ideia de cidade.

De acordo com a unidade etnográfica preferencialmente abordada, Eames e Goode (1977) classificam um vasto conjunto de etnografias urbanas em três grandes conjuntos: aquelas que estudam *unidades primárias* (compostas por redes egocentradas, unidades de parentesco e unidades domésticas), *unidades maiores* formalmente limitadas, (compostas por grupos baseados numa residência comum, grupos baseados numa cultura comum de origem e grupos baseados na divisão de trabalho) e *unidades de integração* ou de *junção* (compostas por instituições formais/ ou informais e situações temporais ou espaciais que juntam diferentes segmentos de população urbana segundo certos mecanismos integradores) (ob. cit.: 116).

Gulick (1989), por seu lado, identifica dois grandes níveis de conexões sociais nas grandes cidades, que designa como *sistemas de suporte de microescala* e de *macroescala*, baseando-se o primeiro em conexões pessoais (de base territorial, como bairros e vizinhanças, ou dispersas, em rede), o segundo em *subculturas* de tipo universal (étnicas, de classe social, de ciclo de vida),⁸ ou em estilos de vida colectiva.

Ulf Hannerz (ob. cit.) sugere a repartição da vida social urbana em cinco grandes domínios, compreendendo cada um deles uma multiplicidade de papéis: lar e parentesco, abastecimento, lazeres, vizinhanças e tráfego. Uma antropologia que se queira *da* cidade e não apenas *na* cidade deverá olhar as cidades como estruturas sociais de domínios múltiplos, com uma particular

8 Entendendo por subculturas, “sistemas de comportamentos e valores de um agregado particular de indivíduos que também são membros da sociedade mais vasta que contém outras subculturas. Cada subcultura detém uma identidade própria e costumes, embora os seus membros partilhem padrões culturais da sociedade onde se integram.” (Gulick, 1989: 182).

atenção às formas e graus de inter-relações entre papéis, não só no interior dos domínios, como entre eles (ob. cit: 142). Segundo este autor, a cidade deve ser olhada como o contexto da observação etnográfica, um “pano de fundo” sobre o qual se analisam casos particulares, tão diversificados quanto possível, de modo a deixar transparecer as conexões e cruzamentos (redes de redes) que compõem a cidade. A comparação entre duas investigações contrastantes, por ele conduzidas, sugere dois modos de fazer antropologia urbana, conforme se valorize ou não o papel do contexto/cidade — uma, em Winston Street, na cidade de Washington, onde a unidade de vizinhança afro-americana foi apenas o *locus* de análise (Hannerz, 1969), outra, anos mais tarde na cidade de Kafanchan, na Nigéria, onde a etnografia urbana se desmultiplicou em torno de uma variedade máxima de actividades e cenas urbanas, no sentido de captar as características peculiares da vida urbana dessa cidade, refletindo a *embeddedness* das unidades sociais de pequena dimensão no interior da estrutura urbana global (Hannerz, 1982).

A dificuldade em encontrar as ligações pertinentes entre os segmentos da vida social urbana escolhidos como unidades etnográficas observáveis e cognoscíveis através do contacto directo — ruas, bairros, grupos étnicos, associações, etc. — e essa entidade densa, grande e heterogénea (Wirth, 1979 [1938]), difusa e complexa, inabarcável aos olhos de um observador solitário e, portanto, inalcançável através dessas mesmas técnicas de aproximação, tem constituído, assim, umas das polémicas estruturantes no desenvolvimento da antropologia urbana.⁹ Este facto por si só tem aproximado significativamente a antropologia urbana de outras disciplinas, como a história, a sociologia, a economia política, a geografia. “A insistência nas ligações verticais que ligam os grupos sociais estudados pela antropologia à sociedade mais vasta, as ligações entre microcosmos e macrocosmos, e as relações recíprocas entre populações e processos” (Mullings, 1987: 6) levou os antropólogos, sobretudo a partir dos anos 1970, a introduzir novos conceitos, até aí património de outras disciplinas, como instrumentos de análise imprescindíveis na análise de novas realidades — demonstrando, por exemplo, como raça e etnicidade exprimem relações de classe, e criticando utilizações demasiado estáticas e rígidas do conceito de cultura, que dissociavam símbolos e ideologias de estrutura social e acção (ob. cit.). Muito embora, ao longo dos anos 1980, se tenha produzido todo um conjunto de investigações

9 Propondo uma reflexão sobre os “saberes urbanos da antropologia” (1996) Michel Agier identifica três “conceitos intermédios que ajudam a descrever e pensar a cidade numa perspectiva antropológica (...)”. *Região, situação social e rede social* permitem à “antropologia construir uma reflexão e uma metodologia centrada no indivíduo inserido em espaços social e culturalmente heterogéneos, sem abandonar as suas próprias questões fundadoras” (36-7). Inspirando-se nas perspectivas teóricas e metodológicas da Escola de Chicago e da Escola de Manchester, Agier demonstra, aprofundadamente, como estas noções cumprem este papel de *intermediação* entre a parte e o todo.

inseridas numa perspectiva teórica preocupada com a análise da estrutura social mais ampla por via, sobretudo, da introdução da economia política no seu paradigma, certos autores continuam ainda a criticar vivamente a “cegueira” da antropologia relativamente ao contexto urbano onde as suas unidades de estudo são “embebidas” (Sanjek, 1990; Low, 1996).¹⁰

Anthony Leeds foi, seguramente, um dos antropólogos que mais criticamente trabalharam os pressupostos teórico-metodológicos da antropologia clássica, no sentido de redefinir, em torno das realidades urbanas, instrumentos conceptuais mais adequados. Nas palavras de Eames e Goode:

... o melhor exemplo sobre o modo como cada etnografia pode ser útil na compreensão de unidades contextuais mais amplas pode ser encontrado no trabalho de Leeds (...) que tem desenvolvido modelos analíticos capazes de conjugar o comportamento directamente observado na pequena escala da situação etnográfica com os contextos mais amplos que, simultaneamente, influenciam e são afectados por essas situações (...). (1977: 109)

A sua abordagem das favelas no Rio de Janeiro exemplifica esta combinação entre perspectiva etnográfica e análise de contexto, onde o impacte do contexto cidadão regional, nacional e internacional na favela é contrabalançado pelas estratégias com que os seus habitantes lidam com as “forças supra-locais” (Leeds e Leeds, 1978). O seu célebre texto “Locality power in relation to supralocal power institutions” (1973) onde desenvolve conceitos e modelos úteis na compreensão da articulação entre instituições de estado, unidades geográficas (localidades) e unidades sociais (comunidades), continua, ainda hoje, a ser de leitura obrigatória na formação de todo o urbanólogo, independentemente da sua proveniência disciplinar.

Escalas de vida, escalas de observação

Muitos observadores assumem a sua própria escala de percepção como idêntica

10 Seta Low (1996), com base numa revisão de literatura de antropologia urbana desde 1989, identifica imagens, metáforas, conceitos e temas abordados, valorizando a contribuição antropológica no seio dos estudos urbanos. Contudo, afirma que, ainda nos anos 90, a cidade continuava a ser subteorizada pela antropologia, sendo esta forma de conhecimento absolutamente marginal em relação às principais correntes teóricas no interior dos estudos urbanos — lideradas pela arquitectura, planeamento, economia, sociologia, história e geografia. Um dos problemas desta falta de visibilidade da antropologia estaria, sugere ainda a autora, numa excessiva preocupação em apenas interpretar problemas, em detrimento da procura de um valor explicativo e, muito concretamente, na recusa em intervir e participar, não só em debates políticos públicos, como também em projectos de intervenção interdisciplinares.

à escala da vida quotidiana dos cidadãos. Uma das consequências mais desastrosas desta confusão é o bem enraizado estereótipo de que a ‘vida na cidade’ é, por natureza, de larga escala e, como tal, desumanizada — o que é reforçado pelo facto das cidades serem *grandes*. (Gulick, 1989: xv)

O conhecimento antropológico estrutura-se em torno de dois eixos centrais: a microescala do quotidiano e o contacto pessoal entre observador/observado (Agier, 1999: 9). Qualquer tipo de etnologia cidadina deverá assentar nestes dois pilares, constitutivos da própria antropologia enquanto ciência: por um lado, uma especificidade de escala que a leva a produzir conhecimentos bem ancorados no nível microsocia, o que significa tomar a escala mais básica da convivialidade como estruturante das sociedades; por outro, a especificidade do terreno antropológico,¹¹ baseada em informações directas, de primeira mão, transmitidas no contexto de relações de carácter pessoal (*idem*).

Sendo a antropologia fundamentalmente indutiva, a “cidade surge, assim, como uma representação a partir do lugar que os próprios sujeitos ocupam” (Agier, 1999: 16). Por esta razão, a descrição urbana deve centrar-se em exemplos singulares, “apanhados ao vivo”, não com o objectivo de traçar uma panorâmica quantitativa, ou “ingenuamente realista”, mas sim com a finalidade de dar a conhecer uma cidade dupla e incerta (*ville bis*), que emerge

... do coração das práticas cidadinas, alertando para a necessidade de distinguir o diagnóstico pessimista da cidade feito pelos seus profissionais daquele que é mais incerto no que toca às populações urbanas. Não se pode deduzir um do outro. Uma boa maneira de termos a possibilidade de falar da cidade consiste em nos situarmos o mais próximo possível das práticas microscópicas, singulares e plurais dos cidadãos. (Agier, 1999: 9)

Muito embora se possa afirmar que a cidade, de um ponto de vista etnográfico, é inacessível, através da crítica da representação do urbano enquanto *totalidade socioespacial*, frequentemente reificada, o conhecimento etnográfico e singular, adquirido no quadro de um questionamento antropológico da cidade, abre-se a linhas de investigação que têm esta como objecto, percorrendo vários níveis de análise no estudo das práticas e representações. Estudo que vai desde o nível mais microscópico das práticas da sociabilidade quotidiana, territorializadas ou dispersas, até ao nível da representação da cidade e da sua vivência ao nível dos sentidos e do imaginário (Cordeiro e Frias, 2001), ou mesmo ao nível estruturante dos próprios discursos que interactivamente a

11 Terreno é aqui entendido “como um conjunto de relações que se desenvolvem em espaços ou meios de interconhecimento acessíveis ao investigador, desenrolando-se o inquérito antropológico num tempo longo de familiarização progressiva com ruas, fábricas, microbairros, vãos de escada, associações, igrejas, etc.” (Agier, 1999: 9).

dizem e a fazem (Mondada, 2000). É pois, a partir da microescala da vida cidadina que novas imagens de cidade se vão construindo.

Neste sentido, é mais uma vez Agier quem sugere um percurso transversal de investigação que parta dessa “unidade irreduzível” composta pelo “indivíduo e os seus fantasmas de solidão”, que se constitui como um nó de relações primárias, mas também com ligações fortes a certos lugares de vida, mínimos e próximos, como as casas, as ruas, as redes de casas; que vá descrevendo, criticamente, um certo tipo de estigmatizações identitárias (pobres, subúrbios, negros) e que, finalmente, desemboque nas sociabilidades alargadas, na participação social e na expressão cultural dos indivíduos — apoiando-se no estudo de algumas criações rituais e artísticas populares (1999: 9).

A relação entre diferentes escalas de observação tem sido, pois, um dos problemas centrais da antropologia urbana. Para John Gulick (1989), a vida social nas cidades só pode ser adequadamente compreendida através de uma visão que consiga separar, de uma forma integrada, a microescala da vida quotidiana da macroescala das realidades massivas da vida urbana. Sem querer negar o que há de desumanizado nas cidades importa descobrir o que há igualmente de humano, diferenciando as escalas de interacção social em que os cidadãos comunicam (desde a relação entre próximos e amigos, passando por aquela que se dá entre os que se conhecem menos bem até ao contacto entre desconhecidos),¹² daquelas que são selectivamente percebidas pelos que estudam e escrevem sobre a vida urbana — e esta postura crítica constitui, ainda segundo o mesmo autor, uma das mais valias da antropologia urbana no seio dos estudos urbanos.

É, pois, na continuidade deste “património de problemas, saberes e instrumentos que orientam o investigador no seu trabalho” (Feixa, 1993: 15), que fazem parte da tradição genérica da antropologia urbana, que se pode procurar uma ‘tradição’ nacional de contornos particulares, mesmo se produzida no interior de outras disciplinas académicas.

Práticas latinas de antropologia urbana

A antropologia urbana situa-se, nas suas várias facetas, no contexto de outras disciplinas vocacionadas para o estudo das cidades (...) Não há um consenso generalizado sobre o que a antropologia urbana é, não sendo, certamente, uma ideologia ortodoxa. Os antropólogos urbanos ainda estão a experimentar, a tentar o seu caminho. Não é evasivo dizer que a antropologia urbana é o que os seus praticantes estão a fazer e a pensar. (Gulick, 1989: xv, 10)

12 John Gulick dá exemplos pormenorizados sobre estudos que têm abordado a cidade a partir destes três pontos de vista: *observers small-scale studies*, *observers large-scale studies* e *observers ultimate large-scale studies* (1989: 25-35).

Se é certo que a antropologia urbana se institucionalizou nos Estados Unidos ao longo dos anos 1970,¹³ sustentada por um conjunto de textos de referência que traçaram a sua biografia e os seus principais *leitmotifs*, os anos 1980 trouxeram alterações importantes a este panorama, com antropologias urbanas a irromper em países como o Brasil, a França ou a Espanha — enriquecendo com uma variedade de tradições nacionais o património desta “tradição antropológica” hoje imensa.¹⁴

Sendo o contexto da emergência da antropologia urbana marcadamente anglo-saxónica torna-se quase obrigatório resgatar outras tradições nacionais. A referência a dois países próximos, cultural e linguisticamente, afigura-se útil como ponto de partida para uma reflexão sobre o caso português, que de uma forma curiosa contrasta visivelmente com eles: a vizinha Espanha onde, a partir da década de 1980, floresceu uma antropologia urbana extremamente diversificada nos seus temas, perspectivas e metodologias (Pujaadas, 1991) e o Brasil onde a sua institucionalização foi precoce, em plenos anos 1970 (Mendonza, 2000).

Gilberto Velho é muito justamente considerado um dos pioneiros da antropologia urbana no Brasil.¹⁵ O seu livro *Utopia Urbana* publicado em 1973, como resultado de uma pesquisa de mestrado levada a cabo entre 1968 e 70 num prédio de classe média no bairro de Copacabana, foi uma novidade na antropologia brasileira da época, sendo considerada, por E. Mendonza (2000) uma das obras paradigmáticas da antropologia urbana brasileira.

Embora eu tivesse tido o apoio de algumas pessoas fundamentais houve, sem dúvida, um sabor um pouco herético no trabalho que fazia. Tive um professor norte-americano de antropologia urbana que estava no Rio e que me estimulou muito — Anthony Leeds — e depois, como orientador, um outro professor americano que estava de passagem — Shelton Davis — um professor muito jovem que tinha acabado de fazer o seu doutorado em Harvard. Ambos me estimularam bastante. Acharam que eu estava realmente com um filão diante de mim, uma coisa nova, e apostaram nessa novidade, acreditando que era um avanço no conhecimento, na construção da antropologia. Embora não tivesse havido uma resistência séria por parte de ninguém, porque eu lidava com um mundo de profissionais, de colegas basicamente esclarecidos, durante um determinado tempo

13 Convém “não confundir a invenção de uma etiqueta com a emergência de um objecto, nem tomar o que sucede nos Estados Unidos como modelo universal” (Feixa, 1993: 17).

14 Não podemos deixar de referir o caso de França, onde uma *ethnologie urbaine* se tem desenvolvido, a partir das obras pioneiras de Georges Balandier (1955), Colette Pettonet (1968, 1982) Jacques Gutwirth e C. Pettonet (1987), Gerard Althabe (1984), para apenas citar os seus precursores; nem o caso da Itália com os trabalhos de A. M. Sobrero (1992) e de Amalia Signorelli (1999[1996]).

15 Ver o livro organizado por este autor *O Desafio da Cidade* (1980), com particular atenção para o texto de Ruben G. Oliven aí incluído.

houve um olhar um pouco desconfiado — mas afinal que antropologia era essa que estava estudando Copacabana? (...) (entrevista conduzida por Bastos e Cordeiro, 1997: 321)

O que importa aqui assinalar, no caso de um país onde a antropologia urbana começou bastante cedo — quase em paralelo com os EUA, fruto também da relação muito próxima entre ambos os países — são alguns dos elementos que contribuíram para esse facto. Assim, não se pode deixar de referir uma precoce institucionalização das ciências sociais neste país a partir de um tronco comum, multidisciplinar, o que fez com que a antropologia se tivesse constituído como uma disciplina *plural* com uma forte *matriz transdisciplinar* (Peirano, 1991: 50) impulsionada pelo desenvolvimento institucional da investigação e do ensino ao longo da década de 1930; nem a influência forte da antropologia e sociologia americanas, que levaram ao aparecimento de um conjunto de estudos pioneiros sobre cidades entre 1930 e 40, directamente influenciadas pela Escola de Chicago (Mendonza, 2000). Se acrescentarmos a estes factores a criação das primeiras pós-graduações em antropologia no final da década de 1960, compreendemos as condições que permitiram que uma nova geração de antropólogos, nos anos 1970, se afirmasse no estudo de populações e modos de vida urbanos, a partir de uma razoável heterogeneidade de pesquisas, bem ilustrada por alguns dos trabalhos mais relevantes na antropologia brasileira. Daí, em parte, a “vantagem da antropologia sobre outras disciplinas, oscilando entre uma ambição totalizadora mais ampla e um particularismo que dificilmente se encontra noutras disciplinas, residindo nesse paradoxo a sua originalidade” (Mendonza, 2000: 259).

Para além da já referida obra de Gilberto Velho (1973), outras investigações marcaram o início de uma antropologia urbana brasileira — e cabe aqui mencionar quatro delas (Mendonza, ob. cit.: 270-290): a colectânea de textos de Anthony Leeds e Elizabeth Leeds, *A Sociologia do Brasil Urbano* (1978) onde as favelas, as carreiras brasileiras, a “panelinha”, a ruralidade na cidade são analisadas do ponto de vista das relações com o poder local, constituindo, como já foi referido, um óptimo exemplo da integração entre perspectivas micro e macro; *A Caminho da Cidade: a Vida Rural e a Migração para S. Paulo* de Eunice Durham (1973), sobre as transformações dos padrões de comportamento de famílias em situação de migração rural-urbana; *Carnavais, Malandros, Heróis: para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, de Roberto da Matta (1978) onde toda uma interpretação da sociedade brasileira é construída, através dalgumas das suas representações e manifestações mais ritualizadas, como a procissão, a parada militar e o Carnaval; e, finalmente, *Festa no Pedaco: Cultura Popular e Lazer na Cidade*, de José G. Magnani (1984), onde as relações sociais construídas no lazer são analisadas, a partir de uma etnografia do circo-teatro, insistindo no valor heurístico da categoria nativa de “pedaco”, lugar entre a casa e a rua, simultaneamente territorial e social, onde se pode observar as sociabilidades e as redes de vizinhança.

Tais obras, pioneiras no olhar antropológico sobre a cidade, anunciaram uma diversificação de terrenos urbanos ao longo dos anos que se seguiram. As universidades do Rio de Janeiro (Museu Nacional) e de S. Paulo (USP e UNICAMP) continuam a ser lugares centrais de difusão de modos de fazer antropologia urbana onde temas tão diversos quanto o estudo de camadas médias e populares, música, religião, comportamentos desviantes, organização da vida familiar, bairros, condomínios, associações, cultura popular, lazer, entre outros, se desenvolveram (Mendonza, ob. cit.: 291-302).

Na Europa do Sul os desenvolvimentos da antropologia urbana tiveram uma história menos linear, do ponto de vista da sua continuidade com as tradições disciplinares. No prefácio ao livro *Urban Life in Mediterranean Europe. Anthropological Perspectives*, (Kenny e Kertzer, 1983), Jeremy Boissevain alertava para um facto paradoxal: muito embora a Europa mediterrânica tenha uma orientação essencialmente urbana, do ponto de vista físico, cultural, político e económico, constituindo a vida urbana uma referência cultural (*cultural point of reference*), associada a civilização, educação, poder, riqueza; apesar da mais de metade da população desta área habitar núcleos urbanos e os campos serem, desde há séculos, dominados política e economicamente pelas cidades, o principal objecto de estudo dos antropólogos continuava, ainda nesses anos 1980, a ser a vida rural, concluindo: *rural bias is inherent to anthropology* (ob. cit: vii).

O impulso dado pelos *mediterranean studies* ao desenvolvimento de antropologias nacionais nalguns países europeus situados próximos da bacia do mediterrâneo — onde poderemos incluir Portugal — influenciou, sem dúvida, esta perspectiva marcadamente “ruralcêntrica”, que ainda em plenos anos 1980 se fazia sentir fortemente (Signorelli, 1999 [1996]). As razões para o curso da história da antropologia nestes países são inúmeras — e não cabe neste curto texto referi-las. Contudo, uma coisa parece clara: embora possam haver razões epistemológicas, que se prendem com a própria história da disciplina, aparentemente menos apta para lidar com a dimensão e as complexidades da vida urbana do que outras ciências sociais, a verdade é que tais dificuldades não impediram que os antropólogos estudassem cidades em África, na América Latina ou nos EUA.¹⁶ As razões para este “subdesenvolvimento” da vertente urbana na antropologia da Europa do Sul não parecem ser, portanto, de ordem exclusivamente científica, mas também de outra ordem.

16 O evitamento da “cidade próxima”, segundo Luís V. Baptista, “tem a ver com uma interpretação absolutamente folclórica do que deve ser o distanciamento do senso comum (...). Sendo nós habitantes da cidade, apelando as Ciências Sociais a que tenhamos um distanciamento do objecto com que estamos a analisar, logicamente a cidade, não é tida como um objecto natural da nossa investigação, porque isso coloca problemas complexos de entendimento”, em comunicação oral, mesa redonda do *workshop* de 11/09/2001. (ver apresentação).

O percurso histórico da antropologia em Espanha contém alguns paralelismos com o da antropologia portuguesa. Igualmente influenciada pelas correntes estrutural-funcionalistas anglo-saxónicas, duas orientações de investigação prevaleceram no nascimento da moderna antropologia — os estudos de comunidade e uma focalização em sociedades camponesas — marcando claramente as temáticas das investigações de doutoramento de uma primeira geração de antropólogos espanhóis, desde os anos 1960 até aos 1980. Contudo, com as mudanças políticas de finais dos anos 1970, e a criação das primeiras autonomias nacionais em 1980, novos âmbitos de análise foram-se afirmando podendo-se destacar dois: um, em torno das identidades colectivas, com a redescoberta da cultura popular e da festa como lugares de produção identitária; outro, no âmbito da antropologia urbana, cujo desenvolvimento se fez por uma ampla diversificação de objectos e terrenos (Prat, 1999: 39-49).

O primeiro estado da arte sobre antropologia urbana em Espanha foi feito em finais dos anos 1980 por Joan J. Pujadas (1991),¹⁷ um dos precursores desta área em Espanha.¹⁸ Apesar da forte tradição de estudos ruralistas neste país, as décadas de 1970 e 1980 viram a antropologia desenvolver-se como um facto plural, afirma o autor. O que não significa que se possa ainda falar, nesta época, de uma antropologia *da* cidade, capaz de a teorizar enquanto tal — mas sim apenas de uma antropologia “em âmbito urbano” (ob. cit: 50). Mesmo assim, segundo o autor, é possível traçar um quadro optimista sobre a produção urbano-antropológica deste país a partir do final dos anos 1970.¹⁹ Joan J. Pujadas faz uma análise comentada da então ainda “escassa bibliografia espanhola que (tinha) a cidade com cenário” (idem), agrupando-a em cinco grandes conjuntos temáticos:²⁰ urbanização dos espaços rurais; processos migratórios; transformações de instituições e grupos sociais; processos produtivos, cultura do trabalho e economia subterrânea; identidades de grupo e processos étnicos (Pujadas, 1991). Dez anos passados, uma reordenação em torno das investigações mais significativas aparecidas ao longo de um período mais alargado de cerca de vinte anos, permite especificar certas linhas temáticas, com as inevitáveis sobreposições, em torno de algumas das investigações mais expressivas,²¹ como sejam, o estudo de lugares e populações marginalizadas (bairros,

17 O texto foi apresentado em 1988, embora a sua publicação seja de 1991.

18 Veja-se também Cucó e Pujadas (1990), Pujadas (1996).

19 O trabalho de Ignasi Terradas *Les Colonies Industriales*, publicado em 1979 é considerado um dos primeiros estudos que tomam a cidade por cenário.

20 A fonte utilizada pelo autor é a obra de Joan Prat *Trenta Anys de Literatura Antropológica sobre Espanya*, Arxiu d'Etnografia de Catalunya, vol. 4-5, publicado em 1986. Para uma actualização veja-se a edição especial da mesma revista, publicada em 1999 por este mesmo autor (Prat, 1999).

21 Tal reordenação foi proposta por Joan Pujadas no seminário *Els estudis urbans a la Península Ibérica i a América Latina*, que decorreu em Janeiro de 2001, no âmbito do Programa Doutoral em *Estudis Urbans i Moviments socials* (Universidad Rovira i Virgili, Tarragona).

pobres, ciganos, etc.), a análise dos processos migratórios internos ao Estado Espanhol, mas também a imigração estrangeira, processos de urbanização e crescimento urbano e, finalmente, um conjunto particularmente expressivo na antropologia espanhola, que tem focalizado a juventude (Feixa, 1998), o consumo de droga (Romani, 1983, 2000), as sociabilidades e o associativismo (Cucó, 1991, 2000; Escalera, 1990; Homobono, 2000a), a memória e a construção simbólica da cidade (Cátedra, 1997), entre outros. A panorâmica traçada por José Ignacio Homobono numa cuidada resenha apresentada na revista basca *Zainak*,²² agrupa, afinal, de um outro modo, as investigações espanholas mais recentes, caracterizando-as como estudos sobre elites, associacionismo, sociabilidades, rituais festivos, espaço urbano, género, pobreza, marginalização, movimentos sociais, construção simbólica das cidades (Homobono, 2000: 26-41).²³

Tanto no Brasil como em Espanha, a antropologia urbana pode-se, pois, caracterizar pelo seu pluralismo (Peirano, 1991; Pujadas, 1991), estando, em ambos os casos a sua trajectória consideravelmente envolvida com o processo de construção das sociedades nacionais onde se integra (idem). Salvaguardadas as devidas diferenças entre estes países, a verdade é que, tanto a sociedade brasileira, por um lado, como as autonomias nacionais do estado espanhol, por outro, mais do que apenas um contexto passivo têm tido importantes consequências no discurso antropológico destes países, como matrizes de referência na reflexão destes antropólogos implicados na vida social e política dos seus países de pertença.

Sendo certo que, à semelhança de outros países da Europa do Sul, a antropologia em Portugal também se desenvolveu a partir de uma clara herança ruralista, registou aqui, no entanto, uma abertura mínima aos “terrenos urbanos”, num momento em que eles se impunham como pólos de transformação incontornável na sociedade portuguesa, tendo deixado para outras disciplinas o seu estudo. Facto que revela um contraste com os dois países referidos onde tais “terrenos” foram “agarrados” também antropológicamente. Em Portugal, certos temas como o fenómeno imigratório, a etnicidade urbana, o consumo de drogas, as culturas juvenis, as sociabilidades e identidades urbanas têm sido preferencialmente investigados pela socio-

22 O n.º 19 desta revista basca (S. Sebastian) publica as actas das I Jornadas de Antropologia Urbana, que tiveram lugar em Janeiro de 1997 em S. Sebastian. As II Jornadas realizaram-se em Bilbao, em Maio de 2002, ambas organizadas pela Secção de Antropologia-Etnografia da Sociedade de Estudos Bascos, cujas actas estão em fase de publicação, na mesma revista.

23 Para esta produção científica contam vários factores, um dos quais é, sem dúvida, a implementação do ensino pós-graduado, sendo um dos casos mais relevantes o Programa de Doutoramento em Antropologia Urbana que desde 1988 se iniciou na Universidade de Barcelona em Tarragona, hoje autonomizada como Universidad Rovira i Virgili, lugar onde algumas das perspectivas mais arrojadas se continuam hoje a desenvolver.

logia, pela geografia, pela psicologia, com raros e pontuais trabalhos provenientes da antropologia.

É, pois, neste contexto de subreflexão sobre os universos citadinos do país por parte da antropologia portuguesa, que se deve situar a emergência daquilo que, de um modo optimista, podemos designar como a recente antropologia urbana portuguesa (Bastos, 1999; Velho, 1999; Homobono, 2000: 31; Cordeiro, 2001).

Algumas destas pesquisas, iniciadas nos anos 1980, abriram linhas temáticas e *dossiers* etnográficos que se aprofundam na década seguinte, o que fez com que tal reflexão antropológica não surtisse, pois, tanto de uma diversificação de terrenos de pesquisa (como nos casos atrás referidos do Brasil ou de Espanha) mas antes de um aprofundamento em torno de certas temáticas e linhas de investigação já iniciadas anteriormente em estudos de menor fôlego.

Sendo verdade que a maior parte destes trabalhos não se “filiam” explicitamente em qualquer tradição de antropologia urbana, e nem sequer se reclamem como tal, mesmo quando se tratam inequivocamente de investigações antropológicas, o critério de selecção de alguns dos estudos mais representativos sobre realidades urbanas portuguesas incluiu algumas investigações que, apesar de não provirem da antropologia, revelam uma perspectiva etnográfica marcante. Sem que o objectivo deste curto texto seja o de traçar uma visão panorâmica e abrangente da produção nacional sobre o tema em causa, algumas referências são, contudo, obrigatórias, pelo lugar de destaque que ocupam.

Em primeiro lugar, os trabalhos pioneiros de Joaquim Pais de Brito sobre o *fado* que o legitimaram como objecto de interesse antropológico. Tendo coordenado uma pesquisa colectiva no interior da licenciatura de sociologia do ISCTE, em torno do *fado* lisboeta como expressão de cultura popular urbana e factor de sociabilidade, de onde resultaram algumas incursões etnográficas na cidade de Lisboa (Costa e Guerreiro, 1984), publicou ainda um conjunto de textos sobre o tema (Brito, 1982, 1983, 1994, 1999). Mais tarde, no âmbito da “Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura” coordenou uma investigação de ano e meio sobre o mesmo tema cujos resultados foram apresentados numa exposição e respectivo catálogo (Brito, 1994).²⁴

Um segundo conjunto temático, em continuidade com o anterior, já que o quadro de referência são as “culturas populares urbanas”, refere-se a investigações sobre sociabilidades populares urbanas, formais e informais.²⁵ Certas

24 Vale a pena referir o caso de Teresa Fradique que tem pesquisado outras expressões musicais associadas a culturas populares juvenis, com os casos do *rape* e do *hip-hop*, entre jovens descendentes de imigrantes africanos e caboverdeanos (Fradique, 2003).

25 Algumas delas inspiradas nas investigações que, ao longo dessa década, se desenvolveram no país vizinho, em torno do associativismo, das festas populares, também de bairros (Cucó e Pujadas, 1990).

práticas lúdicas como o *jogo da laranjinha* (Cordeiro, 1987) festivas e cénicas, como os casos do Carnaval ou das *marchas populares de bairros* (Costa, 1991; Cordeiro, 1994), são apenas alguns exemplos. O bairro constituiu igualmente lugar privilegiado de observação e de análise, com um enfoque particular no seu crescimento físico e social, a partir da imigração campo-cidade (Rego, Lisboa; ver Baptista, 1987), nas suas vivências familiares, associativas e festivas (Madragoa, Lisboa; Pujadas e Cordeiro, 1990; Pujadas e Lima, 1990; Pujadas, 1994), nos processos de construção identitária, local e supra-local, no quadro da antropologia (Bica, Lisboa; ver Cordeiro, 1997) e da sociologia (Alfama, Lisboa; ver Costa, 1999).²⁶ Tais investigações devem ser olhadas como digressões socioantropológicas sobre bairros particulares numa cidade particular, sustentadas em pontos de intersecção e de confluência explicitadas nalguns casos (Cordeiro e Costa, 1999; Baptista e Cordeiro, 1999; Cordeiro e Baptista, 1999).²⁷

Uma terceira orientação de estudo pode ser classificada sob o rótulo de “margens” (Cabral e Meneses, 2000), “exclusão” ou “marginalidades”, tendo em vista investigações onde a perspectiva etnográfica é central, provenientes tanto da antropologia, como da sociologia e da psicologia. Pesquisas sobre práticas e representações associadas à construção de identidades marginais “em torno do mendigo-vadio e seus equiparados” (Bastos, 1997: 13) ou ao consumo de drogas (Fernandes, 1998, Chaves, 1996) são bons exemplos desta orientação. Sobretudo estas últimas que têm surgido com alguma força, destacando-se as investigações dinamizadas por Luís Fernandes em “territórios psicotrópicos”, na cidade do Porto, a partir de um ponto de vista assumidamente *emic*, com rigorosas metodologias de observação no terreno (Neves, capítulo 7; Carvalho, capítulo 13).

Por último, cabe referir todo um amplo conjunto de investigações feitas em ambiente urbano, muito embora se filiem em áreas cujos eixos temáticos remetem para uma antropologia *industrial*, do *espaço*, do *turismo*, do *género*, da *medicina*.²⁸ No entanto, e apesar de explicitamente não participarem de uma “tradição” estrita da antropologia urbana — na sua genealogia, nas suas polémicas teóricas — os seus temas encaixam-se, em parte, nalgumas das suas “prioridades analíticas”, utilizando aqui, mais uma vez, uma expressão de

26 Aos quais se deve acrescentar a investigação sobre o bairro *Estrela d'África*, na Amadora, de Marina Antunes (ver capítulo 11 neste volume), sobre as *ilhas* no Porto (Seixas, 1997), sobre o bairro da Mouraria, em Lisboa (Menezes, 2001).

27 Ver também a obra colectiva organizada por Magda Pinheiro, Luís V. Baptista e M. João Vaz (2001) como exemplo de uma digressão transdisciplinar sobre a cidade (entre outras), que inclui um dossier sobre bairros; e, também, o texto conjunto de Joan J. Pujadas e Luís V. Baptista (2000).

28 Apenas se referem investigações desenvolvidas em contextos urbanos portugueses; daí a omissão de alguns trabalhos cuja perspectiva inovadora é indiscutível, com uma particular referência para a pesquisa conduzida por Cristiana Bastos sobre a sida (2002) ou de Maria Cardeira da Silva, em meio popular urbano, em Marrocos (1999).

Carles Feixa (1993). Algumas destas investigações merecem, pois, uma referência à parte. A análise de redes e valores familiares em contexto urbano e empresarial (Cabral, 1991; Lima, 2003), a construção de identidades sócio-profissionais, a meio caminho para uma antropologia das organizações (Durão, 2003 e capítulo 6), o estudo das migrações e etnicidade, vasta área partilhada com a sociologia e com a geografia (Pires, 2000 e capítulo 5; Malheiros, 1996; Machado e capítulo 10, 2002; Bastos e Bastos, 1999) não podem deixar de ser citados como pertencentes a um património de reflexão sobre as cidades.²⁹

Tais vertentes de pesquisa constituem contributos positivos ao desenvolvimento de uma antropologia urbana, independentemente da sua área disciplinar de referência. Todas elas têm em comum o facto de partirem da cidade como contexto de referência e, também, buscarem “um ângulo através do qual a observação e a análise da realidade social é feita com proximidade aos actores, às práticas, às actividades, aos quotidianos (...)”, procurando encontrar os “sítios, os agentes, os processos, em que essa visão próxima, complementar de outras, é captada”, sem prescindir de um enquadramento teórico mais abrangente.³⁰

Mais centradas em problemas de investigação do que na afirmação ritualizada da pertença a uma determinada comunidade académico-científica, parte destas investigações estabelecem um diálogo fértil entre a antropologia, a sociologia, a psicologia, a geografia cultural — o que significa que “o que interessa mais é encontrar as aproximações mais estratégicas para explicar, interpretar e/ou actuar sobre um problema específico, e não distinguir se procedem desta ou daquela disciplina” (Menendez, 2002: 44). O que leva a repensar o próprio sentido de certas fronteiras disciplinares.

Se fossem os problemas a definir a identidade de uma disciplina ou de um conjunto de disciplinas, há muito que algumas já se teriam unificado ou, pelo menos, reorganizado. (...) As causas da manutenção das especificidades disciplinares não se referem exclusivamente a critérios de tipo epistemológico nem à problematização da realidade, mas sim a condições de institucionalização profissional das ciências. (Menéndez, 2002: 45)

Este autor aponta um facto paradoxal. A partir de meados do século XX, do mesmo modo que a sociologia e história se projectaram sobre alguns dos objectos estudados pela antropologia, esta passou a estudar objectos que até

29 Apesar do seu interesse indiscutível, não coube neste curto ensaio referir mais extensivamente investigações na área da história, da geografia, da sociologia urbana e do território, da sociologia da cultura. Um menção particular, no entanto, deve ser feita ao texto sobre sociedade urbana, de José Madureira Pinto (1997: 367-402).

30 António Firmino da Costa em comunicação oral na mesa redonda do *workshop* de 11/09/2001 (ver apresentação).

esse momento eram apenas estudados pela sociologia, tendo ocorrido, pois, todo um processo de dispersão e difusão de teorias, de objectos, de técnicas. No entanto, tal convergência não se traduziu, nem numa dissolução de identidades profissionais, nem no nascimento de uma nova relação interdisciplinar, mas sim num reforço das identidades disciplinares e profissionais.

A antropologia tratou de garantir a sua reprodução, a qual não caminhou no sentido de uma racionalidade científica de convergência, mas sim de uma racionalidade profissional de diferenciação (...) e autonomia baseada num processo de institucionalização académica articulado com processos ideológicos e económico-políticos. (Menéndez, ob. cit.: 45-6)

Com efeito, algumas das características distintivas da antropologia — o ênfase no holístico, no qualitativo, no local, na etnografia, no simbólico (Menéndez, 2002: 33), como possibilidades teórico metodológicas para a descrição e interpretação dos processos sociais — não são exclusivas desta disciplina, tendo a pesquisa de terreno adquirido um lugar importante na sociologia:

Na realidade, não há nenhuma diferença fundamental quanto ao modo de produção dos dados entre a sociologia chamada por vezes 'qualitativa' e a antropologia. Duas tradições fundem-se claramente: a dos primeiros etnólogos de terreno (Boas e Malinowski) e a dos sociólogos da Escola de Chicago. (Sardan, 1995: 71)

É neste sentido que faz todo o sentido questionar uma delimitação demasiado estrita da antropologia urbana, confinada por fronteiras nitidamente definidas no interior de uma disciplina que, no âmbito dos estudos urbanos, se tem caracterizado por um relativo *deficit* de comunicação inter-disciplinar (Low, ob. cit.). É certo que a indagação sobre a diversidade urbana, permite “matizar as generalizações homogeneizadoras habituais em trabalhos sociológicos mais próximos de censos e de inquéritos (...) Em qualquer caso, a fronteira é cada vez mais difusa no âmbito do urbano, onde há décadas existe uma sociologia urbana, bem consolidada como ramo especializado” (Homobono, 2000: 25).

No caso português e de um modo, talvez, similar ao caso italiano, quase que se pode afirmar que a antropologia urbana se tem construído, não numa relação de “filiação directa” (Giglia, cit. em Signorelli, 1999: 5) com a antropologia portuguesa que, desde finais dos anos 1970, se tem desenvolvido em torno de departamentos universitários e centros de investigação, mas sim como um “terreno de confrontação” com essa tradição recente (Signorelli, ob. cit.: 6). Em contrapartida, a par desta confrontação interna, ela tem registado uma aproximação a outras perspectivas disciplinares que com ela partilham um conjunto de objectos.³¹

Esta é uma das razões pela qual parece possível que a antropologia urbana, em Portugal, se afirme como um campo disciplinar híbrido, na confluência

de uma “certa” antropologia, focalizada nos universos citadinos e urbanos, com uma “certa” sociologia, mais centrada na dimensão activa (da acção social) dos contextos interaccionais do que na dimensão mais determinista e passiva dada pelo *background* dos indivíduos, partilhando ambas um objectivo muito claro: o conhecimento, *in locu*, das cidades plurais através de uma abordagem etnográfica que seja um “antídoto às abstracções desenraizadas” praticadas em vários campos disciplinares.³²

Na impossibilidade de encontrar um consenso absoluto sobre o que a antropologia urbana foi, é, ou será, fica, então, a proposta de utilizar este *rótulo* como indicador de uma região de “*consenso suposto* que viabilize um encontro entre pessoas que partilham muitas das referências teóricas, das perspectivas analíticas, dos objectos preferenciais” dessa tradição.³³ Tal encontro surge como o resultado “de anos de trabalho em disciplinas distintas, de desenvolvimento de contactos, de ligações, de várias linhas de pesquisa praticadas com heterogeneidade de disciplinas de partida e de pertenças institucionais”.³⁴ O que permite insistir no facto de que aquilo que se pode designar hoje como antropologia urbana em Portugal, tem condições para se construir de uma forma peculiar como um terreno de confluência temática e disciplinar. É com esta perspectiva que se apresentam os estudos que se seguem — contribuições importantes para a construção desta tradição de estudos em Portugal.³⁵

Referências bibliográficas

- Agier, Michel (1996), “Les savoirs urbains de l’anthropologie”, *Enquête*, 4: 35-58.
 Agier, Michel (1999) *L’Invention de la Ville. Banlieues, Townships, Invasions et Favelas*, Amesterdão, Editions des Archives Contemporains.
 Althabe, Gerard (1984), “L’ethnologue urbain: ses tendances actuelles”, *Terrain*, 3: 3-4.
 Anderson, Nels (1961), *The Hobo*, Chicago, University of Chicago Press.
 Balandier, Georges (1955), *Sociologie des Brazavilles Noires*, Paris, PUF.
 Baptista, Luís Vicente (1987), *Crescimento Urbano e Migrações Internas: Contrastes e*

31 Esta ideia da antropologia urbana como um conjunto de “objectos partilhados” foi avançada por Fernando Luís Machado, na mesa redonda do *Workshop* de 11/09/2001.

32 António Firmino da Costa, em comunicação oral no *workshop* de 11/09/2001.

33 Idem.

34 Ibidem.

35 Sou devedora, neste texto, da discussão em torno da mesa redonda que animou o *workshop* que constituiu o ponto de partida deste livro, em que participaram, entre outros, Joaquim Pais de Brito, Juanjo Pujadas, Gilberto Velho, Fernando Luís Machado, Luís Fernandes. Estou particularmente reconhecida ao Luís Baptista e ao António Firmino da Costa pela leitura atenta que fizeram de uma primeira versão deste texto e pelos seus (sempre) certos comentários. Qualquer ideia menos clara ou mais polémica é, todavia, da minha inteira responsabilidade.

- Alterações Socioespaciais e Redes de Interconhecimento: o Bairro do Rego*, dissertação de mestrado, FCSH-UNL, Lisboa.
- Baptista, Luís Vicente e Graça Índias Cordeiro (1999), “Tempos e escalas na identificação de uma cidade: duas leituras sobre bairros de Lisboa”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 12: 243-54.
- Basham, Richard (1978), *Urban Anthropology. The Cross-Cultural Study of Complex Societies*, Palo Alto, California, Mayfield Publishing Company.
- Bastos, Cristiana (2000), *Ciência, Poder, Acção: as Respostas à Sida*, Lisboa, ICS.
- Bastos, José G. P. e Susana P. Bastos (1999), *Portugal Multicultural*, Lisboa, Fim de Século.
- Bastos, Susana Pereira (1997), *O Estado Novo e os seus Vadios. Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*, Lisboa, D. Quixote.
- Bastos, Susana P. (org.) 1999 “Antropologia urbana” *Ethnologia*, 9-11.
- Bott, Elizabeth (1971 [1957]), *Família e Rede Social*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves.
- Brettell, Caroline B. (2000), “Urban history, urban anthropology and the study of migrants in cities” *City & Society*, XII (2): 129-138.
- Brito, Joaquim Pais (1982), “Sobre o fado e a ‘História do Fado’”, prefácio a Pinto de Carvalho, *História do Fado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Brito, Joaquim Pais (1983), “O fado: um canto na cidade”, *Ethnologia*, 1: 149-184.
- Brito, Joaquim Pais (1999), “O fado: etnografia na cidade”, em Gilberto Velho (org.), *Antropologia Urbana*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 24-42.
- Brito, Joaquim Pais (org.) (1994), *Fado. Vozes e Sombras. Catálogo de Uma Exposição*, Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, Electa.
- Cabral, João de Pina (1991), *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.
- Cabral, João de Pina e Inês Salema Meneses (orgs.) (2000), “Lisboa, cidade de margens”, *Análise Social*, vol. XXXIV, 153.
- Cátedra, Maria (1997), *Un Santo para Una Ciudad*, Barcelona, Ariel.
- Chaves, Miguel (1996), *Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico*, Lisboa, ICS.
- Childe, Gordon V. (1950), *The Urban Revolution*, *Town Planning Review*, 21: 3-17.
- Christaller, Walter (1966), *Central Places in Southern Germany*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall
- Cordeiro, Graça Índias (1987), *Laranjinha, Lazer, Solidariedade: Um Ensaio de Antropologia Urbana*, dissertação de mestrado, FCSH-UNL, Lisboa.
- Cordeiro, Graça Índias (1994), “Integração entre perspectivas micro e macro em antropologia urbana: o caso das festas dos Santos Populares de Lisboa” em *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Novos Olhares*, Actas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, vol. III: 443-56.
- Cordeiro, Graça Índias (1997), *Um Lugar na Cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Dom Quixote.
- Cordeiro, Graça Índias (2001), “Antropologia urbana entre Portugal e o Brasil: algumas reflexões pessoais”, *Convergência Lusíada*, 18: 163-73.
- Cordeiro, Graça Índias e Luís Vicente Baptista (1999), “Fronteiras, territórios,

- identidades: sobre a emergência de bairros 'típicos', de 'casas económicas' e a 'título precário' na Lisboa dos anos 30/40" em Juan Pujadas, Emma Martín Díaz e Joaquim Pais de Brito (coord.) *Globalización, Fronteras Culturales y Políticas y Ciudadanía*, Santiago de Compostela, FAAEE, 79-88.
- Cordeiro, Graça Índias e António Firmino da Costa (1999), "Bairros: contexto e intersecção" em Gilberto Velho (org.), *Antropologia Urbana*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 58-79.
- Cordeiro, Graça Índias e Aníbal Frias (2001), "La ville sensible", *Recherches Anthropologie au Portugal*, 7.
- Costa, António Firmino (1991), "O ritual das marchas populares nas festas de Lisboa" em *Festas de Lisboa*, Lisboa, Horizonte, 56-65.
- Costa, António Firmino (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.
- Costa, António Firmino e Maria das Dores Guerreiro (1984), *O Trágico e o Contraste. O Fado no Bairro de Alfama*, Lisboa, D. Quixote.
- Cressey, Paul (1969), *The Taxi-Dance Hall*, Montclair, N. J., Patterson Smith.
- Cucó i Giner, Josepa (1991), *El Quotidià Ignorat. La Trama Associativa Valenciana*, Valencia, IVEI, Alfons el Magnànim.
- Cucó i Giner, Josepa (2000), "La sociabilité", *Ethnologie Française*, XXX (2): 257-264.
- Cucó i Giner, Josepa e Joan J. Pujadas (1990), *Identidades Colectivas. Etnicidad y Sociabilidad en la Peninsula Iberica*, Valencia, Publicaciones de la Generalitat Valenciana.
- Da Matta, Roberto (1983 [1978]), *Carnavals, Bandits et Héros. Ambiguités de la Société Brésilienne*, Paris, Éditions du Seuil.
- Durão, Susana (2003), *Oficinas e Tipógrafos. Cultura e Quotidianos*, Lisboa, Dom Quixote.
- Durham, Eunice (1973), *A Caminho da Cidade: a Vida Rural e a Migração para S. Paulo*, S. Paulo, Editora Perspectiva.
- Eames, Edwin e Judith Granich Goode (1977), *Anthropology of the City. An Introduction to Urban Anthropology*, Englewood Cliffs, Nova Jérσία, Prentice-Hall.
- Eddy, Elizabeth (org.) (1968), *Urban Anthropology. Research Perspectives and Strategies*, Southern Anthropological Society Proceedings 2, Athens, University of Georgia Press.
- Escalera, Javier (1990), *Sociabilidad y Asociacionismo. Estudio de Antropología Social en el Aljarafe Sevillano*, Sevilha, Diputación Provincial de Sevilla.
- Feixa, Carles (1993), *La Ciudad en la Antropología Mexicana*, Lleida, Universitat de Lleida.
- Feixa, Carles (1998), *De Jóvenes, Bandas y Tribus. Antropología de la Juventud*, Barcelona, Ariel.
- Fernandes, Luís (1998), *O Sítio das Drogas. Etnografia das Drogas Numa Periferia Urbana*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Foster, George, Robert V. Kemper (orgs.) (1974), *Anthropologists in Cities*, Boston, Little, Brown and Company.
- Fox, Richard (1972), "Rationale and romance in urban anthropology", *Urban Anthropology*, 1 (2): 205-233.

- Fox, Richard (1977), *Urban Anthropology. Cities in their Cultural Settings*, Englewood Cliffs, Nova Jérsea, Prentice-Hall, Inc.
- Fradique, Teresa (2003), *Fixar o Movimento. Representações da Música Rap em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.
- Gluckman, Max (1940), "Analysis of a social situation in modern zululand", *Bantu Studies*, 14: 1-30, 147-74.
- Gulick, John (1989), *The Humanity of Cities. An Introduction to Urban Societies*, Granby, Massachusetts, Bergin and Garvey Publishers, Inc.
- Gutwirth, Jacques (1982), "Jalons pour l'anthropologie urbaine", *L'Homme*, XXII (4): 5-23.
- Gutwirth, Jacques e Colette Petonnet (1987), *Chemins de la Ville. Enquêtes Ethnologiques*, Paris, Éditions du CTHS.
- Hannerz, Ulf (1969), *Soulside*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Hannerz, Ulf (1982), "Washington and Kafanchan: a view of urban anthropology", *L'Homme*, XXII (4): 25-36.
- Hannerz, Ulf (1983 [1980]), *Explorer la Ville. Elements d'Anthropologie Urbaine*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Homobono, José Ignacio (2000), "Antropologia urbana: itinerários teóricos, tradicionais nacionais y ámbitos temáticos en la exploración de lo urbano", *Zainak. Cuadernos de Antropología-Etnografía*, 19: 15-50.
- Homobono, José Ignacio (2000a), "De la taberna al *pub*: espacios y expresiones de sociabilidad", em AA.VV., *El Bienestar en la Cultura*, Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 249-90.
- Jacobs, Jane (1972), *The Economy of Cities*, Harmondsworth, Inglaterra, Penguin.
- Kenny, Michael e David I. Kertzer (1983), *Urban Life in Mediterranean Europe: Anthropological Perspectives*, Urbana, University of Illinois Press.
- Leeds, Anthony (1973), "Locality power in relation to supralocal power institutions" em Aidan Southal (org.) *Urban Anthropology. Cross-Cultural Studies of Urbanization*, Nova Iorque, Oxford University Press, 15-41.
- Leeds, Anthony (1994 [1968]), "The anthropology of cities: some methodological issues", em Roger Sanjek (org.), *Anthony Leeds. Cities, Classes and the Social order*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 233-246.
- Leeds, Anthony e Elizabeth Leeds (1978), *A Sociologia do Brasil Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editora.
- Lewis, Oscar (1965), "Further observation on the folk-urban continuum and urbanization with special reference to Mexico-city", em Hauser, P. e L. Schnore (orgs.), *The Study of Urbanization*, Nova Iorque, Wiley.
- Lewis, Oscar (1979 [1961]), *Os Filhos de Sanchez*, Lisboa, Moraes.
- Lima, Antónia Pedroso (2003), *Grandes Famílias, Grandes Empresas*, Lisboa, D. Quixote.
- Low, Setha M. (1996), "The anthropology of cities: imagining and theorizing the city", *Annual Review of Anthropology*, 25: 383-409.
- Lynd, Robert e Helen M. Lynd (1929), *Middletown. A Study in Contemporary American Culture*, Londres, Constable and C.º.

- Lynd, Robert e Helen M. Lynd (1937), *Middletown in Transition: a Study in Cultural Conflicts*, Nova Iorque, Harcourt Brace.
- Machado, Fernando Luis (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Magnani, José Guilherme Cantor (1998 [1984]), *Festa no Pedaco. Cultura Popular e Lazer na Cidade*. S. Paulo, Editoras HUCITEC/UNESP.
- Malheiros, Jorge Macaísta (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa. Os Anos da Mudança*, Lisboa, Colibri.
- Mangin, William (org.) (1970), *Peasants in Cities: Readings in the Anthropology of Urbanization*, Boston, Houghton Mifflin Company.
- Mendonza, Edgar S. Gutierrez (2000), "Sociologia da Antropologia Urbana no Brasil. A década de 70", dissertação de doutoramento em Sociologia, Unicamp, S. Paulo.
- Menéndez, Eduardo (2002), *La Parte Negada de la Cultura. Relativismo, Diferencias y Racismo*, Barcelona, Edicions Bellaterra.
- Menezes, Marlucci (2001), "Mouraria: entre o mito da Severa e o Martim Moniz", dissertação de doutoramento em Antropologia, FCSH-UNL, Lisboa.
- Miner, Horace M. (1953), *The Primitive City of Timbuctoo*, Princeton, Princeton University Press.
- Mitchell, J. C. (org.) (1969), *Social Network in Urban Situations*, Manchester, University of Manchester Press.
- Mondada, Lorenza (2000), *Décrire la Ville. La Construction des Savoirs Urbains dans L'interaction et dans le Texte*, Paris, Anthropos.
- Mullings, Leith (org.) (1987), *Cities of the United States. Studies in Urban Anthropology*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Mumford, Lewis (1982 [1961]), *A Cidade na História. Suas Origens, Transformações e Perspectivas*, São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora.
- Oliven, Ruben George (1980), "Por uma antropologia em cidades brasileiras" em Gilberto Velho (org.), *O desafio da cidade. Novas perspectivas da Antropologia Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 23-36.
- Park, Robert E. e Ernest W. Burgess (1984 [1925]), *The city. Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*, Chicago e Londres, University of Chicago Press.
- Peattie, Lisa Redfield e Edward Robbins (1984), "Anthropological Approaches to the city" em Lloyd Rodwin e Robert Hollister (orgs.), *Cities of the Mind: Images and Themes of the City in the Social Science*, Nova Iorque, Plenum Press, 83-95.
- Peirano, Mariza (1991), "Por um pluralismo renovado" em H. Bomeny e P. Birman (org), *As Assim Chamadas Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, UERJ/Relume Dumará, 43-51.
- Petonnet, Colette (1968), *Ces Gens-là*, Paris, Maspero.
- Petonnet, Colette (1982), *Espaces Habités. Ethnologie des Banlieues*, Paris, Galilée.
- Pinheiro, Magda; Luís V. Baptista, M. João Vaz (2001), *Cidade e Metrópole. Centralidades e Marginalidades*, Oeiras, Celta Editora.
- Pinto, José Madureira (1997), "A sociedade urbana" em *Colóquio: 'A política das Cidades'*, Lisboa, Conselho Económico e Social, 367-402.

- Pirenne, Henri (1925), *Medieval Cities: Their Origins and the Revival of Trade*, Garden City, Nova Iorque, Doubleday.
- Pires, Rui Pena (2000), "A imigração" em Kirti Chaudhuri e Francisco Bethencourt (org.), *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 197-213.
- Prat, Joan (1999), *Investigadores e Investigados: Literatura Antropológica en España desde 1954*, Tarragona, Arxiu d'Etnografia de Catalunya, Institut Tarragonès d'Antropologia/FAAEE (edição especial).
- Pujadas, Joan J. e Graça Índias Cordeiro (1990), "Sociabilidad y asociacionismo en un barrio de Lisboa: vida social fragmentaria vs construccion de una identidad de barrio", comunicação ao *V Congresso de Antropologia do Estado Espanhol*, Granada.
- Pujadas, Joan J. e Antónia Pedroso Lima (1990), "Estratégias de reproducción familiar en un barrio de Lisboa", comunicação ao *V Congresso de Antropologia do Estado Espanhol*, Granada.
- Pujadas, Joan J. (1991), "Presente y futuro de la antropologia urbana en España" em AA. VV. *Malestar y Conflicto en la Sociedad Madrilenha*, Madrid, A. M. A., 45-80.
- Pujadas, Joan J. (1994), "Processos sociais e construção de identidades nas periferias urbanas: os casos de Lisboa e Catalunha", *Mediterrâneo*, 4: 11-19.
- Pujadas, Joan J. (1996), "Antropologia Urbana" em J. Prat e A. Martinez (org.), *Ensayos de Antropologia Cultural*, Barcelona, Ariel, 242-53.
- Pujadas, Joan J. e Luís V. Baptista (2000), "Confronto e entreposição: os efeitos da metropolização na vida das cidades", *Forum Sociológico*, 3/4: 293-308.
- Redfield, Robert (1941), *The Folk Culture of Yucatan*, Chicago, University of Chicago Press.
- Redfield, Robert e Milton Singer (1954), "The cultural role of cities", *Economic Development and Cultural Change*, 3: 53-73.
- Rodwin, Lloyd e Robert M. Hollister (org.) (1984), "Images, themes and urbanography" em Lloyd Rodwin e Robert M. Hollister (orgs.), *Cities of the Mind: Images and Themes of the City in the Social Science*, Nova Iorque, Plenum Press, 3-18.
- Rollwagen, Jack R. (1975), "Introduction: the city as context: a symposium", *Urban Anthropology*, 4 (1): 1-4.
- Romani, Oriol (1983), "Droga i subcultura: una historia cultural del "haix" a Barcelona (1960-1980)", Barcelona, Publicacions Edicions Universitat de Barcelona.
- Romani, Oriol (2000), *Las Drogas*, Barcelona, Ariel.
- Sanjek, Roger (1990), "Urban Anthropology in the 1980's: A world view", *Annual Review of Anthropology*, 19: 151-186.
- Sardan, Jean-Pierre Olivier (1995), "La politique de terrain. Sur la production des donés en anthropologie", *Enquête*, 1: 71-109.
- Seixas, Paulo (1997), "Identidades de um cidade: as ilhas e o Porto" em Vítor Jorge e Raúl Iturra (org.), *Recuperar o Espanto: o Olhar da Antropologia*, Porto, Afrontamento, 103-15.
- Sieber, R. Timothy (1994), "The Life of Anthony Leeds: Unity and Diversity" em Roger Sanjek (org.) *Anthony Leeds. Cities, Classes and the Social Order*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 3-26.

- Signorelli, Amalia (1999 [1996]), *Antropologia Urbana*, Barcelona, Anthropos/Universidad Autónoma Metropolitana.
- Silva, M. Carneira (1999), *Um Islão Prático. O Quotidiano Feminino em Meio Popular Muçulmano*, Oeiras, Celta.
- Sjoberg, Gideon (1965 [1960]), *The Pre-industrial City. Past and Present*, Nova Iorque, The Free Press.
- Sobrero, A. M. (1992), *Antropologia Della Città*, Roma, La Nuova Italia Scientifica.
- Southall, Aidan (1973), *Urban Anthropology. Cross-cultural Studies of Urbanization*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Thompson, E. P. (1979), *Tradición, Revuelta y Conciencia de Classe*, Barcelona, Crítica.
- Thrasher, Frederic M. (1963), *The Gang*, Chicago, University of Chicago Press.
- Velho, Gilberto (1973), *A Utopia Urbana. Um Estudo de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, Zahar Editora.
- Velho, Gilberto (1997), “Desafios e metamorfoses da antropologia contemporânea. Entrevista de Cristiana Bastos e Graça Cordeiro”, *Etnográfica*, 1 (2): 321-327.
- Velho, Gilberto (org.) (1980), *O Desafio da Cidade. Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Campus.
- Velho, Gilberto (org.) (1999), *Antropologia Urbana. Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Warner, W. Lloyd (org.) (1941-63), *Yankee City*, New Haven, Yale University Press.
- Weber, Max (1987 [1921]), *La ciudad*, Madrid, Las Ediciones de la Piqueta.
- Whyte, William Foote (1943), *Street Corner Society*, Chicago, University of Chicago Press.
- Wilson, Godfrey (1941-42), *An Essay on the Economics of Detribalization in Northern Rhodesia*, Rhodes Livingstone Papers, 5, Livingstone, Rhodes-Livingstone Institut.
- Wirth, Louis (1956 [1928]), *The Ghetto*, Chicago, University of Chicago Press.
- Wirth, Louis (1979 [1938]), “O urbanismo como modo de vida” em Octávio Velho (org.) *O Fenómeno Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editor, 90-113.
- Young, Michael e Peter Willmott (1957), *Family and Kinship in East London*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
- Zaluar, Alba (1985), *A Máquina e a Revolta*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- Zaluar, Alba (1994), *Condomínio do Diabo*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ e Revan.
- Zorbaugh, Harvey W. (1929), *The Gold Coast and the Slum*, Chicago, University of Chicago Press.

Parte I | TERRITÓRIOS, IMAGENS, PODERES

Capítulo 2
TERRITÓRIOS, IMAGENS E PODERES

Luís Vicente Baptista

As linhas que se seguem são, antes de mais, uma incitação em três compassos à leitura de um conjunto de textos que agora se apresentam, e que resultam de investigações centradas na cidade e nas suas diversidades. O que as torna comunicantes é a referência conceptual a um território comum — a cidade nas suas variadas dimensões — e a perspectiva de análise concebida a partir das práticas sociais, dos quadros de interacção, dos quotidianos urbanos — a cidade nas suas múltiplas dinâmicas.

Esta noção de território é aqui pensada na máxima amplitude das suas propriedades físicas, sociais e culturais. Reporta-se aos sítios localizáveis socialmente, *locus* de múltiplos sentidos, tantos quanto as capacidades humanas de construir socialmente a realidade.

A cidade, *essa coisa passional*, é assim tratada como objecto pluridimensional e plurifactual, conjunto de territórios de relações sociais, interrelacionados, apropriados e localizados socialmente.

1

Quando falamos de cidade falamos antes de tudo dos *lugares físicos* que lhe dão forma. Da sua configuração, da sua alteração, da sua dimensão. Falamos de como a perturbação da realidade física nos permite reflectir acerca das transformações sociais. A recomposição dos lugares da cidade, a sua reutilização para fins diversos daqueles que (sempre) lhes conhecemos, colocam-nos perante o peso da realidade, aqui palpável, e que se expõe aos nossos sentidos. E daí que a cidade que se nos apresenta exposta, sujeita à multiplicidade dos olhares, seja antes de mais território físico. Joaquim Pais de Brito insiste “na existência deste território físico (...), já que, nos campos disciplinares das ciências sociais e humanas, a incidência da análise recai sobre temas específicos e qualidades sociais e culturais da cidade”. E repõe a importância de

entender o território “feito de volumetrias, de formas, de cores, de planos” (capítulo 3).

Tal perspectiva, que tem presente o facto de a cidade viver historicamente um processo de crescimento urbano contínuo, ganha força na medida em que a cidade de hoje é uma cidade de centros e de periferias, de referências sociais e culturais que se distinguem das referências da mesma cidade de outros tempos. A cidade que se nos dá a conhecer é a forma viva dos usos sociais que esses espaços vão sofrendo, como nos assinala Raymond Ledrut (1986), o que faz com que a própria parte do território “alcançado” de cidade seja uma construção adequada aos tempos e aos grupos sociais que dela se apropriam.

Essa apropriação da cidade enquanto território físico comporta várias dimensões, que se apresentam selectivamente aos diferentes observadores, alimentando perspectivas contraditórias, presas às próprias concepções ego-centradas dos agentes individuais.

Genericamente, existem dois planos em que os participantes na vida da cidade se colocam para interpretar as realidades que experimentam. Ora falam do vasto espaço de indefinição urbana que globalmente corresponde ao contexto de inserção do núcleo citadino de referência, que funciona pelo efeito cénico e que produz inquietação e surpresa, ora falam dos lugares de referência identitária, dos sítios concretos que pelo efeito da partilha quotidiana e de identificação com o outro aproximam e aconchegam. Esta complementaridade de planos pode ser transposta de forma a enriquecer a análise científica através da articulação das escalas global e local da cidade. Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot (2001) recorrem aos passeios urbanos (*promenades urbaines*) como estratégia de observação empírica, que toma a escala pedonal como veículo para a circulação nos contextos particulares, e, que desafia o observador a uma viagem pela metrópole feita de diversidade e de contraposição social e cultural. A proposta dos autores leva-os a percorrer a diversidade dos lugares de residência — das *villas* de Paris, aos bairros da imigração, aos bairros da burguesia parisiense — assim como os territórios de relação social que dão ênfase à metrópole enquanto contexto peculiar da experiência humana, seja o *metro* (rede de redes) ou os mundos da noite parisiense.

Nesta perspectiva não é a exaustividade do percurso que nos interessa mas antes o método. A inquirição directa do mundo urbano a partir dos percursos quotidianos num contexto da metrópole mostra que a nova escala de referência não conduziu, ao contrário de algumas visões pessimistas, à extinção da vida social na microescala. Os agentes sociais não param de se localizar mesmo quando se pretendem desterritorializados.

E mesmo a obra de Marc Augé (1998 [1992]), frequentemente associada à corrente de autores que defendem o pressuposto de uma “antropologia da sobremodernidade” que teria dado conta da definitiva desterritorialização das relações sociais derivada de processos massivos de mobilidade, não ousa mais que chamar *não lugares* àquilo que na prática o próprio autor acaba por

definir como lugares de passagem, com fraca capacidade de definição identitária. Ao contrário do que somos habitualmente levados a pensar estes *não lugares* nem sequer são, do ponto de vista histórico, recentes, apenas se autonomizam devido à sua ligação às inovações tecnológicas no campo dos transportes — que produziram o avião e o automóvel; os aeroportos e as estações de serviço —, assim como às novas práticas de consumo — que animaram a edificação de centros comerciais de dimensões progressivamente maiores —, e às guerras modernas — que fabricam os vastos campos humanitários para refugiados (1998 [1992]: 41-42).

Sendo recente a generalização da mobilidade dos nossos contemporâneos, importa insistir na evidência de mundos sociais diversamente sujeitos a dinâmicas de mobilidade. Nem a partilha da condição de “seres móveis” é um facto universal nem as relações sociais se libertaram das amarras físicas dos sítios de referência e de pertença. A expressão territórios de mobilidade, definida por Michel Bonnet e Dominique Desjeux (2000), dá a dimensão dessas transformações que reconfiguram os lugares físicos e reequacionam a desigual territorialidade das relações sociais devido aos efeitos da mobilidade física. O sentido desta transformação, tal como o analisam vários autores na referida obra (2000), é em boa medida operada a partir das cidades, agora entendidas analiticamente no plano amplo das mobilidades territoriais.

Fica claro que o cuidado a ter nas investigações no terreno não está só em como descrever o contexto metropolitano que condiciona as práticas sociais locais mas também em precisar o factor de localidade sem o tornar curiosidade localista ou reflexo condicionado do que se passa no mundo envolvente. Um bairro popular do centro da cidade com a população envelhecida, um bairro dominado demograficamente por imigrantes clandestinos ou um bairro de classe média nos novos subúrbios, são territórios comumente afectados pelas dinâmicas globais mas posicionados de modo diferente no circuito do mercado imobiliário metropolitano em resultado dos diversos capitais sociais e simbólicos que lhes estão associados. Duas formas distintas de apreender teórica e metodologicamente tais dinâmicas são-nos dadas por Pierre Bourdieu (1993) e por Michel Bassand (1997).

2

Quando falamos de cidade falamos ainda das *imagens* que se vão edificando em torno desses lugares que identificamos como cidade e que se formam a partir de discursos e práticas distintos, quando não conflituais. Extensíveis aos diversos meios sociais tais visualizações tornam-se tão mais poderosas quanto se conseguem afirmar como verdadeiras.

O texto que nos apresenta Luís Fernandes, intitulado “A imagem predatória da cidade” (capítulo 4) situa-se precisamente neste nível de análise.

Recorrendo às imagens actualmente tão vulgarizadas da “crise do urbano” e às figuras que lhe dão expressão (o toxicodependente de rua, o sem-abrigo, o migrante clandestino, o jovem desviado), o autor desenvolve uma linha de raciocínio que nos conduz ao paradigma mediático do sentimento de insegurança e que trespassa as relações sociais em contexto urbano. O receio da violência e do crime sem direcção definida, predatórios porque dirigidos a qualquer um, é particularmente forte nas grandes cidades, e ajuda a ampliar a imagem da cidade como espaço de risco. E se bem que os diferentes grupos sociais, etários e sexuais sejam afectados de modos variados por tais fenómenos, ganha toda a pertinência analisar, a partir de imagens difundidas pelos canais mediáticos, a emergência da *hipótese predatória*. Para Luís Fernandes, esta “funciona como esquema interpretativo das interacções com desconhecidos e condiciona a liberdade de circulação no habitat urbano” (capítulo 4).

Não longe desta problemática, Rui Pena Pires (capítulo 5) foca a questão da integração no que respeita à imigração, matéria também sensível do ponto de vista mediático e que serve como um elemento agigantador dos receios colectivos, através do desenvolvimento de sentimentos de insegurança, aliados ao desconhecimento acerca destas populações que chegam e sobre as quais pouco se sabe.

Assim a construção de uma ou várias imagens acerca do imigrante deriva de vários factores, de entre os quais o papel dos meios de comunicação de massa é decisivo enquanto instrumento ao serviço dos diversos grupos sociais capazes de participar na definição das imagens a reter da cidade. Um exemplo pleno de actualidade é o da imagem dos subúrbios, definidos como um todo homogéneo e promovidos mediaticamente como o reino dos lugares perigosos.

A esta imagem de contexto aparecem ligadas imagens de condição social onde predomina o marginalizado, o excluído, o imigrante. O território do imigrante, sinónimo de condição de exclusão, impõe-se na medida em que se entende que imigrante é aquele que permanece pobre e incapaz de definir a sua trajectória na sociedade de acolhimento, ao invés dos outros, que, mesmo que tenham percorrido o mesmo percurso de chegada, foram capazes de se libertar de tal adjectivo, desvinculando-se de uma condição que (quando a questão racial não evidencia uma origem) os limita e os condiciona em todo o seu quotidiano.

Contudo, em sociedades de acolhimento onde a alteridade é tida como um direito de cidadania, as auto-imagens construídas em torno dos colectivos imigrados tendem a reforçar-se como prática identitária. Como salienta Rui Pena Pires: “atribuir aos imigrantes uma ‘identidade cultural’ unificada e uma pertença comunitária referenciáveis à sua origem resulta de um triplo equívoco” (capítulo 5). E desse equívoco emergem até novas categorias de referenciação, produzidas no país de destino, como no caso da imigração para Portugal em que encontramos “uma narrativa identitária suportada pela

categoria de 'africano', onde são subsumidas diferentes origens etnacionais” (idem), numa sequência de processos de estigmatização e contra-estigmatização que o autor descreve.

Esta reinvenção das identidades nas sociedades de acolhimento leva-nos a intensificar a procura de novas abordagens para a questão da coexistência urbana, na medida em que a presença imigratória nas grandes cidades de países como Portugal ganha especial dimensão e visibilidade. A condição de imigrantes, “presentes e desconhecidos” (Baptista e Cordeiro, 2002), faz destas populações recentemente instaladas nas metrópoles objecto de acrescido interesse científico e político. Não é pois de admirar que em paralelo aumente o interesse pelo estudo de instâncias de mediação relacional na vida das cidades, como é por exemplo o caso da polícia, a qual tem sido alvo de uma reconversão da sua imagem e funções. A incorporação mais sistemática de mulheres na polícia de cidade decorre da constatação que se vai efectuando institucionalmente da necessidade de dar outras respostas aos problemas quotidianos, de forma inovadora, mais negociada e menos assente na ideia de demonstração de força. Susana Durão e Alexandra Leandro desenvolvem no seu texto a história da chegada das mulheres à Polícia de Segurança Pública nos últimos vinte anos, assim como nos esclarecem acerca da visibilidade da mulher polícia na PSP e do modo como esta é retratada nos meios de comunicação de massa (capítulo 6). É uma contribuição para a análise mais extensiva daquilo que parece tomar conta das sociedades contemporâneas do ponto de vista sociocultural: a emergência de culturas híbridas (Garcia Canclini, 2001 [1990]),¹ e desde logo de cidades híbridas (Salman e Kingman, 1999) feitas de novas formas de relação entre os que vivem as vastas áreas metropolitanas.

3

E por tudo o que fica atrás exposto podemos também afirmar que quando falamos de cidade falamos sempre dos *poderes* que a configuram fisicamente, dos poderes que a dão a ver da forma que lhes é mais vantajosa (através das imagens que melhor a retratam desse ponto de vista).

Estamos a falar dos poderes que a percorrem, a sectorizam, a tornam lugar de referência, de conflito e de partilha. Falamos das dinâmicas sociais: das

1 A questão das culturas híbridas está particularmente clarificada no livro de Néstor García Canclini, na sua 2.ª edição. Afirma o autor: “entendo por hibridação processos socioculturais nos quais as estruturas ou práticas discretas, que existiam separadas, se combinam para gerar novas estruturas, objectos e práticas. Convém também esclarecer que as estruturas chamadas discretas resultaram elas próprias de hibridações, pelo que não podem ser consideradas fontes puras.” (2001: 14).

relações familiares, das relações profissionais, das relações de consumo, de partilha do espaço público, de controlo das relações interpessoais, de afirmação identitária, de imposição da autoridade, que estando numa fase de remodelação abrupta, abrem novas possibilidades de relação social e de libertação individual e cívica. Claro está que este processo não chega de mansinho, antes irrompe confundindo tanto os poderes que se lhe opõem como aqueles que o promovem. Estamos perante aquilo que Bauman, no seu livro *Modernidade Líquida*, identifica como “uma redistribuição e realocação dos ‘poderes de derretimento’ da modernidade.” (2001 [2000]: 13).

Daí que ganhe pertinência a análise dos poderes urbanos através dos territórios virtuais, dos territórios invisíveis, e de tantos outros como os territórios amorosos, que vão aparecendo na linguagem corrente, e que demarcam mais o sentido de efectivação de um espaço social de relações do que assinalam os sítios onde ocorrem as práticas sociais. Contudo, este tipo de poderes na cidade não dispensam suportes físicos que se produzem na sequência da concretização de contextos situacionais (a chegada das mulheres ao território masculino das polícias), de contextos circunstanciais (a chegada dos imigrantes ao território dos *autóctones*), definidos por fronteiras que não se eternizam mas que se recompõe através do desenvolvimento dos laços sociais (Pujadas, Martín e Brito, 1999).

E se estes laços feitos território de comunhão, no sentido que lhe dá Newby (1980) a propósito de uma das formas de entender o conceito de comunidade, merecem o privilégio de um tratamento analítico semelhante aos clássicos objectos das análises territoriais, outras formas mais frequentes de definir território repetem-se, denunciando a importância persistente dos territórios concebidos a partir da apropriação dos lugares pelos diferentes grupos sociais. Veja-se a definição de “territórios psicotrópicos” no texto de Tiago Neves (capítulo 7) e a sua relação com a realidade física dos bairros sociais da cidade do Porto. Veja-se ainda a definição de territórios residenciais segundo a lógica que resulta de programas de intervenção social que procuram dar resposta às necessidades habitacionais pré-definidas de “categorias populacionais construídas administrativamente”, como é o caso do bairro dos Olivais Sul em Lisboa tratado por João Pedro Nunes (capítulo 8).

Estes dois últimos textos dão-nos conta da dinâmica das relações sociais em territórios fisicamente definidos e como se manifestam os poderes dominantes na correlação de forças locais, e que são fundamentais no estabelecimento de uma classificação para o local assim como para os que nele vivem ou o usam. A ideia de território psicotrópico remete para questões de controlo social e para definições de normalidade, que opõem “a polícia, os consumidores e os vendedores de droga” (capítulo 7). Já no caso da edificação de um agrupamento de habitações previamente destinadas a grupos socialmente identificados, a disputa evidencia-se na materialização do território residencial opondo a aplicação de sonhos arquitectónicos e a forma como o local de

habitação, limitado pelas circunstâncias da sua concretização, é vivido pelos seus residentes. João Pedro Nunes salienta que “entre a ordem dos lugares originária da concepção arquitectónica da habitação e a acção dos habitantes sobre e através do espaço da habitação, as práticas de habitar desenvolvem-se interpretativa e tensionalmente.” (capítulo 8)

Assim, podemos concluir sem imprecisar em demasia que o território enquanto espaço firmado de relações sociais que se localizam, se entende aqui como uma realidade em que nem sempre as coisas que existem se revelam materialmente, assim como nem sempre a forma de as localizar se resume ao recurso a uma cartografia. As imagens e os poderes que lhe estão associados alargam a natureza da sua existência, transportando o conceito de território para um plano de abstracção que importa desenvolver no âmbito deste fecundo espaço de comunicação interdisciplinar assumido pela Antropologia Urbana.

Referências bibliográficas

- Augé, Marc (1998 [1992]), *Não-Lugares. Introdução a Uma Antropologia da Sobremodernidade*, Venda Nova, Bertrand Editora.
- Baptista, Luís V., e Graça I. Cordeiro (2002), “Presentes e Desconhecidos: Reflexões socio-antropológicas acerca do recente fluxo imigratório no concelho de Loures”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 40.
- Bassand, Michel (1997), *Métropolisation et Inégalités Sociales*, Lausana, Presses polytechniques et Universitaires Romandes.
- Bauman, Zygmunt (2001 [2000]), *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Bonnet, Michel e Monique Desjeux (2000), *Les Territoires de la Mobilité*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Bourdieu, Pierre (dir.) (1993), *La Misère du Monde*, Paris, Éditions du Seuil.
- García Canclini, Néstor (2001 [1990]), *Culturas Híbridas. Estratégias para Entrar y Salir de la Modernidad*, Buenos Aires, Barcelona, Paidós.
- Ledrut, Raymond (1986), “Les Espaces et les Sociétés dans le monde actuel”, em Pierre Pellegrino (org.), *La Théorie de l'Espace Humain. Transformations Globales et Structures Locales*, CRAAL-FNSRS, UNESCO.
- Newby, Howard (1980), “Community” em *An Introduction to Sociology*, The Open University Press, Londres, 5-37.
- Pinçon, Michel, e Monique Pinçon-Charlot (2001), *Paris Mosaïque. Promenades urbaines*, Paris, Calmann-Lévy.
- Pujadas, Juan, Emma Martín e Joaquim Pais de Brito (coord.) (1999), *Globalización, Fronteras Culturales y Políticas y Ciudadanía*, Santiago de Compostela, Federación de Asociaciones de Antropología del Estado Español/Asociación Galega de Antropoloxía, Actas del VIII Congreso de Antropología-1.

Salman, Tom, e Eduardo Kingman (orgs.) (1999), *Antigua Modernidad y Memoria del Presente. Culturas Urbanas e Identidad*, Quito, FLACSO.

Capítulo 3
A CIDADE EXPOSTA

Joaquim Pais de Brito

Esta abordagem quanto aos modos de expor a cidade, resultante de uma experiência e da reflexão posterior a que daria lugar, não teve na cidade o seu ponto de partida. Tratou-se da investigação desenvolvida a partir de finais dos anos 1970 sobre o fado que viria a ser, em 1994, objecto de uma exposição no Museu Nacional de Etnologia. No fado há uma matéria sonora, uma história, um facto social e fenómenos inscritos na cidade que, ao serem trabalhados, foram abrindo e construindo a cidade como objecto e como campo de problemas. E, se de início essa realidade não era proposta como tal, a cidade não era esse objecto ou esse projecto, ela viria a permitir, por correlações, comparações e antinomias, estabelecer contrastes com as mesmas práticas em espaços rurais, e, deste modo, viemos a compreender de outra maneira o fado como forma de expressão de cultura popular urbana. Quando este trabalho se iniciou eu estava a conduzir a minha própria investigação para doutoramento numa pequena aldeia do Nordeste Trasmontano. A realidade de um conhecimento muito próximo, íntimo diria, da pequena aldeia, também ele muito questionado do ponto de vista teórico e metodológico, veio a permitir construir instrumentos de identificação do fado na cidade de Lisboa. Porque eu fora encontrar o fado naquela aldeia supostamente isolada de Trás-os-Montes. E foi também isso que depois me permitiu perceber porque é que este é um fenómeno urbano e não rural. A exposição realizada sobre o fado trouxe propostas de leitura sobre a cidade. E, de algum modo, ela foi já uma exposição sobre a cidade de Lisboa.

Não se expõe uma cidade enquanto totalidade, em si mesma, sem o olhar que para ela olhe. Tal procedimento, certamente impossível, impediria de pensar problemáticamente uma realidade que é sempre interrogada a partir dos ângulos, questões e fenómenos que se escolheram. Como estes são infundáveis enquanto proposta de abordagem, também a exposição a fazer sobre a cidade pode concretizar-se em infundáveis soluções. Daí que estas notas procurem apenas identificar vertentes da realidade física, social e cultural da

cidade, e dos olhares que sobre ela construímos que, pela sua articulação, poderão ajudar a enunciar processos narrativos e a definir a própria materialidade dos objectos, documentos, signos a trazer para essa exposição. Para esta devemos procurar romper com a hegemonia do sentido da vista, dimensão recorrente em qualquer exposição e em qualquer museu, que a associação com o ouvido veio mais tarde a enriquecer. É extremamente difícil conseguir conglomerar a possibilidade do recurso aos cinco sentidos na construção e na apreensão de uma exposição; e isto também pelo facto de, desde logo, alguns deles se encontrarem interditos, por definição, no mundo da museologia, como, por exemplo, o tacto (não tocar) ou o gosto (não provar). Mas esta questão é importante porque uma cidade apresenta-se-nos, constitui-se perante nós, pela via sensorial. Mesmo que ao escrever sobre ela os sentidos apareçam restituídos e traduzidos num acto linear de escrita, é com estes que ela é percebida como um todo, de forma complexa, cinestésica e sincrética, ao mesmo tempo que, também, em ruidoso unísono, nas suas vozes e reverberações desencontradas.

Um território físico

Procedendo a uma enumeração de vertentes de aproximação à cidade começaria pela mais óbvia e também por aquela que, pela sua extensão, diversidade e totalidade, será mais difícil dar a ver: ela é um território físico. Isto, que é verdade para qualquer cidade, é, neste espaço de discussão, referido a Lisboa, pois também foi em relação a esta que desenvolvi algumas das pistas de reflexão que viriam a traduzir-se em esforço da sua exposição no museu. Insisto na existência deste território físico independentemente da tendência para ele ser descurado, já que, nos campos disciplinares das ciências sociais e humanas (com a excepção óbvia da geografia e da história), a incidência da análise recai sobre temas específicos e qualidades sociais e culturais da cidade. Este território físico que é feito de volumetrias, de formas, de cores, de planos, inscreve-se numa paisagem de que já é parte. Numa cidade com uma certa grandeza, a paisagem nunca lhe é totalmente exterior, já que não sabemos bem onde terminam os seus contornos e não somos capazes de a pensar sem a referir à paisagem envolvente. No caso de Lisboa é o Tejo, a outra margem, os campos imediatos quando se está na zona de Monsanto, por exemplo, campos que antes eram de trigo e que por ali prolongam até ao núcleo urbano a zona saloia que a rodeia.

Esta dimensão da inscrição num território amplo deverá estar presente numa exposição. Os limites da cidade foram definidos primeiro por muralhas, depois por portas, por cinturas de circulação com marcas construídas ou sinalizações que anunciam essa fronteira. Por outro lado, o fornecimento da cidade em géneros frescos, quando o fresco era também o próximo, é ele

próprio um elemento da história económica, social e cultural da cidade que pode ser evocado por um veículo de transporte, por uma galeria de figuras estereotipadas caracterizando aqueles que a ela vinham vender os seus produtos. Do mesmo modo para os dias de hoje, com as placas de indicação de destino dos transportes públicos, por exemplo.

Seria este o primeiro aspecto a permitir inscrever num tempo histórico o crescimento da cidade, a sua relação com uma periferia contrastada e, na actualidade, confundida já com a própria cidade numa área metropolitana que a prolonga, traçada por vias de circulação e de circunvalação densamente construídas. Na exposição iríamos talvez ver mapas, bilhetes de autocarro ou de comboio, uma placa a sinalizar a entrada no seu termo.

Planos em movimento

Dentro da cidade, propriamente dita, aquele território físico tem a particularidade de se deixar ver por partes já que cada fragmento que temos perante nós esconde a infundável possibilidade de fragmentos a observar. Parece-me residir aqui um problema conceptual muito importante para pensar a cidade e mostrá-la numa exposição. Trata-se de uma espécie de paradoxo inerente à observação da cidade, quando nela nos encontramos, e que, num aglomerado de pequenas dimensões, uma aldeia por exemplo, é muito menos evidente ou algo irrelevante. Ele consiste em, a partir de um ângulo de observação, a cidade se revelar por aquilo que se vê e, ao mesmo tempo, por aquilo que esconde. Deslocamo-nos e novas coisas vamos vendo e escondendo numa contínua deslocação de movimentos e de planos que se justapõem, sobrepõem, ocultam. Quero sobretudo referir que aquilo que se vê tem implícito aquilo que está escondido. Como se não houvesse uma possibilidade de autonomizar a parte que se vê, sem o risco de perdermos a densa malha da construção urbana e social da cidade, a sua paisagem mais íntima. Assim, ao destacar um bairro, uma rua, uma praça, nele será sugerido aquilo que se não vê, e que permite dar os sentidos mais finos da cidade enquanto forma complexa.

Esta dimensão que se oculta naquilo que é explícito através de sobreposições, pressuposições, suposições, é um território interpelativo que elabora o próprio imaginário em torno da cidade e da relação que com ela estabelecemos. Será interessante ponderar como se articula a história da fotografia com a própria cidade e o espaço urbano e a nunca esgotada deslocação e revelação de planos que o nosso olhar define. A cidade é pois também o nosso próprio movimento. A arquitectura de uma exposição deveria contemplar a cidade como território que se revela e surpreende no nosso deambular.

Diferenciação interna

É esse extenso e compósito território que se afirma pela sua diferenciação interna. Bairros ou partes da cidade têm histórias sociais e de desenvolvimento urbano muito distintas que se reforçam por sectores de actividade que lhe estão associados, população que os habita, marcas urbanísticas ou arquitectónicas ou configuração topográfica. Será pertinente reflectir acerca do modo como locais da cidade que antes foram aglomerados individualizados no espaço e com expressões identitárias acentuadas e contrastantes (aldeias ou mesmo vilas) foram sendo articulados no todo — a cidade — que, nos discursos que a protagonizam, desenvolve como traços definidores a exibição desses mesmos contrastes. Com eles, temos ainda a percepção da história do crescimento que trouxe novos sectores, bairros, quarteirões, que viriam a definir-se em zonas singularmente caracterizadas da cidade.

O cancionero, que a vai relembrando e desenhando no espaço fechado do teatro da revista e na presença recorrente da rádio com o seu poderoso papel na construção de territórios de pertença e de visitaçao, é um dos textos onde a atribuição de traços de caracterização dos bairros é mais recorrente e eficaz pela geografia que constrói. Mas também o cinema é uma via de acesso à cidade, às imagens que a fixam e às representações que para ela são propostas.

A história intelectual da frequentação e dos olhares sobre a cidade da gente das artes e das letras é parte constitutiva da própria cidade como realidade e inseparável das ideias que a exprimem. Autores do mundo do espectáculo, cineastas, escritores, pintores, nos próprios espaços públicos que frequentam, nos grupos e tertúlias que animam, são personagens da cidade e da história dos seus lugares. Numa exposição sobre a cidade a presença destes pode ser trazida através das linguagens que os reificaram. O cinema, a pintura, uma canção, para além da informação e conteúdos que exprimem, poderiam ser trabalhados como matéria plástica envolvente e insinuando-se enquanto espaço físico da cidade. É por todos estes registos pelos quais se vai tipificando a cidade, mas que igualmente dá voz às inovações e aos movimentos de modernidade que a cidade acolhe, que ela se destaca na sua singularidade, e que sobretudo distingue a cidade capital em relação a outras formas urbanas.

História, memória e imaginário

Uma outra dimensão importante nos modos de a cidade se afirmar na sua singularidade reside nos processos como ela retém, constrói e ficciona a sua história. Expressões da sua dimensão física, sinais, discursos que se materializam em produtos de circulação icónica, explícita ou implicitamente,

inscrevem a cidade num tempo sempre recriado, povoando selectivamente o passado e participando da fenomenologia do presente em conflito e negociação. Os monumentos que permitem contar a sua história e a sua fundação definem uma primeira topologia do poder instituído: igrejas, palácios, praças, e outros espaços de representação. Talvez que algum elemento destacável possa ser trazido para a exposição como objecto metonímico que sinaliza a acção desse mesmo poder que gere a cidade: um relógio, um cruzeiro, um cata-vento, um brasão, um tapete de entrada numa repartição pública.

Depois, num processo continuado de povoar a cidade de personagens que ajudem a memorizar e fixar o texto da sua história e da história do país: a estatuária e a toponímia. Elas ocorrem exactamente com a história do aparecimento da cidade e do desenvolvimento urbano. As estátuas dos escritores, artistas, soldados, políticos ou figuras populares podem ser trazidas para a exposição como personagens de um jogo feito de pedagogia e opacidade pois insistem em dizer quem somos, e a narrativa histórica de que fazemos parte e, no entanto, frequentemente já não ecoam num reconhecimento de uma memória colectiva em que muitos deles se desvaneceram. Com as placas toponímicas, elas próprias podendo constituir objectos de exposição, o processo é ainda diferente, pois para as ruas e becos antigos elas vêm substituir designações anteriores percebendo-se com isso melhor os processos de construção do imaginário da cidade e de legitimidades que ela ajuda a instituir.

Nesta relação ao tempo a cidade produz-se em problematizações de si mesma que só na aparência são anacronismos. Ela evoca aspectos do seu passado para com eles legitimar uma permanência no tempo, e o reforço da sua identidade alude a essa permanência, o que se vê em processos de folclorização que depois trazem para dentro dos estabelecimentos públicos as designações, as decorações, tal como o faz com personagens da sua história, do seu passado glorioso, ou com algumas figuras populares. Tudo isso se encontra também nos postais, folhetos e roteiros turísticos que levam a sua imagem para fora. E, a somar a este *corpus* de inscrições, outros aspectos frequentemente anedóticos e mais fluidos emergem aqui e ali evocando passados antigos. E outros pertencem a uma crónica efémera de acontecimentos associados à intervenção de um artista, a uma corrente fugaz, a um edifício construído e aos discursos que produziu, a uma moda ou um efeito de atracção que os espaços de lazer de uma rua geraram, e de que alguns serão recuperados para integrar esse discurso emblematizado sobre si própria.

Sonoridades problemáticas

Por outro lado ainda, a cidade é um campo de sonoridades problemáticas, fracturadas e em tensão. Trata-se de uma questão, por vários motivos decisiva, também porque frequentemente seleccionamos, por gosto próprio,

apenas algo do que se ouve na cidade, excluindo a maior parte da sua sonoridade, que sentimos como profundamente incómoda e que pode atingir graus de poluição agressora. Mas nesses estratos múltiplos que se sobrepõem e se confundem na paisagem sonora da cidade também se constrói a sua historicidade. Ali se descobrem registos antigos de sons que marcaram e continuam a marcar o seu ritmo, como as campainhas dos eléctricos e os ruídos da sua deslocação sobre os carris, ou a gaita do amolador, num sábado de manhã, num dos novos bairros da cidade. Este último entra também no universo musical construído em torno das actividades dos mercados, dos músicos de rua em lugares onde já não circulam carros, do vozear que se mistura ao som continuado do trânsito dos automóveis, dos aviões que passam e que, na beira do rio, não abafam o aviso dos barcos, a voz das gaivotas. Ouvem-se as sirenes dos bombeiros, da polícia, das ambulâncias; a cidade é o acontecimento que, pela sua recorrência, com ela se confunde, em ruído.

Trata-se de um campo de sonoridades conflitivas que, em si mesmo, pode convidar a uma investigação em antropologia urbana comparada, a deixar ver singularidades e semelhanças. A própria consciência e processos de intervenção na instalação de barreiras acústicas que eliminem a intensidade do ruído é um elemento a ponderar quando se comparam cidades em distintos contextos culturais e graus de desenvolvimento socioeconómico. Um lance de uma barreira acústica pode bem ser um objecto que, numa exposição, esboça a fronteira dos limiares de sonoridade aceitável e do próprio registo da presença de uma auto-estrada, de um aeroporto, de uma estação de comboio. Expor a cidade é também construir uma arquitectura sonora de múltiplos registos que poderá incluir a experiência museográfica da violência da poluição sonora.

Diversidades sociais, culturas

Lisboa, capital do país e do império, foi sendo lugar de fixação e de passagem na busca do lucro, sonho ou apaziguamento das fomes, daqueles que vieram do interior do país, das ilhas ou de todos os lugares de além-mar. Para os primeiros ela foi-se revestindo de mantas de retalho das províncias, com que alguma da sua expressão e produção icónica em torno de certos ofícios e de formas e espaços associativos se elaborou. Para todos os outros, conforme as conjunturas da história da cidade e do país, outras expressões mais óbvias de diferenciação cultural marcaram a cidade, desde os modos de vestir, comer, cantar, à ocupação dos lugares e criação de vizinhanças.

Na cidade depois das colónias, quando, além disso, também passou a ser uma porta de entrada da Europa mais ampla, a diversidade cultural que a compõe, com tudo o que traz de reelaboração e reconfiguração de identidade, é uma dimensão sem a qual dificilmente esta poderá ser problematizada

como lugar de abertura, desafios e de exercício e construção de identidades individuais e colectivas. É também por ela que se realça a cidade como movimento que a conduz para fora de si própria. Objectos, sons, cheiros, sabores, cores desses lugares vêm também de longe e na exposição devem trazer essa presença da cidade feita de tantas influências. E é neste plano que também a exposição sobre a cidade permite formular questões dos sentidos que nela se confrontam e articulam.

E não se trata apenas de migrantes ou imigrantes que vieram a integrar a população da cidade e o seu *facies*, porque ele é ainda feito de fracturas, de violentos contrastes, de riqueza exibida e pobreza extrema, de territórios de marginalização, de medos, inseguranças, e também de um permanente efeito de auto-satisfação celebratória.

Comunicação, apelo, sedução

Continuando a ter como referência este exercício de expor a cidade parece-nos importante dar relevo ao facto de esta ser um território do apelo e da sedução. Referimo-nos a todo o tipo de publicidade que, pelos seus suportes, pela sua forma, cor e sonoridade, é substância de organização cénica e plástica da cidade, e que, para além de assim a marcar e a ajudar a construir, é geradora de afectos, memórias e identidades. A publicidade supõe, e com isso organiza, a diversidade dos géneros, aos quais se dirige, assim como de grupos etários, e elabora representações sobre a diferenciação das classes, estabelecendo pontes de intimidade com a realidade quotidiana dos consumos, e desdobrando-se em imaginários e ficções.

É todo esse conjunto de formas, cores, produtos, personagens e sinais, que cria fortes laços de união entre as pessoas, por geração, nas memórias que guardam ou nos reencontros que fazem com slogans revisitados, ouvidos anos depois na rádio ou lidos nos jornais ou na embalagem de qualquer produto. Julgo que esta matéria plástica fortemente sensorial define muito da nossa identidade e, ganhando autonomia em relação às oficinas de gráficos, designers e agências, constrói uma das dimensões mais expressivas da cidade e da sua inscrição num tempo presente que continuamente elabora e institui. Referimo-nos a todo o tipo de informação, comunicação, anúncio ou apelo: cartazes e painéis de cinema, teatro, espectáculos, exposições, actividades nos espaços públicos e acções em torno da sua monumentalização, painéis publicitários de todo o tipo de produtos, por vezes em movimento nos transportes públicos ou em grandes extensões que ocupam o tapume que cobre um prédio ou uma área em construção. A ele se juntam os murais, graffitis, as palavras de ordem de campanhas eleitorais.

Essa densidade dispersa, aleatória e fragmentada de sinais e de suportes materiais onde se inscrevem, é certamente uma matéria de grande

virtualidade museográfica. É também neste campo do apelo e da sedução que poderemos tratar dos comércios e da forma como exibem os seus produtos, das montras que são já elas mesmas um equipamento de museu onde os objectos são dispostos, iluminados e dados a ver pelo efeito que podem causar em quem os observa. Também os restaurantes, bares e cafés, lugares de divertimento e espaços de sociabilidades, podem ser trazidos para o território de uma linguagem sensitiva feita de apelos afectivos, insinuando-se pelo conjunto dos nossos sentidos, reveladora, para dentro de portas, destes interiores da sua vida pública, aspectos que só com a cidade se descobrem.

O público e o privado

Vejamus ainda uma outra dimensão que uma exposição deveria tratar e que permite destacar a construção das fronteiras e das articulações entre o público e o privado. A cidade no seu conjunto constitui-se como um espaço público em que as ruas e largos configuram a própria cidade que assim se apropria das fachadas das casas e impede de ver para dentro delas. O modo como estas se relacionam com o exterior é escasso. Portas, janelas, varandas, não são já lugares de estar se exceptuarmos alguns recantos de bairros antigos que existem como pequenas aldeias dentro da cidade. Mesmo uma casa isolada, como todas as outras de propriedade particular, só parece perceptível enquanto lugar do espaço público.

É esta hegemonia do público, que por isso também reforça o sentimento de individualidade de cada um, que transmuta o território da cidade numa segunda natureza. Como dizíamos numa mesa redonda onde alguns de nós estivemos presentes, a cidade enquanto território construído parece estar mais do lado da natureza do que da cultura. É apenas um aparente paradoxo que ressalta quando se propõe o contraste com o espaço da aldeia, todo ele resultado de permanentes negociações, investido que é por cada um dos habitantes que transportam muito do espaço interior da casa para a rua, cuja manutenção e limpeza é por eles próprios garantida. Ali, as responsabilidades compartilhadas obrigam a varrer em frente das casas, ali é possível arrumar a lenha à beira da escada já na rua, etc., etc. Na cidade, os habitantes não são directamente responsabilizados pela sua manutenção, pela sua ordenação, circulam por ela, surpreendem-se quando um prédio cai, observam como se transforma, tiram prazer dela ou suportam-na consoante os espaços onde apetece ou onde se evita estar. Ela é feita de múltiplos territórios com que nos sentimos identificados ou onde nos sentimos estranhos. Por isso também a cidade vê gerar esse efeito de uma natureza muito para além de nós. Uma natureza não isenta de ameaças, de perigos, de desconhecido. Como se a eficácia das instituições e da sua governação

trouxessem o afastamento dos habitantes em relação à coisa pública que habitam e de que são parte. Como trazer para uma exposição a cidade como natureza apelativa e também inóspita? Como evocar uma ideia de grandeza que nunca abarcamos na sua totalidade?

Saída

São apenas pistas para formular algumas questões que parecem conter a virtualidade de poder ser traduzidas como conceito, perspectiva e matéria sensível para o espaço tridimensional de uma exposição. Porque este universo que aqui discutimos constrói-se enquanto cenografia. É história, realidade e discurso, em que este, já inscrito na cidade, vai projectando imagens desta sobre si própria e assim acumulando, elaborando a sua plástica, a sua atmosfera, a sua respiração.

Se nesta aproximação para a construção de uma exposição a interdisciplinaridade pode trazer importantes contributos, ela tem também de recorrer às imagens capazes de sintetizar a expressão de uma ideia ou de um conhecimento e de tocar e envolver aqueles a quem se comunicam. Elas são um instrumento poético próprio de outras linguagens que forçosamente serão também recurso da própria exposição. Daí que pensar em expor a cidade seja também avaliar a necessidade de alargar as fronteiras dos campos disciplinares que praticamos. Apetece fazer essa exposição também com esta última finalidade.

Capítulo 4
A IMAGEM PREDATÓRIA DA CIDADE

Luís Fernandes

As seduções primeiras

A ciência teve de si própria, ao longo de muito tempo, uma imagem que a dizia representação do mundo. A objectividade é a transposição dos objectos da realidade para enunciados rigorosos. Trazer o mundo para dentro da linguagem e, dentro desta, poder exprimir as relações entre fenómenos através do número e da lei — eis o programa que governou a vontade de saber desde o início da modernidade.

A visão da ciência como tradução do mundo tem hoje de negociar o seu estatuto na comunidade científica com uma outra, já antiga mas até há pouco quase marginal: a ciência como construção. A representação objectiva da realidade cede aqui lugar às imagens subjectivas. A subjectividade não diz, neste caso, respeito a algum arbitrário do nosso olhar, mas ao facto incontornável de ser um sujeito quem olha o mundo para dizer depois. Longe de reflectir o mundo, o discurso científico constrói-o, propõe, pois, imagens da realidade.

Este processo não está, no entanto, isento de problemas. Bachelard alertou-nos há muito para o género de objectos, que, produzindo fascínio ao ser olhados, turvam aquilo que deles podemos dizer. “Quando perguntamos a pessoas cultas, cientistas inclusive, como fiz diversas vezes, o que é o fogo, recebemos respostas vagas ou tautológicas que repetem inconscientemente as teorias filosóficas mais antigas e mais quiméricas. A razão disso é que a questão foi colocada numa zona objectiva impura, em que se misturam as intuições pessoais e as experiências científicas”. Eis o que acontece com alguns dos objectos das ciências humanas: tal como o fogo, convocam na mesma aparição ameaça e fascínio — e logo o espírito se vê conduzido a devaneios, viagens mentais e medos. O fogo é, de todos, o que se presta a contemplanções mais primitivas e radicais. Não pode ser também assim com a insegurança urbana? Que seduções e medos produz, desses que obstruem a razão, como demonstrou Bachelard para o fogo?

A cidade é precisamente um destes objectos que estão numa “zona objectiva impura”. Palco denso de actores, territórios e acontecimentos, oferece-se a uma intensa construção de imagens. Podemos nós fazer com ela o que recomendava Bachelard para o fogo? “Eis o nosso objectivo: curar o espírito das suas felicidades, arrancá-lo do narcisismo que a evidência primeira proporciona, dar-lhe outras seguranças que não a posse, outras formas de convicção que não o calor e o entusiasmo. (...) A pedagogia do espírito científico ganharia em explicitar as seduções que falseiam as induções”.

As imagens da cidade

A cidade tem sido, desde os cronistas do século XIX aos primeiros sociólogos, desde a escola de Chicago aos actuais trabalhos da psicologia ambiental ou da antropologia urbana tema para uma série de imagens da vida social.¹

A produção de dicotomias como forma de organizar a experiência heterogénea do urbano é um processo já antigo: ao longo do século XIX desenvolvem-se os binómios antagónicos classes laboriosas/classes perigosas, *great and good/great unwashed*, cidade burguesa/cidade operária. A metrópole, contentor grande e diverso de sítios e gentes, era representada literariamente como “lugar escuro, poderoso, sedutor, como um labirinto” (Graham & Clarke, 1996); ainda antes das primeiras análises sociológicas nasce o tema, nalguns escritores novecentistas, da cidade tentacular (Vieillard-Baron, 1985); e, se a cidade medieval traduzia uma certa utopia na sua própria organização topográfica, sendo um espaço regrado e expulsando a desordem para fora de portas, a cidade moderna torna-se o símbolo da distopia (Cohen, 1988), sítio que promete aventura mas que convoca perigos e medos, estes assentaram crescentemente na criminalidade de rua à medida que se desenvolve a cidade saída da Revolução Industrial.

A associação criminalidade-espaço urbano vai muito para lá da relação contextual: a cidade não é mero palco do delito, mas seu produtor e multiplicador, sendo capaz dum efeito moral sobre os indivíduos. “A criminalidade nas grandes cidades é muito maior, mesmo na ausência de malfeitores de profissão e entre as gentes que permaneceriam calmas e honestas se vivessem longe dos locais passionais que são as grandes cidades cosmopolitas (...) Nas cidades todas as causas, numa palavra, se reúnem para fazer nascer os vícios e agudizar as paixões, provocando a criminalidade” (Lanessan, 1910).

Organizem-se em torno do espaço ou dos grupos que o habitam, as dicotomias traduzem quase sempre uma problemática de inclusão/exclusão: o East

1 Limitamo-nos a referir escolas ou áreas disciplinares com as quais este texto tem afinidades.

End londrino era um lugar à parte, habitado pelo “resíduo social”, “Meca dos dissolutos” (Graham & Clarke, 1996). E na Paris do início do século, “existe em cada bairro um certo número de profissionais do crime e do vício que consideram o bairro como um terreno de caça, que lhes pertence, não permitindo a outros estabelecer-se lá” (Lanessan, 1910); “Associa-se, durante a segunda metade do século XIX, uma zona periférica de Paris, a uma fauna nauseabunda e lasciva. Sobre estas torres de desordem, não haveria senão ocupações estranhas e criminais! (...) Os atributos dos mais pobres parecem constituir um todo indissociável e o seu bairro um recipiente de culturas de desviância” (Gervaise, 1991). A tematização em torno do selvagem de paragens longínquas era já abundante na altura. Ora, a figura do selvagem fornece as metáforas da caracterização do transgressor, indivíduo que se furta aos mecanismos de controle da sociedade disciplinar: “A classe laboriosa, pela sua posição social inferior e os seus costumes pouco policiados, assemelha-se a esse selvagem. (...) As camadas mais baixas do proletariado urbano, esses bárbaros (linguagem literária que assim os nomeava), acabam por encarnar o conjunto dos vícios físicos e morais que se atribuem à pauperização” (Gervaise, 1991).

A associação cidade-insegurança é, como vemos, já antiga sendo uma das principais imagens com que construímos o mundo urbano. Dum modo esquemático, podemos dividir as imagens desta associação cidade-insegurança em duas grandes modalidades:

A imagem optimista

Por exemplo, as virtualidades para o crescimento da individualidade e da vida do espírito que Simmel reconheceu na metrópole, introdutoras de um princípio de liberdade que valia bem o acréscimo de insegurança que lhe estava associado; o lado criativo e construtor de normatividade — e portanto introdutor de princípios de ordem — em mundos sociais até aí vistos como patológicos, ameaçadores ou disfuncionais, de que é exemplo pioneiro Nels Anderson, com a sua descrição da *jungle* dos *hobos* de Chicago; a tese da suavização dos costumes, que já vem de Nietzsche, passa por Elias e chega a Foucault ou a Lipovetsky, autêntica inversão do pensamento elementar acerca da criminalidade e da violência, que as crê sempre em crescimento inexorável; a desconstrução da insegurança enquanto “coisa” que fazem actualmente alguns especialistas inscreve-se igualmente, a nosso ver, nesta tese (por exemplo a demonstração de que o medo não encontra fundamento nas estatísticas do crime ou a *décalage* entre sentimento de insegurança e taxas de vitimização); a ideia de uma cidade que, ao invés de ser vista como fragmentada e geradora de interstícios esquivos ao controle social, produz conexões — porque há hoje uma cidade informacional e comunicacional. Cidade, pois, dos fluxos, percorrida por redes, representada como um espaço de recursos (Donzelot, 1999).

A imagem pessimista

A cidade projecta-se para além de si, enquanto imagem e metáfora: representou em tempos o culminar da ordem social, mas instala-se progressivamente como a projecção da própria desordem civilizacional. “Hoje, invariavelmente representa desordem, caos e colapso. Assume-se que, a menos que façamos mudanças radicais, a cidade do presente — a iconografia da violência, o crime, a insegurança, a contaminação, o congestionamento do tráfego, a sobrepopulação — é a sociedade do futuro. Nas ruas da cidade é onde se reflectem as imagens distópicas mais agudas” (Cohen, 1988). A crise do urbano reactualiza-se hoje em torno das figuras do toxicodependente de rua, do sem-abrigo, do migrante clandestino e da deriva juvenil; novos assentos territoriais como as zonas de mercado de drogas duras e as suas correlativas *shooting galleries* a céu aberto ou em hangares e pavilhões industriais em ruínas, criam ícones de verdadeira decadência exótica lado-a-lado com modos de vida convencionais; as dificuldades de gestão do espaço urbano agudizam-se perante o afundamento da periferia desqualificada, dos espaços intersticiais apropriados por grupos marginais e por actividades desviantes, da proliferação de formas de vida que fazem conviver dentro da metrópole actual fenómenos de profunda dissociação que pensávamos remetidos à cidade terceiro-mundista.

Este cenário pessimista é hoje recriado constantemente através da mediatização das incivilidades, do crime e da insegurança. Esta insistência discursiva tende a naturalizar tal imagem, fazendo-nos crer que a urbe nunca foi senão assim, limitando-se a lógica actual a uma espiral do aumento dos mesmos problemas, cuja tradução psicológica seria o encerramento do cidadão dentro do seu próprio Sentimento de Insegurança. Mas, se olharmos historicamente os fenómenos da violência e do crime damos conta da mudança da sua estrutura: duma violência de inter-conhecimento (no seio da família, entre vizinhos) assente na reposição da honra, na vingança ou no ajuste de contas passa-se progressivamente para o roubo como forma fundamental de transgressão no espaço urbano. A esta mudança associa-se também a alteração do estatuto do criminoso: se no século XVIII “o termo crime reenvia à depravação como estado moral, ligado à ausência dum trabalho regular”, com o advento da revolução industrial “o desemprego toma o sentido duma perigosa disponibilidade nas sociedades ocidentais” (Lagrange, 1995). Trabalho e desemprego são dois pólos do mesmo movimento oscilatório. E a figura ascendente do operário instala-se numa zona social de ambiguidades: como trabalhador é laborioso, como desempregado é perigoso.² Esta ambiguidade

2 Para a análise das modificações da estrutura da criminalidade em Portugal, cf. Fatela, 1989; para a análise histórica da dicotomia classes perigosas / classes laboriosas, cf. Chevalier, 1984.

não mais deixará de estar presente nas imagens da cidade e é hoje reactualizada com os movimentos migratórios de clandestinos — o *lumpen* dos sem-papéis.

A partir dos inícios do século XIX aumenta, portanto, dum modo incessante o crime predatório, de fugaz interacção (quando a há) entre transgressor e vítima. Predatório, justamente, “porque a dimensão relacional do crime deixa de existir. No roubo ao contrário do que acontecia na violência interpessoal, não existe troca nem confrontação. A vítima deixa de ser um actor interveniente e de ter qualquer contacto com o agressor. O medo do crime adquire uma nova significação: emerge uma nova apreensão motivada quer pela criminalidade predatória, quer pelo anonimato dos autores. O medo do crime ancora numa nova coligação de perigos” (Fonseca, 1998).

O medo à cidade inscreve-se e é o culminar do afastamento dos medos em relação à natureza, que dominaram todo o período medieval. A partir da Reforma e do Renascimento o homem “vai adquirindo uma consciência de si como entidade separada da natureza”. Também o risco, que até aí era colectivo — julgamento divino que se abatia sob a forma de doença, peste ou catástrofe — vai individualizar-se. Isto “é um factor intelectual decisivo na formação do sentimento de insegurança concebido como um medo secular e pessoal associado às ameaças para com a integridade física” (Lagrange, 1995).

A hipótese predatória

Regressemos de um modo explícito, às metáforas da ecologia da escola de Chicago. Eis-nos num espaço habitado por várias espécies, cada uma com um papel e um estilo de relação com a cidade.

Dentro destas variedades, sente-se no discurso das pessoas a presença dos predadores. Os grandes, cujo encontro se teme e se evita, são mais uma possibilidade do que uma certeza; os pequenos convivem connosco nas ruas e nos autocarros — o autocarro, o clássico ônibus, é no Rio de Janeiro um espaço predatório por excelência. Os grandes predadores, como o leopardo acoitam-se no espesso e na multitude das sombras — o morro, os morros que circundam pelo lado norte o Rio de Janeiro, podiam ser o seu habitat, de acordo com a forma como até agora vi organizar topograficamente a cidade. O morro é o seu espaço e a favela o território — o resto da cidade é o lugar das incursões. Os pequenos predadores, como o cão selvagem ou o mabeco, circulam de espaço em espaço espreitando o descuido, desenvolvendo o pequeno expediente, exibindo rituais que, no caso de intimidarem, podem revelar a vítima. São altamente móveis e aqui deslocam-se de autocarro.

Notas de terreno, Rio de Janeiro, 18 de Julho de 1998. Em “Pelo Rio abaixo” (2001)

A imagem da cidade enquanto espaço predatório onde, dum modo velado e insidioso, está continuamente em preparação um encontro entre algum agressor e alguma vítima foi-nos particularmente nítida durante uma estadia no Rio de Janeiro. Ao longo de um mês de permanência, fomos alinhando notas sobre o quotidiano carioca, em que os temas da criminalidade e da violência se destacaram. Tratava-se de um exercício etnográfico meramente exploratório, um primeiro olhar de quem chega pela primeira vez. São estes olhares de começo que fixam intuições e desenham leituras possíveis duma realidade, duma dinâmica social, dum contexto aparentemente confuso ou desordenado.³

Se o etnógrafo é aquele que tem a vocação de experimentar estar na pele do outro, nada mais oportuno do que uma etnografia da violência de rua. Num contexto de alta incidência da sua expressão, como é o caso do Rio de Janeiro, poderá com alguma probabilidade experienciar toda a intensidade do papel de vítima num assalto de rua — e por breves momentos será vítima mesmo e não etnógrafo, podendo contar com a total indiferença do actor social com quem interage relativamente ao facto de estar ou não ali a realizar um estudo...

A iminência da probabilidade dum tão rico acontecimento etnográfico levou-nos, nessa altura, a compreender na sua plenitude uma definição de insegurança que tínhamos lido algures: a insegurança é a probabilidade do imprevisível. Eis pois, aquilo que amedronta na cidade: a presença do estranho. Chamámo-lhe já, noutra texto, a *experiência do alien* e seguimos-lhe o fio do tempo, que remonta à constituição da metrópole moderna (Fernandes e Carvalho, 2000). O Sentimento de Insegurança tem tido muito do seu fundamento nesta experiência. Mas o *alien* não deve ser reduzido ao plano individual. Há também o *alien* espacial, traduzido na figura dos “espaços perigosos”, sítios de má fama que meticulosamente se evitam ou que aventureiramente se enfrentam. Os planos lisos da cidade, imediatamente legíveis ao olhar, desdobram-se em becos e traseiras — à cena contrapõe-se a obscena, como lhe chamava o cronista carioca João do Rio. É a obscena urbana que alimenta a componente espacial do Sentimento de Insegurança, oferecendo a cidade como um espaço de riscos — sem dúvida um dos seus fascínios e motivo de atracção.

A sustentação da imagem predatória dá-se através dos canais mediáticos e circula no conjunto da vida social urbana sob a forma de rumor. O rumor insegurizante, verdadeira modalidade de relacionamento nas redes informais da família, da vizinhança, ou do trabalho, é um diz-se-que-diz-se a

3 Daí para cá, temos tomado contacto sistemático com escritos brasileiros das ciências sociais, cujo teor nos tem confirmado as intuições iniciais (Velho e Alvito, 1996; Zaluar, 1996; Caldeira, 1992; Ventura, 1999). Nada há nisto de espantoso, a não ser a reconfirmação pessoal do poder analítico do método etnográfico.

propósito do facto criminal — é um nexo de insistência a partir de acontecimentos discretos, multiplicando-os e difundindo-os até aos confins do social. “A interposição do relato da mídia entre o acontecimento e os seus modos próprios de se reportar à violência física e cotidiana para um público mais amplo que o testemunha cria um circuito de produção de sentidos. (...) A força expressiva desta linguagem da violência vem deste movimento de os episódios deixarem os lugares particulares ou privados da sua ocorrência para se extravasarem numa dimensão pública onde se encontram, sobretudo, com instituições e discursos preexistentes, que passam a produzir sentidos e a orientar práticas sociais sobre a violência. Daí ser a violência mobilizadora e fundadora; expressa conflitos, dá visibilidade a questões sociais ou políticas latentes, provoca a produção de sentidos em diversas instâncias discursivas e acciona práticas institucionais e políticas.” (Rondelli, 2000).

Ora, uma das produções de sentido constituída neste jogo entre factos de rua e factos de linguagem é a *Hipótese Predatória*: funciona como esquema interpretativo das interações com desconhecidos e condiciona a liberdade de circulação no habitat urbano. Com efeito, numerosos trabalhos da psicologia ambiental demonstraram já o condicionamento territorial que o medo à cidade provoca, seja na escolha dos percursos urbanos, nos locais que se frequentam ou no comportamento auto-defensivo perante a interacção com desconhecidos (Nasar e Fisher, 1993; R. Taylor, 1987). A hipótese predatória é, pois, um verdadeiro mecanismo atribucional para as relações da vida quotidiana.

Se, para o habitante da urbe, tal hipótese pode funcionar como um esquema interpretativo do seu contexto de vida, para o investigador ela pode funcionar como o elo de ligação entre imagens da cidade e práticas quotidianas. Dito doutro modo, a hipótese predatória possibilita o pôr em relação o intangível e o palpável: se a imagem releva da construção social da cidade, mobilizando um campo de representações, as práticas remetem para o facto empírico, mobilizando um campo possível de observações. Por exemplo, numa cidade em que a hipótese predatória esteja fortemente enraizada, produzindo e reproduzindo a crença no elevado risco de vitimização criminal, poderá banalizar nas mais elementares actividades da vida diária, como estacionar o automóvel ou ir levantar dinheiro ao banco, um conjunto de comportamentos de prevenção situacional do risco de tal modo incorporados às rotinas que fazem parte, digamos, dum *habitus* de violência urbana. Eis o que nos permitiu observar um estudo exploratório no Rio de Janeiro (Fernandes, 2001): a relação entre a crença na alta probabilidade de vitimização criminal e a multitudine de rotinas preventivas, cuja incorporação eficaz permite, até certo ponto, encarar a violência de rua como um fenómeno normal — pelo menos no sentido em que é banal, e tudo o que é banal é normal... A imagem predatória encontra aqui toda a sua expressão: sabendo o perigo um facto, não se procura

eliminá-lo (estratégia obsessiva típica do europeu), mas adaptar-lhe estratégias que figuram já em estado maquínico no fundo normal da vida colectiva.

Poderíamos fazer um exercício de contornos semelhantes para a cidade do Porto, onde levamos há anos a cabo, dum modo sistemático, trabalho etnográfico. Interrogaríamos então a relação entre o visível aumento da imagem de cidade insegura e os hábitos diários do portuense.⁴ Como tem a hipótese predatória produzido modificações no quotidiano da cidade? Eis o programa genérico duma investigação em curso que analisa comparativamente dois contextos urbanos relativamente à ligação entre imagens da cidade e práticas quotidianas através da hipótese predatória: o Rio de Janeiro e o Porto.

Nota final

“Por consequência, as cidades nunca foram meros sítios, mal foram inventadas, engendraram uma versão fantasma de si mesmas; um desdobramento imaginativo que vivia uma vida independente na imaginação das espécies humanas. Por outras palavras, significavam algo.” (Cohen, 1988) Poderíamos acrescentar nós em complemento do raciocínio de Cohen, que os crimes não são meros comportamentos. Mal foram inventados, engendraram uma versão fantasma de si mesmos, viviam uma vida independente na imaginação das espécies humanas. Por outras palavras, significavam algo. E este significado ganha nova densidade quando juntamos cidade e crime. Desde que este adquiriu grande protagonismo como argumento omnipresente nas narrativas daquela, a construção de imagens que tal narrativa propõe passou a viver em grande parte desta aliança. Seria bem ilustrativo a este respeito um percurso pelas imagens propostas pelo cinema, pela literatura ou pela banda desenhada, constatando a tão frequente associação entre cosmopolitismo e sofisticação da criminalidade — como se esta fosse signo e expressão máxima daquela.

Para o habitante da urbe, a interiorização desta imagem não podia não conduzir à hipótese predatória como regulador da sua relação, não tanto com a cidade física, palpável e material, mas com a versão fantasma que ela engendra. O que, no limite, vai dar ao mesmo e nem sequer incomoda um certo modo de estar actual nas ciências sociais, em que nada é real e tudo é construção... Esta quase alucinação construtivista poderia — e vêmo-lo bem a propósito do objecto fluido que é o sentimento de insegurança —⁵ fazer-nos cair numa “zona objectiva impura”, mais governada pela sedução do que pelas regras da indução. Possa a hipótese predatória ser uma proposta empírica

4 Cf. a análise do crescimento do sentimento de insegurança nos trabalhos do Observatório Permanente de Segurança do Porto.

que nos faça regressar a um estado de ciência que, por muito construtivista que seja, não nos aliene do real...

Referências bibliográficas:

- Caldeira, Teresa (1992), *City of Walls: Crime, Segregation and Citizenship in São Paulo*, dissertação de doutoramento, Universidade da Califórnia.
- Chevalier, Louis (1984), *Classes Labourieuses et Classes Dangereuses*, Paris, Hachette.
- Cohen, Stanley (1988), *Visões de Control Social*, Barcelona, PPU Editores.
- Donzelot, Jacques e Jaillet, Marie Christine (1999), “La fragmentation urbaine et les zones desfavorisadas: Le risque de désolidarization”, *Hommes & Migrations*, 1217, Jan-Fev.
- Fatela, João (1989), *O Sangue e a Rua — Elementos para uma Antropologia da Violência em Portugal*, Lisboa, D. Quixote.
- Fernandes, Luís (2001), *Pelo Rio abaixo — Crónica duma Cidade Insegura*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Fernandes, Luís e Maria Carmo Carvalho (2000), “Problemas no estudo etnográfico de objectos fluidos — Os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social”, *Educação Sociedade & Culturas*, 14.
- Fonseca, Ernesto (1998), *Representação Social da Insegurança: Crime e Crise*, dissertação de mestrado, Universidade do Porto.
- Gervaise, Paul (1991), “‘Les passages’ Quartiers de Levallois-Perret: banlieue parisienne”, *Deviance et Société*, 15, 3.
- Graham, P. & J. Clarke (1996), “Dangerous places: crime and the city”, em J. Muncie e E. McLaughlin (orgs.), *The Problem of Crime*, Londres, Sage.
- Lagrange, Hughes (1995), *La Civilité à L’épreuve: Crime et Sentiment D’insecurité*, Paris, PUF.
- Lanessan, Jean Louis (1910), *La Lutte Contre le Crime*, Paris, Félix Alcan.
- Nasar, J. e B. Fisher (1993), “‘Hot spots’ of fear and crime: a multi-method Investigation”, *Journal of Environmental Psychology*, 13.
- Rondelli, Elizabeth (2000), “Imagens da violência e práticas discursivas”, em M. Pereira, E. Rondelli, K. Schollhammer e M. Herschmann (orgs.), *Linguagens da Violência*, Rio de Janeiro, Rocco.
- Taylor, Ralph (1987), “Toward an environmental psychology of disorder:

5 Fizemos noutra local (Fernandes e Carvalho, 2000) o exercício de desconstrução da noção de sentimento de insegurança, tomando como exemplo um conjunto de objectos hoje em voga numa certa concepção de ciências sociais: vagos e multiformes, sujeitos a sucessivas operações de definição e redefinição, com extensões e sobreposições no discurso sociopolítico. São bem ilustrativos a este respeito os casos da exclusão social, da violência, do sentimento de insegurança ou da etnicidade e multiculturalismo — chamavamos-lhes, por isso, objectos fluidos.

- delinquency, crime, and fear of crime” em D. Stokols e I. Altman (orgs.), *Handbook of Environmental Psychology*, EUA, John Willey & Sons.
- Velho, Gilberto e Marcos Alvito (orgs.) (1996), *Cidadania e Violência*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ e FGV.
- Ventura, Zuenir (1999), *Cidade Partida*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Vieillard-Baron (1985), “La grande ville et la vie de l’esprit: réflexions à propos de G. Simmel” em AA.VV., *Figures de la Ville — au Tour de Max Weber*, Paris, Éditions de Minuit.
- Zaluar, Alba (1996), “A globalização do crime e os limites da explicação local”, em G. Velho e M. Alvito (orgs.), *Cidadania e Violência*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ e FGV.

Capítulo 5
PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO NA IMIGRAÇÃO

Rui Pena Pires

A imigração constitui uma componente-chave das dinâmicas populacionais nas grandes cidades do mundo contemporâneo. No plano analítico como no político, as consequências da imigração constituem hoje um objecto de disputas interpretativas e normativas, frequentemente constituídas, em termos equívocos, por remissão da categoria de integração à categoria de comunidade. Neste texto propõe-se um modelo alternativo de análise dos processos de integração na imigração, o qual tem por base as propostas teóricas, mais gerais e abstractas, apresentadas noutro texto (Pires, 1999). Aí se sustentava, nomeadamente, que seria útil retomar, reelaborando-a,¹ a distinção de Lockwood (1964) entre *integração social* — que se referenciava “aos problemas da reconstrução pelos actores da sua integração na ordem interactiva (e, portanto, de reconstrução também dessa ordem interactiva) na sequência de situações críticas, isto é, situações de desrotinização da interacção” — e *integração sistémica* — que se referenciava ao “resultado de acréscimos de variabilidade sistémica envolvendo situações lógicas de incoerência, incompatibilidade ou disjunção entre subsistemas da ordem sistémica”.

Integração social: assimilação e etnicização

É útil definir “migração” como um tipo particular de mobilidade espacial entre sistemas sociais, como deslocação inter-sistemas de ordem que inclui processos de desintegração (na sociedade de partida) e de (re)integração (na sociedade de chegada) dos migrantes. Neste sentido, as migrações constituem “situações críticas” cuja resolução envolve a reparametrização, pelos

1 Particularmente relevante no processo dessa reelaboração foi a avaliação crítica dos contributos da teoria da estruturação desenvolvida por Anthony Giddens (1984).

migrantes, da sua participação na ordem interactiva. No limite, isso pode ser conseguido incorporando-se em quadros de interacção autóctones ou, em alternativa, participando em novos quadros construídos pelos próprios imigrantes.²

Nestes microprocessos de reparametrização estão em jogo a construção de rotinas que suportem a reposição da segurança ontológica e da facticidade do mundo e aprendizagens sociais que, alargando o fundo de conhecimentos comuns, viabilizem a participação em novos espaços de negociação e reconhecimento. Pelo menos no curto prazo, e sobretudo entre populações imigrantes com menos recursos, rotinização e aprendizagem são facilitadas pela rápida construção de um ambiente comum menos desconhecido, nomeadamente por via da participação em redes de interacção intra-migrantes, ou dos seus descendentes, eventualmente territorializadas (sobretudo no domínio residencial).

Enquanto suporte da transição inter ordens sociais implicada no processo migratório, o carácter centrípeto das fases iniciais da integração não impede, por si só, a possibilidade de uma progressiva inclusão em quadros de interacção autóctones. Em primeiro lugar, porque, nas sociedades modernas desenvolvidas, a autonomia dos quadros de interacção da população imigrada é limitada pelo carácter sistémico alargado das componentes mais instrumentais da vida social, quer no plano económico quer no plano socioinstitucional (escola, saúde, ...).³ Em segundo lugar, porque a aprendizagem social entretanto realizada para lidar com esses ambientes macrossistémicos da acção facilita a progressiva inclusão dos imigrantes em novos espaços de sociabilidade.

O desenvolvimento destes quadros de interacção intra-migrantes, no sentido da sua especificação ou generalização, depende de outras componentes dos processos de interacção. Depende, sobretudo, das dinâmicas de reconhecimento em torno das procuras de afirmação do self pelos imigrantes e, em particular, da construção de estereótipos de tipificação e da fixação dos seus resultados em modos de categorização. Ou seja, depende, da solução para o problema da pertença colectiva em que desembocam os jogos sociais, no plano identitário, entre imigrantes e autóctones.⁴

2 A crítica do funcionalismo tornou evidente que a existência de condições funcionais (necessidades) não assegura a funcionalidade (resultados). O retorno do imigrante pode constituir uma resposta ao fracasso dos processos de construção daquela reparametrização.

3 No plano económico, o carácter centrípeto das fases iniciais da integração pode no entanto ser reforçado quando os contextos de integração estão já previamente definidos enquanto enclave étnico (Portes, 1999).

4 Portes (1999) salienta que os resultados da integração se jogam sobretudo na chamada "segunda geração", devido aos diferentes referenciais de auto-avaliação fundamentais para a avaliação das procuras de afirmação do self accionados pelos migrantes (a sociedade de partida) e pelos seus filhos (a sociedade receptora).

A especificação do âmbito e temporalidade dos quadros de interacção intra-migrantes pressupõe a possibilidade de uma auto e hetero inclusão dos imigrantes no espaço identitário constitutivo da unidade simbólica da sociedade de imigração. Pelo contrário, a sua generalização enquanto suporte para a construção de novos e concorrentes espaços identitários deriva da impossibilidade, mesmo que parcial, de inclusão naquele espaço simbólico de pertença colectiva. Em ambos os casos, e não apenas no primeiro, estamos perante processos de integração social, embora com configurações e dinâmicas diferentes. Numa formulação muito próxima da de Portes (1999), e referenciando ainda apenas possibilidades-limite, o primeiro desses processos de integração é habitualmente designado por assimilação, o segundo por etnicização.

A utilização, no contexto teórico deste trabalho, daquelas duas categorias clássicas nos estudos sobre migrações exige alguma especificação.

Por assimilação entende-se o processo de inclusão dos imigrantes no espaço identitário definidor da *pertença* à sociedade de chegada e, portanto, definidor também da possibilidade de participação alargada do imigrante nos quadros de interacção preexistentes. Essa inclusão é efectiva quando se combinam os processos de auto e heterocategorização dos imigrantes enquanto membros desse espaço identitário comum.

Desta definição decorrem três corolários, que importa precisar tendo em conta a história equívoca do conceito, e da sua crítica, incorporando recentes contributos para a sua reavaliação e redefinição (Alba, 1997; Kazal, 1995; Morawska, 1990 e 1994).⁵ Em primeiro lugar, a assimilação é compatível com a existência de identidades culturais plurais construídos em torno da especificidade das memórias associadas à trajectória de imigrado e à sua reconstrução (não significando, por isso, total homogeneização). Em segundo lugar, a assimilação é compatível com a redefinição do espaço identitário comum no processo de inclusão de novas pertenças (não significando, por isso, mera adaptação). Finalmente, a assimilação é compatível com a emergência de dissensões no espaço normativo (não significando, por isso, consenso normativo).

Este último corolário deve ser um pouco mais especificado, pois refere-se à componente do conceito que mais prejudicou a sua utilização numa perspectiva analítica. De facto, a raiz dos equívocos gerados com as definições e utilizações mais comuns do conceito de assimilação está no facto de este ter sido frequentemente accionado num contexto teórico em que as

5 Esta redescoberta e renovação do conceito de “assimilação” resulta, entre outros motivos, do reconhecimento, pelos autores citados, de que a assimilação em sociedades de imigração como os EUA foi, e é, um processo efectivo, verificável, de integração. Posição mais radical é a de Glazer ao afirmar que a “assimilação é ainda a mais poderosa força actuante sobre os elementos raciais e étnicos dos Estados Unidos” (Glazer, 1993: 123).

sociedades eram definidas como colectividades construídas pela partilha, pelos seus membros, de um consenso normativo. Ordem social e ordem normativa eram, neste contexto, sinónimos. O carácter normativo que foi criticado no conceito de assimilação resultava pois já da concepção normativa da ordem social a que era suposto assimilarem-se os imigrados. Redefinindo ordem social num sentido factual, como o oposto de caos — e, portanto, como a constituição do mínimo de previsibilidade necessário à possibilidade quer da vida social quer do conhecimento sobre esta — (Pires, 1999), passa a ser possível proceder a uma reapropriação analítica do conceito de assimilação sem os equívocos normativos iniciais.

Por etnicização, na imigração, referem-se os processos de construção de uma identidade colectiva no confronto dos imigrantes, e dos seus descendentes, com a sociedade de chegada, identidade essa baseada num sentido de pertença a uma colectividade com uma ascendência comum, precedendo, tendencialmente, outras auto e hetero categorizações sociais e, por isso, proporcionando um sentido de solidariedade que supera, em situações críticas, outras divisões sociais (ideológicas, classistas, de status, sexo, geração, ...). Esta definição retoma, especificando-os para o domínio da imigração, a formulação clássica de Weber (1922: 315) e, sobretudo, os contributos mais recentes de Smith (1986). Inscreve-se no que Vermeulen (2001) qualificaria como uma combinação entre as perspectivas situacional e construtivista, que Anthony D. Smith (1986) sintetiza com particular eficiência ao destacar o carácter simultaneamente relacional e ideacional da construção das identidades étnicas.

Sublinhando o carácter relacional da etnicização, esta definição inscreve-se, no plano mais geral da análise dos processos de construção de identidades colectivas, no mesmo quadro das propostas teóricas de Madureira Pinto (1991) e de António Firmino da Costa. Em a *Sociedade de Bairro*, Costa destaca três dimensões fundamentais daqueles processos: a partilha de atributos identitários semelhantes por um conjunto de agentes, a auto-representação desse conjunto de agentes como entidade colectiva e a hetero-representação, por terceiros com ele relacionados, desse conjunto como colectividade (Costa, 1999: esp. pp. 110-112 e 500-505). Como é referido pelo autor, estas três dimensões não têm, em todos os processos identitários, igual pertinência. No caso da etnicização, será sobretudo por via da *articulação* das duas últimas dimensões que se estruturam os processos de construção da identidade colectiva, devido não só à diferenciação interna, nos planos posicional e disposicional, das populações imigradas (e seus descendentes), como ao conteúdo relacional definidor da situação de imigrado (por contraponto ao de autóctone).

Com base nesta definição e neste enquadramento, convirá ainda realizar algumas precisões.

Antes de mais, salientar o carácter relacional da etnicização significa argumentar que esta depende muito mais das reacções à presença dos imigrantes

na sociedade de chegada que às memórias culturais por estes transportadas. Atribuir aos imigrantes uma “identidade cultural” unificada e uma pertença comunitária referenciáveis à sua origem resulta de um triplo equívoco. Em primeiro lugar, essa suposta identidade não passa, frequentemente, de uma representação estereotipada do “outro” construída por sectores da sociedade de imigração. Em segundo lugar, convirá salientar que os imigrantes não transportam consigo mais do que fragmentos de identidades anteriores, muito variadas em função das suas diferentes origens e inserções sociais. Aquilo que nos surge como identidade cultural unificada dos imigrantes é, na maior parte dos casos, o resultado de uma construção simbólica que procura revalorizar o que é desvalorizado nos processos de discriminação a que estão sujeitos. Isto é, essas eventuais identidades são menos o resultado de uma memória do passado transportada pelos imigrantes e mais a construção que, no presente, estes têm de realizar para garantir a sua dignidade, “para conseguir identidade individual e auto-respeito...” (Smith, 1986: 14). Finalmente, porque a pertinência identitária das memórias culturais transportadas é enfraquecida pela sua extração dos contextos institucionais e de interacção em que foram construídas, sendo dificilmente actualizáveis, sem transformações e reduções, em novos universos sociais. Por outras palavras, dificilmente essas memórias culturais fragmentadas poderão suportar, por si só, o “redobramento simbólico das ‘propriedades’” (Costa, 1999: 504) de um universo social distinto daquele em que foram socialmente produzidas.

A construção simbólica de uma auto-imagem colectiva não é, porém, arbitrária. Como argumenta Vermeulen (2001: 100), referindo-se aos abusos na utilização da expressão “comunidades imaginadas”, de Benedict Anderson (1983), nas perspectivas construtivistas sobre o carácter ideacional da etnicização, “imaginadas” não significa “imaginárias”. Isto é, os conteúdos da identidade étnica são elaborados com base numa selecção de stocks de significados preexistentes e pertinentes para a definição da situação que incluem, em grau variado, memórias culturais transportadas e práticas simbólicas (por exemplo, religiosas) sedimentadas entre a população imigrada. Mas incluem também representações sobre a sua origem e situação que não são necessariamente transportadas pelos próprios, como é ilustrado pela difusão de referenciais da cultura negra norte-americana entre imigrantes negros de outros países.⁶

Esta última observação permite introduzir uma terceira precisão. Como tem sido sistematicamente destacado, em particular por Horowitz (1975), os conteúdos identitários da etnicização não devem ser confundidos com os marcadores das fronteiras étnicas, os mais comuns dos quais são a língua,

6 Ver, para uma ilustração sobre o caso português, o estudo de Contador (2001) sobre a cultura juvenil negra.

religião e aparência física (esta última habitualmente racializada). Porém, a seleção da fronteira muitas vezes precede a substantivação da pertença, embora não a da exclusão, dado o contexto relacional da construção das identidades étnicas, condicionando essa substantivação. Esta sequência é muito clara nos processos de etnicização referenciáveis ao racismo, em que é central a construção de uma narrativa identitária suportada pela categoria de “africano”, onde são subsumidas diferentes origens etnacionais.

Por fim, algumas observações sobre o alcance e dinâmicas dos processos de assimilação e etnicização em contextos migratórios. Numa perspectiva próxima da de Heisler (1992), propõe-se que a oposição entre aqueles dois termos não seja entendida como remetendo para dois modos de integração social mutuamente exclusivos. Assimilação e etnicização devem antes ser entendidos como dois tipos-ideais balizando um contínuo, como pólos de uma tipologia heurística entendida como instrumento analítico constitutivo do campo de observação. Empiricamente é possível observar múltiplas combinações de ordem e de tipo entre os dois tipos de dinâmicas designados por aquelas categorias analíticas.

Em primeiro lugar, não só os imigrantes, por migrarem, denotam já, como foi referido por vários autores (Lee, 1969: 296; Portes, 1999: 25), alguma identificação com a sociedade de destino, como é sempre necessária alguma assimilação para a construção do próprio espaço social comum em que se jogam os potenciais efeitos de etnicização, em particular nos domínios mais instrumentais da vida social. Em segundo lugar, a etnicização tende a variar em âmbito e intensidade no decurso da história da integração e no interior das populações imigradas que, embora categorizadas como “étnicas”, não deixam por isso de ser populações socialmente diferenciadas. Por outras palavras, deve ter-se permanentemente presente que a etnicidade não deve ser definida “em termos dicotómicos mas como uma variável [ordinal]: os grupos ou comunidades são mais ou menos étnicos” (Vermeulen, 2001: 87). Posição similar é sustentada por Fernando Luís Machado quando, defendendo a utilização preferencial do termo “eticidade” em detrimento do de “comunidade étnica”, argumenta que “[a] existência de comunidades étnicas [...] representa, pode dizer-se, um dos pólos de um contínuo de relevância da etnicidade, sendo o pólo oposto aquele em que a pertença a uma categoria etnicamente diferenciada não tem significado social, cultural ou político particular” (Machado, 2002: 32)

Argumentar que os imigrantes podem ser “mais ou menos étnicos”, que há um contínuo que vai da “eticidade forte” à “eticidade fraca ou nula”, significa porém argumentar, também, que os imigrantes podem ser mais ou menos assimilados. Nos processos de integração desenvolvem-se configurações várias de articulações entre etnicização e assimilação, configurações essas mutáveis e, o que é frequentemente ignorado, contextuais, ou seja, em que o accionamento da identidade, étnica ou nacional, é contextualmente reali-

zado com uma amplitude variável, sem que tal se traduza necessariamente por uma fixação e generalização dos resultados desse accionamento.⁷

Destas observações conclui-se que a elucidação das características dos processos de integração pela identificação das combinações entre assimilação e etnicização remete para o trabalho empírico de pesquisa. Teoricamente, é no entanto possível, e necessário, sistematizar as variáveis que condicionam a diversidade de soluções empiricamente observáveis.

Mais rigorosamente, e em primeiro lugar, o modo de integração social depende das características do fluxo migratório que constitui a população migrada. Quanto mais ancorado estiver esse fluxo no funcionamento de redes informais de circulação da informação e de organização e suporte da deslocação, mais provável é que essas redes se reproduzam também como espaços de estruturação da integração social dos migrantes. A centralidade das redes, e dos seus efeitos, depende também das competências e recursos que os imigrantes possam mobilizar para construir a sua integração, bem como dos seus projectos iniciais de migração.

Por um lado, quanto menores forem as competências formais e os recursos instrumentais disponíveis, maior é a probabilidade de os migrantes recorrerem, também na construção da integração, às redes que suportaram a sua deslocação, prolongando a sua existência no destino. Esta tendência deriva não só da procura de solução para problemas instrumentais, mas também da procura um ambiente social seguro, construído como comunidade. Ora, como é salientado por Bauman (2001), a relação entre segurança e comunidade depende das relações de poder: os mais poderosos têm recursos que lhes permitem dispensar a comunidade como fonte fundamental da segurança.

Por outro lado, sempre que, numa primeira fase, o projecto migratório é definido como temporário, mais provável é também a reprodução daquelas redes, nomeadamente quando a característica transitória dessa temporalidade deriva de estratégias de poupança para suporte da construção de um projecto de mobilidade na origem, após o retorno com recursos extra. A adopção, neste caso, de uma orientação instrumental em relação à sociedade de imigração, favorece uma auto-exclusão do espaço identitário novo. Não é, por isso, “invulgar que os imigrantes, sobretudo quando encaram a sua estadia como temporária, se definam inicialmente pela oposição com o país de acolhimento” (Vermeulen, 2001: 25).

Em segundo lugar, nas migrações internacionais o modo de integração

7 Esta componente contextual da etnicidade tem importantes consequências metodológicas. Nomeadamente, o investigador deve ter presente que em qualquer situação de inquirição a produção, pelos inquiridos, de um discurso identitário de tipo étnico poderá ser contextualmente ampliada pela interpretação que estes possam fazer dessa situação, nomeadamente em função de processos de estereotipização eventualmente pressupostos como adequados à sua autorepresentação.

social depende da articulação entre o fluxo migratório e as políticas dos estados nacionais, articulação essa que se desdobra por dois planos.

Por um lado, o domínio específico das políticas de imigração, nas suas duas componentes principais: a regulação dos fluxos de entrada e o suporte aos imigrantes com menos recursos. Quanto maior for o hiato entre eventuais políticas restritivas à entrada e o desenvolvimento real do fluxo, mais provável é que este tenda a ancorar-se em redes informais, desembocando portanto numa dinâmica de tipo comunitarista, pois neste casos, dada a sua situação irregular o migrante depende, para a sua integração, das redes intra-migrantes. A situação de marginalização assim construída acentua essa dinâmica.

Por outro lado, as dinâmicas da integração dependem sobretudo, no plano jurídico-político, da definição legal da condição de estrangeiro. Quanto mais exclusivo for esse quadro, isto é, quanto mais o acesso aos direitos, e em particular aos direitos laborais e sociais, for limitado em função da nacionalidade, mais o imigrante é definido e se auto-define como estranho, e maior é portanto a probabilidade de emergência de uma etnicidade reactiva.⁸ Esta probabilidade é ainda incrementada sempre que se desenvolver uma dinâmica em que o acesso aos direitos tende a ser conseguido por via da negociação conduzida por representantes que organizam aquela etnicidade reactiva.

Em terceiro lugar, o modo de integração social depende das reacções sociais à imigração e, em particular, da eventual emergência de processos de discriminação e estigmatização (que não precisam de ser maioritárias entre a população da sociedade de imigração para terem efeitos sociais alargados, nomeadamente por via da sua ampliação por via dos média). Particularmente importantes para a análise destes processos são os contributos de Norbert Elias sobre as relações *established-outsider*. Elias, aliás, sustenta que as questões raciais e étnicas constituem um caso particular de estigmatização, que define como processo que visa privar os *outsiders* de auto-estima e de auto-respeito.

Assinalando o carácter relacional da estigmatização, Elias destaca que os diferenciais de poder se manifestam no facto de o grupo *outsider* ser incapaz “de retaliar com termos estigmatizantes equivalentes ao do grupo estabelecido” (Elias, 1975: xxv), mesmo quando esses termos são eficazes na comunicação interna do grupo. Apenas quando os diferenciais de poder se atenuam, nomeadamente por ganhos de coesão e integração no grupo *outsider*, é possível a emergência de processos de “contra-estigmatização” (Elias, 1975: xxi) como reacção do grupo estigmatizado.

São esses processos de contra-estigmatização que estão na base da etnicização reactiva. Por outras palavras, a etnicização é a consequência da

8 A emergência, em particular na União Europeia, de uma nova concepção da cidadania centrada na desconexão entre garantias formais legais e estatuto nacional constitui uma resposta a este efeito perverso das condições clássicas da delimitação do campo da cidadania no quadro do estado-nação (Favell, 1998: 243-245).

procura, por parte dos imigrantes, de uma identidade positiva com que possam enfrentar os processos de estigmatização de que são alvo, identidade que tende a reproduzir-se por via da herança das pertenças colectivas definidas neste quadro pelos descendentes dos imigrantes. Essa reprodução é ainda reforçada pelo facto de a etnicização do processo de integração dos imigrantes e dos seus descendentes se constituir ela própria em componente do processo de reprodução do fluxo e em condição de integração dos novos migrantes que percorrem esse fluxo.

Por fim, importa salientar que a construção e reprodução da etnicização requer (e induz) uma diferenciação das populações de origem migrante, pois a construção da narrativa identitária requer a intervenção de actores com competência simbólica para a substantivar e com poder social para a unificar. Este poder tende a construir-se através dos processos de tradução e delegação, e a institucionalizar-se enquanto modo organizado de representação. Os macroactores constituídos nessa representação têm um papel decisivo não só na delimitação das condições de integração social dos novos imigrantes, mas também na identificação e no desenvolvimento dos problemas de integração sistémica associados à imigração.

Integração sistémica: etnicidade e estado-nação

A imigração é, habitualmente, um processo que se traduz em acréscimos de variabilidade sistémica para as sociedades de chegada, acréscimos esses em muitos casos facilmente acomodáveis na ordem preexistente. No entanto, quando a acomodação dessa variabilidade é incompatível com a manutenção dos sistemas de macrorregras estruturantes das sociedades de imigração, emergem problemas de integração sistémica.

Nas sociedades modernas desenvolvidas, esses problemas estão sobretudo associados às dinâmicas de etnicização atrás caracterizadas e à sua relação problemática com o modelo do estado-nação (Favell, 1998), nos dois planos da sua concretização: particularismo simbólico e universalismo normativo (Smith, 1986).

Um primeiro tipo de problemas de integração sistémica resulta, para retomarmos a conceptualização desenvolvida noutra texto (Pires, 1999), da emergência de incoerências socioculturais no plano simbólico. No domínio da integração dos imigrantes, e em particular nas migrações internacionais, este tipo de incoerência está habitualmente associado à compatibilização problemática entre identidades colectivas etnicizadas e identidade nacional. Problemática por envolver não a oposição entre princípios particularistas (a etnia) e universalistas (a nação) de definição das pertenças colectivas, mas a concorrência entre sistemas identitários igualmente particularistas (etnia e nação) e, portanto, mutuamente irreduzíveis.

A elucidação da natureza da convergência entre nação e etnia, termos frequentemente tratados como opostos, foi tratada sobretudo por Anthony D. Smith. Este autor argumenta que os modernos estados-nações, embora modernos no plano da organização política, têm, enquanto nações, raízes étnicas pré-modernas, ainda que reconstruídas e reflexivamente reelaboradas. Seria essa origem étnica particularista que diferenciaria os vários estados-nações entre si (Smith, 1986).

A “criação da nação é uma actividade recorrente, que tem que ser periodicamente renovada” (idem: 206) para incluir o presente na narrativa identitária, reinterpretando e reconstruindo, sempre que necessário, essa narrativa. “Cada geração constrói, portanto, os seus próprios mapas sociais e escolhe as suas moralidades étnicas específicas, mas fá-lo no interior de uma matriz limitada constituída por um forte comprometimento a ‘complexos de mitos-símbolos’ específicos, paisagens particulares e conjuntos únicos de épocas e personagens, pois estes constituem a etnicidade intrínseca de uma etnia particular” (idem: 207). As imagens assim (re)construídas pelos intelectuais nacionalistas seriam disseminadas através do sistema educativo e dos média, transformando-se nos pressupostos identitários não conscientes das gerações seguintes. “Todos estes mitos e genealogias ‘explicam’ uma identidade histórica; mas também a simbolizam para os seus membros e para os forasteiros” (idem: 208).

Tendo em conta todas estas características do conceito, as únicas etnias, no sentido mais rigoroso do termo, existentes nos modernos estados-nações, seriam as etnias nacionais, ou “maiorias étnicas”, para utilizar um termo de Banton (1987). As chamadas minorias étnicas migrantes são qualificadas por Smith como “fragmentos de etnias” (Smith, 1986: 150). Ou seja, etnia, enquanto substantivo, seria uma formação identitária hoje só completamente possível no quadro da nação; etnicidade, enquanto adjectivo, designaria, por seu lado, processos incompletos e precários de construção de identidades colectivas na base de uma narrativa incompletamente desenvolvida (porque faltando-lhe um suporte equivalente ao das “histórias nacionais”) e precariamente fixada (nomeadamente quando destituída de uma territorialidade delimitada, como acontece com as minorias étnicas de origem migrante).

A reprodução dos processos de etnicização depende pois sobretudo da persistência dos fenómenos de estigmatização e discriminação que estiveram na sua origem e da actualização das respostas contraestigmatizadoras.⁹ Daqui decorre uma progressiva inviabilização da reprodução da nação enquanto suporte identitário da unificação simbólica do espaço político dos estados-nações. A solução deste problema de integração sistémica, no quadro

9 A persistência destes “fragmentos de etnia” pode ainda suportar-se em e, simultaneamente, dar origem a, um apoio às pretensões nacionalistas, noutros territórios, de outros “fragmentos de etnia irmãos” ou da própria etnia central (Smith, 1986: 151).

nacional, depende da superação dos processos de estigmatização (e, portanto, também de contra-estigmatização), e da reconstrução simbólica da nação com base em categorias mais universalizantes, capazes de acomodar uma maior variedade de genealogias colectivas, eventualmente “expandindo e atenuando as tradições da etnia nacional dominante” (Smith, 1986: 151).¹⁰

Um segundo tipo de problemas de integração sistémica resulta da emergência de incompatibilidades funcionais no plano organizacional. No desenvolvimento de processos de etnicização da integração dos imigrantes, esses problemas estão associados à tensão entre as dinâmicas institucionais da individualização e do comunitarismo.

A individualização, a criação de uma “sociedade de indivíduos”, não é apenas o resultado da universalização do sistema normativo. A legitimidade e eficácia desta universalização está imbricada com o desenvolvimento dos processos de individualização no plano social das filiações analisados por Simmel.

A tese de Simmel é fácil de enunciar: o processo de individualização inclui a passagem de um sistema caracterizado por pertenças sociais concêntricas (e não apenas justapostas), em número reduzido, para um sistema em que são possíveis as mais variadas intersecções de pertença, num número tendencialmente crescente. No limite, e em termos abstractos, um indivíduo é uma intersecção singular de pertenças: “quanto maior é o número de círculos a que um indivíduo pertence, mais improvável é que outras pessoas apresentem a mesma combinação de afiliações, que esses círculos tenham o mesmo tipo de ‘intersecção’ [num segundo indivíduo]” (Simmel, 1908: 140). Simmel relaciona este desenvolvimento com acréscimos de liberdade individual, por um lado, e com a emergência de conceitos de elevada abstracção capazes de reconstituir alguma pertença colectiva em situações de crescente heterogeneidade e individualização, por outro.

A multiplicação de filiações não sobrepostas teria como consequências (i) uma insegurização da personalidade individual e (ii) o incremento de discrepâncias (não necessariamente problemáticas) nessa mesma personalidade (resultantes não apenas da multiplicação das pertenças mas também do facto de não haver qualquer homologia necessária entre as posições do indivíduo em cada círculo). Simmel relaciona ainda individualização e posição social, assinalando, nomeadamente, que nem todas as posições sociais permitem as mesmas oportunidades de multiplicação das pertenças sociais. Destes argumentos é possível concluir que a emergência de contratendências de tipo comunitarista será mais provável entre os segmentos da população com menos

10 Esta segunda componente da solução constitui um caso particular da relação entre diferenciação e generalização/abstractização dos sistemas simbólicos, relação cuja delimitação e análise tem uma longa história na sociologia, em particular na tradição funcionalista de Durkheim (1902) a Parsons (1966 e 1971).

recursos para consolidar a sua individualização e para lidar com a insegurização inscrita nessa individualização. Esta é a tese desenvolvida recentemente por Bauman (2001), que associa o renascimento das tendências comunitaristas ao crescimento da insegurança no mundo contemporâneo.

Nas sociedades contemporâneas, argumenta Bauman, a insegurança radicaria (i) na desigualdade, isto é, na impossibilidade de a maioria dos indivíduos mobilizarem recursos para transformarem a sua “condição de indivíduos *de jure*” em “capacidade de agir como indivíduos *de facto*” (Bauman, 2001: 58), e (ii) nos processos de desregulação e precarização que, transformando a individualização em atomização, enfraquecem as possibilidades de acção colectiva e reforçam as incertezas sobre o futuro (idem: 41, 59). Estes factores de insegurização podem, no entanto, argumenta ainda Bauman, ser compensados com o desenvolvimento de políticas redistributivas e a renovação dos sistemas de protecção social (idem: 149; ver também Favell, 1998: 252), não implicando logicamente o renascimento do comunitarismo.

Este renascimento, presente nos processos de etnicização, tende a reintroduzir sistemas de pertenças concêntricas e a institucionalização de tais pertenças a fazer emergir uma lógica social de acesso aos direitos baseada na pertença colectiva, concorrencial com a universalização normativa sustentada pela individualização. Este processo caracteriza-se por dinâmicas de retroacção cumulativas que, em alguns casos, podem mesmo levar à invenção da etnicidade como suporte da participação política nos conflitos redistributivos.¹¹

O resultado desta concorrência entre diferentes lógicas sociais de definição dos sujeitos dos direitos é o enfraquecimento da liberdade individual, enfraquecimento que, nos processos de etnicização é, como o assinala Bauman, duplo: “a situação de não escolha em que o acto de exclusão sumária colocou a ‘minoría étnica’ redonda numa situação de não escolha para os seus membros individuais no que concerne aos seus deveres comunitários” (Bauman, 2001: 96).

O enunciado deste problema de integração sistémica deve ser claramente distinguido do debate sobre o pluralismo cultural nas sociedades modernas ocidentais. Pluralismo cultural e etnicização não se pressupõem mutuamente. Por um lado, é possível conceber acréscimos de diversidade cultural baseadas na multiplicação de referências combinadas no desenvolvimento da identidade individual e não em processos de segmentação sociocultural. Ou seja, em que múltiplas pertenças colectivas se intersectam de modo variável, viabilizando a individualização, em lugar de se sobreporem (subordinando as escolhas individuais às pertenças colectivas). Por outro lado, a

11 Ver, como exemplo destas dinâmicas de etnicização no caso da imigração portuguesa nos EUA, os trabalhos de Paulo Filipe Monteiro (esp 1994: 11-13).

eventual coexistência de diversas identidades culturais colectivas é compatibilizável com as dinâmicas institucionais da individualização politicamente garantidas pelos direitos de cidadania no quadro do estado liberal constitucional — na condição de a ordem legal nacional ser (re)definida de modo neutral, isto é, “desconectando a cultura maioritária da cultura política com que aquela estava originariamente fundida” (Habermas, 1995: 852).

Referências bibliográficas

- Alba, Richard (1997), “Rethinking assimilation theory for a new era of immigration”, *International Migration Review*, 31 (4), pp. 826-874.
- Anderson, Benedict (1983, 1991), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso.
- Banton, Michael (1987), “The battle of the name”, *New Community*, 14 (1/2), pp.170-175.
- Bauman, Zygmunt (2001), *Community: Seeking Safety in an Insecure World*, Cambridge, Polity.
- Contador, António Concorde (2001), *Cultura Juvenil Negra em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Durkheim, Émile (1902, 1977), *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa, Presença.
- Elias, Norbert (1977, 1994), “Introduction: a theoretical essay on established and outsider relations”, em Norbert Elias e John L. Scotson, *The Established and the Outsiders: a Sociological Enquiry into Community Problems*, Londres: Sage, pp. XV-LII.
- Favell, Adrian (1998), *Philosophies of Integration: Immigration and the Idea of Citizenship in France and Britain*, Londres, Macmillan.
- Giddens, Anthony (1984), *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity.
- Glazer, Natham (1993), “Is assimilation dead?”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 530, pp. 122-136.
- Habermas, Jürgen (1995), “Multiculturalism and the liberal state”, *Stanford Law Review*, 47, pp. 849-853.
- Heisler, Barbara Schmitter (1992), “The future of immigrant incorporation: which models? which concepts?”, *International Migration Review*, 26 (2), pp. 623-645.
- Horowitz, Donald L. (1975), “Ethnic Identity”, em Nathan Glazer e Daniel P. Moynihan (orgs.), *Ethnicity: Theory and Experience*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, pp. 111-140.
- Kazal, Russell A. (1995), “Revisiting assimilation: the rise, fall, and reappraisal of a concept in American ethnic history”, *The American Historical Review*, 100 (2), pp. 437-471.
- Lee, Everett S. (1969), “A theory of migration”, em John A. Jackson (org.). *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 282-297.

- Lockwood, David (1964), "Social integration and system integration", em G. K. Zollschan e W. Hirsch (orgs.), *Explorations in Social Change*, Londres, Routledge, pp. 244-257.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Monteiro, Paulo F. (1994), *Emigração: o Eterno Mito do Retorno*, Oeiras, Celta Editora.
- Morawska, Ewa (1990), "The sociology and historiography of immigration", em Virginia Yans-McLaughlin (org.), *Immigration Reconsidered: History, Sociology, and Politics*, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 187-238.
- Morawska, Ewa (1994), "In defense of the assimilation model", *Journal of American Ethnic History*, 13, pp. 76-87.
- Parsons, Talcott (1966, 1969), *Sociedades: Perspectivas Evolutivas e Comparativas*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- Parsons, Talcott (1971, 1974), *O Sistema das Sociedades Modernas*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- Pinto, José Madureira (1991), "Considerações sobre a produção da identidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, pp. 217-231.
- Pires, Rui Pena (1999), "Uma teoria dos processos de integração", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 29, pp. 9-54.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- Simmel, Georg (1908, 1922, 1955), "The web of group-affiliations", em George Simmel, *Conflict and the Web of Group-Affiliations*, Nova Iorque, The Free Press, pp. 125-195.
- Smith, Anthony D. (1986), *The Ethnic Origins of Nations*, Oxford, Blackwell.
- Vermeulen, Hans (2001), *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura*, Lisboa, Colibri.
- Weber, Max (1922, 1984), *Economia y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica.

Capítulo 6
**MULHERES NA POLÍCIA. VISIBILIDADES SOCIAIS
E SIMBÓLICAS**

Susana Durão
Alexandra Leandro

Este texto pretende fornecer um primeiro panorama sobre o processo de entrada das mulheres na Polícia de Segurança Pública (PSP), focalizando alguns pontos importantes do problema: o processo histórico de abertura às mulheres e o efectivo feminino em números no presente, as regras e constrangimentos do recrutamento e a contribuição da mulher polícia para a produção de uma imagem pública da organização. Uma vez que o terreno de conhecimento sobre as forças da ordem em Portugal está praticamente virgem, avançamos com cuidado, lançando fundamentalmente as bases para um debate.¹

Pode equacionar-se uma primeira questão: que problemas enfrentam as mulheres quando entram num mundo profissional masculinizado? Dois factores sobressaem. O primeiro, mais material, diz-nos que os números apontam um crescimento do efectivo feminino, embora lento; um segundo, de natureza valorativa e representacional, lembra-nos que internamente, de modo implícito e ocasionalmente de modo mais explícito, é manifesta na organização uma certa resistência à mudança que tende a desfavorecer a presença de mulheres, um conservadorismo tradicional que tem sido evidenciado por sociólogos, antropólogos e historiadores que estudam as organizações policiais (cf. Manning & Maanen, 1978; Punch, 1983; Young, 1991; Young, 1993).

Será então que as mulheres conseguem ver reunidas as condições para imprimir de facto mudança na organização PSP? É cedo para avançar com respostas. Embora o processo seja recente (como adiante se verá), a tendência de abertura da organização às mulheres é irreversível e a integração destas no

1 Este texto foi escrito em 2001 numa fase de trabalho de campo, estando o próprio objecto em construção [Projecto de investigação “De casa para o trabalho: trajectórias profissionais de mulheres em Lisboa”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (POCTI/36003/ANT/2000), e participado pelo fundo comunitário europeu FEDER]. Já numa etapa posterior foram produzidas reflexões etnográficas mais sistemáticas sobre a mesma realidade (Durão 2002, 2002a).

processo de profissionalização e de renovação das polícias um facto.² Todavia, não podemos ignorar um certo paradoxo entre, por um lado, a imagem e presença da mulher na polícia ser um factor valorizado e considerado como contributo essencial da mudança na organização e, por outro lado, a sua percentagem estatística ser tão escassa e em grande medida refém de fracos desempenhos situados nas fases iniciais do recrutamento. O argumento do texto pretende assim dar conta de algumas questões que a abertura às mulheres coloca a este tipo de organização.

Processo histórico e evolução dos efectivos femininos

Sendo débil a produção reflexiva e histórica em torno da polícia portuguesa, o tema da integração das mulheres na PSP não tem expressão nem no domínio profissional nem no domínio público, contrariamente ao que se passa noutros países, sobretudo europeus e norte americanos, onde a questão tem sido amplamente debatida no âmbito das ciências sociais e jurídicas (Horne, 1980; Carrier, 1988; Martín Fernández, 1994; Heidensohn, 1995; Schulz, 1995).

Em Portugal, o processo de entrada e presença das mulheres nas forças armadas, posterior ao processo ocorrido nas polícias, tem vindo a ser investigado nas ciências sociais (Carrilho, 1990; Carreiras, 1995, 1997). O apagamento do mesmo problema no caso das polícias pode levar a sublinhar a questão de McLaughlin & Muncie: “serão realmente estas [as polícias] o enclave mais masculinizado da sociedade civil?” (1996: 77). A história da presença das mulheres na PSP é demasiado recente e está por problematizar. Pode afirmar-se, pois, que as mulheres não têm lugar na memória institucional (nessa diacronia longa que privilegia as origens), não constituindo, portanto, “património” profissional.³

2 Nos últimos vinte anos a PSP tem vindo a sofrer um processo de mudança organizacional. Depois de sedimentadas as instâncias de formação nos anos 80 foi tempo de reorganizar a polícia dos anos 90. A Lei n.º 5 / 99 de 27 de Janeiro relativa à Organização e Funcionamento da Polícia de Segurança Pública sublinha assim o projecto em curso. Os principais eixos dessa mudança são: a desmilitarização dos quadros e o investimento na formação de agentes e oficiais, a criação de unidades especializadas no combate a determinados tipos de crime, em simultâneo com o desenvolvimento de um policiamento de maior proximidade com os cidadãos (de carácter mais preventivo) e a reivindicação do direito à sindicalização por parte das associações socioprofissionais (com vista ao alargamento das possibilidades de diálogo e negociação internos numa instituição extremamente hierarquizada). A imagem dos polícias que mais circula (a que é produzida pela instituição e a mediatizada) apresenta-os participativos, instruídos e comunicativos, contribuindo desse modo para a inversão da ideia de uma polícia essencialmente repressiva, herança pesada do período correspondente ao Estado Novo (1933-1974). É neste contexto que as mulheres entram na instituição e vão ganhando maior protagonismo no próprio processo de mudança.

A presença das mulheres nas instituições policiais portuguesas começa, porém, a constituir assunto de reflexão, sobretudo para as novas gerações de polícias que saem das escolas profissionais e que, embora sem ouvirem qualquer referência à questão no contexto da aprendizagem, convivem com diferenças sexuais e com o que delas resulta na interacção mantida em regime de internato.⁴

Do mosaico de informações a que acedemos é possível, contudo, traçar a síntese histórica de um processo recente, gradual e instável.⁵ Desde os anos 1930 até ao princípio dos anos 1970, o reduzido número de elementos policiais femininos existentes na PSP (menos de 20) exerciam exclusivamente funções de assistência e de vigilância de mulheres e crianças. Entre 1954 e 1980 as mulheres não passavam de guardas de 2.ª classe, aquele que constituía até finais do século XX (quando o posto passou a designar-se “agente”) o primeiro degrau da carreira policial. Era assim inviabilizada a possibilidade de progressão na carreira para as mulheres. Esta posição institucional foi claramente assumida e fixada no “Estatuto do Pessoal” de 1953.

Em 1972 foi criado o primeiro curso de formação para grupos de alistados femininos. Neste período, que vai até 1974 e é interrompido nos anos seguintes, a integração de mulheres na polícia visou, fundamentalmente, preencher alguns quadros administrativos e libertar os colegas do género masculino para funções policiais, de modo a fazer frente a algumas carências de pessoal, resultantes em parte da partida de homens para a guerra nas colónias. As poucas mulheres a quem foram distribuídas tarefas de policiamento e patrulhamento estavam colocadas nas áreas do trânsito e na vigilância de mulheres e crianças, exclusivamente em regime diurno. Na revista *Polícia Portuguesa*, a guarda L. escrevia:

Muitos perguntam, aonde estão as mulheres polícias? Têm razão para o fazer. Percorre-se Lisboa a qualquer hora e quase não se vê nenhuma. Somos um mito e não uma realidade (1972: 10).

3 Deve lembrar-se que nas produções históricas e de carácter institucional da polícia o passado remoto é o mais celebrado, sublinhando desse modo a ideia de que o polícia sempre terá existido, a par do curso do “progresso civilizador” das nossas sociedades (cf. *Breve História da Polícia em Portugal, s/d*), contribuindo para fixar uma visão romântica da polícia, opção de construção histórica evidenciada por diversos autores, em particular para o contexto britânico, mas que, ao contrário do caso português, sofreu uma ampla revisão crítica nos anos 70 e 80 do século XX (cf. Manning e Maanen, 1978: 1-6).

4 De modo inédito, em 2001, dois finalistas do Curso de Oficiais de Polícia, do Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna (ISCPSI), escolheram como tema da sua tese de licenciatura a integração das mulheres na PSP (Marinho 2001, Pinheiro 2001).

5 Foram consultadas as seguintes fontes: revista *Polícia Portuguesa*, legislação e fontes primárias não publicadas da PSP, depoimentos directos do comandante geral da PSP envolvido no processo de abertura às mulheres na PSP e de outros responsáveis actuais (resultantes de entrevistas realizadas durante uma fase do trabalho de campo, em 2001).

Sem fugir a uma tendência comum na generalidade das polícias do norte da Europa, que contudo nos anos 70 do século XX começavam a conceber a paridade, as mulheres eram encaradas como uma espécie de “assistentes sociais fardadas”.

Em 1980, ainda se fala da “admissão de agentes de ambos os sexos, numa *quase igualdade de circunstâncias* e para missões idênticas, salvaguardando apenas os aspectos decorrentes da *condição feminina*” (Decreto-Lei n.º 134/80, 19 de Maio, sublinhado nosso). Estabelece-se então uma “carreira policial feminina” com vista ao aumento do quadro de efectivos femininos, mas reflectindo ainda a desigualdade e a separação entre carreiras de homens e de mulheres (mesmo quando a Constituição Portuguesa previa direitos igualitários desde 1976).

Um dos responsáveis pelo retomar do processo definitivo de entrada das mulheres na polícia, comandante da PSP no final dos anos 1970, evidenciava os objectivos do recrutamento:

As razões eram as seguintes: rejuvenescer o quadro já existente, criar disponibilidade de pessoal para serviços que podiam ser mais adequados a mulheres, por exemplo, problemas de apalpações, problemas de contacto com individualidades estrangeiras com senhoras. Isto criava funções próprias que deviam ser adequadas às mulheres e libertava [novamente] o pessoal masculino para a acção operacional de rua" (Ent. de 27/09/2001).⁶

Em 1980 abriram 300 vagas para mulheres no curso de alistados na Escola Prática de Polícia, segundo a mesma fonte. O número de candidatas desse ano, 13.000, revelava que para muitas mulheres a polícia começava a perspectivar-se como um projecto de vida. Esta nova abertura da PSP às mulheres revelou existir de facto uma clivagem entre os elementos de ambos os sexos. Ainda de acordo com o mesmo testemunho:

Quando se iniciou este recrutamento, o pessoal feminino da polícia que estava já em funções, fez uma exposição ao Comando Geral em que diziam que queriam ser tratadas como os homens, que não queriam estar só no trânsito, nem só nos serviços administrativos. E a certa altura também os homens levantaram problemas. Diziam que pelo facto de admitir 300 mulheres se tiravam vagas no quadro deles... Mas criaram-se vagas e havia exactamente um quadro só para vagas femininas.

6 Na primeira fase do projecto foram realizadas 50 entrevistas repartidas entre polícias em formação no ISCPSP, oficiais superiores (maioritariamente a exercer funções na Direcção Nacional da PSP), responsáveis pelo Comando e Divisões de Lisboa, chefias intermédias e agentes.

Quadro 6.1 Distribuição dos efectivos das forças de segurança da PSP por sexo, 1997-2000

Ano	Homens		Mulheres		Totais (H / M)	
	n	%	n	%	n	%
1997	17.457	93,4	1.229	6,6	18.686	100
1998	18.080	93,5	1.264	6,5	19.344	100
1999	18.839	93,3	1.350	6,7	20.189	100
2000	19.498	93,2	1.432	6,8	20.930	100

Fonte: Balanços Sociais (Direcção Nacional da PSP).

Recorde-se que o problema do quadro de “carreira policial feminina” residia no facto de evidenciar restrições várias às mulheres no acesso a postos e diversificação de funções. Só em 1985 foi criado o estatuto de igualdade entre todos os polícias, devido a pressões internas surgidas “de baixo” desde 1980. As mulheres polícias de então foram as principais responsáveis pelo alargamento das suas condições de trabalho na instituição. Colocavam problemas ao nível das instalações, funções e carreira. Tinham uma prioridade: integrar o quadro geral dos polícias da PSP.

Foi assim aberto um caminho irreversível na polícia portuguesa. Em 1985 deixaram finalmente de existir dois quadros policiais diferenciados por sexo. Alargou-se o leque de funções a desempenhar por mulheres na polícia. “Até então as mulheres eram dirigidas para funções ‘de agulha e dedal’”. E só efectivamente em 1989 começou a existir maior paridade nas carreiras” (entrevista a subcomissário, chefe de Divisão na Direcção Nacional, 16/03/2001). Depois desse período, deixam de existir registos escritos de tensões por parte das mulheres na polícia.

Já numa fase mais recente, pode dizer-se que o efectivo de mulheres polícias da PSP tem crescido lentamente.⁷ Em 2000 estas representavam apenas 6,8% do efectivo total em carreiras policiais (na Escola Prática de Polícia e no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI). Entre 1997 e 2000, entraram 203 mulheres para a Carreira Policial, enquanto que, no mesmo período, foram recrutados 2.041 homens (quadro 6.1).⁸

Fase inicial do recrutamento

Uma das razões para o escasso crescimento das mulheres na polícia prende-se

7 Os anos tratados correspondem à fase em que a documentação está organizada. Antes de 1997 não existiam balanços sociais.

8 O lugar das mulheres na Carreira Policial contrasta com o lugar destas no quadro civil da PSP. Em 2000 as mulheres correspondiam a 71, 4% do efectivo civil da PSP.

com os fracos resultados obtidos por estas logo nas primeiras fases de recrutamento, nas provas físicas eliminatórias. No Curso de Formação de Oficiais de Polícia do ISCPSI, de onde saem as chefias e os cargos dirigentes da PSP e onde as mulheres estão menos representadas, o processo é revelador.⁹

Anualmente, o número de reprovações de mulheres nas primeiras provas situa-se em geral acima dos 80% (enquanto que entre os candidatos masculinos ficam aptos 50% a 80%, conforme os anos). Entre 1984 e 2000, nos 16 anos de existência do curso, o número de mulheres admitidas foi sempre largamente inferior ao número de homens. Apenas 30 elementos femininos, para 239 elementos masculinos, frequentaram os cursos. Tal significa que em cada ano entra, em média, uma mulher por cada 8 homens. São vários os anos em que as mulheres não têm companheiras de curso nas instalações do Instituto. Poderia justificar-se a diferença argumentando que concorrem mais homens do que mulheres. Efectivamente, concorre uma média de 380 homens por ano para 223 mulheres.

As provas físicas em si mesmas podem ser objecto de reflexão.¹⁰ O peso que estas adquirem no momento do concurso não parece ter correspondência directa na futura actividade policial. A preparação física, embora sendo uma componente da formação, não é obrigatória ou sequer motivada durante a fase de actividade profissional ao longo da vida dos polícias. De facto, entre os oficiais, que possuem funções de comando e chefia, o emprego da força física é mais casual do que uma rotina. A maior parte do trabalho de polícia é passado a “manter a paz”, e menos a actuar em situações de criminalidade expressa. Vários investigadores que documentaram os quotidianos e rotinas do policiamento afirmam que o risco na actividade de polícia — mesmo em polícias como a norte-americana muito orientada para a reactividade e proactividade — constitui um valor simbólico profissional e organizacional, mas tem muito menos peso na realidade prática do que frequentemente se imagina (Manning, 1978: 13; Maanen, 1978: 115-128).

Informalmente, alguns polícias referem que as provas “funcionam” essencialmente como meio de eliminação, afectando preferencialmente as mulheres concorrentes à polícia. Mas a filosofia defendida para as provas é a de que estas servem para destacar qualidades dos futuros polícias, sublinhando a igualdade entre todos (Begonha 1992: 5).

9 Os dados resultam de observação directa das provas físicas eliminatórias para o Curso de Oficiais do ISCPSI em 2001, de entrevistas semi-dirigidas a oito cadetes e aspirantes do ISCPSI, estatísticas e outros documentos oficiais cedidos pela PSP em 2001.

10 As provas fazem parte do conjunto de pré-requisitos eliminatórios que incluem a inspecção médica e a aptidão psicológica, para além de uma entrevista (não eliminatória). São sete os exercícios das provas físicas: corrida de 100 metros, salto em comprimento sem corrida, transposição de muro sem apoio, impulsão vertical, flexões de braços na trave, flexões do tronco, corrida de 1000 metros (Fonte: desdobrável divulgado pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, 2001).

Orientadas por esta evidente ambiguidade, em Junho de 2001, resolvemos assistir às provas de admissão físicas de grupos masculinos e de grupos femininos, feitas separadamente.¹¹ O elevado nível de reprovação das candidatas não parece prender-se tanto com exigências de esforço físico, mas com um certo desajuste “técnico” das provas na forma como estão concebidas, o que tem implicações nas expectativas das mulheres em relação a estas. A resposta parece ser mais social. Isto é, as mulheres, socialmente, não parecem estar tão preparadas como os homens para “ser postas à prova” e ter de dar o seu melhor em termos físicos.

A maioria das cadetes e aspirantes do ISCPPI que entrevistámos não sentiram grande dificuldade nas provas. Todas praticavam algum desporto ou tinham uma actividade física. Quando entrevistámos C. (cadete de 1.º ano e única mulher no seu curso), que fazia pentatlo moderno e passou em todas as provas físicas, a relação entre práticas desportivas de competição e a capacidade de responder às provas físicas tornou-se particularmente evidente. Do mesmo modo, em entrevista L., uma das aspirantes mais bem classificadas do seu Curso, apercebeu-se que provavelmente teve mais facilidade nas provas do que muitas das colegas que concorreram no seu ano devido ao facto de ser escuteira desde criança.

Gostaríamos de destacar dois aspectos. Por um lado, o ser colocado perante uma prova de aptidão física e, sobretudo, o ter de demonstrar capacidades competitivas, é uma questão de atitude. Das mulheres não se espera que sejam “atletas” ou que tenham um comportamento atlético. Em geral, mesmo quando praticam desporto, as candidatas fazem-no de modo descomprometido e para tornar mais saudável a sua vida, e não tanto com fins competitivos.¹²

Embora as provas sejam idênticas para homens e mulheres, desde 1997 os limites estabelecidos para ambos os sexos foram ajustados às suas capacidades tendo em conta as características diferenciais da morfologia-padrão.¹³ Ainda assim, as provas acabam por afectar sobretudo as mulheres que em geral não estão preparadas como os concorrentes do sexo oposto, prolongando o desnível já existente à partida. Num momento em que a polícia se apresenta mais plural, comunicativa, de certo modo subvalorizando a fisicalidade da actividade policial mais regular, momento em que simultaneamente promove a entrada das mulheres “ao lado” dos homens, o primeiro passo para a

11 A descrição etnográfica densa não cabe neste texto, mas poderá ler-se em Durão, 2002.

12 Nas provas, designadas “de natureza funcional”, exige-se sobretudo um tipo de comportamento para a competição, aliado a uma boa preparação física. Valores como a capacidade de decisão e de ultrapassar dificuldades parecem ser dominantes. A terceira prova de salto ao muro é o exemplo mais notório. Durante as provas todos em geral, candidatos, candidatas e orientadores, se referem ao muro como sendo um obstáculo “psicológico”.

13 É de referir que a diminuição dos graus de exigência para as mulheres não parece ter tido significado visível no aumento do número de admissão destas no curso. No ano 2000, apenas uma mulher frequentava o curso do ISCPPI.

admissão surge necessariamente a travá-las. As competências físicas continuam a ocupar um lugar de destaque na instituição, funcionando como prova obrigatória e eliminatória. Serão realmente os desempenhos físicos, quando construídos deste modo, como provas iniciáticas, aquilo que melhor define à partida a “qualidade do futuro polícia” (como referia Begonha 1992)? A questão coloca-se independentemente da diferenciação entre homens e mulheres, mas aviva-se quando olhamos para as respostas que ambos fornecem quando colocados à prova.

Assim, mesmo que se ampliem as diferenças (nos limites requeridos para homens e mulheres nas provas físicas) continua por resolver a questão de fundo que diferencia os desempenhos masculinos e femininos e que faz com que a resposta das mulheres seja amplamente desadequada.¹⁴

A generalidade dos entrevistados no ISCPPI não contesta o que para eles é já uma realidade da “nova” polícia: ter colegas mulheres. Embora saibam que a PSP já recruta mulheres há muitos anos, têm em geral a noção da realidade, que elas estão pouco representadas e praticamente ausentes nos lugares de chefia. Todos os cadetes e aspirantes entrevistados questionam a fraca presença numérica das mulheres nos cursos e evidenciam um momento-travão: as provas físicas eliminatórias. Mas quando avaliam os critérios dessas provas consideram que sendo as mulheres beneficiadas estas têm a obrigação de se preparar melhor. Alguns, quando pensam nos problemas vividos pelas mulheres que “enfrentam um mundo de homens” nos cursos, chegam a equacionar a hipótese de criar quotas de diferenciação positiva na admissão (à imagem das que existem para agentes e subchefes que ingressam no ISCPPI), imaginando que desta forma pode por exemplo ser evitada a entrada de apenas uma mulher por cada vinte homens, como já tem acontecido.

Curioso é que quando confrontados com a questão de avaliar as competências dos polícias em situação de gestão da violência, a maioria dos entrevistados considerou que as mulheres estão tão bem ou melhor preparadas do que os homens, por conseguirem controlar melhor situações de tensão e por terem “naturalmente” mais capacidade de negociação. Assim, estes não fazem em geral depender da condição física da mulher o desempenho de actividades mais “duras” na polícia.

Contudo, na década de 1990 a admissão de mulheres na polícia continuava a constituir um problema para alguns dos seus responsáveis. Na década de 1990 voltou a discutir-se a hipótese de criar um quadro “específico” para mulheres, numa lógica idêntica à que existia em 1980.

14 Para a maioria dos oficiais de polícia que entrevistámos, inclusivamente entre os cadetes e aspirantes do ISCPPI, o problema da reprovação de um tão elevado número de mulheres encontra-se invariavelmente na falta de preparação física destas para as provas. Da nossa observação destacamos que muitas chegam ao momento da competição sem uma ideia muito concreta dos níveis de exigência a que vão estar submetidas.

(...) o sexo é de facto, hoje em dia, um problema que levanta sérias dificuldades aos comandos hierárquicos da PSP assim como à própria mulher, enquanto agente de autoridade, ou simplesmente candidata a tal, na medida em que não está ainda consignado o direito à diferença, direito este que terá de encontrar a sua expressão na criação de um quadro feminino, com funções ajustadas e adequadas à sua condição anátomo-fisiológica e psicossociológica de Mulher (Be-gonha 1992: 10-11).¹⁵

Visibilidade da mulher polícia na PSP e através dos média

O modo como a figura da mulher polícia é utilizada para a construção de uma imagem pública da PSP, mais positiva — a sua presença em momentos rituais da instituição, em medalhas e cartazes — não ilude a questão de base, a diferenciação de representações associadas aos géneros, antes a evidencia.

Todos os anos, no início de Julho, a Praça do Império em Belém dá lugar à *Parada* comemorativa do Dia da Polícia, numa coreografia que pretende dar uma imagem de unidade profissional. A escolta de honra, composta por três elementos, traduz uma simbólica de pluralidade: uma mulher polícia “apresenta armas”, ladeada por um polícia negro e um caucasiano. As mulheres quase não assumem presença no palanque reservado para altos funcionários do Estado e convidados: entre os 184 presentes 6 são mulheres, entre as quais apenas figura uma polícia, uma comissária.¹⁶

Onde estão elas? Em frente ao palanque, e virado para este, um dos pelotões é exclusivamente feminino, estando os alunos da Escola Prática de Polícia separados por sexo. A entrega das condecorações está a cargo de sete mulheres, vestidas a rigor e com luvas brancas. Com particular visibilidade surge uma mulher, loura, ao volante da viatura que transporta o ministro da Administração Interna, enquanto aquele “passa revista” aos pelotões. Com farda de cerimónia, todas as participantes sem excepção vestem saia, mesmo existindo possibilidade formal de uso de calças.¹⁷

Também na noite de gala, adicta às referidas comemorações do Dia da PSP, 14 mulheres polícias são destacadas para distribuir rosas vermelhas às

15 O avanço da pesquisa (ver nota 1) deverá permitir colocar estas mesmas questões do lado dos actores, na observação e inquirição das práticas e representações dos polícias de rua.

16 Os dados que aqui apresentamos referem-se a 2001, mas o mesmo esquema é repetido anualmente.

17 Existem fardas de trabalho e fardas de cerimónia para homens e mulheres. As fardas de cerimónia variam, surgindo por vezes alguns elementos em situações específicas (por exemplo, não é em todas as cerimónias que se colocam as condecorações). Para as mulheres, a farda de cerimónia pode ser com saia ou com calças não havendo regra expressa para o uso de uma ou outra peça do vestuário. No entanto, na Parada do Dia da PSP, na cerimónia mais importante desta polícia, todas sabem que devem vestir saias.

esposas daqueles para quem se realiza a cerimónia — os oficiais e quadros superiores da PSP.

Quisemos compreender como, do ponto de vista representacional, as imagens das mulheres na polícia têm sido socialmente difundidas. O que nos conta a imprensa escrita?¹⁸

O discurso ideológico que sobre as mulheres polícias circula reflecte uma imagem de tendência homogeneizante, que vê na profissional sobretudo o facto de ser mulher. A mulher não é despida desse lugar de *outra* na “assimetria simbólica” característica dos processos de representação de género (Amâncio, 1994).

No olhar mediático, as mulheres na polícia surgem geralmente como objecto de tratamento autónomo, desligado da acentuada problematização mais global que envolve a actuação policial nas sociedades democráticas. Evidenciam-se sobretudo questões aliadas às características femininas e à coragem de entrar num “mundo de homens”. Mais pontualmente tratam-se os problemas que resultam da condição feminina: as dificuldades de entrada e progressão na carreira, assim como outras questões relacionadas com o convívio com os colegas do sexo masculino e com os cidadãos.

No discurso que os políticos fazem circular através dos média a presença das mulheres na PSP não é argumentada apenas pelo lado da igualdade de oportunidades. Particular importância é dada às características tidas por femininas para o eficaz cumprimento das funções policiais. Um dos Ministros da Administração Interna, aproveitando a comemoração do Dia Internacional da Mulher declarou:

Há razões particulares para que as mulheres sejam importantes nas forças de segurança. Não só pela questão da igualdade de oportunidades (...) o facto das mulheres usarem mais a negociação do que a força, terem boa prestação no combate ao crime e serem atentas e cuidadosas com certas vítimas de crime, nomeadamente de violência doméstica. Para além de tudo isso, elas têm ainda grande facilidade de integração na comunidade, o que é importante nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (*Público*, 09.03.2000: 24).

Para as mulheres evidenciam-se competências sociais específicas, “naturalizadas”, que se revertem em competências profissionais e periciais e as predis põem para a actividade policial: maior capacidade de diálogo (em detrimento do uso da força), maior capacidade de empatia com as vítimas e maior

18 Os dados resultam de uma recolha em todos os jornais diários e semanários nacionais (no arquivo jornalístico da Direcção Nacional da PSP), referentes ao período entre 12 de Agosto de 1999 e 16 de Setembro de 2001. Do conjunto de 913 textos considerados especificamente sobre a organização 25 tratam questões relacionadas com as mulheres na polícia.

facilidade de integração na comunidade. Tal torna-se facto relevante quando são estas as características em torno das quais se criou, na referida época, um “novo” conceito de polícia de rua na proximidade com os cidadãos.¹⁹ A avaliação positiva que circula nos média, na altura, faz crer que as mulheres, uma vez aplicadas as suas competências “naturalizadas” à profissão, estariam mais bem apetrechadas do que os colegas para o trabalho policial do presente.

Nas unidades especiais, verdadeiras forças de elite da polícia — Corpo de Intervenção, Grupo de Operações Especiais, Centro de Inactivação de Engenheiros Explosivos e Segurança em Subsolo — não há lugar reservado para as mulheres. No contexto destas forças especiais, apoiadas na ideia de uma polícia de acção, com acentuada preparação física, equipamento tecnológico sofisticado e uso da força, embora por vezes se considere a hipótese de recruta de mulheres,²⁰ é mais comum que na organização se considere que estas não reúnem as competências físicas exigidas pelas tarefas.²¹

Quando as mulheres são olhadas pelos jornalistas, nos lugares onde são mais visíveis, nas esquadras e nas ruas, explora-se a sua feminilidade e a imensa capacidade de adaptação ao mundo masculino: ora por acentuação da feminilidade ora, inversamente,²² pelo evidenciar de traços considerados masculinizantes.²³ As mulheres polícias são vistas antes de tudo

19 O designado “policamento de proximidade” tem sido introduzido em diversos países, com especial incidência nos países anglo-saxónicos. Este novo conceito de policiamento, activado em Portugal a partir de 1996, implica a colaboração entre as forças de segurança (PSP e GNR) e a comunidade, e tem por objectivo a identificação dos problemas de segurança (<http://www.psp.pt/proximidade/html>).

20 É neste sentido que surge a declaração do então Comandante do Corpo de Intervenção: “Compreendo que o tipo de missão atribuído ao Corpo de Intervenção não seja muito atractivo para o sexo feminino, mas a verdade é que se estranha o facto de nem uma única agente da PSP, e são muitas, ter tentado ingressar nesta unidade. Naturalmente, trata-se de uma situação que compreendemos, mas que gostaríamos de ver alterada em breve” (Correio da Manhã, 28.03.2000: 7).

21 Em Abril de 2000, o então Comandante do Grupo de Operações Especiais, a força “de elite” da PSP, questionado pelas razões que explicam a inexistência de mulheres nesta unidade, declarou aos média: “(...) as que concorreram não conseguiram passar os testes. Correndo o risco de parecer machista, acho que nunca nenhuma conseguirá” (24 Horas, 24.07.2000: 5).

22 “J. tem 34 anos e é polícia (...) Mas a farda que veste não a transveste de homem, não lhe amputa os gestos, os gostos e as sensibilidades tão tipicamente femininas, que orgulhosamente exhibe. E por que raio havia de amputar? Por que será que sempre que pensamos numa mulher polícia, imaginamos um estafermo de farda e de maus modos?” (Diário de Notícias, 21.10.2000).

23 Um outro jornal descreve uma “Uma comandante com sangue na guelra (...) O 24 Horas passou dois dias com a subcomissária A. que, aos 26 anos, é a única mulher do País a comandar umas Brigadas Anti-Crime (...) “Ela é dura, gosta de bater”, comentou, na galhofa, um dos seus jovens subordinados. “Ser comandado por uma mulher? A única diferença é que diante dela não dizemos palavrões”, disse outro, entre risos. “Prefiro trabalhar

como mulheres, através do destaque de características evidenciadas como sendo tipicamente femininas ou por contraste com estas. Em geral, os média falam das mulheres na polícia como se estas sempre lá tivessem estado. Porque será que não surge problematizada a forma como as mulheres alteram esse mundo masculino da organização?

Resultante da sua condição de actuação pública e de uso da força, nas sociedades democráticas a polícia é um objecto com extrema visibilidade.²⁴ Embora sem podermos oferecer aqui uma análise aprofundada, a extrema visibilidade dos polícias nos média surge como um dos problemas fundamentais que atravessa a instituição (Perlmutter, 2000).²⁵ Entre as duas instâncias mantém-se uma relação ambivalente e problemática, por vezes com danos para a própria polícia. Se é nos média que surpreendemos as contradições entre a PSP e a tutela governamental, as instâncias de inspecção das próprias polícias e os cidadãos, esse é também o lugar onde se integram os discursos reactivos da polícia no sentido de reabilitar imagens profissionais e institucionais.²⁶ Num registo mais informal, essa reactividade prolonga-se para a vida institucional, entre os polícias.

Dos relatos de experiências de vida de polícias que temos vindo a recolher, destaca-se que estes profissionais são extremamente sensíveis à opinião que deles tem o público. Quando a instituição é atacada, todos se sentem solidários. (Muitos recortes de jornal enfeitam os gabinetes, os corredores e as esquadras lembrando o que dos polícias se diz). Este é talvez o momento da possível união entre polícias diferenciados numa instituição fortemente marcada pela hierarquização de postos²⁷ e funções.²⁸ A relação com os média projecta-se e é parte integrante na construção de uma certa memória de grupo, uma memória cujos conteúdos envolvem consensos largamente partilhados que se baseiam na ideia de que os “outros” (os que se situam no exterior da Instituição)

com homens: são mais práticos e menos complicados”, afirmou, peremptória, A. “ (24 Horas, 21.05.2001). São particularmente reveladoras as fotografias utilizadas nesta reportagem jornalística. A subcomissária aparece em pose operacional, empunhando armas de fogo.

24 Na discussão da sua obra, António Firmino da Costa (1999) toma a visibilidade do bairro de Alfama em Lisboa como facto social. Ressalvadas as devidas diferenças, poderia fazer-se idêntico percurso no estudo das polícias portuguesas, ainda que para o caso não se possa falar de um “excesso” de visibilidade, pois esta é característica imanente da própria realidade de um actor social passível de debate e questionamento nas sociedades democráticas. Estranho é que, pelo contrário, no nível mais erudito, histórico e sociológico, se verifique um verdadeiro *deficit* de discussão sobre as polícias em Portugal.

25 Na recente reorganização da PSP foi criado um Gabinete de Relações Públicas e Comunicação, cuja maior parte do expediente é receber, responder, criar e integrar solicitações mediáticas.

26 Não é demais lembrar que este processo ocorre em grande medida porque a profusão de textos que todos os anos se escreve nos jornais sobre os polícias é imensa, da ordem do milhar.

não têm consideração pelo trabalho de polícia e não o reconhecem como valor ou, como diria Manning (1978: 11), os polícias têm determinadas assunções e uma das mais partilhadas é a de que “everyone hates a cop”.

A forma como se faz o tratamento da polícia no feminino através dos média aparece frequentemente desligada da tensão descrita. A mulher fardada é utilizada como indicador de mudança, anuncia transformação, alteridade, pluralidade para a polícia, com evidentes benefícios para a imagem pública da instituição. Assim, a figura da mulher polícia surge com objectivos de mediação entre a PSP e os próprios média que por sua vez são mediadores de informação na sociedade.

Palavras finais

Para as mulheres na polícia os anos de transição do século XX para o século XXI correspondem à sua integração na organização. A imagem que destas circula para o público é positiva, confundindo-se frequentemente com a própria ideia de polícia moderna. As características centrais definidas para a instituição fazem eco das competências sociais das mulheres, o que produz um efeito algo paradoxal de as anunciar como estando não só preparadas para o trabalho de polícia do presente e do futuro como “naturalmente” mais bem preparadas. Quererá isto dizer que estamos a assistir à “feminização” progressiva da polícia? Uma vez que o lugar das mulheres na instituição é ainda problemático, foi nossa intenção evidenciar neste texto como tudo se joga em duas linhas que podem não ter relação directa: por um lado, a imagem pública e publicada favorece-as e através dela favorece a instituição que as acolhe, uma instituição mais democrática e participativa na vida da comunidade; por outro lado, o facto das profissionais mulheres aparecerem como elementos-chave nessa instituição em mudança parece não ter correspondência naquilo que efectivamente alimentaria a mudança organizacional, a representatividade numérica e o acesso a lugares de chefia e liderança.²⁹

27 Hierarquicamente, os postos estão organizados, de cima para baixo, da seguinte forma: oficiais superiores (superintendentes e subintendentes); oficiais (comissários e subcomissários); chefias intermédias (chefes e subchefes); agentes.

28 As funções na polícia são essencialmente de carácter administrativo ou operacional, mas são de tal forma numerosas e variadas que a sua especificação não cabe neste texto.

29 Agradecemos aos coordenadores do volume as leituras críticas e sugestões. É também de referir a abertura e apoio que temos tido por parte da Direcção Nacional, da PSP do Comando Metropolitano de Lisboa e do ISCPSP para conduzir a investigação.

Referências bibliográficas

- Amâncio, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento.
- Begonha, Mário B. (1992), *Papel da Motricidade Humana na Definição do Perfil Sociológico do Oficial de Polícia*, Lisboa, Escola Superior de Polícia.
- Breve História da Polícia em Portugal. Brief History of the Police in Portugal* (s/d), Lisboa, Comando-Geral da PSP.
- Carreiras, Helena (1995), “Mulheres nas Forças Armadas: transformação institucional e recrutamento feminino”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 18, Out.: 97-128.
- Carreiras, Helena (1997), *Mulheres nas Forças Armadas*, Lisboa, Cosmos.
- Carrier, John (1988), *The Campaign for the Employment of Women as Police Officers*, Sydney, Athenaeum Press Limited.
- Carrilho, Maria (colab. de Carreiras, Helena) (1990), *As Mulheres e a Defesa Nacional. Elementos Para a Perspectivação de Uma Política Aplicada a Portugal*, Cadernos Condição Feminina, n.º 30, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, Presidência do Conselho de Ministros.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Durão, Susana, (2002), “Tipografos y Policías. Perspectiva etnográfica a partir de organizaciones y profesiones en cambio”, Comunicação às *II Jornadas de Antropología Urbana — Las Culturas de la Ciudad*, Bilbao, 10-11 de Maio (no prelo).
- Durão, Susana, (2002a), “Bairro, vendedores ambulantes e policiamento em Lisboa. Contributos para uma aliança entre a antropologia urbana e a antropologia das organizações”, Comunicação ao *IX Congreso de Antropología*, FAAEE, Barcelona, 4 a 7 de Setembro (Actas em preparação).
- Heidensohn, Frances (1995 [1992]), *Women in Control? The Role of Women in Law Enforcement*, Oxford, Oxford University Press.
- Horne, Peter (1980 [1975]), *Women in Law Enforcement*, Springfield, Illinois, Charles C. Thomas Publisher.
- Maanen, John Van (1978), “Kinsmen in Repose: occupational perspectives of patrolmen” em P. K. Manning e J. Van Maanen (orgs.), *Policing. A View From the Street*, Nova Iorque, Random House, 115-128.
- Manning, Peter K. (1978), “The Police: mandate, strategies, and appearances” em P. K. Manning e J. Van Maanen (orgs.), *Policing. A View From the Street*, Nova Iorque, Random House, 7-31.
- Manning, P. K. e J. Van Maanen (orgs.) (1978), *Policing. A View From the Street*, Nova Iorque, Random House.
- Marinho, Líliliana P. P. (2001), “Polícia de Segurança Pública: adaptação e integração profissional dos elementos femininos com funções policiais”, Lisboa, ISCP (dissertação final de licenciatura em Ciências Policiais).
- Martín Fernández, Manuel (1994), *Mujeres Policía*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, Siglo Veintiuno de España Editores.

- McLaughlin, Eugene e Muncie, John (1996), *Controlling Crime*, Londres, Sage Publications.
- Pinheiro, João (2001), “As Mulheres na PSP: integradas ou excluídas?”, Lisboa, ISCPSI (dissertação final de licenciatura em Ciências Policiais).
- Perlmutter, David (2000), *Police the Media: Street Cops and Public Perceptions of Law Enforcement*, Califórnia, Sage Publications.
- Polícia Portuguesa* (1972), “Nós, as mulheres polícias”, 214, Nov. /Dez.: 10.
- Punch, Maurice (org.), (1983), *Control in the Police Organization*, Cambridge, MIT Press.
- Schulz, Dorothy Moses (1995), *From Social Worker to Crimefighter: Women in United States Municipal Policing*, Westport, Connecticut/Londres, Praeger.
- Trindade, D. S. e Jesus, M. R. (1998), *Subsídios para a História da Polícia Portuguesa*, Lisboa, Escola Superior de Polícia.
- Young, Malcom (1991), *An Inside Job. Policing Police Culture in Britain (Participant Observation)*, Oxford, Oxford University Press, Clarendon Press.
- Young, Malcom (1993), *In the Sticks. Cultural Identity in a Rural Police Force*, Oxford, Oxford University Press, Clarendon Press.

Capítulo 7
**CONTROLO SOCIAL FORMAL E DEFINIÇÕES
DE NORMALIDADE EM TERRITÓRIOS PSICOTRÓPICOS**

Tiago Neves

Introdução

Com base em trabalho etnográfico sobre uso de drogas, economia subterrânea, cultura de resistência e estratégias de policiamento em bairros sociais da cidade do Porto que apresentam as características de *territórios psicotrópicos*,¹ trata-se neste ensaio de exemplificar e analisar o modo como o controlo social formal se exerce através de definições locais de normalidade (Fernandes e Neves, 1997, 1999; Neves, 2000). Por outras palavras, o objectivo central reside na observação e análise da articulação entre o carácter formal e burocraticamente regulamentado das actividades de policiamento e a tomada de decisões em tempo real e em situações concretas pelos agentes da autoridade.

Como é sabido, *etnografia* designa um método de investigação que consiste na partilha, durante um período relativamente longo, de uma parte da vida dos sujeitos e do local de estudo (Hammersley e Atkinson, 1983). Exige, portanto, que o investigador esteja disposto a interagir com os indivíduos e com os grupos nas situações que se vão sucedendo no quotidiano, de forma a cumprir o objectivo primeiro de uma pesquisa de tipo etnográfico, que é a descrição cultural. Numa perspectiva etnometodológica,² isto significa que, para além da descrição daquilo que acontece, se procura a compreensão dos “métodos utilizados pelos membros para tornar essas mesmas actividades visivelmente-rationais-e-possíveis-de-relatar para todos os fins

1 Um *território psicotrópico* é “um atractor de indivíduos que têm interesses em torno das drogas, com um programa comportamental orientado para os aspectos instrumentais ligados a um estilo de vida em que elas têm um papel importante; tem como característica comunicacional a interacção mínima e estrutura-se como interstício de espaço e de tempo” (Fernandes, 1998: 164-204).

2 Recorde-se que a etnometodologia procura investigar o conhecimento de senso comum das estruturas sociais, ou seja, “as bases de inferência e acção socialmente aceites, utilizadas pelos indivíduos nas suas actividades quotidianas” (Garfinkel, 1967: 76).

práticos, isto é, torná-las ‘explicáveis’ enquanto organizações de actividades quotidianas comuns” (Garfinkel, 1967: VII). Não se trata de determinar “a verdade” mas sim de “revelar as múltiplas verdades visíveis nas vidas dos outros” (Emerson, Fretz e Shaw, 1995: 3). Dito de outra forma, a procura da realidade na etnografia é não redutora mas diversificadora, mostrando que as diferentes representações dos actores sociais não são discursos ou ideias *sobre* o real mas elementos que fazem parte da realidade que descrevem, elementos constituintes *do* real. Relembre-se a afirmação de W. I. Thomas segundo a qual “se as pessoas definem as situações como reais, elas são reais nas suas consequências” (Thomas e Thomas, 1928: 571).

Esta abordagem ao trabalho etnográfico articula-se com o outro alicerce deste ensaio: uma concepção *interpretativista* do crime e do desvio (Hester e Eglin, 1992: 94-95), segundo a qual o desvio não é uma propriedade intrínseca de um determinado acto ou situação, mas sim o resultado da aplicação de regras e sanções socialmente construídas (Becker, 1973: 9). Por outras palavras, o desvio, tal como a norma, não é imanência ontológica mas sim produto transitório de negociações e arranjos sociais percíveis. Consequentemente, neste tipo de abordagem, o olhar do investigador desloca-se da procura das origens e da explicação dos comportamentos desviantes — como sucede nas concepções *realistas* do desvio — para a análise dos processos através dos quais determinados actos e determinados indivíduos, em situações concretas, são rotulados de desviantes e tratados como tal (Kitsuse, 1973: 16).

Ao longo deste ensaio, as actividades de policiamento dos *territórios psicotrópicos* (Fernandes, 1998) serão identificadas e analisadas na qualidade de actividades definidoras de norma(lidade) e desvio. Começarei por desenvolver algumas dimensões da concepção interpretativista de controlo social, normalidade e desvio, passando posteriormente à apresentação e discussão de material empírico.

Controlo social, normalidade e desvio: uma concepção interpretativista

Como refere Cicourel (1968), a maioria das teorias sociológicas do comportamento desviante têm na sua base elementos organizacionais e motivacionais, de modo muito particular a questão da socialização, expressa por exemplo no relevo concedido à análise da “qualidade” dos modelos parentais e dos grupos de pares. O principal problema deste tipo de abordagens é que acabam por naturalizar um fenómeno histórico e social como é o processo de socialização; o exemplo mais evidente de tal naturalização reside, provavelmente, na associação entre pobreza e delinquência. “O desenvolvimento de legislação assistencial, de casas de correcção, dos tribunais de menores e de teorias sociológicas que atribuem a delinquência a jovens de zonas pobres, a bairros

desorganizados e a lares instáveis parece então também natural” (Cicourel, 1968: 25). Este processo desenvolve-se de tal forma que “a delinquência de classe média é entendida como tratando-se de um outro tipo de problema social, mais do que algo com um significado geral que reflecte o funcionamento da legalidade e da justiça numa dada comunidade” (Cicourel, 1968: 30).

Temos assim que a referida maioria das teorias sociológicas do comportamento desviante perfilha do já mencionado modelo realista da desviância, modelo esse que postula que o desvio constitui “um domínio independente, exterior e constringedor dos factos sociais” (Hester, 1991: 443). Dito de outro modo, este modelo assume que o desvio existe para lá das formas através das quais é detectado e combatido. Neste sentido, a posição realista partilha da crença de cidadão comum segundo a qual o desvio é a causa da reacção que provoca. Tanto o investigador *realista* como o cidadão comum encaram as suas definições do mundo social como descrições de factos e não como constitutivas desses factos. Assim, as categorizações acabam por se tornar sinónimas dos comportamentos e, por motivos organizacionais práticos, o desvio torna-se equivalente ao modo como é descrito. Esta trata-se de uma posição que assegura algum conforto na medida em que, sobre uma questão crucial da organização social (a norma e o desvio), afirma a existência de uma realidade objectiva e reduz a possibilidade de existência de verdades múltiplas. Desta forma, as dúvidas acerca dos processos de controlo social formal são apaziguadas pois, muito embora possa haver discussão em torno do objecto que necessita de intervenção e dos modos de reacção, esses objectos são sempre entendidos como realidades que existem independentemente dos meios da sua identificação e combate.

Para mais, esta posição realista tende a ser reforçada por uma leitura “de superfície” das estatísticas oficiais, entendidas como paradigmas da objectividade. Embora estas estatísticas reforcem, por exemplo, a ideia de uma associação entre pobreza e delinquência, raramente se procede à sua leitura profunda de modo a entender como é que elas são efectivamente produzidas e quais os critérios que presidem à sua elaboração. O número revelado surge como imagem clara e inequívoca de uma dada realidade, mas ironicamente não contém em si uma descrição do processo através do qual foi obtido; ou seja, a facticidade do número parece crescer na proporção directa da ignorância sobre a sua constituição. Recorrendo novamente a Cicourel, importa assinalar que “o conjunto de significados produzidos por leituras *ex post facto* dos registos estatísticos não pode ser tomado como idêntico aos significados situacionais integrais das várias fases na produção de estatísticas oficiais” (1968: 29).

A posição interpretativista, ao contrário, procura precisamente analisar os processos de produção do desvio e da normalidade a partir da interacção contextualizada dos actores sociais. Assim, a ordem social não é uma categoria óbvia e exterior aos sujeitos, alguma coisa relativamente à qual eles se

limitem a sintonizar ou não o seu comportamento, mas sim o fruto de processos sociais de negociação. A ordem e a moral sociais são entendidas como construções sociais que têm lugar continuamente e são desenvolvidas pelos membros de uma comunidade; a ordem e a moral são construídas a partir do interior dos sujeitos. Interessa, então, analisar o controlo social como produção activa, a ordem como negociação e a moral como jogo discursivo. Conforme assinala Becker, ao tomar a moral como construção social transitória e ao tornar objecto de estudo a imposição de definições de normalidade e desvio, a posição interpretativista “viola a hierarquia de credibilidade de uma sociedade” (1973: 207). Essa hierarquia, assente numa posição realista, faz surgir o controlo como mera e simultaneamente inquestionável reacção a um facto objectivo, esvaziando de responsabilidade a actividade controladora.

Uma concepção interpretativista do policiamento

Nas sociedades democráticas ocidentais, a polícia detém o monopólio legal do uso da força, concedido para que possa desempenhar eficazmente o seu mandato, que contempla três áreas fundamentais: a prevenção e a detecção do crime e a detenção dos criminosos (Manning, 1978: 8). Nestas sociedades, as forças policiais comprometem-se perante o poder político, o poder judicial e perante os cidadãos a executar o seu mandato — ou seja, a aplicar a lei — de forma profissional e imparcial. Apresentada desta forma, a tarefa das forças policiais parece bastante clara, com limites bem definidos. No que resta deste ensaio, contudo, procurarei mostrar que, na verdade, esses limites são bem mais imprecisos do que habitualmente cremos e que a entidade que detém o monopólio legal do uso da força tem modos e áreas de actuação relativamente vagos e imprecisos.

Não pretendo aqui avançar pelos caminhos de uma história político-económica da constituição das forças policiais, que numa perspectiva crítica correctamente aponta a lei como uma construção política e, desde logo, o seu carácter não neutral, mas que facilmente resvala para teorias da conspiração e para um fechamento ideológico que reduz as possibilidades de análise do problema. Pretendo simplesmente, através do recurso a material empírico, assinalar a pertinência de duas observações para a questão das definições locais de normalidade:

- a polícia vive num permanente dilema entre a aplicação da lei e a manutenção da paz (Cohen, 1979: 130), entre ser “agente da lei” e “agente da paz” (Bittner, 1967: 700);
- mais do que aplicar a lei, a polícia recorre à lei para racionalizar e legitimar as suas intervenções (Manning e Van Maanen, 1978: 4).

Deste modo, enquanto organização, a polícia é uma burocracia simbólica na medida em que “mantém a imagem de uma adesão total às regras burocráticas embora internamente se conforme pouco ou nada a essas regras” (Manning e Van Maanen, 1978: 3). Acrescente-se que isso sucede, antes de mais e independentemente de quaisquer outros factores, porque o mandato atribuído à polícia é demasiado complexo e vasto para poder ser, numa proporção significativa, subsumido a regras. Para além disso, o facto de o policiamento ser, também ele, uma actividade na qual recursos sempre escassos (físicos, técnicos e humanos) são selectivamente alocados, remete desde logo para um entendimento do acto de policiar como acto de gestão de recursos e de tomada de opções estratégicas; no fundo, de decisões sobre que lei procurar fazer cumprir, como, onde e em que momento. Podemos mesmo dizer que dos panópticos de Bentham e Foucault à dispersão incontrollável dos objectos passíveis de controlo vai a distância da ficção à realidade...

Recordo, por exemplo, um pedaço de tarde passado na esquina de maior comércio e consumo de drogas de um bairro social da cidade do Porto, com uma carrinha da PSP com cinco ou seis agentes de um lado da rua e um ajuntamento de cerca de vinte consumidores de heroína e/ou cocaína do outro lado (onde eu me encontrava na companhia do meu informante privilegiado, o J.). Passaram-se perto de duas horas neste jogo de paciência, sendo que eu não estive lá o tempo todo porque o J., consumidor já experiente e que naquele momento não estava a ressacar, a certa altura virou-se para mim e disse: “Ó Tiago, deixa lá! Vamos dar uma volta e beber uma cerveja. Eles [a polícia] daqui a bocado vão embora e só depois é que alguém começa a meter”. E tinha razão. Enquanto que as forças policiais trabalham por turnos, o comércio de drogas apresenta um horário mais flexível; quando depois, já à vontade, sem a presença policial, acompanhei o J. na compra de um pacote de heroína, ele ironizava: “Já ontem eles saíram mais cedo, por volta das quatro da tarde... Devem ter ido ver o Portugal-Croácia... [jogo do Campeonato Europeu de Futebol de 1996]”.

Num caso como este, parece ser a própria organização burocrática do trabalho policial, aqui expressa no trabalho por turnos, que mina a sua eficiência a ponto de gerar uma situação que raia o absurdo na medida em que todos os intervenientes estão perfeitamente conscientes do motivo pelo qual, a partir de determinado momento — e pelo menos até algum tempo depois, correspondente à transição dos turnos — é possível cometer o acto ilegal da venda de drogas. Nos *territórios psicotrópicos*, entre outras coisas, também o absurdo define a normalidade das relações entre a polícia, os consumidores e os vendedores de drogas.

É neste contexto que devem ser entendidas as palavras de um subcomissário da PSP com responsabilidades e experiência no patrulhamento de bairros problemáticos em termos do consumo de drogas: “Ao fim e ao cabo, acaba por fazer sentido termos 112 escrito nos nossos carros. Porque o que

fazemos é principalmente acudir a emergências, tentar remediar algumas situações, manter uma paz podre. Para além disso, mal remediamos uma situação, surge logo outra”. Um bom exemplo destes fenómenos são as estratégias de redução da procura, que parecem não constituir mais do que meros paliativos na medida em que o efeito de deslocamento do comércio de drogas é rapidamente seguido de um efeito de substituição (Dorn e outros, 1992: 42-53). Ou, como nos disse um *junkie*: “A polícia não consegue acabar com isto. O máximo que conseguem é ir gerindo a situação”.

E a situação gere-se recorrendo a definições contextualizadas, locais, de normalidade. Por exemplo, a determinado momento da investigação dei-me conta de que a passagem do carro-patrolha, com dois agentes no interior, pela esquina anteriormente referida, não causava uma interrupção da prática comercial ilegal em curso, mas simplesmente um olhar de vigilância sobre o dito carro. Parecia existir uma espécie de acordo tácito sobre uma vigilância mútua, acordo esse que não seria quebrado excepto em situações extraordinárias (por exemplo, rusgas e pedidos de intervenção por parte da população residente) e que assegurava, para além da integridade física de ambas as partes, a manutenção de uma ordem, de uma normalidade ecológica.

Quando questionado sobre o aparente paradoxo de, à passagem do carro-patrolha, agentes policiais verem a ocorrência de actividades ilegais e, no entanto, nada fazerem para impedir o seu prosseguimento, o mesmo subcomissário da PSP respondeu de uma forma bastante pragmática: “Bom, não vou mandar dois homens meus para o meio de cinquenta tipos. Eles só intervêm se virem alguma coisa fora do normal, e para isso chamam reforços”. Conforme diz Sacks, “Os agentes de giro orientam-se de forma particularmente atenta para as aparências possivelmente impróprias que as pessoas possam apresentar” (1978: 190). O que talvez se possa dizer é que, no contexto em causa, a aplicação deste procedimento de procura de incongruências na aparência dos sujeitos conduz a uma espécie de beco sem saída porque o ilegal é normal, ainda para mais quando do bairro em questão a Polícia recebe um número mínimo de pedidos de intervenção e reconhece que tende a ser lá mal recebida.

Importa assinalar, então, não só que a manutenção da paz e da ordem por vezes prevalece sobre a aplicação da lei, como tornar claro que, em determinados momentos, estão claramente em conflito, deixando nas mãos do agente da autoridade um dilema de complicada resolução, até porque os meios utilizáveis para a manutenção da paz relevam mais dos conhecimentos e das relações locais e da experiência do agente que da sua formação técnica (Bittner, 1967: 699-701). Muito possivelmente, reside aqui a explicação de algumas diferenças de atitude entre os agentes mais velhos, melhor conhecidos na zona, e os agentes mais jovens: enquanto que os primeiros tendem a ser mais condescendentes para com sujeitos que foram conhecendo ao longo dos anos, os segundos funcionam mais de acordo com a lógica do “trabalho é trabalho, conhaque é conhaque”, como me disse o J.

Mas, se o polícia de giro dos *territórios psicotrópicos* dotado de sensibilidade ecológica parece mais orientado para a manutenção da paz e da ordem, usando a lei como recurso a ser utilizado em última instância, existem na organização policial outros mecanismos cuja actuação parece mais orientada para a aplicação da lei em todas as circunstâncias. Refiro-me aqui ao Corpo de Intervenção da PSP que, há alguns Verões atrás, patrulhou intensamente o bairro. Orientada claramente para a eliminação da ocorrência de actividades ilegais em torno das drogas, a sua acção estendeu-se para a tentativa de imposição de uma espécie de recolher obrigatório (a diminuição das movimentações facilita o seu controlo), bem como para o recurso a *cerimónias de degradação da identidade* (Garfinkel, 1973: 89-94), particularmente dos consumidores de drogas, fazendo-os por exemplo despir sapatos e camisas.

Julgo então que se pode afirmar não só que a polícia é, de facto, uma organização definidora do que é desviante, mas também que diferentes partes do corpo policial definem o que é desviante de modo diverso. Este fenómeno é, na sua base, possibilitado pela vastidão e inexactidão do mandato policial e expressa-se no facto de o papel da polícia ser “melhor entendido como um mecanismo para a distribuição não negociavelmente coerciva de força empregue de acordo com os ditames de uma compreensão intuitiva das exigências situacionais” (Bittner, 1970: 46).

Conclusão

A polícia parece estar longe da burocracia de tipo monocrático, caracterizada pela actuação previsível, estável, de resultados calculáveis, ampla e eficaz, e que de acordo com Weber seria a forma mais racional e tecnicamente mais eficiente de exercer autoridade sobre os indivíduos (Weber, 1968: 223). Curiosamente, tanto a retórica policial como a retórica política que a sustenta descrevem a actividade policial muito mais como uma burocracia de tipo monocrático do que como uma burocracia simbólica, na qual o poder discricionário do agente colocado numa situação concreta é que realmente assume um peso fundamental na delimitação das fronteiras entre o legal e o ilegal. Esta observação deixa-nos a braços com o problema moral já assinalado por Bittner (1970: 46): “Como poderemos chegar a um juízo favorável ou mesmo de simples aceitação sobre uma actividade que é, na sua própria concepção, oposta ao *ethos* da política que a autoriza?”.

E, de modo mais específico, deixa-nos também nos braços um problema de conhecimento e intervenção nos *territórios psicotrópicos*: como explicar a insistência na perigosidade criminal do fenómeno droga quando, nos espaços em que ele é mais visível e activo, a sua perigosidade fundamental para os actores locais parece ser de carácter ecológico e sanitário, ou seja, quando a sua perigosidade parece relevar fundamentalmente da

desorganização do espaço e das ameaças à saúde pública? (Fernandes e Neves, 1999).

Referências bibliográficas

- Becker, Howard (1973), *Outsiders. Studies in the Sociology of Deviance*, Nova Iorque, The Free Press.
- Bittner, Egon (1967), "The police on skid-row: A study if peace-keeping", *American Sociological Review*, 32 (5).
- Bittner, Egon (1970), *The Functions of Police in Modern Society: A Review of Background Factors, Current Practices, and Possible Role Models*, Maryland, National Institute of Mental Health (*Crime and Delinquency Issues: a monograph series*).
- Cicourel, Aaron (1968), *The Social Organization of Juvenile Justice*, New Brunswick, Transaction Publishers.
- Cohen, Phil (1979), "Policing the working-class city", em Fine, Bob e outros (orgs.) *Capitalism and the Rule of Law: From Deviancy Theory to Marxism*, Londres, Hutchinson.
- Dorn, Nicholas, Karim Murji e Nigel South (1992), *Traffickers. Drug Markets and Law Enforcement*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Emerson, Robert; Rachel Fretz, Linda Shaw (1995), *Writing Ethnographic Fieldnotes*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- Fernandes, Luís (1998), *O Sítio das Drogas*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Fernandes, Luís, e Tiago Neves (1997), *Periferias Urbanas. Sentimento de Insegurança e Controlo Social*, Porto, Observatório Permanente de Segurança (relatório de investigação).
- Fernandes, Luís, e Tiago Neves (1999), *Periferias Urbanas. Sentimento de Insegurança e Controlo Social (vol. II)*, Porto, Observatório Permanente de Segurança (relatório de investigação).
- Garfinkel, Harold (1967), *Studies in Ethnomethodology*, Nova Jérsea, Prentice Hall.
- Garfinkel, Harold (1973), "Conditions of successful degradation ceremonies", em Earl Rubington e Martin Weinberg (orgs.), *Deviance. The Interactionist Perspective*, Nova Iorque e Londres, The MacMillan Company e Collier-Macmillan Limited.
- Hammersley, Martin, e Paul Atkinson (1983), *Ethnography. Principles in Practice*, Londres, Tavistock Publications.
- Hester, Stephen, e Peter Eglin (1992), *A Sociology of Crime*, Londres, Routledge.
- Hester, Stephen (1991), "The social facts of deviance in school. A study of mundane reason", *British Journal of Sociology*, 42 (3).
- Kitsuse, John (1973), "Societal reaction to deviant behavior", em Earl Rubington e Martin Weinberg (orgs.), *Deviance. The Interactionist Perspective*, Nova Iorque e Londres, The MacMillan Company e Collier-Macmillan Limited.
- Manning, Peter K., e John Van Maanen (1978) (orgs.), *Policing. A View from the Street*, Santa Mónica, Goodyear.

- Manning, Peter K. (1978), "The police. Mandate, strategies and appearances", em Peter K. Manning e John Van Maanen (orgs.) *Policing. A View from the Street*, Santa Mónica, Goodyear.
- Neves, Tiago (2000), "Economia subterrânea e cultura de resistência", *Colectânea de Textos das Taipas*, vol. XII.
- Sacks, Harvey (1978), "Notes on police assessment of moral character", em Peter K. Manning e John Van Maanen (orgs.), *Policing. A View from the Street*, Santa Mónica, Goodyear.
- Thomas, William I., e Dorothy S. Thomas, (1928), *The Child in America. Behavior Problems and Programs*, Nova Iorque, Alfred A. Knopf.
- Weber, Max (1968), *Economy and Society. An Outline of Interpretive Sociology*, Nova Iorque, Bedminster Press (vol. I).

Capítulo 8
**ESTRATÉGIAS ARQUITECTÓNICAS, TÁCTICAS
HABITACIONAIS**

João Pedro Silva Nunes

Em conjunto, o urbanismo e a arquitectura de habitação fabricam formas e sentidos. Os resultados do trabalho de concepção urbanística e arquitectónica radicam em projectos e em vontades, mais ou menos expressas, de diferentes poderes. Assim entendidas, as formas construídas apresentam-se ao olhar sociológico exactamente como tal, construídas, melhor dizendo, socialmente construídas.

Enquanto construção social, a forma habitacional construída distribui espacialmente características e qualidades, oportunidades e constrangimentos; propõe regras de uso e recursos de ocupação; promove a classificação de actividades e de tempos; favorece permanências e acessos; potencia exclusões.

A sua ocupação é assim um momento de encontro social e de iniciação de um processo em que as lógicas da programação, do planeamento e do projecto arquitectural se podem impor, mas em que as acções dos ocupantes podem subverter tanto as formas construídas como os sentidos nelas inscritos. Serão os factores de posicionamento e de interpretação do mundo — modos de vida — que orientarão as práticas de apropriação deste espaço de mediação entre actores e estatutos, recursos e significados, finalidades e valores.

A partir da análise de um caso — a edificação de um extenso agrupamento de habitações económicas, localizado em Lisboa e vulgarmente conhecido como o bairro de Olivais Sul — exploram-se interpretativamente quer as acções arquitectónicas, quer algumas pequenas atribulações da arquitectura de habitação na experiência da casa nova, vivida pelos habitantes pioneiros do bairro. Daí resultará, num primeiro momento, um conjunto de pistas de reflexão acerca da produção de habitação de origem pública, apreendida enquanto prática cultural e prática de poder. Resultará igualmente, num segundo momento, uma reflexão acerca da porosidade do objecto habitação, uma vez experimentado enquanto casa.

Um percurso na carreira 21

O percurso realizado em autocarro entre a Avenida da República e Olivais Sul, na carreira 21, é, em certa medida, uma viagem entre a cidade de final de oitocentos e o primeiro *grand ensemble* lisboeta. O trajecto desta carreira atravessa três grandes realizações urbanísticas na Capital: as Avenidas Novas, Alvalade e Olivais Sul — e as transformações que elas foram sofrendo.

A transformação da cidade ocorrida ao longo do século XX foi claramente marcada por um conjunto de intervenções que direccionaram a expansão da urbanização para norte. As Avenidas Novas representam a expansão programada dos arruamentos e um modo de ocupação dos lotes sujeitos a alienação concorrencial para os investidores do princípio do século XX. As avenidas traçadas por Ressano Garcia permitiam diversos tipos e qualidades de prédio de rendimento, bem como luxuosas vivendas para a burguesia da capital. O Campo Grande, tradicional e histórica saída da cidade para Loures e para Torres Vedras, apresenta hoje uma dominância terciária, com resquícios de quintas e de palacetes burgueses. Virando à direita entra-se em Alvalade. A continuidade das fachadas, a hierarquia das vias e pontuação das praças fornecem um quadro de permanência exterior que favorece a rua, a legibilidade e a concentração de percursos. O trajecto uniformizador do autocarro ilude, de facto, a distribuição das diferentes categorias habitacionais que o programa de urbanização estabelecia e a organização das unidades de vizinhança que polarizava essas diferenças em torno das escolas primárias. Passando a Avenida Gago Coutinho e a Rotunda do Relógio, a entrada em Olivais Sul é, na percepção do viajante, um momento de ruptura: arruamentos em curva, declives acentuados, espaços ajardinados, dobragens de espaços e vários planos que se sobrepõem — gerando um sentimento limite de desorientação.

Saindo do autocarro destaca-se o edificado que, na sua maioria, se percebe ser especialmente concebido para habitação: torres de 8, 10, 14 andares ladeiam bandas de comprimento variável e de recorte elaborado. A profusão das varandas também indicia a orientação residencial da concepção. Por detrás da densidade do construído alojam-se escolas, creches, lojas, pracetas, lugares de estacionamento e caminhos pedonais que ligam diversos lugares que se vão descobrindo. A diversidade oferecida aos sentidos é assinalável: os diferentes pavimentos, a paleta de cores que os edifícios apresentam, o porte das árvores e a folhagem — variável com a estação do ano — a toponímia, evocativa de cidades do espaço ultramarino português, as formas e os estados do edificado, os tipos de ocupação dos espaços exteriores; enfim, fragmentos que se foram coleccionando nas viagens de estudo e no bloco de notas do investigador.

Estes edifícios e estes espaços fazem parte de uma história, foram na sua origem definidos por especialistas e realizados ao longo de um programa

extenso, foram objecto de estudo e mobilizaram investimento financeiro. Eles propõem uma ordem urbana e uma ordem social.

Ordem urbana e ordem social

Os dispositivos edificados que integram a cidade habitada, que a formam enquanto paisagem e enquanto recurso das populações, são resultado de uma configuração de espaços construídos segundo diferentes registos. Desde a auto-construção, e da lógica de acréscimo ao edificado existente, às habitações desenhadas por conceituados *ateliers* de arquitectura, o edificado habitacional emerge seguindo antigas vias e arruamentos, invadindo hortas e terrenos agrícolas, ou em certos casos integrando-se no que se pode designar como o resultado da programação e do planeamento urbano. É elevada a variedade das localizações possíveis: de antigas zonas industriais consideradas obsoletas a terrenos expropriados por utilidade pública, passando por lotes comprados e associados a investimentos imobiliários, em grande ou em pequena escala — a actividade de construção desenvolve-se construindo e reconstruindo o tecido urbano.

A construção adquire desta forma a dimensão de uma actividade social, pois pode ser percebida como um processo, monitorizado e reflexivamente controlado, de materialização de edificado no qual se antecipam utilidades, funções, símbolos e significações e se tomam como referências significativas preferências, relações sociais e comportamentos associados a uma pluralidade de domínios de acção e de actores. Através da actividade construtiva procura-se facilitar a tradução material de uma multiplicidade de projectos urbanos no plano das actividades cidadinas, entre elas o habitar.

No caso da urbanização programada, ou seja, do crescimento da cidade organizado por critérios teóricos, instrumentais, substantivos e valorativos de transformação urbanística, está em causa a capacidade de modelar a acção urbana, de transmitir e criar um sentido e de capacitar a intervenção dos actores implicados na acção na cidade. Assim, o edificado resultante dos programas de urbanização materializa um conjunto de orientações programáticas que se apresentam e se impõem sobre as diferentes formas de conceber e de agir no mundo social. Assim, também, as rejeições, as transformações, as resistências e as nostalgias são figuras possíveis da sua apropriação.

A iniciativa de edificação de Habitações de Renda Económica em Olivais Sul

Ao ser relançada em 1959, a iniciativa governamental de construção de Habitações de Renda Económica pretendia regularizar a expansão urbana

da capital e inserir a sua população num meio urbano regulado. A capital era percebida como uma cidade em crescimento, carecendo de uma organização racional entre vias de circulação e interstícios, entre localizações industriais e espaços residenciais, entre as populações residentes e os fluxos migratórios de mão de obra que à cidade afluíam. Ao mesmo tempo, o governo procurava, por intermédio das novas construções, combater quer a incessante formação de bairros de lata, quer as práticas correntes de sublocação de partes de casa, fenómenos que no Decreto Lei fundador eram tidos como “nefastas consequências do urbanismo” (D.L. 42.454 de 18/08/1059) e que na proposta do governo pesavam como grave problema moral e social.

Para além dos montantes financeiros e das instituições financiadoras — maioritariamente localizadas na esfera governativa das Corporações e da Previdência Social, para além, também, dos regimes de expropriação de solo e das exigências de estudo, planificação e controlo de execução, o governo definia o modelo fundamental da acção: a edificação de “unidades urbanas”. Tratava-se de um modelo para o crescimento ordenado da cidade, no qual a unidade urbana era concebida, por um lado, como “teatro de operações” para o desenvolvimento de acções assistenciais, e, por outro, como contributo para a renovação do domínio construído. Globalmente, o legislador não definia uma imagem de cidade, a não ser pela defesa da não segregação das diferentes categorias de renda e pela presença do complexo de equipamentos formado pela igreja, pela escola e pelo mercado.

As habitações edificadas sob a égide do Decreto Lei 42.454/59 apresentavam um perfil de rendas que variava entre os 200 e os 1.500 escudos, distribuídas por quatro categorias de renda. As regras da composição geral do programa induziam a que as novas unidades urbanas, independentemente da sua extensão, se apresentassem conformes à representação governamental da cidade não segregada, porém organizada em pirâmide: 40% das habitações seriam da categoria I, 30% da categoria II, 20% da categoria III e 10% da categoria IV. A grande maioria das habitações destinava-se a rendas baixas, entre os 200 e os 600 escudos (categorias I e II), e a agregados domésticos de rendimentos baixos, a população base do programa.

Estas habitações viriam a ser distribuídas por *categorias populacionais construídas administrativamente* (Baptista, 1999), a partir da elaboração de critérios de selecção. A cada estrato correspondia uma categoria de renda e de habitação, sendo que custo da habitação se encontrava definido em relação à receita do investidor, obtida pelo valor das prestações mensais de renda. Pelos princípios de que relevavam e pelas consequências na construção das populações, destacam-se os seguintes critérios de construção: a pertença de pelo menos um dos membros do agregado doméstico ao regime de quotizações de uma Caixa de Previdência, modos de aferição e cálculo de rendimento familiar, o (maior) número de filhos, a (maior) idade dos candidatos, a presença de ascendentes a

cargo do agregado, a inexistência de registo de doenças infecto-contagiosas e um critério de boa conduta cívica ou moral.

Através da “construção social das populações” (Baptista, 1999, Chamboredon, 2001) — um processo de definição e de inscrição de normas em instrumentos de aferição e aplicação tecnológica sobre populações — o Estado Novo privilegiava, através da atribuição de habitação, um modo de vida normalizado. Os agregados domésticos que se situassem à margem do padrão instituído de normalidade estatutária e de modo de vida eram encaminhados para outros programas: o das *casas desmontáveis*, ou o das *casas para famílias pobres*, ou ainda para os *bairros de transição* (Freitas, 1971).¹

O plano de urbanização de Olivais Sul

No interior do sistema de acção proposto no Decreto Lei fundador ficou a Câmara Municipal de Lisboa encarregue de realizar o programa. Para tal, na dependência da Presidência do Município foi criado, em 1960, o Gabinete Técnico de Habitação. Uma vez definidas pelo Município de Lisboa as malhas de Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas como domínios de intervenção, o GTH constitui-se como *laboratório urbanístico* para cerca de 710 hectares da zona oriental do concelho de Lisboa.

A equipe de urbanismo ao serviço do Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa rentabilizou a margem de acção possível, resultante quer da vaga orientação urbanística do Decreto fundador, quer da orientação da Direcção do Gabinete para a formação de uma vocação experimentalista. A equipe de arquitectos contratados pelo GTH para a realização do Plano Geral de Urbanização, inicialmente composta por José Rafael Botelho e Carlos Duarte e mais tarde enriquecida com Celestino de Castro, António Freitas e Mário Bruxelas apropriou-se do programa e da possibilidade de conceber uma extensão considerável da cidade, pois em jogo estavam 186 hectares, para uma densidade prevista nas directivas municipais de planeamento de 198 habitantes por hectare, o que totalizaria cerca de 37.000 habitantes.

O Plano Geral de Urbanização definia uma composição territorial na qual a habitação e os equipamentos, de forma articulada, viessem a promover a igualitarização do acesso dos grupos de menores recursos às instituições e aos bens culturais, permitissem qualidade arquitectural para todas as categorias de renda e fornecessem um quadro de vida pós-laboral, para a população residente, rico em lugares de encontro e de cultura — objectivos identificáveis como pertencentes à tradição reformista europeia de política urbana (Dagnaud, 1978).²

1 Esta via de análise e de conceptualização é tributária do trabalho de Paul Rabinow (1995: 344-347) em especial da sua análise ao programa francês das *Habitations à Bon Marché* (HBM).

Para tal, o sistema dos lugares idealizados articulava-se com os escalões operatórios de planeamento. Para o escalão *malha* a equipe planeou um grande centro cívico comercial que ofereceria à população de Olivais Sul a “escala de um viver verdadeiramente urbano” (Serviço de Planeamento do GTH, 1964: 24). À imagem dos centros das *new towns* inglesas e escandinavas, previa-se a instalação de um cine-teatro e de um grande armazém, de um museu e de um auditório. No centro encontrar-se-ia um mercado, de grandes dimensões, uma igreja e um conjunto considerável de lojas e de serviços. Para o escalão *célula* previam-se duas bibliotecas e dois mercados, dois parques e instalações desportivas.³

Era, no entanto, o escalão intermédio, *unidade de vizinhança*, aquele que melhor expressava o sentido comunitário do plano. Organizando um quadro de proximidade para cerca de 5. 000 habitantes adultos, este escalão definia como centro a escola primária — aberta, de fronteiras fluídas e equipada com campo de jogos, biblioteca, salão de festas e ginásio. O desenho das unidades de vizinhança procurava a confluência de órbitas individuais em torno da escola. A escola primária deveria, no *rationale* do plano, fornecer um quadro de interconhecimento entre professores, pais e crianças e oferecer espaços para as iniciativas desses actores. Na periferia da unidade de vizinhança situavam-se os comércio. A equipa seguia a hipótese de que assim se gerariam fluxos de dispersão e de concentração selectiva dos percursos dos futuros habitantes das unidades de vizinhança.

Fundamentalmente, noções de escala e de interacção social organizavam as composições urbanísticas e arquitectónicas no escalão *unidade de vizinhança*.⁴ Aliás, o interior das unidades de vizinhança constituía um novo “teatro de operações”, agora para as equipas de arquitectura. A estrutura de distribuição dos edifícios no escalão *grupo residencial* e, de modo mais específico, a composição das habitações nos quarteirões, pracetas, torres ou bandas viria a traduzir formalmente o objectivo de produzir um “enraizamento espaço-temporal do estabelecimento humano” (Choay, 1965: 58) — identificado por Françoise Choay como traço modelar do discurso urbanístico humanista

2 Ver Duarte, C. (1976) sobre a situação de acção urbanística coordenada pelo Gabinete Técnico de Habitação. O autor refere: “os arquitectos e os outros técnicos acreditaram poder fazer qualquer coisa e arriscaram uma colaboração no interior do sistema” e a experiência construtiva de Olivais Sul forneceu “um campo de experimentação nos domínios da tecnologia, da sociologia e da metodologia de projecto (...) sendo possível, ao nível do conjunto, um controlo sem precedentes, particularmente ao nível da célula habitacional, dos espaços exteriores, dos lugares comunitários e da utilização de linguagens arquitecturais.” (Duarte, 1976: 22; tradução do autor).

3 As referências à realizações inglesas e escandinavas e às viagens de estudo, realizadas no âmbito do GTH, encontram-se em Duarte, C. (1965), Medeiros, E. (1965), Machado, A. R. (1967) e Portas, N. (1997).

4 Cf. Rowe, P. G. (1995: 198-210) para uma análise histórica, urbanística e socioantropológica do escalão de planeamento *unidade de vizinhança*.

assente na vicinalidade. Ainda na escala de proximidade à habitação foram reservados lugares para centros culturais ou para associações de iniciativa local — numa referência à tradição de intervenção comunitária de raiz utópica (Behar e Estêbe, 1997: 79).

O *telos* do plano era a igualitarização dos acessos das populações alojadas nas categorias habitacionais mais baixas às instituições culturais, através da formação de um quadro de vizinhança que promovesse formas de interconhecimento sobre um fundo de anonimato. As habitações e os equipamentos previstos contribuiriam, na visão da equipe de urbanistas ao serviço do GTH, para a criação de referências objectivas de dependência entre actores e instituições — socialização — e para a referenciação individual, em organizações ou associações — individuação.

A elaboração dos planos de pormenor e dos projectos das habitações foi desenvolvida a partir deste quadro programático. Em Olivais Sul, a habitação adquiria, no discurso e na prática de planificação e de desenho, um valor urbano, social e cívico.

As formas arquitectónicas estabilizadas

Quando se percorre o bairro de Olivais Sul de automóvel as imagens que se obtêm fornecem uma sucessão rápida de arquitecturas e de formas. Quando o percurso é realizado a pé obtêm-se imagens caracterizadas por uma maior respiração, dotadas de polaridades identificadoras e de uma certa continuidade — gerada pelas vistas, pelos recortes de relevo, pelas permanências de cores, pelos recortes de fachadas e por elementos de repetição.

Nalguns casos, os agrupamentos de habitações de renda económica foram concebidos de modo a recriarem ruas, quarteirões, pequenas praças ou mesmo pátios. Noutros, os edifícios foram distribuídos de forma a produzirem efeitos de ruptura: torres e bandas, contrastes e interstícios. As diferentes composições traduziam em projecto a articulação entre a habitação e as estruturas previstas, destinadas ao lazer, à amizade e à vicinalidade. Especial importância era conferida às formas que permitissem um resguardo da habitação em relação à vida exterior e à circulação automóvel, e, que simultaneamente, favorecem a defesa da privacidade dos fogos nos edifícios e a promoção da vida cívica nos espaços envolventes ao edificado.

No espaço doméstico, o seccionamento em zonas procurava diferenciar actividades e permitir espaços de densidade interactiva e funcionalidade, atribuídos à cozinha e à sala, e espaços de intimidade e de isolamento, os quartos e as casas de banho.⁵

A cozinha encontrava-se, de forma predominante, acoplada à sala e esta era concebida como “sala para comer e estar”. A concepção da cozinha viria a estabilizar-se em três figuras de associação com a sala: a cozinha-sala, a

cozinha associada à sala por intermédio de uma *janela passa-pratos*, e a cozinha com canto de refeições, acoplada a uma sala dotada de uma zona para refeições. Alguns projectos recriavam eruditamente as cozinhas rurais, amplas, centradas no fogo, congregando a multiplicidade de actividades que aí se desenrolavam: a preparação e realização das refeições, o armazenamento de alimentos, o tratamento de roupas, a vigilância das crianças ou a realização das suas tarefas escolares, por exemplo.

A organização funcional e simbólica da associação entre a cozinha e a sala, ao nível das habitações projectadas para as categorias I e II, previa programática e projectualmente a facilitação de suportes físicos e simbólicos para a sociabilidade familiar e para a entreaajuda doméstica — ilustrados pelas salas amplas, quasi-cénicas, ou pelos dispositivos de contacto interactivo entre membros dos agregados domésticos (as janelas passa-pratos, por exemplo).

Os quartos e as casas de banho constituíam as divisões de acesso mais restrito, isto porque através de esquemas de circulação ou de para-circulação — mais económicos, na perspectiva do uso das reduzidas áreas brutas disponíveis para as habitações de categoria de renda mais baixas — os projectos procuravam gerar um reduto de intimidade e de possibilidades de isolamento. A este nível, o resguardo era projectualmente obtido quer a partir do interior da habitação — via distribuição das divisões —, quer do exterior, situando os quartos para zonas de menor circulação exterior prevista.

Neste quadro, a acção arquitectónica, ao nível das categorias de renda I e II (as mais baixas do programa), orientava-se para a formação de condições habitacionais individuadas que, por exemplo, favorecessem a permanência de crianças e de adolescentes no sistema de ensino.

Neste exercício da razão arquitectónica, a habitação e o espaço doméstico eram considerados como um meio de realização de um processo social mais vasto: destinavam-se a satisfazer as futuras necessidades da população — as então designadas “necessidades-aspiração” (Portas, 1964: 3) — geradas pela modernização social e económica. O desenho da habitação albergava em si a possibilidade de melhorar a vida social e conferia aos habitantes um espaço doméstico adaptado às suas carências e às suas aspirações, em especial num programa que apresentava uma proporção rendas baixas (entre 200 e 600 escudos) na ordem dos 70%.

5 Para uma exploração sistemática dos sistemas distributivos de acesso aos fogos, das tipologias, dos arranjos sala-cozinha, dos quartos e das casas de banho inscritos nos projectos de arquitectura das habitações em Olivais Sul ver Nunes, J. P. (2000: 160-171). A síntese que em seguida se apresenta baseia-se sobretudo na análise das habitações de categorias de renda mais baixas presentes no programa (I e II).

A (re)acção dos habitantes pioneiros

A reacção dos primeiros habitantes de Olivais Sul não se fez esperar. Foi captada através de inquéritos por questionário criados pelo Gabinete Técnico de Habitação. Os então designados *Inquéritos Fogo-Família: Olivais Norte* (1964) e *Olivais Sul* (1968) observaram com assinalável pormenor os usos da habitação.

A situação de inquirição produzia um elo entre o GTH — os seus Serviços de Investigação, de Planeamento e a rede de ateliers convidados — e os agregados domésticos recém instalados. Através do instrumento de observação — e, sublinhe-se, de mediação entre os especialistas e os leigos — a equipe do GTH procurava aferir o grau de satisfação com a casa nova e obter informações acerca dos usos da cozinha, dos recantos para refeições, da casa de banho, da sala, da dispensa, buscando apreciações sobre o desenho, as dimensões, a insonorização, as condições do dormir, as práticas de higiene corporal, etc.

A aplicação do questionário mantinha como objectivo a avaliação dos usos da habitação mas também a avaliação da adequação entre os critérios de atribuição de habitações — definidos pelo Ministério das Corporações e da Previdência Social — e a composição dos agregados domésticos recém instalados. Porém, a situação de inquirição e de controlo veio a contribuir para que os habitantes pioneiros dispusessem de uma ocasião para argumentar, criticar e transmitir apreciações sobre os projectos de arquitectura, desta feita, habitados.

Das observações acumuladas, os Serviços de Investigação e de Planeamento do GTH concluíam que os habitantes se encontravam satisfeitos com a habitação, apresentando níveis de satisfação genericamente elevados. O GTH não considerou os resultados surpreendentes. Porém, a um nível mais fino, as observações revelaram a diversidade de práticas de “adaptação” dos agregados domésticos “ao esquema funcional da habitação” (Leite, 1968: 352; Costa Martins e outros, 1968), abrindo-se assim uma linha de problemas no universo da concepção.

Destes, pela importância heurística que apresentam e por, à época, serem particularmente manifestos, destacam-se: a articulação cozinha-sala e o fecho das varandas. Será a partir destes dois casos que se analisarão as atribuições da forma construída ao longo da experiência de habitar.

Atribuições da forma construída: as cozinhas-sala e as varandas

Já atrás se referiu que as cozinhas-sala eram um dispositivo comum da arquitectura doméstica para as habitações das categorias de renda maioritárias no programa, destinadas aos estratos sociais mais baixos. No discurso

arquitectónica eram consideradas como favorecedoras das interacções entre os personagens “pai”, “mãe” e “filhos”, quer num regime de vigilância parental quer num regime de colaboração entre membros dos agregados nas tarefas domésticas.

Todavia, foram consideradas inadmissíveis por muitas “donas de casa”, segundo os registos e a expressão usada pelo então Serviço de Investigação do GTH. Não resguardavam a cozinha de olhares tidos por indesejáveis ou de apreciações indiscretas — argumentavam as “chefes de família” de então. A intenção expressa por parte dos projectistas em favorecer práticas domésticas “em progresso” (Portas, 1964: 20) traduzida na acoplagem cozinha-sala foi ardidamente evitada e transformada. Paredes foram erguidas, janelas passa pratos fechadas e as cozinhas tornaram-se mais exíguas.

Em dois trabalhos especialmente reflexivos (Leite, 1968; Leite e Vieira, 1969), a equipe do Serviço de Investigação do GTH analisou as observações, chegando mesmo a problematizar as práticas de confecção dominantes e as preferências alimentares dos agregados domésticos procurando normas sociológicas para formar novas tendências de concepção para as cozinhas-sala — que, recorde-se, no programa de Olivais Sul eram arquitecturalmente amplas, em recriação erudita das cozinhas rurais.

Ora, essas mesmas habitações não previam *sala de jantar* e alguns agregados domésticos decidiram criar uma, produzindo uma nova distribuição de divisões. Definiram um novo uso e uma nova simbólica para uma divisão concebida e inscrita na habitação como quarto de dormir. Deste modo, os agregados domésticos reorganizavam, a partir de uma nova gramática, a sintaxe do dormir, do estar e das actividades comuns de refeição inscrita projectualmente na habitação.

A reconfiguração negativa das cozinhas-sala e a reconfiguração positiva de uma divisão não prevista, a sala de jantar, ausente da sintaxe arquitectónica, podem ser analisadas como a tomada por empréstimo de uma imagem de casa e de vida doméstica pequeno burguesas, a partir da qual se organizaria uma sala de jantar — muitas vezes de acesso restrito e reservada na simbólica e na prática doméstica para certos acontecimentos como os festejos familiares ou a invenção da tradição do almoço de domingo. A *casa nova*, em condições de alteração significativa da trajectória habitacional, permitia aos agregados domésticos recém instalados essa possibilidade e a hipótese de tomarem como referência significativa casas, ordens domésticas e modos de habitar associados a agregados domésticos com trajectórias habitacionais urbanas ascendentes ou em posições sociais mais elevadas.

Uma das alterações visíveis *à vista desarmada* nas habitações de Olivais Sul é fecho da varanda. As varandas projectadas eram especialmente profundas, para, segundo a justificação arquitectónica, poderem ser utilizadas como local de repouso. No entanto, foram maioritariamente aproveitadas pelos agregados domésticos residentes que as fecharam.

O acréscimo de alguns (escassos) metros quadrados às salas permitia, por exemplo, alargar o espaço para arrumos. Mas não só. Certas actividades, como a costura — quer de manutenção da roupa da casa, *para dentro*, quer de fabrico e de arranjos, *para fora* — apresentavam, segundo os dados do GTH, um valor significativo nas práticas domésticas das habitantes pioneiras de Olivais Sul.

Poder-se-á tentar compreender a transformação das varandas, e da habitação, a partir da percepção e da realização de oportunidades marginais de uma economia não oficial, ou da articulação de actividades de economia doméstica — maneiras de produzir, manter e transformar o vestuário familiar — com um contexto habitacional, familiar e social prévio às possibilidades de consumo massificado desses mesmos bens.

Estratégias arquitectónicas

Na actividade de urbanismo — e, conseqüentemente, na arquitectura de habitação pública — os diversos grupos de especialistas implicados na concepção de edificado relacionam-se com os futuros habitantes, primordialmente, através dos projectos e da sua materialização nos lugares edificados. As habitações não constituem, a esse nível, excepção, formando, também assim, um elemento de *mediação* (Dovey, 1999) na relação entre os agentes que detém a capacidade de seleccionar elementos, de significar formas e de decidir sobre o domínio em construção e os futuros habitantes.

Pode-se, portanto, de modo *ideal típico*, assumir que na situação de concepção do edificado habitacional de origem pública, como consequência da situação de encomenda, os conceptores dispõem da possibilidade de realizar opções, de racionalizar meios, de estabelecer e hierarquizar finalidades — em jogo com as directrizes e com os constrangimentos de ordem programática inscritos ao longo de um sistema de acção situado. Assim, a apreensão do trabalho de concepção arquitectónica, enquanto processo polimorfo de racionalização do espaço (leia-se, de ordenação e produção de distâncias e de relações significativas entre elementos referenciáveis num dado universo), poderá revelar as suas variadas polarizações e os seus vários sentidos.

Ainda a um nível *ideal típico*, se se perceber a habitação ao nível da forma esta apresentar-se-á como uma materialização de “dispositivos classificatórios” (Markus, 1993; Dovey, 1999). No programa habitacional e espacial edificado, através de divisórias, de acessos e da distribuição selectiva de qualidades (áreas, pavimentos, texturas, equipamentos, por exemplo), encontram-se subentendidas e privilegiadas actividades, localizadas funções e modelizadas práticas e orientações de uso do espaço; em suma, a habitação projectada procede de uma “representação do espaço” (Raymond, 1976: 52).

A prática da arquitectura de habitação pode então ser concebida como

uma prática cultural, pois assenta na selecção e hierarquização significativa elementos materiais e de símbolos, na recriação abstracta de condutas e de relações sociais que se tornam objecto de antecipação e de racionalização.

Simultaneamente, a prática de arquitectura de habitação pode ser concebida como uma prática de poder: pela definição de esquemas de localização, de circulação e de comunicação que torna possível, pela determinação de possibilidades físicas de co-presença e de experiência que potencia e pela definição de modos espacializados de realização de condutas que sugere.

Táticas habitacionais

Entre a ordem dos lugares originária da concepção arquitectónica da habitação e a acção dos habitantes sobre e através do espaço da habitação, as práticas de habitar desenvolvem-se interpretativa e tensionalmente. Se, com Michel de Certeau (1990), se considerar o habitante como um agente activo, então a análise do habitar deparar-se-á com a representação, com o comportamento mas também com a fabricação por parte do habitante.

Neste sentido, as práticas de habitar constituem uma criação invisível, dispersa, silenciosa, ou “táctica” — tomando de empréstimo a expressão M. de Certeau (1990: XLVI) — num sistema de lugares originários do trabalho de concepção. Tal não significa, porém, negar a expressividade das artes de habitar, uma possível subsérie das “arts de faire”. As artes de habitar denotam maneiras de empregar produtos — superfícies, formas, mobílias, objectos e utensílios, no limite, a habitação — e de os recriar, a partir de uma sintaxe e de um vocabulário, quer num conjunto de gestos e de operações, quer num conjunto de narrativas.

No decurso da experimentação e da vivência, a habitação transforma-se em casa, deformando-se, quer física quer simbolicamente pela apropriação dos habitantes. Na casa, os habitantes vão iterativa e interactivamente adequando as formas e as áreas, apreendendo-as, preenchendo-as e manipulando-as segundo lógicas de acção distintas e compostas.

Neste sentido, a porosidade da casa evidencia-se, pois, ao longo do processo de experimentação e vivência, os ritmos, os calendários e as formas organizadas do trabalho, as etapas e rupturas no ciclo de vida (Gans, 1962 e 1982), as fases das relações eróticas e afectivas, ou ainda acontecimentos (potencial ou efectivamente) disruptores poderão estruturar situações e engendrar oportunidades para recriações ou transformações da casa, variavelmente transitórias e significativas para os diferentes habitantes que as desejam ou realizam.

Será neste fluxo que as imagens do que *deve ser* a casa se vão criando, recriando e actualizando, e será aí que se encontrarão conceptualmente os contextos de significação que possibilitam a análise de como os habitantes vão fazendo *a sua casa* e vão fazendo e refazendo o quotidiano *com a sua casa*.

Em conclusão

A habitação era, no processo planificação, desenho e edificação de Olivais Sul, uma totalidade técnica, resultado de agenciamentos de saberes e de tecnologias variadas, de fins e de valores, de factos e de ficções. Para os habitantes pioneiros de Olivais Sul, o contacto com a habitação foi realizado, não na “neutralidade falsa” (Frey, 2001: 109) da representação do espaço mas, segundo possibilidades objectivas diferenciadas de agenciar recursos para transformar e fazer significar as transformações do espaço doméstico.

Em termos gerais, torna-se necessário ter em conta que a escolha de um destino habitacional raras vezes se realiza de forma livre, ou seja, diferentes distribuições de recursos são mobilizados na formação da capacidade de escolha de um destino habitacional (Pinçon e Pinçon-Charlot, 2001).

Ora, tratando-se, neste caso, de um processo institucional e organizado de “construção social de populações” (Baptista, 1999; Chamboredon, 2001) e de edificação dos seus destinos habitacionais, quer a aplicação de tecnologias de criação e de selecção categorias populacionais destinatárias das habitações, quer as orientações da prática de projecto arquitectónico contribuíram para a formação de um quadro social e edificado particularmente durável e susceptível de produzir efeitos ao nível das práticas de habitar das populações residentes.

A compreensão dessas lógicas de acção e de transformação da ordem arquitectural presente no espaço doméstico habitado requer, por um lado, a reconstituição analítica dos contextos de concepção arquitectónica e urbanística, e, por outro lado, a orientação da análise para as relações entre os modos de vida e os processos de experimentação e vivência da casa nas populações habitantes.

Referências bibliográficas

- Baptista, Luís V. (1999), *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, Oeiras, Celta
- Behar, Daniel e Philippe Estèbe (1997), “Trois logiques d’action publique” em Julien Damon (org.) *Problèmes Politiques et Sociaux (Dossier: La politique de la ville)*, n.º 784, pp. 77-80.
- Chamboredon, Jean-Claude (2001 [195]), “Construction sociale des populations”, em Marcel Roncayolo (dir.) *Histoire de la France Urbaine. La Ville Aujourd’hui (Nouvelle Édition)*, Paris, Seuil, pp. 474-501.
- Choay, Françoise (1965), *L’Urbanisme. Utopies et Réalités, une Anthologie*, Paris, Éditions du Seuil.
- Costa Martins, Hernâni Gandra, Coutinho Raposo e Neves Galhoz, (1968), “Bloco habitacional em Olivais-Sul”, *Arquitectura*, n.º 97: 113-117.

- Dagnaud, Monique (1978), *Le Mythe de la Qualité de Vie et la Politique Urbaine en France. Enquête sur L'Idéologie Urbaine de L'Élite Technocratique et Politique (1945-1975)*, Paris, Mouton.
- de Certeau, Michel (1990), *L'Invention du Quotidien. 1. Arts de Faire*, Paris, Gallimard.
- Dovey, Kim (1999), *Framing Places. Mediating Power in Built Form*, Londres, Routledge.
- Duarte, Carlos S. (1965), "Habitação e equipamento colectivo na Suécia", *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. I, n.º 4: 207-214.
- Duarte, Carlos S. (1976), "1961/1974: L'ouverture neo-capitaliste", *Architecture d'Aujourd'hui*, n.º 185, pp. 22-23.
- Freitas, Luis Sande (1971), "Realojamento", *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. IV, n.º 25: 175-182.
- Frey, Jean-Pierre (2001), "La ville des architectes et des urbanistes" em Thierry Paquot e outros (dir.) *La Ville et L'Urbain. L'État des Savoirs*, Paris, Éditions la Découverte, pp. 106-114.
- Gans, Herbert (1982 [1967]), *The Levittowners. Ways of Life and Politics in a New Suburban Community*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Gans, Herbert (1962), "Urbanism and suburbanism as ways of life" em Arnold M. Rose (org.), *Human Behaviour and Social Process*, Londres, Routledge and Kegan Paul, pp. 625-648.
- Leite, Ruy Almeida (1968), "Inquérito Fogo-Família — Olivais Sul", *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. II, n.º 15: 351-364.
- Leite, Ruy Almeida e Esmeralda Severo Vieira (1969), "Integração das refeições na cozinha para as habitações da categoria I", *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. II, n.º 17: 485-490.
- Machado, Aquilino Ribeiro (1967), "Breve introdução a uma problemática dos centros cívico-comerciais", *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. II, n.º 12: 140-155.
- Markus, Thomas A. (1993), *Buildings and Power. Freedom and Control in the Origins of Modern Building Types*, Londres, Routledge.
- Medeiros, Eduardo Goulartt (1965), "Os centros cívico-comerciais de Vallingby e Färsta", *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. I, n.º 4: 215-220.
- Nunes, João Pedro S. (2000), *À Escala Humana. Planeamento Urbano e Arquitectura de Habitação em Olivais Sul (1959-1969). Acção, Comunicação e Poder na Construção Moderna da Cidade*, dissertação de mestrado em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/UNL.
- Pinçon, Michel e Monique Pinçon-Charlot (2001), "La ville des sociologues", em Thierry Paquot e outros (dir.) *La Ville et L'Urbain. L'État des Savoirs*, Paris, Éditions la Découverte, pp. 53-61.
- Portas, Nuno (1964), *Funções e Exigências de Áreas de Habitação. Necessidades Familiares e Áreas de Habitação. Análise de Exigências por Funções de Habitação*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas/Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Portas, Nuno (1997) "A arquitectura de habitação no século XX português", em Anna Becker e outros (org.) *Arquitectura do Século XX, Portugal*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, pp. 116-121.

- Rabinow, Paul (1995), *French Modern. Norms and Forms of the Social Environment*, Chicago, The University of Chicago Press
- Raymond, Henri (1976), "Habitat, modèles culturels et architecture", *Architecture d'Aujourd'hui*, n.º 174: 50-53.
- Rowe, Peter G. (1995) *Modernity and Housing*. Cambridge (Ma), The MIT Press.
- Serviço de Planeamento do GTH (1964), "Urbanização de Olivais Sul", *Boletim do Gabinete Técnico de Habitação*, Vol. I, n.º 1: 11-27.

Parte II | ESTILOS DE SOCIABILIDADE

Capítulo 9 ESTILOS DE SOCIABILIDADE

António Firmino da Costa

O conceito de sociabilidade reveste-se hoje de valor analítico renovado, muito em especial na procura de compreensão dos universos sociais e culturais da vida urbana actual. Essa particular valia cognitiva manifesta-se em vários planos, do conceptual ao descritivo, do teórico ao metodológico, do interpretativo ao explicativo. Antes de passarmos a um conjunto de ilustrações disto mesmo que se podem encontrar nos capítulos da segunda parte deste livro, elaborados com base em pesquisas levadas a cabo em contextos urbanos específicos, vejamos brevemente porquê em termos teóricos gerais.

Apesar de uma utilização nas ciências sociais que por vezes se tornou excessivamente vaga e difusa, o conceito de sociabilidade parte de uma proposta teórica precisa de Georg Simmel (1981 [1917]). Não é necessário ficar-se preso à linguagem kantiana de que o autor na época se socorreu, com uma célebre distinção entre “conteúdos” e “formas” das relações sociais, nem, sobretudo, se tem de incorrer em interpretações rigidificantes e reificantes dessa contraposição categorial, para se reconhecer as potencialidades analíticas de um dos principais resultados a que a elaboração teórica de Simmel conduziu: justamente, o conceito de *sociabilidade*.

Numa perspectiva socioantropológica actualizada, há um conjunto de aspectos a retomar dessas análises fundadoras. Talvez a ideia mais crucial de Simmel a este respeito seja a de que, entre as variadas razões que presidem à constituição de relações sociais, encontra-se uma muito especial, e, ao mesmo tempo, muito banal: *o estabelecimento de relações sociais pelas relações sociais em si mesmas*.

Por outras palavras, o conceito de sociabilidade pretende designar as relações sociais que se formam, antes de mais, independentemente de outras necessidades ou orientações, de outros objectivos ou interesses, de natureza diversa, por exemplo, residenciais ou alimentares, sexuais ou culturais, religiosos ou militares, económicos ou políticos. O conceito refere-se a uma dimensão, por assim dizer, especificamente relacional, presente nos fenómenos

sociais, os quais podem também comportar, em simultâneo, conteúdos substantivos diversificados, como os acima referidos. Seja como for, do ponto de vista da sociabilidade, o que está em causa — de maneira implícita ou deliberada, em graus e modos variados, acompanhando aqueles outros parâmetros ou surgindo como que em “estado puro” — é o estabelecimento, em si mesmo, de relações sociais.

Esta conceptualização poderá parecer, a alguns, bastante trivial. Mas não era na altura em que Simmel a propôs, e, de certo modo, ainda não é, tendo em conta que os enfoques analíticos largamente prevalentes nas ciências sociais se têm centrado na identificação quer de sistemas estruturais ou configurações institucionais, quer de sentidos subjectivos ou regimes de acção, concebidos de muitas maneiras, mas focando em geral parâmetros de carácter económico, político e cultural, valorativo, normativo e instrumental.

Acontece que, para além destas dimensões, os fenómenos sociais têm uma componente especificamente inter-relacional. O que remete, prolongando a perspectiva de Simmel com alguns importantes contributos posteriores das ciências sociais, para um conjunto de conceitos como os de interacção social, comunicação simbólica e situação de co-presença, ou, a um outro nível, como, precisamente, os de formas e estilos de sociabilidade. Estes conceitos não são equivalentes uns aos outros mas têm afinidades claras entre si. Referem-se a um mesmo universo de questões.

O relacionamento social recíproco, simbolicamente mediado e em situação de co-presença, é não só um elemento intrínseco à existência humana em sociedade, praticamente em quaisquer circunstâncias, como é um dado fundamental da vida social nas cidades de hoje, em especial nas grandes cidades, metrópoles e *metápoles* (Ascher, 1998 [1995]). É mesmo nestas cidades, de densidade social acrescida e intersecções múltiplas, de referências culturais plurais e quadros de relacionamento social fervilhantes, de estilos de vida variados, sejam eles consolidados, emergentes ou combinatórios, em suma, nestas cidades que se constituem como cenários por excelência de diversidade social e cultural, que a interacção maior gama de tonalidades adquire.

O facto de as sociedades envolverem articulações estruturais e domínios sistémicos de ordem diferente da interaccional — estruturas e sistemas, aliás, que apresentam, eles próprios, complexidade crescente e âmbito cada vez mais vasto — não eliminou a *ordem da interacção* (Goffman, 1983), nem lhe diminuiu a importância enquanto co-determinante da acção social (Costa, 1999; Pires, 1999). Pelo contrário, esta importância pode mesmo ter-se acentuado, pelo menos nalguns casos, atendendo nomeadamente à intensificação da reflexividade, à diversificação dos contextos e situações, à multiplicação dos interlocutores e ao alargamento dos *campos de possibilidades* (Velho 1981, [1994]) que marcam hoje o desenrolar dessa acção. Com efeito, todos estes aspectos implicam a aquisição de novos patamares de pertinência e exigência por parte dos *mecanismos interaccionais* que estão presentes — conjuntamente

com outros, como os *disposicionais* e os *institucionais* — na produção e na regulação da acção social.

Por outro lado, o facto de a interacção social poder ser também comandada disposicionalmente ou calculada estrategicamente não anula a sua dimensão de *comunicação simbolicamente mediada* e, portanto, culturalmente inscrita. Nem esta dimensão vê a sua presença diminuída por efeito de dispositivos institucionais, quadros valorativos e recursos cognitivos crescentemente orientados para a racionalização instrumental da acção individual e colectiva. Pelo contrário, a interacção social vê-se ela própria impregnada pelo redobramento simbólico intensificado das sociedades actuais, de que os média, as indústrias culturais, o ensino de massas, as novas tecnologias da informação, a produção artística e científica, as políticas de identidade cultural (Costa, 2002) são alguns dos vectores mais salientes.

Além disso, as relações de interacção têm por paradigma referencial, e por concretização mais frequente, a interacção face-a-face, em *situações de co-presença*. O alongamento espacial e temporal dos sistemas de relações sociais (Giddens, 1992 [1990]) não equivale ao desaparecimento da co-presença interaccional, nos mais variados contextos e nas mais diversas situações. Pelo contrário, os *quadros de interacção* (Costa, 1999) e as *situações interaccionais* multiplicaram-se. Em alguns casos, utilizando novos dispositivos tecnológicos como a internet (Cardoso, 1998) e o telefone móvel, ou como os da interactividade na rádio e na televisão, alargam as modalidades e o alcance dos processos interaccionais possíveis, ao mesmo tempo que redefinem a própria noção de co-presença. Em muitos outros casos, a co-presença directa continua a ser uma componente constitutiva fundamental das práticas sociais e das situações relacionais, nos contextos privados e nos espaços públicos, no trabalho e na família, na escola e nos transportes, nos serviços de saúde e nas actividades desportivas, nas associações e na política, nas relações afectivas e nos actos de cidadania, nos espaços de residência e intimidade, de consumo e lazer, e em tantos mais.

Um certo número de asserções genéricas sobre as cidades contemporâneas, em voga no novo senso comum mediático, tendem a ver nelas, pura e simplesmente, cenários de desolação relacional, dos quais teriam praticamente desaparecido os laços sociais. A contra-corrente destes enunciados, demasiado apriorísticos e superficiais, tem vindo a ser realizado um conjunto de trabalhos que podem contribuir de maneira significativa para superar, em relação a essas abordagens, tanto insuficiências teóricas como défices de observação. No primeiro destes planos, fazem-no tomando decididamente em consideração os contextos e os processos interaccionais. No segundo, conseguem-no conduzindo observação sistemática, precisamente, ao nível da interacção. Não porque outros níveis de análise e outros modos de recolha de informação possam ser descurados, mas porque a observação deste tipo — directa, próxima, intensa, contextualizada, interaccional — constitui o

complemento metodológico indispensável de um quadro conceptual que dá o lugar devido à interacção.

É o que se passa, para dar um exemplo de referência, com as pesquisas de Gilberto Velho (1999, [1973]), em Copacabana, sobre o entrelaçamento dinâmico dos mundos sociais urbanos observados à escala do prédio e do bairro; ou com as investigações realizadas em contextos sociais urbanos como os bairros lisboetas da Bica (Cordeiro, 1997) e de Alfama (Costa, 1999), incidindo, precisamente sobre aspectos como as redes e os contextos de sociabilidade, os processos rituais e festivos, as mudanças sociais e as identidades culturais (Cordeiro e Costa, 1999); ou, ainda, com as pesquisas em bairros sociais da periferia urbana no Porto, focadas na respectiva constituição em “territórios psicotrópicos” (Fernandes, 1998).

Muitos outros trabalhos se poderiam convocar em apoio das propostas analíticas aqui defendidas. Mas é suficiente referir exemplos recentes tão interessantes como as investigações realizadas no sul do Reino Unido em que Crow, Allan e Summers (2002) mostram como as relações de vizinhança e os contextos de bairro, estando em mudança no sentido de uma maior margem de manobra dos indivíduos relativamente ao controlo social local, não deixam por isso de constituir parâmetros decisivos dos estilos de vida urbanos actuais; ou como as análises em que John Urry (2002), ao procurar responder à pergunta de porque é que, numa sociedade de comunicações à distância e redes virtuais, as pessoas viajam tanto, evidencia que, hoje, *mobilidade* não se opõe simplesmente a *proximidade*, antes amplia o campo dos possíveis e multiplica as modalidades da interacção em co-presença.

Igualmente de registar, neste sentido, são análises como aquela em que José Ignacio Homobono (2000) dá conta não só da evolução histórica mas também da importância actual recrudescente de contextos de sociabilidade urbana especializados (por exemplo, os bares) na Espanha contemporânea; ou como a comparação contrastante realizada por Loïc Wacquant (2001) entre as configurações urbanas, as composições sociais e os padrões relacionais nos guetos negros das grandes cidades norte-americanas e nos bairros de classes trabalhadoras nas periferias urbanas das grandes cidades europeias; ou, ainda, como as análises de Michel Agier (1999) sobre as situações interaccionais, as redes sociais e as formas de sociabilidade, identidade e criatividade cultural observáveis em *contextos urbanos incertos* — como favelas, urbanizações clandestinas, *townships*, bairros populares ou territórios suburbanos — das cidades da América Latina, da África e da Europa atravessadas por dinâmicas de urbanização contemporâneas dos processos de globalização.

É também neste quadro societal globalizado que Luís V. Baptista e Joan J. Pujadas (2000) mostram um conjunto de articulações actuais entre processos de metropolização e dinâmicas de sociabilidade urbana; que Carlos Fortuna e Augusto Santos Silva (2002), e respectivos colaboradores, se debruçam sobre as presentes culturas urbanas em Portugal, na sua multiplicidade de

vertentes e protagonismos; que José Machado Pais (1993) caracteriza os principais tipos de sociabilidades juvenis em contexto urbano, e, com um conjunto de equipas de pesquisa (Pais, 1999), localiza sociabilidades urbanas emergentes entre os jovens, em situações vistas habitualmente como de algum modo problemáticas; que João Teixeira Lopes (2000) foca as práticas culturais, sobretudo juvenis, susceptíveis de ser captadas em contextos de sociabilidade especializados da cidade do Porto; que Virgílio Borges Pereira (1999) traça um conjunto de retratos minucioso dos padrões de sociabilidade actuais num contexto urbano-industrial do Vale do Ave; que, a propósito de uma investigação sobre a Expo'98, Maria de Lourdes Lima dos Santos e António Firmino da Costa (1999), com a equipa que os acompanhou, encontram nos megaeventos contemporâneos um contexto privilegiado de amplificação interaccional e uma situação extraordinária de sociabilidades urbanas intensificadas; ou, ainda, que Vítor Matias Ferreira (2000) equaciona a cidadania como inseparável da urbanidade, entendendo esta última como elemento relacional decisivo da qualidade de vida propriamente urbana da cidade.

Voltando a Simmel, se, por um lado, todas as relações sociais têm algo de especificamente interaccional (no sentido de processos de relacionamento recíproco, simbolicamente mediado, entre actores sociais), e se muitas delas envolvem, mesmo que secundariamente, algo de sociabilidade (de estabelecimento de relações sociais pelas relações sociais), por outro lado, algumas delas — dos rituais às festas, dos jogos às conversas informais, dos grupos de pares às redes de amizade, dos lazeres partilhados às experimentações conviviais — têm sobretudo esse carácter, isto é, o de relações de sociabilidade.

Os textos que compõem este livro, designadamente os capítulos que se seguem, trazem-nos novos contributos para o conhecimento dos estilos de sociabilidade urbana que se vão gerando nos tempos que correm. Paradoxalmente, o que os unifica é a diversidade. Neles encontramos marcas de condições de existência fortemente estruturadas e de configurações culturais persistentes. Mas encontramos também as modalidades emergentes, as características de alternativa e os atributos de opcionalidade que algumas das mais importantes análises sobre os estilos de vida actuais, provenientes de diversos quadrantes — de Maffesoli (1988) a Giddens (1994 [1991]), de Waters (1999 [1995]) a Chaney (1996), de Ritzer (1999) a Boltanski e Chiapello (1999), entre muitos outros — têm acentuado.

Como ressalta dos trabalhos a que se tem vindo a recorrer, as formas de sociabilidade inscrevem-se no núcleo em torno do qual se organizam relacionalmente e se configuram simbolicamente os estilos de vida. Tem cabimento, pois, na investigação socioantropológica da vida social nas cidades contemporâneas, ao proceder à captação e análise da efervescência caleidoscópica que as caracteriza ao nível da interacção quotidiana, prestar particular atenção aos modos alternativos, aos símbolos expressivos e aos significados distintivos das formas de sociabilidade nelas produzida, ou, dizendo o mesmo

numa fórmula condensada, prestar particular atenção aos *estilos de sociabilidade*.

Nos capítulos que se seguem encontram-se ilustrações elucidativas a tal respeito.

As redes de sociabilidade dos imigrantes guineenses em Portugal, e dos seus descendentes directos, são o objecto de estudo sobre o qual se debruça aqui Fernando Luís Machado. O investigador analisa, de maneira fina, os laços destes imigrantes com familiares, vizinhos, colegas e amigos, estabelecidos predominantemente no contexto urbano da Área Metropolitana de Lisboa, evidenciando os efeitos da composição social das relações de sociabilidade (em termos de nacionalidade, classe social, género e etnia), assim como dos parâmetros temporais do processo migratório, na abertura interétnica ou no fechamento intraétnico dessas redes.

Os estilos de sociabilidade de um grupo de jovens portugueses descendentes de imigrantes caboverdianos são estudados por Marina Manuela Antunes enquanto manifestação relevante das actuais culturas juvenis observáveis na Área Metropolitana de Lisboa. Os laços sociais, as práticas de sociabilidade e as referências identitárias do grupo são examinadas de perto, destacando-se elementos como a identificação com o bairro, na zona periférica da metrópole, como as actividades desenvolvidas, com particular destaque para a dança, como os espaços de interacção preferencial, quer associativos e locais, quer urbanos centrais, ou como certos elementos simbólicos de importância especial, como o domínio da expressão linguística crioula ou o uso de marcas corporais identificadoras de estilos juvenis urbanos difundidos mediaticamente.

Os jovens, a dança e as associações são também elementos fundamentais de outro caso, muito diferente, de estilos de sociabilidade urbanos, estudados por Inês Pereira com pleno aproveitamento das potencialidades que a observação participante tem como método de investigação no contexto citadino contemporâneo. Um grupo praticante de danças galegas (e outras actividades performativas) em Lisboa torna-se, assim, revelador de redes sociais, práticas culturais e dinâmicas identitárias com tonalidades surpreendentes, e mesmo aparentemente paradoxais, que se constituem no quadro relacional do universo urbano actual.

As associações entre juventude e desvio (nomeadamente, quanto ao consumo de drogas), muito presentes no senso comum contemporâneo, constituem problemática de fundo para a sistematização realizada por Maria Carmo Carvalho acerca de alguns dos principais tipos de cultura juvenil de origem anglo-saxónica, difundidos nas últimas décadas, como os *beatnicks*, *teddys*, *rockers*, *mods*, *hippies* e *punks*. Prepara, assim, a comparação com outros, mais actuais, como os *new agers*, *ravers* e *trancers*, e os instrumentos analíticos para uma investigação sobre as culturas juvenis, observadas através de abordagem metodológica de carácter naturalista, em contextos de sociabilidade festiva na área urbana do Porto.

A problemática do “risco cultivado”, como ingrediente constitutivo dos estilos de vida contemporâneos, e, em particular, dos estilos de sociabilidade juvenis, está na base do enquadramento teórico e da perspectiva analítica que Susana Henriques utilizou numa investigação realizada em contextos urbanos do centro do país. Consegue, deste modo, pôr em evidência aspectos decisivos das relações actuais entre ambientes de sociabilidade festiva (discotecas, festas), certos tipos de música (*house*, *techno* e outros), consumo de drogas sintéticas (*ecstasy* e análogas) e estilos de vida jovens.

Por fim, as *raves*, como contextos de sociabilidade festiva juvenil contemporânea, nos quais se combinam três elementos com significativa carga tecnológica (música, cenografia e químicos), são tomadas por Miguel Chaves como referente observacional para uma análise dos modos variados como elas são vistas e experimentadas pelos seus frequentadores. Identifica, deste modo, um conjunto de “éticas” — de informalização e descomprometimento, de empatia, de militância, de apresentação e sedução, de aprendizagem — que coexistem nestes espaços de sociabilidade urbana actual, e que os extravasam, projectando-se noutras dimensões da prática social.

As cidades sempre foram, mas ainda são mais hoje em dia, lugares de diversidade. As análises acima referidas, cada uma com o seu objecto específico, têm um denominador comum: dão a conhecer estilos de sociabilidade diversificados, tais como ocorrem nas cidades contemporâneas. As relações de sociabilidade aparecem, em alguns casos, mais pelo lado das redes, noutros mais pelo lado dos grupos, em alguns são focadas sobretudo as práticas, noutros os contextos, nuns mais os símbolos, noutros os significados. Em todos eles, porém, se analisam estilos de sociabilidade, ilustrando a multiplicidade de possíveis e a permanente emergência de variedade que ocorre nos universos urbanos actuais.

Referências bibliográficas

- Agier, Michel (1999), *L’Invention de la Ville. Banlieues, Townships, Invasions et Favelas*, Amsterdam, Overseas Publishers Association.
- Ascher, François (1998 [1995]), *Metapolis. Acerca do Futuro da Cidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Baptista, Luís Vicente e Joan Josep Pujadas (2000), “Confronto e entreposição: os efeitos de metropolização na vida das cidades”, *Fórum Sociológico*, 3-4 (II.ª série).
- Boltanski, Luc e Ève Chiapello (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, Paris, Gallimard.
- Cardoso, Gustavo (1998), *Para uma Sociologia do Ciberespaço. Comunidades Virtuais em Português*, Oeiras, Celta Editora.
- Chaney, David (1996), *Lifestyles*, Londres, Routledge.
- Cordeiro, Graça Índias (1997), *Um Lugar na Cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

- Cordeiro, Graça Índias e António Firmino da Costa (1999), “Bairros: contexto e intersecção”, em Gilberto Velho (org.), *Antropologia Urbana. Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da (2002), “Identidades culturais urbanas em época de globalização”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 48.
- Crow, Graham, Graham Allan e Marcia Summers (2002), “Neither busybodies nor nobodies: managing proximity and distance in neighbourly relations”, *Sociology*, 36 (1).
- Fernandes, Luís (1998), *O Sítio das Drogas. Etnografia das Drogas numa Periferia Urbana*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Ferreira, Vítor Matias (2000), “Cidade e Democracia: Ambiente, Património e Espaço Público”, *Cidades — Comunidades e Territórios*, 1.
- Fortuna, Carlos e Augusto Santos Silva (2002), *Projecto e Circunstância. Culturas Urbanas em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- Giddens, Anthony (1992 [1990]), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1994 [1991]), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Goffman, Erving (1983), “The interaction order”, *American Sociological Review*, 48 (1).
- Homobono, José Ignacio (2000), “De la taberna al pub: espacios y expresiones de sociabilidad”, em AA. VV., *El Bienestar en la Cultura*, Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.
- Lopes, João Teixeira (2000), *A Cidade e a Cultura. Um Estudo sobre Práticas Culturais Urbanas*, Porto, Edições Afrontamento.
- Maffesoli, Michel (1988), *Le Temps des Tribus. Le Déclin de L'Individualisme dans les Sociétés de Masse*, Paris, Méridiens Klincksieck.
- Pais, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Pais, José Machado (coord.) (1999), *Traços e Riscos de Vida. Uma Abordagem Qualitativa a Modos de Vida Juvenis*, Porto, Ambar.
- Pereira, Virgílio Borges (1999), *Os Vincados Padrões do Tecido Social. Uma Análise das Vivências Quotidianas de uma Freguesia Industrializada do Vale do Ave*, Porto, Edições Afrontamento.
- Pires, Rui Pena (1999), “Uma teoria dos processos de integração”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 30.
- Ritzer, George (1999), *Enchanting a Disenchanted World. Revolutionizing the Means of Consumption*, Thousand Oaks (Cal.), Pine Forge Press.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos, e António Firmino da Costa (coord.) (1999), *Impactos Culturais da Expo '98*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Simmel, Georg (1981 [1917]), “La sociabilité. Exemple de sociologie pure ou formale”, em *Sociologie et Épistémologie*, Paris, Presses Universitaires de France.

- Urry, John (2002), "Mobility and proximity", *Sociology*, 36 (2).
- Velho, Gilberto (1973), *A Utopia Urbana. Um Estudo de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Velho, Gilberto (1981), *Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Velho, Gilberto (1994), *Projecto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Velho, Gilberto (1999), "Os mundos de Copacabana", em Gilberto Velho (org.), *Antropologia Urbana. Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Wacquant, Loïc (2001), *Os Condenados da Cidade. Estudos sobre Marginalidade Avançada*, Rio de Janeiro, Editora Revan.
- Waters, Malcolm (1999 [1995]), *Globalização*, Oeiras, Celta Editora.

Capítulo 10
**ETNICIDADE E SOCIABILIDADES DOS GUINEENSES EM
PORTUGAL**

Fernando Luís Machado

Etnicidade e sociabilidades

Como se constituem e desenvolvem, em contexto urbano, as redes de relacionamento social de uma população migrante minoritária, étnica e racialmente diferenciada, neste caso, os guineenses residentes em Portugal?

A importância desta pergunta e das respostas que a pesquisa empírica lhe pode dar decorre do facto de se poder considerar as sociabilidades quotidianas como uma das mais importantes dimensões da etnicidade. Sociabilidade é tomada neste contexto, note-se, não no sentido simmeliano originário, ou seja, uma forma social em si mesma, independente dos conteúdos, uma espécie de contacto social “puro”, mas como sinónimo de redes de relacionamento social corrente com diversos tipos de actores e conteúdos variados.

Se definirmos etnicidade como um fenómeno que se desdobra em diferentes dimensões sociais e culturais, incluindo a composição social de uma determinada minoria e a sua localização residencial ou a língua e a religião predominantes entre os seus membros, podemos dizer que uma dimensão fundamental é, para além das citadas, a orientação que os membros dessa minoria imprimem às suas sociabilidades quotidianas (Machado, 1999).

Mais concretamente, pode dizer-se que conforme essas sociabilidades decorram, no essencial, dentro do grupo ou envolvam também, de forma regular, outras pessoas, especialmente os autóctones da sociedade de acolhimento, assim a etnicidade se configurará em moldes diferentes. A ideia é que, quanto mais as sociabilidades forem orientadas para dentro, maiores tendem a ser os contrastes com a população receptora, ao passo que a formação de redes de sociabilidade extragrupo fortes gera continuidades, promovendo, por essa via, a integração na sociedade envolvente.

Ao limite, podemos encontrar dois cenários opostos e extremos para a orientação das sociabilidades. Um corresponderia à concretização plena do chamado “multiculturalismo separatista” (Parrillo, 1996), em que minorias e

maioria coexistem de maneira totalmente justaposta; o outro corresponderia à versão maximalista da ideia de cruzamento de círculos sociais (Simmel, 1989 [1908]), segundo a qual a quantos mais grupos se pertence mais vincada se torna a individualidade de cada um, na medida em que é raro que outros indivíduos apresentem a mesma combinação de grupos. Numa versão radicalizada desta teoria, os membros de determinada minoria pertenceriam a tantos círculos sociais diferentes que desenvolveriam uma individualidade irreduzível, não só a essa minoria como a qualquer outro tipo de pertença social.

A sociabilidade quotidiana e as redes sociais em que ela se traduz podem ser qualificadas por referência a múltiplos critérios. Alguns trabalhos sobre o tema fazem o inventário dessas qualificações bem como das variáveis sociográficas com interferência directa na configuração dessas redes de sociabilidade (Bidart, 1988; Costa, Machado e Almeida, 1990; Grafmeyer, 1995).

No caso em análise, construiu-se um conjunto de indicadores que cruza a *composição* da sociabilidade dos migrantes guineenses — relações entre si, com outros migrantes dos PALOP e com a população portuguesa — com quatro *tipos de relacionamentos sociais* de conteúdos variados, mas todos importantes — os familiares, de amizade, profissionais e de vizinhança. Não se trata propriamente de medir a frequência ou a intensidade das relações em cada um desses círculos, mas de saber se, em cada um deles, há ou não pessoas dessas várias origens nacionais. A informação empírica sobre a composição dessas redes foi obtida, no essencial, através de uma abordagem extensiva e “externa”, baseada num inquérito por questionário aplicado, em 1995, a uma amostra nacional de 400 migrantes guineenses.

Os quatro tipos de relações indicados são, como é óbvio, de natureza diferente. Se o estabelecimento de relações familiares e de amizade obedece a uma lógica de electividade, ainda que no caso das primeiras haja geralmente selectividade dentro da própria rede familiar (Kellerhals e McCluskey, 1988), já os colegas e os vizinhos não são, em larga medida, objecto de escolha. No caso dos colegas, as relações inevitavelmente estabelecidas no curso da actividade profissional não se traduzem necessariamente em relações interindividuais fortes, e quando estas ocorrem são, regra geral, limitadas em número. Quanto aos vizinhos, a coexistência espacial não significa automaticamente, como é sabido, relações de sociabilidade, embora o prolongamento dessa coexistência favoreça o seu desenvolvimento.

De qualquer modo, é possível obter, através desse conjunto de indicadores, uma apreensão global dos contrastes e continuidades dos migrantes com a sociedade receptora, ou seja, saber em que medida, em cada um desses círculos, os relacionamentos sociais do dia a dia se estruturam só para dentro ou também para fora das fronteiras do próprio grupo.

Composição étnica das redes sociais

O quadro 10.1 dá-nos a composição global dos relacionamentos sociais dos guineenses em cada um dos quatro círculos de sociabilidade referidos.

No que respeita ao primeiro desses círculos, pode parecer redundante ter-se perguntado aos inquiridos a origem nacional dos seus familiares. Como era de esperar, praticamente todos têm parentes de origem guineense. A pergunta justificava-se, no entanto, para saber até que ponto a rede familiar incluiria também pessoas de outras proveniências nacionais. Os resultados obtidos são bastante reveladores, já que mostram percentagens consideráveis de migrantes com familiares portugueses e cabo-verdianos. A própria rede familiar, que é, por definição, a primeira e mais próxima de todas as redes de sociabilidade, não é, afinal, tão fechada quanto se poderia supor. Note-se, contudo, a selectividade da abertura dessa rede, que praticamente não inclui angolanos, moçambicanos ou santomenses.

Nos círculos de amizade, os mais electivos de todos, encontramos traços de composição que em parte são semelhantes aos das redes familiares e em parte são diferentes. Para além da predominância de amigos da mesma origem nacional, outro traço comum é o facto de também as redes de amizade incluírem muito mais cabo-verdianos e portugueses do que elementos de outras origens.

Diferente é o peso comparativo da presença de uns e outros. A seguir aos próprios guineenses, são portugueses aqueles que os migrantes mais frequentemente indicam como amigos. Os 63% de respostas nesse sentido são eloquentes, quer em comparação com a percentagem relativa a amigos cabo-verdianos, mas sobretudo em comparação com o número limitado de outros amigos africanos. Moçambicanos e santomenses, também pelo lado da amizade, continuam relativamente à margem das redes de relacionamento dos guineenses, enquanto os angolanos assumem uma posição intermédia, bem acima da que têm nas redes familiares, mas distante da que ocupam os portugueses.

Já as redes constituídas na esfera profissional e de vizinhança apresentam mais diferenças do que semelhanças com as anteriores. A principal e decisiva diferença é que não são guineenses, mas portugueses, aqueles que são mais vezes apontados como colegas e vizinhos. As proporções de migrantes com colegas e vizinhos portugueses são bastante maiores do que as daqueles que têm como colegas e vizinhos outros guineenses. Em todo o caso, esta última situação é, mesmo assim, mais comum do que a presença nessas redes de outros africanos.

Note-se ainda, agora em convergência com a composição das redes familiares e de amizade, que a presença cabo-verdiana também é forte nos círculos profissionais e vicinais, enquanto as referências a angolanos, menos presentes naquelas redes, aumentam agora significativamente, para valores

Quadro 10.1 Redes de sociabilidade (percentagens)

	Familiares	Amigos	Colegas	Vizinhos
Guineenses	99,3	97,5	71,1	69,8
Portugueses	22,3	62,5	95,5	88,8
Caboverdianos	25,0	49,8	59,9	43,3
Angolanos	3,5	35,8	56,6	32,8
Moçambicanos	1,3	13,8	18,4	11,8
Santomenses	1,8	15,8	20,8	14,0
Outra origem	6,5	10,3	15,7	7,0

Fonte: Inquérito Nacional aos Guineenses Residentes em Portugal (1995)

mais próximos dos cabo-verdianos, em particular na esfera profissional. Semelhante também ao que se passa no plano das relações familiares e de amizade é a escassez dos contactos com moçambicanos, santomenses ou pessoas de outras origens.

Como interpretar a configuração global destas redes de sociabilidade? Elas significam contrastes ou continuidades? Reforçam a lógica da etnicidade ou atenuam-na? Para responder a estas questões há que decompor os resultados obtidos, cruzando as leituras que deles se pode fazer a partir de ângulos diferentes.

Vejam, primeiro, o caso da sociabilidade intraétnica nos círculos de relacionamento mais próximos. Ainda que uma boa parte dos migrantes não viva em família, quer porque não a constituiu, quer, sobretudo, porque o reagrupamento familiar é limitado, isso não significa que as relações entre familiares não sejam já muito fortes nesta fase do ciclo migratório. Os laços de segunda linha — primos, sobrinhos, cunhados — compensam, nas relações quotidianas, a ausência da família nuclear, continuando por essa via o círculo familiar a ser um lugar de sociabilidade privilegiado.

As redes de amizade intraétnicas, por seu lado, também são sólidas. Quase todos os migrantes têm amizades com outros guineenses e os encontros com amigos constituem uma prática de tempos livres muito regular. Para além de todas as afinidades que uma origem nacional comum proporciona, e que a condição de migrante contribui para valorizar e reforçar, a consolidação das redes familiares e de amizade intraétnicas é favorecida pela compressão no tempo e no espaço do próprio fluxo migratório. A grande maioria dos migrantes vivia em Bissau, antes da migração, concentra-se em Lisboa, depois dela, e chegou num período de poucos anos. Significa isto que, quando não foram simplesmente transpostas de um espaço para outro, as redes de relacionamento que já existiam foram rapidamente reconstituídas. A partilha frequente de habitação entre grupos de migrantes sem laços familiares, sobretudo homens, contribui também, por si só, para o desenvolvimento da sociabilidade intraétnica.

Dito isto, os números do quadro 10.1 mostram que estamos, no entanto, longe de uma situação de fechamento relacional. O padrão de sociabilidades dos guineenses só seria sinónimo de fechamento se fosse predominantemente intraétnico e não é isso que acontece. Se só uma pequena parte das redes familiares são abertas a não guineenses, o que não deixa, contudo, de ser relevante, já no plano das amizades é claramente maioritária a parte dos migrantes que, a par das relações intragrupo, tem relacionamentos fora dele, especialmente com portugueses. Do ponto de vista étnico, estamos portanto perante redes abertas, em que os laços estreitos entre guineenses não impedem importantes continuidades com a população receptora por via das amizades.

A abertura das redes de relacionamento social é potenciada, igualmente, pelo lado dos contextos profissionais. Justamente por serem a população maioritária, é mais provável encontrar-se aí portugueses do que nos círculos familiares e de amizade, em que preside a lógica electiva. A esfera profissional, especialmente na primeira fase do ciclo migratório, quando o trabalho ocupa um tempo desproporcionado no quotidiano migrante, é provavelmente o lugar de contacto mais corrente com a população receptora, mesmo nos sectores da construção civil e dos serviços pessoais, onde, apesar dos muitos estrangeiros, os portugueses continuam a ser a maioria.

Não surpreende, por isso, que seja muito mais comum ter colegas de trabalho portugueses do que de outras origens, incluindo guineenses, invertendo-se assim as posições relativas que uns e outros têm nas redes amicais e familiares. É, de resto, aí que as referências a portugueses atingem o valor mais alto entre todos os círculos de relacionamento social.

Os indicadores disponíveis não permitem saber até que ponto o conteúdo dessas relações correntes vai para além da funcionalidade e instrumentalidade laborais imediatas. Sendo a relação com outros uma obrigatoriedade decorrente da própria lógica colectiva do trabalho, isso não significa que o relacionamento dos guineenses com colegas portugueses se prolongue em conteúdos, tempos e espaços exteriores à esfera profissional. Dado o grande número de inquiridos que aponta portugueses como amigos, é de admitir, contudo, que, tal como acontece de forma mais geral, boa parte dessas amizades seja feita justamente no curso da vida profissional.

Os contextos profissionais contribuem para a abertura das redes de relacionamento dos guineenses também porque eles estão aí em contacto com migrantes de outras origens. Comparando colegas com amigos e familiares vê-se que, entre os primeiros, além de haver mais portugueses, há também mais oriundos de todos os restantes PALOP, sem excepção, o que não deixará de se reflectir na composição das próprias redes de amizade. É ainda entre os colegas que a indicação de pessoas de proveniências terceiras atinge o valor mais elevado. Incluem-se aí, conforme o contexto profissional em questão, outros africanos (senegaleses, zairenses ou malianos), indianos, brasileiros ou ainda russos, romenos ou ucranianos.

Não se deve perder de vista, contudo, aquilo que as redes de relacionamento profissional têm, ao mesmo tempo, de intraétnico. Sendo certo que há, particularmente na construção civil, mais cabo-verdianos do que guineenses, seria de esperar que aqueles fossem mais referidos como colegas do que os próprios guineenses. Mas o que acontece é o contrário. Essa inversão pode dever-se justamente ao efeito das redes intraétnicas em termos de contactos e recrutamento no mundo do trabalho. É o caso dos subempregados guineenses que, embora de forma não exclusiva, contratam predominantemente trabalhadores do seu país, ou ainda as muitas situações em que os próprios trabalhadores arranjam trabalho para irmãos, primos ou amigos.

Resta analisar as redes relativas às zonas de residência. Tal como nos contextos profissionais, os portugueses aparecem aí mais referidos do que quaisquer outros. Já os migrantes dos vários PALOP descem para valores que estão abaixo dos registados entre os colegas de trabalho, mas também abaixo dos relativos aos amigos. Os números são, porém, em qualquer dos casos, suficientemente expressivos para dizermos que os seus contextos de vizinhança estão muito longe de ser etnicamente homogéneos.

Pelo contrário, há nesses contextos uma grande variedade étnica, que pode assumir duas configurações distintas: zonas de habitação predominantemente ocupadas por portugueses e com presença, minoritária e dispersa, de africanos dos vários PALOP e, por vezes, de outras minorias; e zonas residenciais pluriétnicas, em bairros de barracas ou de habitação social, onde coexistem populações de duas, três ou mais origens diferentes, e também portugueses, embora estes possam estar em posição minoritária. As zonas de habitação exclusivamente ocupadas por minorias, que representariam uma terceira possibilidade, não existem no caso guineense.

Coexistência espacial não significa, porém, como foi dito, sociabilidade. Há, é certo, em contexto urbano, exemplos de fortes relações de sociabilidade de base vicinal. Isso acontece em bairros populares lisboetas como Alfama (Costa, 1999) e Bica (Cordeiro, 1997), e até em zonas de *habitat* degradado da periferia da cidade, onde se encontra uma relação inequívoca entre ter amigos no bairro e gostar, apesar de tudo, de morar nele (Silva e outros, 1989: 157). Sabe-se ainda que processos relacionais específicos, protagonizados especialmente por aqueles que aí passam mais tempo, podem transformar mesmo os chamados dormitórios suburbanos em meios sociais com vida própria (Machado, 1985).

Mas, em termos mais gerais, a partilha de uma zona de residência não se traduz, de forma imediata e generalizada, em relações sociais efectivas entre os seus moradores. Desde logo, porque, ao contrário do que acontece na esfera profissional, a vizinhança permite manter uma espécie de “invisibilidade” (Bidart, 1988: 637-638), ou seja, não estabelecer qualquer relação, para além do nível mínimo da troca ocasional de saudações. É essa invisibilidade que parece funcionar colectivamente em muitos espaços residenciais

pluriétnicos. Coexistem várias minorias, mas enquanto as relações de vizinhança no interior do grupo podem ser expressivas, as relações fora dele são ténues (Villanova e Bekkar, 1994: 117-122; Fernandez, 1993: 22-23). Trabalhos feitos em bairros onde coexistem portugueses e migrantes têm mostrado que, além da coexistência no mesmo espaço sem relações significativas fora do grupo (Alves, 1994; Quedas, 1994), pode haver “confronto intercultural” entre vizinhos em várias situações do quotidiano (Gonçalves, 1994), atitudes de rejeição interétnica e de preferência intraétnica (Craveiro e Menezes, 1993) ou fracas experiências de interacção efectiva (Marques e outros, 1999: 278).

As dificuldades de relacionamento interétnico em contextos vicinais não são, contudo, uma inevitabilidade. Se é verdade que essas dificuldades advêm, em parte, de códigos culturais desencontrados, desde os mais gerais como a língua, até aos mais especificamente relacionados com a coexistência residencial, como as formas de ocupação do espaço, os ruídos ou os cheiros, elas têm muito a ver com o facto de as zonas de residência pluriétnica serem quase sempre, e ao mesmo tempo, zonas de *habitat* degradado.

A falta de condições habitacionais, desde a muita densa e caótica ocupação do espaço, passando pela sobreocupação das casas, pela falta de infraestruturas dentro e fora delas, até à ausência de equipamentos colectivos, própria dos bairros de barracas — mas também de muitas zonas de habitação social que, à falta de manutenção, se vão degradando com o tempo —, constitui, só por si, um limite objectivo às relações de vizinhança. Os conflitos entre vizinhos em zonas de habitação degradada são, de resto, comuns mesmo quando não há diversidade étnica (Silva e outros, 1989: 163-164).

Diferenciações sociais e temporais da sociabilidade

Globalmente consideradas as redes de relacionamento social dos migrantes, vemos que a sua composição étnica é híbrida, ou seja, combinam-se redes em que as relações intraétnicas, sem serem exclusivas, são muito fortes (família) com outras em que há relacionamentos interétnicos correntes (amigos, colegas de trabalho) ou, pelo menos, a possibilidade de eles ocorrerem (vizinhos). As sociabilidades quotidianas abrem-se principalmente à população portuguesa e, num segundo plano, a cabo-verdianos e angolanos, sendo os contactos com outros africanos ou pessoas de origens terceiras bastante reduzidos.

Esta configuração de sociabilidades, no entanto, não envolve por igual todos os sectores da população guineense. Há, pelo contrário, oscilações óbvias na orientação da sociabilidade em função do estatuto sociojurídico, da classe social, do género ou da etnia, uma vez favorecendo a abertura das relações, outras o seu fechamento.

Três exemplos rápidos ilustram-no bem.

Um é o dos migrantes manjacos — os únicos que na Guiné-Bissau têm

alguma tradição migratória —, cujas redes de sociabilidade, a nível familiar e de amizade, são mais intraétnicas do que quaisquer outras. Essas redes podem mesmo assumir um carácter semi-institucional, sob a forma de associações de apoio mútuo estabelecidas entre migrantes oriundos de uma mesma comunidade rural. Essas associações funcionam como “caixas de previdência”, garantindo apoio em caso de doença, assegurando as cerimónias fúnebres dos membros falecidos em Portugal, oferecendo canais seguros para enviar remessas para as famílias, envolvendo-se, ainda, no apoio financeiro ao desenvolvimento das aldeias de origem dos seus membros (Kerlin, 1998). Esta orientação particular da sociabilidade quotidiana de muitos manjacos faz parte de uma estratégia mais ampla de acumulação rápida, implicando, por exemplo, parcimónia nos gastos, em termos de habitação e outros, e menor opção ou desejo de reagrupamento familiar.

O segundo exemplo é o dos lusoguineenses, isto é, um pequeno subconjunto dos migrantes oriundos da Guiné-Bissau caracterizado por ter nacionalidade portuguesa, um tempo de residência mais longo do que os migrantes laborais propriamente ditos e, frequentemente, uma condição social média ou alta. Não se trata de uma especificidade guineense, mas de uma categoria de população — os lusoafrianos — que se formou em todas as ex-colónias portuguesas, especialmente em Angola, e que se encontra fixada em Portugal (Machado, 1994).

Se as sociabilidades dos manjacos são cumulativas em sentido intraétnico, as dos lusoguineenses são cumulativas em sentido interétnico. Não só há mais relações com portugueses no círculo familiar, incluindo um número significativo de famílias mistas, como isso acontece, cumulativamente e sem excepção, nas redes de amizade, profissionais e vicinais. As continuidades a outros níveis com a sociedade portuguesa, algumas delas geradas ainda no tempo colonial, encontram a sua tradução nestas redes de sociabilidade, mais abertas do que quaisquer outras.

Certas discotecas “africanas” de Lisboa constituem uma das expressões mais visíveis dessa sociabilidade, sociabilidade que é aberta em termos étnicos e raciais, mas tendencialmente fechada em termos de classe. Nas palavras do gerente de delas está patente essa selectividade classista: “a esta discoteca vem malta africana já de um certo nível social e também muita malta europeia. É evidente que fazemos uma certa selecção”.¹

O terceiro exemplo vem das crianças e jovens de famílias migrantes, guineenses ou de outras origens africanas. Os contextos em que se movimentam quotidianamente esses descendentes de migrantes são, regra geral, muito mais interétnicos do que os dos seus pais e, nessa medida, as relações que eles estabelecem tendem também a sê-lo.

1 Entrevista incluída numa peça do jornal *Público* de 17 de Maio de 1992.

Mais genericamente, podemos dizer que as suas sociabilidades quotidianas decorrem, basicamente, em três contextos relacionais, cuja composição é muito diferenciada: a família, contexto predominantemente intraétnico, excepto no caso das famílias mistas; a escola, contexto predominantemente interétnico, mesmo nas escolas maioritariamente frequentadas por descendentes de migrantes; e o grupo de pares e amigos, sobrepondo familiares, colegas de escola e vizinhos, que pode ser mais interétnico ou mais intraétnico, embora as evidências disponíveis digam que é raro esses círculos de amizade serem etnicamente fechados.

Uma das razões por que os filhos dos migrantes são culturalmente diferentes dos seus pais, no sentido em que têm uma “dupla cultura”, ou no sentido em que as suas referências, mais até do que estarem “entre” culturas, são transétnicas (Contador, 1998), é justamente o facto de serem socializados em contextos muito mais abertos, do ponto de vista da composição étnica, do que aqueles em que os seus pais se movimentam.

As escolas, em particular, desempenham a este nível um papel fulcral. Sendo a escola uma instituição multiplicadora das sociabilidades infantis e juvenis, em geral, pode dizer-se que para as crianças e jovens de famílias migrantes ela multiplica também as sociabilidades interétnicas. A sobreposição que sempre existe entre o círculo dos amigos da escola e o círculo dos vizinhos contribui, também, para que, nos mesmos bairros onde as sociabilidades interétnicas dos adultos são mais escassas, as sociabilidades juvenis o sejam menos.

Além da escola e do grupo de amigos, também noutros contextos relacionais dos jovens oriundos da imigração, como associações juvenis ou bandas *rap* e outras, há uma constante de composição interétnica, mais ou menos expressiva, seja porque aí se incluem jovens que não são de famílias migrantes, seja porque há jovens de famílias migrantes com diferentes proveniências.

Em suma, três sectores diferentes da população guineenses protagonizam três orientações distintas das sociabilidades quotidianas, algumas mais de cariz intraétnico, outras mais de cariz interétnico, mostrando que a representação comum de “comunidades africanas”, ou até de uma comunidade africana ligando entre si as populações oriundas dos cinco PALOP, está longe de colar com a realidade.

Outro problema a merecer análise é o da evolução que se pode antever para as redes de sociabilidade dos guineenses no futuro. A configuração de que demos conta, não se pode esquecer-lo, é a que existia no momento do inquérito. Os dados disponíveis não dizem se ela era igual antes nem se será igual depois. Como outros aspectos da vida das populações migrantes, a orientação da sociabilidade não será certamente indiferente às fases do ciclo migratório. Em que sentido o prolongamento do tempo de residência poderá então afectá-las? Tornar-se-ão elas mais interétnicas ou mais intraétnicas? Os contrastes internos manter-se-ão ou serão alterados?

Quando se relaciona as redes de sociabilidade com o tempo de residência, no que toca em particular às relações de amizade, verifica-se que as amizades com portugueses evoluem em estreita correspondência com as datas de chegada. Os mais antigos têm mais amigos portugueses e os mais recentes têm menos, numa distribuição perfeitamente regular. Sendo as amizades as mais electivas de todas as relações de sociabilidade, e por isso mesmo as mais indicativas do sentido em que se processa a inserção dos migrantes na sociedade receptora, os dados parecem apontar para o reforço progressivo dos laços interétnicos à medida que se prolonga a estadia dos migrantes. Será de esperar, então, que também os mais recém-chegados vão alargando, tanto quanto se prolongue a sua estadia, as redes de amizade para fora do grupo, não só com portugueses, mas também com migrantes de outras proveniências?

Projectando simplesmente no futuro a tendência que o presente indica, dir-se-ia que assim será. Porém, é preciso ter em consideração que, entre os primeiros migrantes e aqueles que chegam mais tarde, ocorre uma modificação substantiva de contexto relacional. Se os que chegam primeiro são, por definição, migrantes isolados, os que chegam cinco ou dez anos depois já encontram uma população migrante de dimensão considerável, cujos membros estabeleceram ou reconstituíram redes densas de relacionamentos intraétnicos. O facto de quanto mais tarde se chega mais se ter por colegas e vizinhos outros guineenses mostra-o bem. Do mesmo modo, o reagrupamento de famílias separadas, ou a constituição de outras já no contexto de imigração, contribui igualmente para essa densificação de relações.

O factor tempo não joga, portanto, num só sentido. Por um lado, propicia o adensamento das relações intraétnicas nos círculos familiares, profissionais, de vizinhança e, obviamente, nos de amizade, já que as amizades entre migrantes têm forte expressão desde a primeira hora. Por outro lado, há indicações de que com essas coexistem dinâmicas relacionais de sentido contrário. É assim, como se disse, com a tendência crescente para amizades interétnicas, mas podem ter o mesmo efeito de abertura relacional eventuais trajectos de mobilidade profissional e residencial, que transportem parte dos migrantes, sobretudo dos mais antigos, para contextos onde as relações com portugueses possam alargar-se. Mesmo no plano familiar, se os laços mistos diminuem com a reequilíbrio demográfico da população migrante, sabe-se também que a prazo mais longo eles tendem a aumentar.

Embora tenham sinal contrário, é preciso sublinhar que estas tendências relacionais não são necessariamente contraditórias, ou seja, não se excluem uma à outra. Tirando os laços familiares, em que, em princípio, ter mais familiares portugueses significa ter menos familiares guineenses e vice-versa, as redes profissionais, de vizinhança e de amizade não constituem jogos de soma nula. Podem fazer-se, ao mesmo tempo, amigos guineenses e amigos portugueses, do mesmo modo que ter mais colegas guineenses não significa

ter menos portugueses e que mais relações de vizinhança com uns não implicam menos com outros.

De resto, e sobre isso os dados disponíveis não dão resposta suficiente, é possível que as duas orientações da sociabilidade, uma mais interétnica e outra mais intraétnica, sejam protagonizadas por segmentos diferentes da população migrante, mantendo-se mais abertos ao contacto externo aqueles que já o são hoje, e fechando-se mais aqueles cujas sociabilidades intragrupo já são actualmente mais fortes, dependendo o reforço de uma ou outra dessas orientações, também, do perfil sociocultural dos migrantes que cheguem entretanto.

O que, em todo o caso, parece de excluir é um cenário de enquistamento relacional, de fechamento dos migrantes sobre si próprios nos vários círculos de relacionamento social, que se traduziria em contrastes acentuados com a população receptora, no que às sociabilidades diz respeito. Se as redes intra-étnicas tenderão a permanecer fortes, isso não parece constituir obstáculo à consolidação de várias redes interétnicas, assegurando continuidades com a sociedade envolvente.

Referências bibliográficas

- Alves, Manuel José Rodrigues (1994), "As minorias étnicas no concelho de Loures. Que comunicação?" em *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 201-210.
- Bidart, Claire (1988), "Sociabilités: quelques variables", *Revue Française de Sociologie*, vol. XXIX, 4: 621-648.
- Contador, António Concorde (1998), "Consciência de geração e etnicidade", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 26: 57-83.
- Cordeiro, Graça Índias (1997), *Um Lugar na Cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (1990), "Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade", *Análise Social*, 105-106: 193-221.
- Craveiro, João Lutas e Marluci Menezes (1993), "Ecologia social de um bairro degradado em Lisboa: a Quinta da Casquilha na véspera da mudança" em *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do 2.º Congresso Português de Sociologia, Vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 139-155.
- Fernandez, Pablo Pumares (1993), "L'immigration marocaine dans la communauté autonome de Madrid" *Révue Européenne des Migrations Internationales*, vol. 9 (1), 9-27.

- Grafmeyer, Yves (1995), "Sociabilités urbaines" em François Ascher (coord.), *Le Logement en Questions*, Marselha, L'Aube, pp. 189-212.
- Gonçalves, Helena Seita (1994), "Processos de (re)construção de identidades culturais num bairro de habitação social", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16: 135-149.
- Kellerhals, Jean, Huguette McCluskey (1988), "Uma topografia subjectiva do parentesco", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5:169-184.
- Kerlin, Michael (1998), *Construindo a sua Pátria a partir de Fora. As Remessas e o Associativismo na Comunidade Guineense Imigrante em Portugal*, Lisboa, policopiado.
- Machado, Fernando Luís (1985), "As práticas de sociabilidade em Queluz Ocidental", *Sociedade e Território*, 3: 90-99.
- Machado, Fernando Luís (1994), "Luso-africanos em Portugal — nas margens da etnicidade", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16: 111-134.
- Machado, Fernando Luís (1999), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Lisboa, ISCTE, tese de doutoramento em Sociologia.
- Marques, Maria Margarida, Rui Santos, Tiago Santos e Sílvia Nóbrega (1999), *Realojamento e Integração Social. A População do Vale de Algés perante uma Operação de Requalificação Urbana*, Lisboa, Edições Colibri.
- Parrillo, Vincent N. (1996), *Diversity in America*, California, Londres, Pine Forge Press.
- Quedas, Maria João (1994), "Expectativas habitacionais e coexistência espacial de grupos étnicos: inquérito à população mal alojada do concelho de Loures", *Sociedade e Território*, 20: 55-62.
- Silva, Manuela, A. Bruto da Costa, Ana Cardoso, Beatriz José, José Pereirinha, Manuel Pimenta, Maria João Sequeira e Maria José Maranhão (1989), *A Pobreza Urbana em Portugal*, Lisboa, Centro de Reflexão Cristã — Departamento de Pesquisa Social e Caritas Portuguesa.
- Simmel, Georg (1989 [1908]), "O cruzamento de círculos sociais" em Manuel Braga da Cruz (org.), *Teorias Sociológicas I*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Villanova, Roselyne e Rabia Bekkar (1994), *Immigration et Espaces Habités*, Paris, L'Harmattan.

Capítulo 11
“O GRUPO É A MINHA ALMA”: AMIZADE E PERTENÇA
ENTRE JOVENS

Marina Antunes

Nha grupo ê nha alma¹
Nha familia ê nha grupu
Nha cretcheu ê nha amigo di grupu
Ta xinti ki kel grupu tem un significadu spicial pami pamódi ê cima ke nha se-
gundu lar
*Ami ê un jovem ki tinha varius probulemas na bida n'tinha ki sabi lida ku ês, ami in pidi
consedjo na guentis mas bedjos sempri ki era possivel n'ta pensa ki sin ca staba la gosi
n'ca era o mesmu alguem
Si mi sta tristi e ku probulemas s'di mi sta la, n'ta fica contenti e multi satizfeitu ku mi
própri
... Kuando in da nha primeru espectaculo na lodu des tudo, in fica contenti e multi sa-
tizfeitu ku mi própri, tudu sô pa prazer di dança*

É difícil “competir” com estas expressões para tentar explicar o significado do grupo Estrelas para os jovens que o integram. Em todo o caso, penso que é possível, sem um olhar adultocêntrico, desenhar o esboço de um estilo de sociabilidade de um grupo de jovens — os “Estrelas Cabo-verdianas” — que fazem do bairro Estrela d’África, na cidade da Amadora, o epicentro da sua interacção e o palco preferencial das suas actividades.

1 Estas expressões correspondem à resposta dos jovens do grupo Estrelas Cabo-verdianas quando lhes foi colocada a questão “o que significa o grupo para ti?”; o crioulo é dos próprios sem correcções e significa: “O grupo é a minha alma; A minha família é o meu grupo; A minha paixão são os meus amigos do grupo; Sinto que este grupo tem um significado especial para mim porque é como se fosse um segundo lar; Sou um jovem que teve vários problemas na vida e tive de saber lidar com eles, pedindo conselhos aos mais velhos, penso eu que se não estivesse no grupo poderia ser uma pessoa diferente, não haveria de ser a mesma pessoa que sou agora; Se estou triste e com problemas só de estar lá fico contente e muito satisfeito comigo próprio; Quando dei um primeiro espectáculo ao lado deles fiquei muito contente e muito satisfeito comigo próprio, tudo isso por ter o prazer de dançar”.

Apresentação do grupo Estrelas Cabo-verdianas

O grupo “Estrelas Cabo-verdianas” foi criado em 1984, na sequência de um projecto de desenvolvimento local “Nô Djunta Mon”,² que se desenvolveu nos anos 1980, na Estrada Militar do Alto da Damaia, na cidade da Amadora, por iniciativa da Associação Caboverdeana, sediada em Lisboa. O nome do grupo resultou de um sorteio feito entre os jovens cuja composição era maioritariamente de afroportugueses de origem cabo-verdiana.

Ao longo dos anos, o grupo foi integrando rapazes e raparigas de diferentes idades, sobretudo descendentes de imigrantes cabo-verdianos, santomenses e angolanos, que vieram para Portugal nos anos 1970 e 1980 e se fixaram junto às grandes empresas de construção civil da Venda Nova, Amadora.

Com um número de participantes irregular, o grupo Estrelas Cabo-verdianas integra 30 elementos, 16 raparigas e 14 rapazes, com idades compreendidas entre os 16 e os 31 anos, tendo mais de 2/3 idade inferior a 24 anos, que formam uma rede cuja “cabeça” é o líder do grupo. A proximidade de idades produz, no interior do grupo, uma identidade que parece redefinir as fronteiras sociais e culturais com os progenitores. Este dado confere ao grupo uma marca importante, já que é nesta fase da vida que os jovens começam a architectar os seus *projectos* de vida, de acordo com um *campo de possibilidades* (Velho, 1994: 46) configurado pelo *quadro de interação social e cultural* (Costa, 1999: 296) em que se movem, bem como pela sociedade envolvente.

Dentro deste número, há um subgrupo de oito pares de bailarinos e bailarinas centrais, que funciona como “núcleo duro”, uma espécie de “elite” que se sujeita a duros ensaios semanais. O grupo integra, ainda, um conjunto de amigos e amigas,³ que, apesar de não dançarem, acompanham todas as actividades do grupo. A maioria dos jovens possui nacionalidade portuguesa, não obstante os pais serem naturais de Cabo Verde ou S. Tomé e Príncipe, existindo um número muito reduzido de jovens com nacionalidade cabo-verdiana e angolana; os mais novos já têm naturalidade portuguesa, uma vez que nasceram em Lisboa ou na Amadora.

No grupo são conhecidos pelo respectivo *nominho*,⁴ o qual traduz, entre os jovens, um misto de carinho e de troça: Zé Gato, Levado, Grosso, Bucha, Kissas, Feia, Baixinho, Nhunha, Piteco, são alguns dos exemplos.

Grande parte dos jovens vive em habitações precárias, numa zona que se pode considerar intersticial (Park, 1990 [1916]) cuja malha é composta por bairros inter-étnicos com uma forte segregação social urbana, pois trata-se de

2 Expressão crioula que significa “nós juntamos as mãos”.

3 Parte destes são parentes e namorados que integram outras redes secundárias.

4 Gabriel Mariano (1991: 86) refere-se ao “nominho” como sendo “o nome de casa é um nome não oficial, mas sim, familiar, doméstico; o de igreja, de baptismo, é o nome oficial que figura no Registo Civil”.

um *continuum* de bairros de habitat precário, habitualmente designado como “degradado”,⁵ sobretudo nos bairros Estrela d’África, 6 de Maio, Fontainhas e Bairro Novo das Fontainhas, que separa os concelhos da Amadora e Lisboa. Um pequeno número reside em bairros de habitação social, nomeadamente no Zambujal ou em zonas de parque habitacional privado, nomeadamente Mem Martins, Rio de Mouro, Tapada das Mercês e Reboleira.

Os jovens do grupo têm como principal ocupação o trabalho ou a escola, embora alguns jovens trabalhem e estudem simultaneamente. As profissões dominantes estão relacionadas com áreas da construção civil e da restauração.⁶

Como referimos, o grupo “Estrelas Cabo-verdianas” tem uma composição mista, de 14 rapazes e 16 raparigas, o que se torna um factor de construção e ajustamento permanente das formas de amizade e dos estilos de sociabilidade adoptados por ambos os sexos em interacção. Assim, no grupo coexistem formas culturais que combinam traços de condutas, supostamente próprias das culturas juvenis femininas e masculinas (Wulff, 1988).⁷

No caso das raparigas, verificamos a existência de uma cultura própria que se materializa em traços como: as horas passadas no quarto a falar sobre os problemas de relação com os namorados ou com os pais, as atitudes narcisistas de se vestirem de forma sensual utilizando o preto e o branco como cores dominantes, bem como as roupas interiores sedutoras; de aplicarem as cosméticas sofisticadas no rosto e nos olhos, trabalharem os penteados, marcarem o corpo com *piercings* ou tatuagens (Valerie, 1999: 133),⁸ deixando antever que fazem parte de uma cultural juvenil (Feixa, 1999: 85) mais lata.⁹

5 Evito esta designação pelo carácter estigmatizante de que é portadora e que se estende aos próprios habitantes transformando-os em “feios, porcos e maus” imagem que faz parte de uma cartografia imaginária de representações dos urbanitas que vivem noutros habitats mais consolidados.

6 Empregadas de balcão no McDonald’s, por exemplo.

7 Na obra *Twenty Girls* (1988), centrada num grupo de jovens amigas de South London, Helena Wulff questiona a subordinação assumida pelas raparigas que, supostamente deveriam ser invisíveis, escondidas nos seus quartos de dormir (*bedroom culture*), enquanto os rapazes ocupavam as esquinas das ruas. Esta antropóloga coloca, pois, a ênfase nas culturas juvenis como contributo substantivo para o desenvolvimento do conceito de cultura, num sentido mais lato e define “microcultura” como o fluxo de significações e valores manipulados por pequenos grupos de jovens na vida quotidiana, tendo em consideração situações locais concretas.

8 Como refere Valerie Fournier (1999: 133), estas marcas “tribais” configuram, simbolicamente, a pertença ao grupo de referência. No caso do grupo Estrelas Cabo-verdianas são poucos os jovens que aderem a estes traços, sendo mais comuns os elementos ligados ao desporto.

9 Carles Feixa (1999: 84) na obra *De jóvenes, bandas e tribus*, define as “culturas juvenis” num sentido amplo, isto é, a maneira como as experiências sociais dos jovens são expressas colectivamente mediante a construção de estilos de vida distintos, localizados fundamentalmente no tempo livre, ou em espaços intersticiais da vida institucional; num sentido

No caso dos rapazes, também identificamos comportamentos e a adoção de marcas identitárias próprias dos jovens destacando-se, por exemplo, os desenhos feitos na cabeça e na cara através de cortes especiais do cabelo e da barba, os *dreadlocks*, as tatuagens, o modo de vestir em que predomina as roupas e calçado de desporto de marca, com *grife*, a apetência para o desporto, especialmente o futebol, a apropriação do espaço exterior, como o beco, a rua, o café, lugares de convivialidade, por excelência.

Estas marcas servem para a autodefinição dos jovens, enquanto pessoas e grupo, mas também para comunicarem com outros jovens comprometidos com diferentes estilos juvenis (Feixa, 1999: 97).¹⁰ Neste contexto, parece óbvio que pretendem demarcar-se das práticas culturais dos progenitores com um *background* (Mitchell, 1980: 53) africano,¹¹ embora não rejeitem completamente alguns traços de inspiração *afro*, que a moda se encarregou de valorizar. O que importa aqui destacar é o facto de não estarmos perante uma segunda ou terceira geração de imigrantes precariamente “suspensa entre duas culturas” (Baumann, 1996: 1), mas de jovens portugueses, nascidos e criados num contexto urbano, cuja maioria nunca visitou o país de origem dos pais, nem viveu a experiência da imigração senão através de relatos dos pais e vizinhos. Poucos são os elementos do grupo que já visitaram Cabo Verde ou São Tomé, embora desejem fazê-lo para melhor compreenderem as tradições culturais dos pais. De facto, a identidade cultural dos pais dos jovens marca-os em vários aspectos da sua vida e tem reflexo nos estilos juvenis (Feixa, 1997: 97) que adoptam,¹² apesar de conhecerem a cultura de origem dos pais de forma filtrada por inúmeras estratégias de sobrevivência, numa reinvenção permanente condicionada pelo contexto urbano.

Dinâmica do grupo no bairro e espaços de sociabilidade

A composição e o modelo organizativo do grupo Estrelas Cabo-verdianas

mais restrito, definem o surgimento de “microsociedades juvenis” com graus significativos de autonomia em relação às “instituições adultas”, que se dotam de espaços e tempos específicos e que se configuram historicamente nos países ocidentais a seguir à segunda guerra mundial, coincidindo com grandes processos de mudança social no campo económico, educativo, laboral e ideológico.

- 10 Segundo Feixa (1999: 97) “estilo” pode definir-se como a manifestação simbólica das culturas juvenis, expressa num conjunto mais ou menos coerente de elementos materiais e imateriais, que os jovens consideram representativos da sua identidade de grupo.
- 11 Para Clyde Mitchell é necessário investir mais na análise do contexto interaccional do que no *background* dos indivíduos implicados na situação ou nas “culturas” em nome das quais interagem.
- 12 Marcas culturais como a utilização do crioulo como meio de comunicação privilegiado no interior do grupo ou a reinvenção de danças tradicionais cabo-verdianas no seio do grupo.

foram moldados, ao longo dos anos, por fases de maior ou menor dependência relativamente às associações locais e pelas etapas e experiências de vida dos próprios jovens.

As diferentes fases do grupo explicam-se pelo grau de informalidade que sempre o caracterizou,¹³ não obstante existirem códigos éticos e de conduta, regras e sanções, responsabilidades partilhadas, espaços de crítica, de autocritica e elementos estruturantes que têm cimentado a amizade e o sentimento de pertença, evitando a erosão do grupo. O carácter liminar, de margem, é reforçado mais pelo exterior do que pelos seus membros,¹⁴ os quais sentem o grupo como um espaço de sociabilidade e de integração por excelência. Para este efeito, contribuem quatro factores estruturantes, que funcionam como pontos nodais de ancoragem dos jovens ao grupo: o *líder* carismático que é um mediador com o qual os membros do grupo partilham vidas, competências, afectos, tristezas e euforias; as *actividades de rotina* (ensaios de dança nos fins de semana) e as *cíclicas* (festas, deslocações para fora de Lisboa, etc.); as *relações de amizade e o sentimento de pertença* ao grupo e ao bairro, que dão substância à rede de amigos que o grupo configura; o *bairro Estrela d’África*, como referente simbólico e lugar da interacção por excelência.

Estes elementos constituem forças centrípetas que “puxam” os jovens para o interior do grupo, transformando-o num “porto de abrigo”, num “ancoradouro”, onde amarram as suas vidas. Estas quatro dimensões do grupo estão intimamente ligadas, configurando um certo estilo de vida e uma certa visão do mundo, que servem de suporte emocional e cultural a uma identidade individual e colectiva que extravasa o próprio grupo.

a) O líder

O líder do grupo, de 31 anos, que se autocalifica como “um falso badio”,¹⁵ viveu durante anos com a avó materna num núcleo de habitat precário no Alto da Damaia,¹⁶ Amadora. Neste bairro, entre 1981 e 1984, alguns miúdos, que brincavam e jogavam à bola na rua, começaram a juntar-se num espaço

13 A informalidade do grupo prende-se mais com o facto de não constituir uma organização legalizada em termos de registo formal. Porém, o grupo apresenta um grau de formalidade interna elevado, que se objectiva através da existência de cartões individuais de membro do grupo, de relatórios de actividades, actas de reuniões, processos de avaliação das performances, etc.

14 O discurso hegemónico sobre este tipo de habitat e de grupos, tende a destacar o seu carácter marginal, onde reina a delinquência e a criminalidade. O estudo antropológico centrado nestes casos permite-nos um afastamento, quase radical, desta perspectiva patológica, criminalista e de contágio social, dominante na literatura da Escola de Chicago.

15 Filho de pai “sampedjudo” de São Vicente e de mãe “badia” da Praia/Santiago.

16 Trata-se de uma “badia” retinta que veio, em 1980, da Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde.

para ouvirem música e para dançarem os ritmos frenéticos do funaná e das coladeras.

Assim, oito rapazes e raparigas, com idades entre os 10 e os 18 anos, passaram a encontrar-se regularmente num espaço improvisado para dançarem, partilharem experiências e entreajudarem-se.

Nessa altura, o jovem Victor começou a revelar características de liderança e um poder aglutinador de vontades, de gestão de afectos e de mobilização de crianças e jovens. Como ele próprio afirma, aceitava a sua mestiçagem sem complexos, valorizava a cultura dos pais dessas crianças, tentava tornar positivo tudo aquilo que os envergonhava: a história de pobreza dos pais, as profissões que os inferiorizam, a comida e a música, o vestir colorido, a cor escura da pele, todo um conjunto de coisas que, para a maioria, não valia a pena seguir! Por isso, ele contribuía para que os jovens ganhassem força para resolverem esta confusão interior, para construírem a sua própria cultura, e não a raiva que rapidamente se transformava em agressividade. As ruas destes bairros estavam cheias de heróis sem causa, que vagueavam pelas ruas à procura de sentido para as suas vidas, deixando os pais com o *coração nas mãos*, pois não viam os filhos num rumo certo. Daí, o surgimento da ideia do alargamento deste pequeno grupo aos mais novos, crianças e adolescentes, que não encontravam em casa nem na escola, a segurança, o afecto e o prazer de viver, pelo que se juntavam em pequenos grupos de aventuras, que andavam à deriva um pouco por todo o bairro, entregues a si próprios. O líder surgiu, assim, como o elo que faltava para construírem o seu grupo de amigos.

O líder joga, ainda, um papel importante na gestão dos conflitos gerados endemicamente ou provocados pelo exterior, demonstrando uma capacidade para accionar diferentes gramáticas culturais, operando como um *mediador transcultural* (Vianna, 1997) que põe em contacto diferentes realidades socioculturais, articulando “mundos” complexos e diferentes.

b) A dança e as actividades do grupo

A vida do grupo está marcada por um conjunto de actividades, que têm como centro a dança. As actividades do grupo são, pois, de dois tipos: por um lado, as *actividades de rotina*, isto é, os ensaios semanais no coração do bairro Estrela d'África, que constituem um espaço fundamental na vida do grupo, pelo que os jovens anseiam que chegue o fim de semana para estarem juntos e para porrem à prova as suas capacidades performativas. Com efeito, é nos interstícios da actividade semanal de dança, no bairro Estrela d'África, que toda a atenção está concentrada na disciplina do grupo, na superação das dificuldades da interacção intra-grupo, submetendo-se os jovens a uma avaliação não só da capacidade performativa como de comunicação e de compreensão do outro, do(a) companheiro(a) de grupo, com que partilham esta travessia

colectiva; por outro, as *actividades cíclicas*, que ocorrem em determinados períodos do ano como, por exemplo, as jornadas de reflexão e de convívio fora de Lisboa. Estas actividades têm também como pano de fundo outros espaços urbanos fora da realidade dos bairros onde residem como, por exemplo, o centro comercial ou a discoteca.

O Centro Comercial Colombo é um lugar de convivialidade e de consumo onde os jovens se encontram e divertem, contribuindo para contrariar a ideia destes espaços como *não lugares* (Augé, 1994: 99) ou lugares do *homo anonymus* (Freitas, 1996: 123). Neste caso, o centro comercial constitui um ponto central de encontro,¹⁷ de lazer e diversão que faz parte do “roteiro” das sociabilidades flutuantes dos jovens “Estrelas”.

A discoteca N’Genga,¹⁸ situada nas Docas Secas, Amadora, constitui outro espaço de eleição dos jovens do grupo.

Com efeito, a emergência das discotecas (Feixa, 1999: 118) como espaços de ócio,¹⁹ provocou um grande impacte social nas formas de comunicar e de consumir dos jovens passando a ser centros difusores de modas juvenis associadas à música, transformaram-se em megapalcos de encontros, de estilos e cosméticas, de relações efémeras. Mas tornaram-se, também, no lugar onde a *tribo* celebra os ritos de passagem que se querem eternizados,²⁰ onde se actualiza a, por vezes precária, identidade individual e social.

As deslocações para fora da Amadora, sobretudo as estadias nas pousadas da juventude numa qualquer zona do país,²¹ constituem espaços de aventura, de divertimento, de prazer, mas também servem para o aprofundamento do afecto e conhecimento dos jovens, bem como de discussão de formas de organização para encararem novos desafios.

A dança constitui uma dimensão central na vida do grupo. É através da dança que os jovens exercem o domínio sobre os corpos e estabelecem uma interacção mais profunda desenvolvendo, simultaneamente, códigos de comunicação e de informação que pretendem passar mensagens tanto no interior do grupo como para o exterior. Deste modo, a dança, como sistema de movimentos humanos e de comunicação, permite aos jovens do grupo Estrelas

17 Ricardo de Freitas (1996) aborda estes espaços na perspectiva de simulacros dos principais elementos da cidade.

18 “N’genga” é uma expressão angolana que significa “a festa”.

19 Feixa (1999: 117-118) faz uma abordagem muito curiosa sobre o papel destes espaços *disco* no quadro das sociabilidades dos jovens. Refere que a discoteca reflecte o papel de “instituição social total”, que pode “conceber-se como uma microsociedade com as suas regras próprias”... ao mesmo tempo reflecte “as condições económicas, sociais, matrimoniais e de consumo vigentes na sua envolvente social”... actua como difusora de determinadas modas musicais e juvenis... mas também como cenário de encontro e redistribuição de diversos estilos.

20 Sobretudo os aniversários dos membros do grupo e dos/as amigos/as.

21 Durante o trabalho de campo tive oportunidade de participar em duas estadias nas pousadas da juventude de Esposende e de Mira.

Cabo-verdianas identificarem algumas opções culturais e sociais, através das formas culturais que resultam do uso criativo dos corpos num espaço e num tempo determinados (Bridget, 2001: 490).

A selecção musical, cuidadosamente elaborada pelo líder do grupo, constitui um repertório que já entrou nos ouvidos dos bailarinos, os quais utilizavam esta sequência repetitiva para memorizar gestos e passos de dança. Tudo parece ter uma história colectiva ou individual, que passa por evocar as terras de origem dos pais,²² as diferenças regionais, sobretudo entre “badios” e “sampadjudos”. O trabalho, a relação amorosa entre o homem e a mulher, as questões sexuais e os problemas criados pelo HIV e consequências para o indivíduo, são temas sempre presentes. Danças teatralizadas como “Sumara tempo”, “Valentim”, “Codê di dona”, “A doença Sida”, “Grupo de amigos” são minuciosamente explicadas aos jovens, para produzirem o efeito desejado.

O conteúdo das músicas e respectivas danças pode ser um veículo importante para o conhecimento da sociedade onde está inserido o grupo de jovens que as produzem, coreografam e representam. Faz parte, pois, de uma cultura expressiva, que espelha a realidade social e cultural dos actores que a protagonizam, revelando as estratégias de distinção que afirmam a sua existência, na medida em que são maneiras de apreender a vida (Green, 1997: 293).

c) A amizade e o sentimento de pertença

Um conhecimento mais aprofundado do grupo “Estrelas Cabo-verdianas” revela que o sentimento de pertença e o afecto (Cucó i Giner, 1995: 28) constituem elementos centrais da relação inter-pares, o que pressupõe uma adesão voluntária e desinteressada, que se sustenta na base de lealdade, da confiança e da reciprocidade. A amizade é, para os jovens do grupo, como “*a água de que precisamos todos os dias*”, uma forma de estar com o outro, de partilhar tudo o que há a partilhar, é algo muito forte que os une e faz sentir bem.

Tal como outros laços informais, a amizade exerce uma influência sobre a conduta dos jovens, permitindo a utilização desses vínculos para contornar os constrangimentos sociais das instituições e organizações formais. Por isso, se perguntarmos aos jovens o que significa o grupo e a amizade para eles, as respostas são bem reveladoras deste sentimento de pertença.

22 Há contornos semelhantes aos da “Kalela Dance” descrita e analisada por Clyde Mitchell (1996 [1956]) que também nos permitem avaliar o grau de ligação dos jovens à cultura de origem dos pais. Contudo, há uma diferença fundamental pelo facto de eles não terem vivenciado essa experiência directamente. Por vezes parece que querem demonstrar que, apesar de estarem tão distantes dessa cultura, respeitam-na.

A amizade é algo que circula ali, entrego-me à outra pessoa, a amizade é uma forma de estar com o outro, é como se fosse água de que necessitamos todos os dias, é uma coisa muito forte. O grupo só funciona com a amizade ou então só com dinheiro. [Victor, líder do grupo, 30 anos]

Num grupo é preciso ter união, amizade e confiança acima de tudo. Para mim o grupo Estrelas Cabo-verdianas significa muito, quando estou com o grupo sinto bem, feliz e realizada por fazer aquilo que gosto, também faz-me fugir um pouco dos problemas, alivia-me o stress e faz-me rir muito que é uma coisa que eu gosto muito. Este grupo é a minha segunda família, defendo-o de qualquer coisa. [Mana, 17 anos]

Para além do objectivo de *estarem juntos*, os jovens elegem o grupo como a sua *família* e como o espaço privilegiado para exprimirem uma personalidade colectiva através de diferentes idiomas, mais ou menos visíveis, dos quais a dança, o crioulo, uma ética e amizade produzidos no seu interior, são os companheiros indispensáveis. Estes traços marcam um estilo de vida que configura um *ethos* resultante de percursos individuais e colectivos. Um estilo de vida que se revê na forma como falam dos seus problemas, mesmo os mais íntimos, como contornam situações difíceis que atingem as suas famílias e os próprios jovens; na forma como tratam os corpos e como se vestem, os adereços, a capacidade de brincar como crianças e de fazerem “partidas” e “roubos” rituais, ou os “*potlach*” (Mauss, 1974: 104) durante os quais destroem tudo o que está à mão, os jogos pedagógicos com os quais treinam *skills* e, sobretudo, a forma como reagem a todo o tipo de pressões a que todo o jovem está exposto na sociedade. Por exemplo, sempre que algum membro do grupo festeja o aniversário na “escolinha”,²³ todos trazem comida e bebidas para partilharem com os restantes; a partir do momento que cantam os “parabéns” começam numa destruição de tudo o que resta, sendo os bolos atirados à cara do “parceiro”, as bebidas despejadas pela cabeça, enfim, desatam-se as vontades reprimidas pelas regras sociais e, então, vale tudo, é a destruição ritual. A transgressão e a inversão da “ordem” são um imperativo.

A amizade dentro do grupo “Estrelas Cabo-verdianas” caracteriza-se por uma relação informal, tenuamente ancorada à estrutura social do bairro, constituindo um tipo de amizade com um carácter intersticial, não institucional, que cresce num ambiente particular, isto é, num contexto de bairro com características específicas. O sentido que os jovens dão à amizade advém, pois, de uma construção cultural e de uma inserção social (Bidart, 1997: 24).

23 A “Escolinha” é um jardim de infância gerido pela Associação Unidos de Cabo Verde que está localizado no Largo Ilha Brava, bairro Estrela d’ África e que aos fins de semana serve de sala de ensaios ao grupo Estrelas Cabo-verdianas; o bairro e “escolinha” são as principais “arenas” do grupo.

As relações de amizade entre os membros do grupo, alargadas aos amigos, namorados e parentes jovens, funcionam na base de compromissos e regras estabelecidas pelo líder e outros responsáveis, as quais são aceites de bom grado pelos outros elementos; a base é pessoal e voluntária, por isso há uma liberdade de movimentos que não é de todo desprovida de controlo, como se de um contrato se tratasse. Com efeito, um aspecto muito importante para alimentar a auto-estima dos jovens é a possibilidade de decidirem sobre o como e o que fazer em grupo, tornando-se agentes decisores e não apenas receptores de ordens emanadas de terceiros. Os direitos e deveres são estabelecidos pelos próprios membros, as sanções a aplicar definidas caso a caso, sempre que o grupo desenvolve endemicamente conflitos de pequena ou maior dimensão.

No bairro Estrela d'África, esta forma de estar é fortemente apreciada pelas crianças e adolescentes. Muitos destes aspiram a fazer parte do grupo manifestando este desejo de duas formas: ou positivamente, observando os ensaios e esperando crescer para ser convidado a integrar o grupo ou negativamente fazendo todo o tipo de ruído e de desacatos no exterior ou no telhado da "escolinha" provocando a desestabilização do ensaio, obrigando à intervenção do líder.

O estilo de sociabilidade dos "Estrelas Cabo-verdianas" constitui, como referimos, um mapa de orientação destes "candidatos a adulto" com referências culturais híbridas, baseadas numa mestiçagem (Kandé, 1999) ou negritude mais estigmatizante que libertadora. Ser um "Estrela Cabo-verdiana" significa desfiar o "novelo" da confusão em que sentem mergulhadas as suas vidas.

O grupo é um espaço onde se tece uma identidade com fios de tradição e modernidade construídos a partir de um *kit* cultural cujos componentes se escolhem de acordo com as opções que, em cada momento, os jovens assumem individual e colectivamente. Neste contexto, os amigos, desempenham um papel muito importante na vida dos jovens, protegendo-se mutuamente ao longo do ciclo vital, proporcionando companhia e suporte emocional, contribuindo com eficácia para a construção da identidade pessoal e social, ajudando a ultrapassar os problemas e as crises da vida quotidiana, muitos dos quais resultam em rupturas e isolamento (Cucó i Giner, 1995: 53). Como refere esta autora, a amizade é uma construção social, modelada culturalmente, que implica uma relação dinâmica, com grande plasticidade de formas e conteúdos, que variam no espaço e no tempo.

d) O bairro Estrela d'África

Este bairro é o espaço de referência do grupo, o lugar que os jovens elegeram para servir de habitáculo dos seus sonhos e experiências colectivas. *Este bairro*

é a nossa casa é a expressão que melhor traduz o sentimento de pertença dos jovens a este território de identidade — o bairro Estrela d’África.

Mesmo no coração do bairro, o local dos ensaios é um espaço de eleição, de festa, onde apetece, como vimos, provocar a inversão da realidade quotidiana cheia de constrangimentos.

No bairro o grupo celebra o Natal como uma grande e unida família; há lugar a troca de prendas e afectos e se desfruta das indispensáveis iguarias que cada um prepara para o efeito, não faltando a música e a dança bem ritmada.

De facto, o bairro é para os jovens do grupo o lugar de encontro e partilha por excelência, de reinvenção da tradição e da produção das suas identidades. Contudo, seria redutor imaginar que a interacção social dos jovens se confina às paredes da sala de ensaios. A rua e o beco constituem também espaços de encontro e de sociabilidade que servem de ponte para os jovens do grupo comunicarem com outros jovens que residem no bairro e na envolvente e de ponto de encontro para partirem, todos juntos, para o convívio noutros espaços da cidade.

À laia de conclusão

A família e a escola constituem importantes ambientes socializadores das crianças e jovens a que se deve acrescentar o grupo e o bairro, como espaços privilegiados de socialização inter-pares, nos quais o desenvolvimento pessoal, social e cultural encontra o enquadramento fundamental.

O grupo Estrelas Cabo-verdianas constitui, para os seus membros, um espaço com uma lógica própria engendrada pelos jovens actores sociais, que configura um estilo de sociabilidade sustentado pela amizade e o afecto. No grupo, rapazes e raparigas sentem-se como iguais no sentido em que têm os mesmos direitos e deveres pois as regras são construídas para todos e partilham, de igual forma, um conjunto de oportunidades. A amizade entre os seus membros é o cadinho e a dança é o fermento deste grupo que alimenta um estilo de vida e uma visão do mundo construídos intragrupo e realimentados através da interacção com o exterior. Uma relação de amizade deste tipo é, pois, indissociável da existência deste corpo sensível que revela uma idiosincrasia susceptível de influenciar todos os que contactam directa ou indirectamente com o grupo. De facto, os elementos do grupo têm redes de amizade mais amplas e sentem que transportam consigo esta “vantagem”, esta “marca de prestígio” por serem um membro dos Estrelas Cabo-verdianas. Esta marca reflecte-se, igualmente, nas crianças e adolescentes do bairro e arredores que idealizam poder vir a pertencer aos Estrelas, a ser um bailarino e bailarina, a deixarem o anonimato e merecerem o reconhecimento social, ao mesmo tempo que sofrem menos controlo familiar. Este aspecto contraria o

efeito de contágio social assente, sobretudo, na ideia do predomínio do patológico, do potencial de delinquência que, *à priori*, são próprios destes contextos. Como verificamos no caso do grupo de jovens Estrelas Cabo-verdianas, o bairro Estrela d'África constitui um importante espaço de socialização, de responsabilidade e de integração para os jovens que encontram no grupo de iguais um espaço solidário, estável, seguro, onde trocam gostos e experiências, sensações e afectos que ajudam a sublimar os constrangimentos e as dificuldades do dia a dia. Por isso, o grupo apresenta um elevado grau de informalidade desenhada por fronteiras muito porosas, o que lhe confere uma singularidade que é valorizada através de experiências sociais e culturais, expressivas de um *ethos* resultante de percursos individuais e colectivos.

A heterogeneidade cultural dos jovens tem a ver com múltiplos factores, sendo determinantes a classe, o lugar de residência e o contexto sociocultural do jovem. Nesta perspectiva, parece relevante analisar como cada geração constrói a sua cultura e, por conseguinte, conhecer as formas adoptadas pelos diferentes grupos de idade na produção cultural, estética, lúdica, musical, simbólica e ideológica, as percepções do tempo e do espaço, as formas de comunicação verbal e corporal, os mecanismos de resistência e de coesão social, as apropriações dos diferentes códigos, formas de organização e de participação (Feixa, 1999).

A emergência de microculturas geracionais é, pois, um traço importante das sociedades contemporâneas e, no contexto de referência, revelam os processos de mudança social e cultural protagonizados por jovens que, embora conciliados com as origens dos progenitores, nem por isso deixam de criar um estilo de vida e uma visão do mundo próprios, transformando-os em emblema de identidade.

Referências bibliográficas

- Amit-Talai, Vered e Helena Wulff (orgs.) (1995), *Youth Cultures. A Cross-Cultural Perspective*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Augé, Marc (1994 [1992]), *Não-Lugares. Uma Introdução a Uma Antropologia da Sobremodernidade*, Venda Nova, Bertrand Editora.
- Baumann, Gerd (1996), *Contesting Culture. Discourses of identity in Multi-ethnic London*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Bidart, Claire (1997), *L'Amitié. Un Lien Social*, Paris, La Découverte.
- Buckland, Theresa J., (2001 [1999]), "Dance in the Field: Theory, methods and issues" em *Dance Ethnography*, Nova Iorque, St. Martin's Press, Inc.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Feixa, Carles (1999), *De Jovenes, Bandas y Tribus*, Barcelona, Ariel.
- Fournier, Valérie (1999), *Les Nouvelles Tribus Urbaines. Voyages au Coeur de Quelques*

- Formes Contemporaines de Marginalités Culturelles*, Genebra, Georg Éditeur.
- Freitas, Ricardo Ferreira (1996), *Centres Commerciaux: Îles Urbaines de la Pos-modernité* Paris, L'Harmattan.
- Galland, Olivier (1999 [1984]), *Les Jeunes*, Paris, Éditions La Découverte.
- Giddens, Anthony (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Giner, Josefa Cucó i (1995), *La amistad. Perspectiva Antropológica*, Barcelona, Icaria, Institut Català d'Antropologia.
- Grafmeyer, Y e I. Yoseph (1990 [1979]), *L'École de Chicago. Naissance de L'écologie Urbaine*, Paris, Aubier.
- Green, Anne-Marie (org.) (1997), *Des Jeunes et des Musiques. Rock, Rap, Techno...*, Paris, L'Harmattan.
- Kandé, Sylvie (1999), *Discours sur le Métissage. Identités Métisses*, Paris, L'Harmattan.
- Lepoutre, David (1997), *Coeur de banlieu. Codes, Rites et Langages*, Paris, Éditions Odile Jacob.
- Mariano, Gabriel (1991), *Cultura Caboverdeana*, Ensaaios, Lisboa, Vega.
- Mauss, Marcel (1974 [1908]), *Sociologia e Antropologia*, Vol. I, São Paulo, E. P. U.
- Mitchell, J. Clyde (1980), “Orientaciones teóricas de los estudios urbanos en Africa” em *Antropologia Social de las Sociedades Complexas*, Madrid. Alianza.
- Mitchell, J. Clyde (1986 [1956]) “La danse du Kalela. Aspects des relations sociaux chez les citadins africains en Rhodésie du Nord”, *Enquête*, 4: 213-43.
- Pais, José Machado (1996 [1993]), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Velho, Gilberto (1994), *Projecto e Metamorfose. Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- Velho, Gilberto (1987 [1981]) *Individualismo e Cultura. Notas Para Uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar Ed.
- Vianna, Hermano (org.) (1997) *Galeras Cariocas. Territórios de Conflitos e Encontros Culturais*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

Capítulo 12
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM REDE

Inês Pereira

Domingo à tarde, um lar de terceira idade, num dos subúrbios de Lisboa. Tratava-se de comemorar a vida de um influente galego, imigrante em Portugal, e benemérito desta instituição. A Direcção do Lar convidou o grupo folclórico Anaquiños da Terra, da Xuventude de Galícia — Centro Galego de Lisboa, para uma pequena actuação. As cantadeiras tocam pandeireta, e cantam em galego canções populares. Os bailarinos envergam fatos típicos domingueiros e executam *muiñeiras*, *xotas* e *pandeiradas*. Emocionado, o organizador saudou o grupo e endereçou algumas palavras particulares aos bailarinos, louvando “esta juventude, talvez já mais portuguesa que galega, mas que continua a celebrar as suas origens”. Os bailarinos tentam disfarçar o riso: é que o elenco era composto por uma única neta de galegos, duas portuguesas sem qualquer ligação com a Galiza e um jovem belga, que mais tarde comentou à socapa, “pelo menos eu, sou tão galego como português”.

Este episódio foi testemunhado no decurso do trabalho de campo etnográfico efectuado na Xuventude de Galícia, surgindo como particularmente emblemático dos processos observados nesta associação. A pesquisa na Xuventude de Galícia foi desenvolvida segundo uma metodologia de observação participante, que compreendeu a participação em diversas actividades da associação e a inserção no seu grupo folclórico.¹ A investigação decorreu sob a égide do conceito de identidade, segundo três vertentes analiticamente separáveis: a própria conceptualização do conceito de identidade, procurando-se salientar a sua natureza dinâmica e múltipla, a procura de algumas dimensões particularmente relevantes para a construção identitária, e um questionamento do movimento associativo enquanto veículo de inculcação e/ou expressão de sentimentos identitários.²

1 O trabalho de campo foi realizado entre Fevereiro e Junho de 2001, pelo que os episódios apresentados se referem a aspectos da associação durante este ano, que como se verá, marcou um ponto de viragem.

A Xuventude de Galícia — Centro Galego de Lisboa é uma associação já com algumas décadas; localizada, desde há alguns anos, num palacete situado em Lisboa, no Campo Mártires da Pátria. Tem como principal objectivo expressar e difundir a cultura galega, proporcionando simultaneamente o contacto entre os diversos galegos imigrados em Portugal. Para atingir os seus propósitos, apresenta um espaço onde os sócios se podem encontrar, inclusivamente num bar, palco privilegiado para o desenrolar de sociabilidades. A própria sede pretende ser uma reconstrução da Galiza, por exemplo, a nível arquitectónico, com um cruzeiro na entrada, construído à imagem dos que se encontram vulgarmente na Galiza, imagens de Santiago, ou o busto de um conhecido galego, benfeitor da associação. Por outro lado, se a língua é um dos principais bastiões da identidade nacional, a galega surge recorrentemente, nas inscrições várias que se podem ler no espaço, e é também falada por parte dos sócios, e, vulgarmente, no bar. Finalmente, encontram-se presentes outros símbolos da identidade nacional ou regional: bandeiras, estandartes e as cores da Galiza, em vários locais estratégicos da associação.

Para além de proporcionar um espaço de convívio, esta associação promove a aprendizagem de algumas actividades e inclui grupos performativos. Estas actividades dividem-se entre algumas que não têm uma relação muito directa com a Galiza, como é o caso das aulas de Yoga ou de danças de influência latina, e outras actividades, como a gaita-de-foles, a dança, o canto e instrumentos típicos galegos. Os praticantes são encorajados a participar no grupo folclórico da associação, que acaba por se constituir como o principal meio de expressão da tradição galega. O próprio nome do grupo reivindica este papel: Anaquiños da Terra, ou seja os bocadinhos da terra. Trata-se portanto de um grupo que pretende constituir-se como meio de apresentar uns pedacitos, culturais e expressivos, da cultura original da terra, ou seja, da Galiza.

Para muitos dos seus membros, a Xuventude surge como modo de se afirmarem como galegos, de celebrarem uma cultura de origem, de tipo étnico, e de se integrarem num meio com o qual partilham uma determinada afinidade. Esta pertença é reivindicada através de sentimentos obviamente

2 Esta ideia parte do reconhecimento do movimento associativo como forma de sociabilidade, particularmente emblemática da forma como as pessoas se relacionam em condições de modernidade e no seio das grandes cidades. A compressão espacio-temporal, associada aos mecanismos de descontextualização (tal como concebidos por Anthony Giddens) pôs fim à hegemonia do local, e abriu caminho para a construção e manutenção de redes sociais para além da família, dos co-trabalhadores, e vizinhos, permitindo a criação de relações interpessoais compensadoras de uma forma dispersa no espaço, marcada pelo voluntarismo. Diversos autores influenciaram esta noção. Para além de Giddens (1996, 1997), há que destacar o trabalho de Claude Fischer (1982), ao destacar as diferentes formas que as relações sociais podem assumir. É neste quadro que surgem as associações, agrupamentos voluntários constituídos em torno de interesses comuns e que, devido a este seu papel, podem assumir-se como importante veículo identitário, sendo esta uma das questões que se pretendeu colocar logo de início.

fundamentados no tempo e numa noção de continuidade temporal, reenviando para a importância dos processos de celebração da memória colectiva, através de cerimónias comemorativas, *performances* ritualizadas que permitem recordar e comemorar um determinado passado, com o qual se reivindica uma certa continuidade, e que deste modo é mantido vivo na memória.³

Como particularmente emblemáticos, são escolhidos pela organização do grupo, os cantares e instrumentos, entre os quais a pandeireta ocupa um lugar de destaque, mas sendo complementada por instrumentos como as conchas (vieiras), iguais às utilizadas pelos peregrinos no caminho de Santiago, as pinhas, o tambor, o bombo, o pandeiro e a sanfona. Geralmente, as actuações são também acompanhadas por um gaiteiro. As canções escolhidas, cantadas em galego, são de raiz popular, muitas de expressão brejeira, outras reenviando para a questão da imigração e da distância em relação à terra de origem. Os espectáculos são complementados com o grupo de baile, que executa algumas das danças tradicionais da Galiza, principalmente a *xota*, a *muiñeira* e a *pandeirada*, características dos bailes tradicionais, mas também algumas danças associadas a eventos específicos, e ainda danças mais recentes, produto de interacções com outras tradições, geralmente trazidas pelos imigrantes galegos, como a polca, a mazurca, ou a valsa galega; surgindo assim a dança, como tantas outras expressões culturais, como um bom exemplo da miscigenação de culturas. A música e a dança são complementadas com o facto de o grupo, como já foi referido, se vestir com trajes típicos da Galiza e se fazer acompanhar por estandartes e outra simbologia própria. A apresentação ao público, nas actuações, é feita em galego.

Para além do destaque dado às formas culturais directamente herdeiras da tradição galega, e da panóplia de artefactos que representam a associação e o seu próprio espaço como marcadamente galegos, inicialmente aquela era, de facto, destinada exclusivamente a galegos ou descendentes de galegos. Na inscrição era necessário apresentar a prova de sangue galego, e eram raros os membros que não tinham esta origem, e que entravam por via de conhecimento com algum sócio. Neste caso, são, ainda agora, considerados como sócios simpatizantes, sem direito de voto na assembleia associativa.

O decurso do tempo, quis, todavia, que esta situação não se prolongasse. A quantidade de membros activos de origem galega começou a diminuir, de um modo que foi descrito, pelos “sobreviventes”, como devido a um

3 A transmissão da memória e a noção de continuidade temporal surgem assim como uma importante dimensão para a construção da identidade. Numerosos trabalhos inserem-se neste âmbito, tendo constituído referências particularmente importantes para este estudo as obras de Halbswachs (1968), de Chris Wickham e James Fentress (1994), de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1984) e de Paul Connerton (1999). A noção de continuidade associada à biografia do indivíduo, por seu turno, é baseada em trabalhos de Anthony Giddens (1997) e Gilberto Velho (1994 [1981]), sobre a noção de projecto de vida.

desinteresse dos jovens, a partir do momento em que entraram para a faculdade, casaram, ou começaram a namorar, ou, nalguns casos, regressaram a Espanha. Como resultado deste afastamento, a associação começou a perder membros, e decidiu abrir-se para o exterior, e alargar a entrada a não galegos, como sócios simpatizantes, fazendo inclusive publicidade nas universidades.

O grupo dos Anaquiños da Terra, não obstante o seu papel de destaque como guardião da identidade galega, foi um dos grupos que mais protagonizou esta abertura, nomeadamente através de um novo curso de dança, para principiantes, leccionado por uma professora de origem galega, e que abriu no princípio do ano lectivo 2000/2001. Como resultado desta abertura, a Juventude de Galicia, e apesar da sua referida vertente de reivindicação identitária étnica, agrupa sob o seu estandarte uma grande quantidade de jovens portugueses, alguns dos quais nunca foram à Galiza na sua vida, e ainda, por uma razão ou por outra, pessoas de outras nacionalidades, um belga, uma francesa, um espanhol das Baleares, diversos membros oriundos dos PALOP... O grupo de baile, o mais recentemente renovado, tem, como membros activos, para além dos dois ensaiadores, e de três raparigas de origem galega, cerca de seis portuguesas, e dois rapazes, um português e um belga. O grupo das cantadeiras, pelo contrário, tem uma proporção muito maior de membros de origem galega, mas que também não é total.

O facto de grande parte dos associados não terem origem galega não implica que a sua pertença à associação seja menos importante. De resto, os não galegos reivindicam sentimentos de pertença para com a associação, tal como os galegos, embora estes sentimentos possam assumir formas diferentes. Uns e outros encontram-se envolvidos com a associação, prolongando a sua participação para além da execução de actividades, organizando saídas em grupo, sugerindo novas actividades, frequentando em conjunto *workshops* e cursos como extensão das actividades praticadas. Para além disto, existe o hábito de jantar na associação todas as quartas-feiras, ao que geralmente se segue uma saída nocturna, para os membros mais jovens do grupo. Todos estes processos permitem caracterizar este grupo como de sociabilidade e encontrar processos identitários e de pertença associados.

Por outro lado, não é eliminada a possibilidade de se abordar a questão identitária. Antes pelo contrário, a inexpectabilidade que se encontra entre os associados pode tornar-se particularmente digna de análise, reenviando para uma determinada visão da identidade, considerada como aquilo que os indivíduos efectivamente fazem, sentem ou reivindicam como seu através dos seus sentimentos de pertença. Neste sentido, põem-se de parte os discursos sobre a autenticidade, deixando-se de lado a procura de identidades “autênticas”, tradicionais ou afins, considerando-se que autêntico só pode ser aquilo que efectivamente se passa, ou aquilo que é sentido (acabando por ser também algo que acontece, ainda que só na imaginação ou nas opiniões pessoais).

Eventualmente, o que é sentido pode não ser o mais expectável ou habitual, mas nem por isso perde, antes pelo contrário, o seu valor analítico e o seu estatuto de fenómeno observável. Neste caso, uma reconstrução da cultura, música e dança galega tradicional surge como parte essencial da identidade de jovens portugueses, eventualmente nunca tendo posto o pé na Galiza.

Deste modo, no presente trabalho procura-se conceptualizar a identidade, individual ou colectiva, sem a encarar de forma essencialista, como uma espécie de verdade profunda, básica e única, inculcada bem no fundo dos indivíduos, pré-determinada à nascença e imutável, não obstante todas as vicissitudes que possam ocorrer na vida de uma pessoa.⁴ Por um lado, porque a maior parte dos meios que recebem o estatuto de essências identitárias, geralmente a raça, a religião ou a nacionalidade, são categorias elas próprias construídas reflexiva ou auto-reflexivamente, e como tal, produtos contextuais. Por outro lado, por muita importância que determinada pertença apresente, o indivíduo encontrar-se-á inevitavelmente inserido numa miríade de contextos que o influenciarão simultaneamente, e dos quais ele constitui um ponto de intersecção único. Finalmente, a identidade não é necessariamente produto de tradições ancestrais. Se estas têm a sua importância, tal como todo o tipo de constrangimentos sociais prévios, também existe uma margem para processos posteriores e uma possibilidade de manobra para o projecto individual. Entre outras coisas, a pertença à associação dos não galegos relaciona-se particularmente com a noção de projecto pessoal do *self*. Para além de indivíduos que frequentam a associação, incentivados pelo meio de origem, pela ideia de pertenças culturais básicas, ou pelo hábito enraizado no seu grupo familiar ou de sociabilidade, encontram-se jovens cuja participação numa associação deste tipo não poderia ser previamente imaginada, e que, como tal, se enquadra dentro de uma opção, tomada recentemente, como parte do seu, reflexivamente construído, estilo de vida, e da sua própria identidade reflexiva.⁵

Uma hipótese inicial para a presença dos portugueses reenvia, única e simplesmente, para o factor acaso. Todavia, esta ideia, ao invés de permitir um descomprometimento explicativo, torna-se particularmente exemplificativa do conceito proposto de identidade. Analise-se por exemplo, o caso de um dos bailarinos, que, estudante universitário deslocado em Lisboa, partilha o apartamento com outra rapariga nas mesmas condições, que decidiu entrar para as aulas de dança. Ao convite desta última, o jovem decidiu vir experimentar, e a partir daí tornou-se membro assíduo. Não existia qualquer relação pré-estabelecida entre o jovem e a cultura galega, nem com a dança

4 Para a conceptualização de identidade, diversos autores concorreram, destacando-se os trabalhos de António Firmino da Costa (1999), Gilberto Velho (1981, 1994), Anthony Giddens (1997) ou Amin Maalouf (1999).

5 O conceito de identidade reflexiva e de projecto pessoal do *self* baseiam-se nos trabalhos de Anthony Giddens (1997) e Gilberto Velho (1981, 1994) sobre o tema.

tradicional ou folclórica, mas, não obstante, gerou-se um sentimento de pertença entre este e a Xuventude, apesar de o próprio admitir que foi absolutamente por acaso que aí entrou. Ora, este facto dá azo a uma conclusão particularmente significativa sobre a identidade. Um dos factores mais significativos para o sucesso do movimento associativo é que as pessoas sentem necessidade de participar, de se integrarem no seio de movimentos, de praticarem actividades várias. Isto assume posteriormente aspectos muito importantes para a sua identidade, mas não é absolutamente necessário existir qualquer relação prévia com a actividade em causa, muitas vezes, é por acaso que é estabelecida a relação inicial entre uma pessoa e uma actividade ou um grupo de sociabilidade, mesmo que depois, em muitos casos, essa relação se intensifique, e passe a constituir parte integrante da identidade do indivíduo sendo por este transmitida aos demais elementos da sua rede de sociabilidade.

Todavia, por vezes a participação em determinada associação ou actividade enquadra-se mais directamente num padrão pré-existente na vida dos grupos ou dos indivíduos. Isto pode acontecer dentro de parâmetros mais óbvios, como é o caso dos galegos. Todavia, também pode ocorrer dentro de outros contextos, como é o caso de diversos dos elementos portugueses da Xuventude.

No decorrer do trabalho de campo, a surpresa em relação à composição dos membros da Xuventude foi seguida da descoberta de um determinado meio cultural, no qual se enquadram uma parte significativa dos associados, e que justifica, até certo ponto, a pertença a este tipo de associação. Este é um meio associado ao gosto e à prática de músicas e danças tradicionais, marcado pelos seus ícones e formas culturais próprias, e que encontra âncoras num conjunto localizável de espaços e eventos. Em primeiro lugar, em duas associações culturais, que promovem as actividades favoritas, a Fala-só, que assume um papel particularmente importante pela abertura do seu bar, local privilegiado para a criação de sociabilidades, de um modo marcado pelo sentimento de comunidade e de interreconhecimento, e a Pé de Xumbo, cuja principal distinção é a organização de festivais de música e dança tradicional, que constituíram portal de entrada para este meio para a maior parte dos elementos dos Anaquiños e que são um dos elementos mais caracterizadores do movimento cultural que se pretende descrever, por promoverem de forma particular as preferências culturais, em termos de dança e música.⁶).

No que diz respeito a esta última, é de cariz tradicionalista, utilizando

6 A Fala-só fica sedeada próxima do Bairro Alto, um dos bairros lisboetas mais famosos pela sua animação nocturna, e para além do bar, onde decorrem semanalmente concertos e bailes, promove diversos *workshops*, a Pé de Xumbo, para além dos festivais, apoia e organiza diversas actividades ligadas à dança, principalmente cursos e *workshops*, inclusivamente na sua Escola de Artes, em Évora, e tem ainda um *site* e uma *mailing list* de divulgação (<http://www.pedexumbo.com>)

instrumentos habitualmente considerados como típicos. Não se trata, todavia, de música herdeira da tradição portuguesa, ou pelo menos, não só, nem particularmente. Trata-se antes de apreciar as músicas tradicionais de várias culturas, principalmente as de origem europeia, espanholas, galegas, irlandesas e escocesas, mas também africanas, ou de outros pontos do mundo. Quanto à dança, que apresenta uma ainda maior relevância neste festivais, é também de cariz tradicionalista, juntando-se diversos tipos de danças, unidas sobre o epíteto de “danças europeias”. Tal como o termo “danças de salão”, o nome “danças europeias” é uma metonímia, em que sob o termo genérico que diz respeito ao todo (a totalidade das danças europeias) se agrupa um conjunto mais ou menos pré-definido e restrito de danças, reconstruídas e estilizadas, que são as que efectivamente são praticadas sob este epíteto. Estas danças europeias, praticadas nos vários espaços determinantes (Fala-só, festivais, *workshops*, etc.) constituem uma pedra-de-toque do meio que se pretende caracterizar, e são particularmente distintivas de processos identitários marcados pela procura de filões tradicionais de origens diversas, de uma forma ecuménica com alguma tendência para o sincretismo. Novamente, é a noção de reivindicação de um outro tempo, de um certo passado, que marca, mas desta feita sob moldes diversos, existindo uma prática simultânea de tradições de diversos países, com os quais não existe uma relação baseada na origem histórica.

As danças galegas propriamente ditas não estariam inseridas neste conjunto, e não são ensinadas na maioria dos *workshops* de dança. Todavia, e tendo em conta a exiguidade do meio, existem diversos pontos de contacto. Como já foi referido, grande parte dos membros de origem portuguesa da Xuventude já se encontravam enquadrados neste meio cultural, e, foi assim que, através de um qualquer processo inicial, tomaram conhecimento da existência das danças galegas, que acabaram por ser enquadradas no movimento, como uma das danças europeias. Neste sentido, gera-se um processo invertido, em vez de uma pertença inicial conduzir à prática, é a prática de danças similares que conduz à descoberta da Galiza e à inserção no meio galego.

Da união entre portugueses, residentes no seu país, mas membros de uma associação da Galiza, e de galegos, inseridos nessa mesma associação, mas imigrados em Portugal, nascem também complexos processos identitários em termos de identidade nacional. Por um lado, entre os galegos, encontram-se alguns dos clássicos dilemas do imigrante, nomeadamente no que diz respeito ao modo como se maneja as duas principais influências identitárias, provenientes das duas nações de referência, dualidade de referências que tanto pode criar um pouco a sensação de que não se pertence a parte alguma, como também pode servir para a constituição de uma identidade mais individual, por resultar da ligação pessoal de influências culturais e nacionais consideradas distintas.

Por outro lado, para a maior parte dos portugueses, a ideia de uma

identidade galega surge como imediatamente associada a um movimento regionalista, ou mesmo nacionalista, em que existiria uma divisão marcada em relação a Espanha, quer esta seja acompanhada de uma aproximação com o Norte de Portugal, quer não. Não se pretende negar a importância da pertença galega para grande parte dos seus habitantes, mas a verdade é que, para muitos dos membros da associação, a obsessão por não serem confundidos com espanhóis não parecia dominá-los. As cores, e a simbologia de Espanha encontram-se igualmente presentes na associação. A referência ao Instituto Espanhol é constante, e diversos elementos estudam nessa escola desde a infância, e se isto pode demonstrar uma especificidade marcada em relação a Portugal, por outro lado, abstém-se de marcar uma diferença em relação a Espanha, inclusivamente a nível linguístico.

Esta identificação com Espanha, ou pelo menos esta falta de militância no afastamento em relação a Castela, é, pelo contrário, muito mal recebido pela parte de diversos membros do grupo, de origem portuguesa, principalmente entre os gaiteiros. Estes, pelo contrário, fazem questão de marcar um afastamento em relação a Castela, identificando sempre o nome das regiões como Galiza, Catalunha, etc., defendendo a independência das regiões, a sua especificidade linguística, e inclusive, segundo o testemunho de uma jovem galega, entrando em divergência, quando esta se afirma como espanhola, e se refere ao facto de estudar no Instituto Espanhol, coisas que para alguns elementos portugueses se revestem de um significado extremamente incorrecto.

Se ao longo desta apresentação já ressaltaram de forma patente duas importantes dimensões para a construção identitária: a continuidade temporal, mais ou menos reformulada e (re)criada pelo próprio sujeito, e o projecto reflexivo do *self*, mais ou menos constrangido socialmente pelo campo de possibilidades dos indivíduos, há uma terceira dimensão que já tem estado latente e que é a da interacção, enquanto veículo privilegiado para a troca de experiências, valores e, por conseguinte, para a transmissão identitária.⁷

Concretizando, é possível verificar-se a transmissão de informação entre a linha proveniente dos galegos, herdeira de conceitos, hábitos e preferências culturais próprias, e os elementos mais directamente enquadrados no movimento cultural de que se tem vindo a falar. No caso destes últimos, a cultura e a dança galega foram, como já foi referido, enquadrados dentro das suas práticas culturais, e neste sentido, adoptadas como parte do movimento. A sua execução no seio de uma associação de galegos, todavia, comporta uma relação ainda maior com a Galiza, através da absorção de alguns elementos particularmente distintivos, não existindo uma igual absorção da cultura de outros países de que também conhecem as danças, praticadas nos festivais e

7 A ideia dos quadros de interacção como dimensão analiticamente separável é sugerida por António Firmino da Costa (1999). O tipo de sociabilidades aqui consideradas são conceptualizadas em rede, tal como sugerido por Barry Wellman (1999).

ateliers. Entre outras coisas, existe uma absorção da língua, utilizada nos ensaios, bem como de outros elementos da cultura galega, como as próprias roupas ou diversos termos específicos ao universo da dança galega. Por outro lado, começam também a ser frequentados extensões das actividades praticadas na associação, como é o caso dos *workshops* de danças galegas, e, muito particularmente dos cursos de dança efectuados na própria região. A relação com a terra galega começa, assim, a ser uma constante. Longe de surpreender, este facto acaba por se constituir como expectável, já que, ao penetrar num determinado meio, que é apreciado, inicia-se um processo de socialização no seu seio, comportando a absorção de diversos elementos, mercê da interacção entre os diferentes membros.

Por outro lado, a mais recente enchente de jovens portugueses, introduziu igualmente um acréscimo de variabilidade no interior da Xuventude, patente em diversos acontecimentos, como por exemplo a frequência de concertos, espaços e bailes mais abrangentes do que especificamente os de origem galega.

Por outro lado, se a inserção em contextos específicos influencia os indivíduos, estes não são completamente definidos por ela, não só em virtude de estarem simultaneamente inseridos em mais contextos, mas também devido à própria essência do conceito de interacção, que pressupõe reciprocidade. Deste modo se a pertença à Xuventude influencia os indivíduos, também esta associação é resultado dos contributos dos indivíduos que a compõem, das referências que estes trazem consigo e da interacção entre os dois principais vectores já referidos, como duas linhas identitárias, que no interior da associação se vão combinar numa rede identitária, que torna a Xuventude naquilo que ela é. Esta ideia de rede identitária pretende, assim, ser uma forma esquemática de dar conta da panóplia de influências que rodeiam uma determinada unidade em análise, contribuindo em conjunto para a construção dinâmica e multifacetada da sua identidade.

A oscilação que é feita neste trabalho entre identidade individual e colectiva permite conceber cada indivíduo como um ponto de intersecção único de uma miríade de linhas que se cruzam. Uma herança significativa poderá vir-lhe da família — uma linha que desemboca nele. Mas esse indivíduo também tem uma profissão, poderá pertencer a uma associação, apreciar particularmente determinadas formas culturais, estar integrado em diversos grupos diferenciados de amigos; tudo linhas que o atravessam, que se cruzam a cada momento na sua vida, e que juntas constituem uma rede relativamente extensa, em torno do indivíduo, como influências díspares que transformam o indivíduo naquilo que ele é.

Particularidade dessas redes identitárias, é o facto de a informação que contém passar sempre nos dois sentidos. O indivíduo não é um sujeito passivo, que apenas recebe a informação. É levado, por um lado, a processá-la, a dar-lhe forma e sentido, superando as hipóteses de fragmentação, ao dar

unidade pessoal ao conjunto. Noutras palavras, elabora o seu próprio percurso sobre as redes em que se encontra, escolhe-as, integra-as, abandona-as. Por outro lado, o próprio indivíduo é um emissor de informação, que reenvia para as próprias redes que o constituem, efectuando trocas. O que se passa no interior da Xuventude de Galícia acaba por ser um bom exemplo destes processos, resultando a identidade única desta associação da interacção entre os seus membros e entre os dois grandes vectores identitários que interagem no seu interior.

Referências bibliográficas

- Connerton, Paul (1999), *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Fentress, James e Chris Wickham (1994), *Memória Social*, Lisboa, Teorema.
- Fisher, Claude S. (1982), *To Dwell Among Friends, Personal Networks in Town and City*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.
- Giddens, Anthony (1996), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Halbwachs, Maurice (1968), *La Mémoire Collective*, Paris, Presse Universitaire de France.
- Hobsbawn, Eric e Terence Ranger (1984) (org.), *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro, Paz e terra.
- Maalouf, Amin (1999), *As Identidades Assassinas*, Lisboa, Difel.
- Velho, Gilberto (1981), *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Velho, Gilberto (1994), *Projecto e Metamorfose; Antropologia das Sociedades Complexas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Wellman, Barry (1999), "From Little Boxes to Loosely-Bounded Networks: The Privatization and Domestication of Community", em Janet Abu-Lughod (org.), *Sociology for the Twenty-First Century: Continuities and Cutting Edges*, University of Chicago Press, pp. 94-114.

Capítulo 13
EXPRESSÕES PSICADÉLICAS JUVENIS

Maria Carmo Carvalho

Neste texto pretendemos contribuir para a reflexão em torno das relações, passadas e actuais, entre drogas e culturas juvenis. Circunscrevemos o nosso exercício a dois grandes objectivos: sintetizar, num primeiro momento, e partindo duma revisão de literatura, quais têm sido os recursos psicotrópicos das diferentes manifestações da cultura juvenil desde que estas se estruturaram como fenómeno dotado de visibilidade social (i. e., desde a década de 1950, para o situarmos grosseiramente), e que interpretações ou significações têm sido avançadas para essas relações droga-cultura juvenil; num segundo momento, enunciar as principais linhas de um trabalho em curso que visa, através dos instrumentos colocados à disposição pela abordagem naturalista, estudar as actuais expressões da cultura juvenil. Procuraremos esclarecer ainda qual a *filiação* empírica, teórica e metodológica em que pretendemos levar a cabo este trabalho, e em que medida consideramos possível configurá-lo no domínio disciplinar da antropologia urbana.

Por limitações de várias ordens não enveredaremos pelas análises que desenvolvem discussão sobre alguns dos conceitos de que nos socorremos (como os conceitos de cultura e subcultura juvenil), ou por outras que desenvolvem o exercício de reconstituição, até à actualidade, das principais manifestações dessas culturas. Tomaremos estas tal como têm sido descritas por autores que se têm dedicado ao domínio (M. Brake, P. Mignon, C. Feixa, entre outros), interpelando-as relativamente ao aspecto em questão — as suas, chamemos-lhes, *opções químicas* e respectiva relação com a procura de estados alterados de consciência.

**Elementos para a reconstituição da relação droga-cultura juvenil:
actores, substâncias, experiências e interpretações, *antes e agora***

Por onde começar, quando nos propomos esclarecer quais foram e têm sido as

relações entre as sucessivas expressões da cultura juvenil e seus usos de drogas? Anteciparemos a existência de um *antes* e de um *agora* das culturas juvenis, e será a partir desta divisão que organizaremos a nossa análise. E deixaremos provisoriamente em aberto a questão de saber se existem ou não razões para crer que uma ruptura se tenha operado — nas formas, nas características, nos processos e nos meios para atingir fins de que essas culturas se socorrem — para que possamos (ou não) falar numa transformação profunda de manifestações e seus significados, na actualidade.

Procuraremos, então, desenvolver um esforço de síntese que dê conta, simultaneamente, de actores e substâncias, mas também de experiências e interpretações que têm sido avançadas em torno dos diferentes movimentos, sobretudo daqueles que integram, ainda hoje, o espólio simbólico de que o momento actual é subsidiário.

Do ponto de vista das interpretações que são avançadas pelo conjunto de leituras do fenómeno juvenil que aqui resumimos, parece-nos ser possível vislumbrar dois níveis de análise. Esta distinção parte da constatação de uma diferença qualitativa entre interpretações que enfatizam, por um lado, a experiência do sujeito, integrado que está em universos simbólicos, em mundos sociais que se revestem de particularidades do ponto de vista das suas significações; e, por outro lado, as propostas que procuram esclarecer sobre como dialogam as culturas ou movimentos juvenis de uma época, com as determinantes estruturais, macrossociais do seu contexto sociohistórico.

Da beatnick ao punk: leituras sobre o antes das culturas juvenis

A aproximação à abordagem das ciências humanas ao domínio das culturas juvenis permitiu-nos identificar a opção por um exercício que é, do ponto de vista metodológico, relativamente homogéneo. Em que sentido? Independentemente do facto de serem oriundas de uma ou de outra área disciplinar (antropologia, sociologia, psicologia), as várias propostas optam pela descrição que procede ao desenrolar, enquadrado na sua história recente, dos principais estilos ou manifestações juvenis. E esse alinhamento, nem sempre explícito, não se afigura fácil de concretizar, se atendermos às múltiplas *nuances* do seu mosaico expressivo. Tais dificuldades não inviabilizam, porém, que se registre assinalável grau de concordância quando se atinge o momento de fazer referência às manifestações que assumiram estatuto de fenómeno juvenil.

A consulta de um conjunto de fontes que nos pareceram de maior centralidade para este domínio permitiu verificar que, quer nos situemos no ponto de vista da análise francófona (P. Mignon, 1991), britânica (M. Brake, 1985; Hall e Jefferson, 1975; S. Readhead, 1992; H. Shapiro, 1999), espanhola (C. Feixa, 1999; O. Román, 1999; J. C. Usó, 1996; P. Colubi, 1997; Racionero, 1983) ou portuguesa (L. Fernandes, 1990, 1993, 1993; Barreto, 1983) os estilos

ou subculturas especificamente analisados são, com reduzida variabilidade, aproximadamente os mesmos. Uma vez que esse trabalho de caracterização parece estar já desenvolvido nesses mesmos trabalhos, e com assinalável pormenor no que diz respeito à identificação de acontecimentos, figuras, datas e locais de relevo, optamos por não o repetir. Desenvolveremos, antes, um exercício em que procuramos dar conta das características dessas culturas que têm sido postas em destaque pelos trabalhos que integraram a nossa revisão para, a partir daí, definirmos o nosso próprio posicionamento na interpeção ao objecto das culturas juvenis.

Para além da questão da descrição dos diferentes estilos ou posturas, do ponto de vista das suas vertentes estética e simbólica, as culturas juvenis mais estudadas no passado foram e têm sido analisadas a partir de todo um conjunto de dimensões que apresentamos, de forma necessariamente resumida, no quadro 13.1. Assim, e depois de desenvolvida uma leitura transversal desses trabalhos, pareceu-nos que uma síntese dos principais elementos expressivos das culturas juvenis mais estudadas poderia ser desenvolvida, tomando por referência o seu enquadramento temporal e geográfico; a origem e características dos actores que as integram; os seus usos de substâncias psicoactivas referindo que apropriações lhes são feitas e de que significados se revestem; que tendências musicais são integradas no seu conjunto expressivo; que posturas, atitudes, valores e posicionamentos ideológicos exibem; e, finalmente, que formas de lazer e diversão melhor se adaptam à sua forma de estar.

Destacariamos, ainda, a forma como as abordagens dos diversos autores às culturas juvenis do passado parecem colocar-se ao serviço de diferentes objectivos. Se alguns trabalhos tomam a cultura juvenil como um objecto em si mesmo, aproveitando para a partir da sua análise contribuir para uma reflexão mais alargada sobre o social, para a produção de teoria antropológica ou sociológica ou para reunir elementos sobre o que pode ser uma história da juventude na modernidade (M. Brake, C. Feixa, etc.), noutros casos, as culturas juvenis constituem analisadores de outros aspectos que concentram a atenção dos investigadores. P. Mignon (1991) percorre diversos eixos (a música, as drogas, as expressões juvenis) para concluir sobre a democratização da boémia, desde o seu apogeu no século XIX — em que surgia quase exclusivamente associada a elites literárias e artísticas — até ao momento actual, caracterizado, precisamente, por uma democratização desses mesmos elementos (música, drogas e demais expressões incorporadas pela juventude). H. Shapiro (1999) também manifesta interesse na evolução dos usos de drogas na juventude, percorrendo um fio temporal onde contempla uma análise das transformações na cultura dos clubes nocturnos britânicos e formas e espaços de lazer que se instalam como suas alternativas. No trabalho de L. Fernandes (1990, 1993, 2002) o estudo das subculturas juvenis reveste-se de um duplo interesse: uma vez mais, a análise das relações entre drogas e sector juvenil e,

Quadro 13.1 Da *beatnick* ao *punk*: síntese de algumas características

<i>Estilos</i>	Beatnick(EUA, década de 1950)	Teddys(Reino Unido, início déc. 1960)e Rockers(EUA e Reino Unido, finais déc. 1950, início déc. 1960)	Mos(Reino Unido, década de 1960)	Hippies(EUA e Reino Unido, meados déc. 1960 início déc 1970)	Punk(Reino Unido, meados déc. 1970 déc. 80)
<i>Actores</i>	São jovens com formação artística (música, literatura); e músicos negros do jazz.	Jovens de classes operárias que não rejeitam a sua origem e afirmam um certo "destino proletário".	A mesma origem social do teddy e do rocker, mas com pretensões de ascensão social; há, muitas vezes, um projecto artístico ligado à música ou às artes.	Filhos de famílias de classe média branca; estudantes universitários.	Jovens desempregados das classes operárias; estudantes de artes.
<i>Usos psicoativos e significados associados</i>	Sobretudo álcool e heroína, que são instrumentais para o processo criativo (musical e literário). Arte e usos de drogas são recursos expressivos ao serviço dum crítica aos valores da sociedade branca dominante (racista, capitalista).	Exagero do tabaco e do álcool que permite, sobretudo, a afirmação de uma imagem de virilidade masculina; associação destes usos também à diversão, à condução de risco, etc.	Usos de anfetaminas que mimetizam a forma de estar das estrelas da pop-rock. Usos colectivos em concertos de grande concentração juvenil. Instrumentalidade das anfetaminas para atingir as vigílias prolongadas que permitem a fruição non-stop do fim-de-semana	As tomas coletivas de ácidos - procura de um "clima alucinatório" para o qual contribuem não só as drogas, como a música e o contexto do encontro. A amplificação da consciência. Marijuana.	O uso de drogas como fim (e já não como meio para a experiência). Instala-se o "hábito de consumo". Renovação do uso de drogas na sua vertente lúdica, integrada noutras formas de gozo (a festa, sexo, liberdade de expressão). A heroína associada à actividade marginal, à privação urbana e social.
<i>Expressões musicais</i>	O jazz, sobretudo na sua variante be-bop.	Os primórdios do rock'n'roll (Bill Halley, Elvis Presley, etc.)	O rock britânico dos anos 1960, sobretudo de bandas como os "The Who" ou os "Small Faces" - as que difundem mensagens e imagens anfetamínicas.	O rock psicadélico (dos "Grateful Dead" nos EUA; ou os "Pynk Floyd" no Reino Unido, por exemplo)	O ritmo acelerado e musicalmente elementar de bandas centrais como os "Sex Pistols" ou os "The Clash".
<i>Posturas, valores e posições ideológicas</i>	Rejeição dos valores da sociedade branca dominante. Aposta na descoberta de uma identidade própria, busca para a qual contribuem música, literatura, drogas, sexo...	Atitude de agressividade e rudeza - envolvimento em conflitos de rua com outros grupos juvenis; o divertimento; a ausência dum rejeição activa dos valores do mundo adulto. Postura sem expressão ideológica.	Arrogância, elegância, nervosismo, tensão. Desafio (mas não rejeição) dos valores do mundo adulto - já que o trabalho é necessário para o acesso à diversão. Consumismo, competitividade.	Pacifismo, naturalismo, aproximação ao espiritual: rejeição dos valores da sociedade dominante: Vida comunitária, novos padrões de expressão sexual.	Revolta, contestação, provocação. O "no future" induzido pela incerteza (económica e laboral). Defesa da anarquia - atitude de (transgressão e insubmissão.
<i>Formas e contextos de lazer e diversão</i>	Os clubes nocturnos onde se assiste a performances de jazz.	Os cafés e as juke-boxes. As "picas" de automóvel e motorizada.	Os clubes nocturnos ou os concertos em grandes salas de espectáculo.	Os grandes outdoors (festivais ao ar livre); as festas itinerantes	O retorno aos clubes nocturnos (onde antes se ouviu jazz), para assistir aos concertos ao vivo das novas bandas de culto.

por outro lado, o recurso às estratégias de investigação naturalista como forma de dar conta das características de um espaço urbano que age como concentrador dos modos de estar típicos de determinadas subculturas, tomadas como exemplos de relacionamentos possíveis entre a juventude e o urbano.

New Agers, Ravers, Trancers: expressões actuais das culturas juvenis

O trabalho que nos permitiria atingir, para estas manifestações, o mesmo exercício de síntese descritiva que apresentamos para as culturas juvenis que se popularizaram no passado permanece ainda, é nossa opinião, por desenvolver. Entendemos que se encontra dificultado por um obstáculo que, em menor grau, atinge também o estudo das culturas juvenis do período anterior — a ausência de distância histórica (e crítica) sobre o fenómeno, a que acresce um polimorfismo que dificulta ao investigador atingir uma definição clara do grupo, actores, movimento ou expressão em particular que pretende estudar.

Nos materiais com que tomamos contacto, as referências às manifestações actuais são, quando tomadas na sua globalidade, bastante variadas e heterogéneas. Não obstante a clareza da intenção dos autores — estudar as características das manifestações e comportamentos da juventude na actualidade — definem-nas com base em critérios que revelam alguma falta de clareza, induzida porventura pelos próprios contornos que o fenómeno hoje assume. Assim, os critérios a que recorrem para designar o(s) seu (seus) objecto(s) reúnem, ao contrário do que vimos anteriormente, muito pouco consenso. Optam, em alguns casos, pela via de definição a partir das substâncias, com destaque para o *ecstasy* e novas drogas — em trabalhos como os de J. Gamella (1999), N. Saunders (1996), S. Readhead (1992), M. Chaves (1998), B. Eisner (1994), O. Romani (1999); ou por uma delimitação a partir dum estilo musical — a referência ao *acid house* em P. Mignon (1991), ou à *dance music* em N. Saunders (1996); ou, ainda, por um tipo de cultura emergente que designam umas vezes por *New Age* (Watson e Beck, 1991), noutras por *cultura rave* (S. Readhead, 1992; H. Shapiro, 1999), *cultura de dança* (S. Readhead, 1992) ou por *cultura do ecstasy* (M. Collin, 1997). Estes são exemplos de leituras e análises, que têm caracterizado as expressões actuais da cultura juvenil na sua filiação a outros estilos, que têm reflectido sobre possíveis interpretações para a novidade que encerram e como se articulam com o estado actual da cultura nas sociedades contemporâneas.

Não obstante a *juventude* das próprias expressões, estes e outros materiais reúnem já um conjunto de elementos descritivos que permitem dar conta das suas inúmeras variantes, dos seus actores, usos de drogas e contextos preferenciais de diversão. São relativamente consensuais no que diz respeito a encontrar-lhes uma ligação ao movimento *hippie* do passado, que deriva da presença de vários traços comuns: estéticos (o modo de vestir, os cabelos, os

acessórios), ideológicos e valorativos (o naturalismo, a revolta contra os valores da sociedade dominante, etc.), psicoativos (o retomar da experiência psicadélica das drogas, algum retorno ao uso enquanto procura de expansão da consciência), e também no tipo de manifestações de lazer procuradas (de novo os grandes *outdoors*, agora designados por festas de *rave* ou *trance*, com o retorno à procura de uma sintonia do contexto — cénica e musicalmente — com a experiência psicoativa).

Um trabalho em curso, de que sinteticamente daremos conta no ponto seguinte, visará uma caracterização destas expressões que povoam, no momento actual, a cena juvenil. Não estando ainda munidos do material empírico que nos permitiria extrair leituras sobre a sua dinâmica, optamos por identificar um conjunto de questionamentos e reflexões que os autores citados produzem a propósito do momento actual das culturas juvenis, apresentando alguns aspectos dessa discussão. Resumimo-los da seguinte forma:

- a) Que tipo de relações se tem desenvolvido entre as expressões actuais das culturas juvenis e a cultura dominante? Esta é uma linha de reflexão que resulta duma profusa referência a noções como *pós-modernidade*, *mercado*, *capitalismo*, *industrialização*, *massificação*, *comercialização*, *americanização*, *difusão da inovação*, *modernização*, *mediatização*, etc. São leituras e interpretações para o estado actual das culturas juvenis que se situam, não no plano do sujeito e suas experiências, mas no plano macroestrutural, parecendo exibir, como característica comum, as diferentes formas através das quais as culturas juvenis são interferidas pela cultura dominante. Essa interferência parece dar-se, para citar apenas um exemplo (Gamella e Roldán, 1999), por via da transformação que se operou sobre as drogas ilegais, concebidas agora como mercadorias — referem a “mercantilização das drogas ilegais como objectos para o consumo de massas”, difundidas como inovação ou novidade. S. Readhead (1992) afirma, e revelando pontos em comum com a análise anterior, como toda a “nova subcultura da juventude” pode ser considerada uma fabricação dos media. Estes seriam responsáveis pela inventariação e publicação de todos os ícones que se tornaram típicos para os adeptos do *rave* ou do *acid house* e tal teria resultado numa apropriação da cultura enquanto actividade económica, que encontrou mercado florescente na indústria associada ao lazer nocturno — é o “espírito comercial colocado ao serviço do hedonismo” refere.
- b) Será que a teorização até hoje produzida em torno das culturas juvenis se mantém adequada à sua compreensão na actualidade? A interrogação remete-nos, em primeiro lugar para um esclarecimento — como foram, no passado, teorizadas as culturas juvenis? Foram teorizadas, sobretudo, a partir das propostas do *Center for Contemporary Cultural Studies* de Birmingham, de onde é oriunda a tese da *resistência através dos*

rituais (Hall e Jefferson, 1975). Para Hall e Jefferson, o âmago de uma “verdadeira subcultura” só se revelaria após a aplicação de um filtro que permitisse separar o fenómeno das deformações e estereótipos veiculados pelos media — só então seria possível aceder ao sistema coerente e à identidade social de uma determinada subcultura. S. Readhead aponta a este “método das subculturas” o que considera serem duas sérias limitações: por um lado, o facto da tese da *resistência através dos rituais* se ter envolvido por vezes no encorajamento implícito aos símbolos de resistência e rebeldia evidenciados pelo objecto que pretendiam estudar; por outro lado, e no que diz respeito às culturas actuais, a questão de como aceder à natureza genuína da subcultura pela desocultação dos seus elementos menos genuínos (porque mediaticamente fabricados), se tudo nelas tem, na opinião do autor, precisamente uma origem mediaticamente construída.

- c) Qual tem sido o debate sobre a genuinidade *versus* artificialismo das culturas juvenis? Será que as de *agora* são menos genuínas do que as de *antes*? Readhead defende que desde os anos 1970 que a literatura mais não tem feito do que assinalar novas subculturas “fabricadas” pelos media, caracterizadas por uma aceleração da discrepância entre autenticidade e artificialismo, de que o *acid house* constituiria exemplo. M. Brake, por outro lado, considera necessária a introdução de leituras que de alguma forma relativizem esta posição, na medida em que a cultura juvenil se teria revestido sempre de uma “mistura contraditória entre o autêntico e o fabricado” o que permite simultaneamente a existência de uma zona de auto-expressão para a juventude e terreno de expansão para agentes comerciais; por outro lado, e dado que as opções individuais, nomeadamente no que diz respeito ao lazer, se revestem sempre de um grau considerável de imprevisibilidade, tal imporá limites aos esforços de comercialização da indústria ligada ao sector juvenil. Em última análise, o debate sobre esta questão coloca-nos perante a seguinte interrogação: será que pelo facto de as culturas juvenis terem hoje ao seu dispor mecanismos de difusão antes impensáveis, e de se revestirem de um conjunto de outras características que as tornam genericamente distintas do passado, poderemos afirmar que estão transformadas em produto mediaticamente *fabricado* e desprovidas, por essa razão, de elementos de expressividade genuína? O que provavelmente nos é dado a assistir na actualidade é a ausência de leituras e abordagens capazes de integrar as características actuais das culturas juvenis e, por outro lado, o sentido da renovação de que, aliás, sempre se revestiram. O esforço para superar essas lacunas, com o desenvolvimento de investigação empírica que interrogue as manifestações actuais do fenómeno, parece-nos bem mais relevante do que a negação da genuinidade do seu potencial expressivo, que foi sempre,

embora com recurso a meios mais ou menos sofisticados, interferido mediaticamente.

- d) Poderá dizer-se que o momento actual das culturas juvenis tem vindo a produzir uma democratização ou normalização dos usos de drogas? M. Collin (1997) é defensor desta tese, que justifica a partir da difusão do próprio movimento (que designa por *cultura do ecstasy*) — este ter-se-ia difundido porque foi a melhor forma de diversão disponível no mercado, em que diferentes tecnologias (musical, química e informática) se combinaram para produzir estados alterados de consciência. Essa difusão teria acabado por desencadear um processo de *mainstreamização* e, simultaneamente, de ampliação e diversificação da nova cultura.

Expressões actuais da cultura juvenil: um estudo etnográfico

Concluído o exercício de sistematização sobre a forma como têm sido caracterizadas algumas das principais manifestações da cultura juvenil, é chegado o momento de apresentarmos as linhas orientadoras de um trabalho em curso que tem visado o estudo das suas tendências na actualidade concretizando, assim, o segundo grande objectivo a que nos propúnhamos.

Retomamos, com este trabalho, uma linha de investigação empírica iniciada há cerca década e meia por L. Fernandes (1990) no Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Universidade do Porto e que visava, na altura, o estudo das relações entre sector juvenil e usos de drogas num espaço urbano que agia enquanto concentrador de actores e sensibilidades juvenis com expressão na época, e onde os conceitos de cultura e subcultura serviram a análise desse fenómeno juvenil urbano.

Por que retomamos essa linha de trabalho? Pelo interesse que reside, em nosso entender, na utilização de uma mesma forma de interrogar as culturas juvenis na cultura urbana para proceder, em seguida, ao exercício comparativo que procurará, volvidos cerca de 15 anos, identificar e reflectir sobre as transformações que se instalaram no fenómeno. Julgamos ser possível resumir a filiação do nosso projecto a esse trabalho inicial em quatro aspectos: a questão do espaço físico, a questão do espaço simbólico, a questão semântica e, finalmente, a questão metodológica.

Em primeiro lugar, a questão do espaço físico. Se antes estávamos perante um espaço urbano que agia como concentrador juvenil (um quarteirão típico da zona histórica do Porto, a Ribeira-Barredo), hoje o fenómeno parece pautar-se, como já observámos a um nível exploratório, pela multifocalidade: os actores apresentam uma disseminação pelo urbano que torna inviável a sinalização de uma unidade física ou espacial em concreto, a partir da qual iniciar o trabalho de terreno. A própria opção pela festa (*house*, *rave* ou *trance*) enquanto contexto de observação participante, não esquece este carácter

pontual e disseminado do encontro entre os actores, considerando-o relevante e central para a recolha de elementos sobre dinâmicas expressivas e interactivas. Tem sido a partir de observação participante levada a cabo em ambientes de festa e lazer que temos vindo a recolher elementos que têm convergido para a caracterização de contextos, actores e seus usos de drogas. As limitações que um espaço com estes contornos tem colocado às possibilidades de estabelecimento de interações privilegiadas com os actores, têm-nos conduzido à necessidade de diversificar as opções de desenvolvimento de observação participante.

Em segundo lugar, o espaço simbólico. Este, tal como o espaço físico, parece ter sofrido transformações: se antes a *pop-rock* parecia ser o universo simbólico aglutinador das expressões juvenis, hoje o fenómeno parece materializar de outras formas — com outros referenciais estéticos, musicais e experienciais — esse espaço simbólico. Que universos simbólicos são esses, volvida uma década? O movimento *rave* e, mais recentemente, o movimento *Goa Trance* são exemplos do conjunto de novas tendências que têm surgido neste âmbito, sobre as quais temos direccionado a nossa atenção.

Em terceiro lugar, o plano semântico, hermenêutico, dos significados. Se estamos perante outros universos simbólicos, deparamos com o recurso a outros sinais e símbolos emitidos a partir do corpo, e com a necessidade de uma hermenêutica do fenómeno juvenil distinta daquela que foi desenvolvida no passado. Mais do que a descrição actualizada das novas estéticas juvenis, procura-se a identificação de novos tipos juvenis, estando em causa não só a partilha duma estética visual, mas todo um posicionamento no mundo e na experiência.

Finalmente, a filiação numa mesma abordagem metodológica, a abordagem naturalista. Trabalho de terreno, entrevista em profundidade e recolha de depoimentos são algumas das ferramentas metodológicas através das quais se procura um posicionamento proximal e generativo relativamente ao objecto, optando assim pelos contextos naturais de observação, por uma tónica qualitativa e por uma postura de relativismo cultural.

Resta-nos esclarecer em que medida pensamos ser possível configurar este projecto no domínio disciplinar da antropologia urbana. E pensamos poder assim enquadrá-lo, por duas grandes ordens de razões: desde logo, pela opção por uma postura metodológica proximal e pelo objectivo genérico de produção de conhecimento sobre a cultura de um grupo específico; depois, na medida em que se procura o conhecimento das relações entre o sector juvenil e o urbano (e suas representações dominantes). Os dados que até ao momento tivemos oportunidade de recolher em contacto com o terreno, permitem-nos desde já antever diferenças substanciais relativamente ao passado, na forma como as manifestações actuais da cultura juvenil convivem com o espaço urbano. A isto acresce, e a ser verdade que elas hiperbolizam mudanças, que tais mudanças estão presentes na relação que os jovens desenvolvem

com a cidade. Então, o conhecimento sobre as expressões actuais da cultura juvenil pode ser tomado como analisador das transformações recentes no urbano.

Nota Final

Enquanto objecto de estudo, as culturas juvenis encontram-se na dependência da emergência de um outro, que as precedeu — a própria juventude. Verdadeira aquisição da modernidade, a construção da juventude, primeiro enquanto discurso, depois enquanto objecto de intervenção, de estudo, de interesse social, de problematização, muito tem a dever à acção dos dispositivos que desde cedo visaram a sua normalização, a sua correcção, a sua rentabilização, ao serviço do biopoder das sociedades ocidentais a partir da modernidade (Foucault, 1976; Agra, 1980). A *juventude*, enquanto categoria social, passa a existir a par com o aparecimento dos dispositivos que visaram o seu controle — “Um conjunto de circunstâncias (sociopolítico-histórico-económicas) desencadearam a delimitação da juventude no campo estrutural sociológico, do adolescente enquanto matéria de especificidade individual, das instituições da juventude enquanto matéria de especificidade infraestrutural” (Agra, 1980).

É, então, antiga a associação entre as duas categorias — juventude e desviância — tendo pautado de forma determinante uma problematização da primeira baseada na desordem que encerraria. Mas apesar da relação entre juventude e desvio se manter hoje mais central do que nunca — a avaliar pela inquietação provocada pelos bandos juvenis do urbano degradado — verifica-se haver também lugar para um estudo da juventude que não se esgota na sua dimensão problemática, errante, violenta, carecida de controle e normalização. É precisamente aí que acreditamos poder situar o estudo das culturas juvenis.

Tendo deixado de ser, exclusivamente, ponto de partida para o estudo do desvio, a juventude tem, na actualidade, condições para se tornar espelho e analisador de transformações profundas na cultura e no social numa fase de “revolução do estar-junto pós-moderno” (Maffesoli, 1998). Sujeita a essas transformações, não só se adapta como inova, reagindo activamente, criando novos valores. Se, por um lado, repete em larga escala aquilo que foram as dinâmicas já presentes em manifestações do seu passado, necessariamente recente, por outro lado o momento actual da cultura parece oferecer desafios que não se colocavam às classes juvenis urbanas dos anos 1960. Um deles será certamente, e como aponta Maffesoli, a capacidade que exhibe para integrar contradições, viabilizando assim uma existência unificada, num meio pleno de paradoxos e de referenciais cruzados.

Permitir-mo-nos o estudo da juventude, liberta já dos seus dispositivos

de normalização, da sua relação quase exclusiva com o domínio da desviância e dos problemas sociais, e voltarmo-nos para o seu poder expressivo, simbólico, ideológico, voltarmo-nos para o seu poder de inovação e para a análise da forma como integra, adapta e renova as necessárias adaptações ao momento actual da cultura seria então, e uma vez mais, um bom exemplo de uma aquisição pós-moderna.

Referências bibliográficas

- Agra, Cândido (1980), *Déviance Juvenile et Toxicomanie, Approches Épistémologiques et Historico-Politiques*, Louvain-la-Neuve, Faculté de Psychologie et des Sciences de l'Éducation.
- Barreto, Jorge Lima (1983), *Rock e Droga*, Lisboa, Ed. & ETC.
- Brake, Michael (1985), *Comparative Youth Culture*, Londres, Routledge.
- Chaves, Miguel (1998), Consumos de “novas drogas”: pontos de partida para a investigação sociológica, *Revista Toxicodependências*, vol. 4, n.º 2: 15-23.
- Collin, Michael (1997), *Altered State, the Story of Ecstasy Culture and Acid House*, Londres, Serpent's Tail.
- Colubi, Pepe (1997), *El Ritmo de las Tribus*, Barcelona, Alba Editorial.
- Eisner, Bruce (1994), *Ecstasy: the MDMA Story*, California, Ronin publishing.
- Feixa, Carles (1998), *De Jóvenes, Bandas y Tribus*, Barcelona, Ariel.
- Fernandes, Luís (1990), *Os Pós-Modernos ou a Cidade, o Sector Juvenil e as Drogas*, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (provas de aptidão e capacidade científica).
- Fernandes, Luís (1993), “Existe uma cultura juvenil? Ou de como uma dona de casa nunca ouvirá os B52's”, em Actas das Jornadas *Encontro Sobre a Adolescência*, Porto, Edinter.
- Fernandes, Luís (2002), “As funções da *pop rock* no universo juvenil”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 42 (1-2): 25-32.
- Foucault, Michel (1976), *Histoire de la Sexualité, vol. I: La Volonté de Savoir*, Paris, Gallimard.
- Gamella, Juan e Arturo Roldán (1999), *Las Rutas del Éxtasis*, Barcelona, Ariel.
- Hall, Stuart e T. Jefferson (orgs.) (1975), *Resistance Through Rituals: Youth Cultures in Post-War Britain*, Londres, Hutchinson.
- Maffesoli, M. (1998), *Elogio da Razão Sensível*, São Paulo, Editora Vozes.
- Mignon, Patrick (1991), “Drogues, jazz et pop music: la democratization de la bohème” em Alain Ehrenberg (org.), *Individus sous Influence*, Paris, Éditions Esprit.
- Racionero, Luis (1998 [1983]), *Del paro al Ocio*, Barcelona, Anagrama.
- Readhead, Steven (1992), “Ecstasy: enterprises de plaisir et panique morale en Angleterre” em Alain Ehrenberg e Patrick Mignon (orgs.), *Drogues, Politique et Société*, Paris, Le Monde Éditions & Éditions Descartes.
- Romaní, Oriol (1999), *Las drogas, sueños y razones*, Barcelona, Ariel.

- Saunders, Nicholas (1996), *Ecstasy: Dance, Trance and Transformation*, Califórnia, Quick American Arquivos.
- Shapiro, Harry (1999), "Dances with drugs: pop music, drugs and youth culture" em Nigel South (org.), *Drugs: Cultures, Controls and Everyday Life*, Londres, Sage.
- Usó, Juan Carlos (1996), *Drogas y Cultura de Masas*, Madrid, Taurus.
- Watson, Lynne e Jerome Beck (1991), "New age seekers: MDMA use as an adjunct to spiritual pursuit", *Journal of Psychoactive Drugs*, vol. 23/3, Jul-Set.

Capítulo 14
NOVOS CONSUMOS EM AMBIENTES DE LAZER: “RISCO
CULTIVADO”?

Susana Henriques

Ambientes e consumos

Ao longo dos tempos, em todas as culturas, tem sido corrente a utilização de várias substâncias com o poder de aliviar o sofrimento e de modificar o humor, mas os consumos têm vindo a generalizar-se e a intensificar-se. Na era da globalização e do consumismo, também os consumos de drogas se têm vindo a massificar, mas estão também mais diversificados.¹

Existe um conjunto de substâncias tóxicas ilícitas cujo consumo essencialmente recreativo tem sido mais visível (e crescente) nos últimos anos: as *designer drugs* (Godinho, 1995). Trata-se sobretudo de substâncias sintéticas (anfetaminas, alucinogéneos e outras) cuja composição resulta da investigação laboratorial.

Os consumos destas substâncias são particularmente populares nas *rave parties*, mas também nas discotecas — *dj parties*, *dance parties*, por exemplo. Assim, pareceu importante termos como campo de observáveis de uma pesquisa sobre o tema um conjunto de discotecas e festas aqui realizadas — Coimbra, Leiria, Marinha Grande, S. Pedro de Moel, Caldas da Rainha.² A observação directa de situações sociais espontâneas e a descrição da conduta de grupo feita através de indicadores como linguagem, costumes, valores, contactos sociais, incidentes críticos, movimentos, práticas associadas aos consumos, etc. foi complementada por 20 entrevistas realizadas entre Abril e Julho deste ano, a 15 rapazes e 5 raparigas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos. Uns são apenas frequentadores das festas, outros encontram-se

1 Indicador desta massificação é a existência na internet de diversos sites relacionados com informações genéricas acerca de várias drogas ou sobre uma substância em particular — ex. <http://ecstasy.org>.

2 Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do CIES (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia) com o apoio do IPDT (Instituto Português da Droga e da Toxicodpendência).

(ou encontraram-se) também ligados aos ambientes de lazer aqui considerados: promotores de festas, *dj*'s, produtores de música.

Nas sociedades actuais o lazer e o entretenimento assumem particular valor pois são assimilados pelo mercado e definidos por critérios de consumo que deram origem a uma activa indústria do lazer bem estabelecida e em expansão com papel activo na criação dos critérios de estilos de vida (veja-se por exemplo Calafat, 1999).

Assim, ter *tempo livre para dedicar a si próprio, para se libertar* é já um critério de definição da qualidade de vida e por isso, uma necessidade (Baudrillard, 1995).

Um dos grupos sociais que mais tem apropriado os espaços de lazer tem sido o dos jovens. O momento privilegiado para estas práticas de lazer e diversão (e de consumo) é a noite.

É difícil identificar uma tendência predominante nos consumos actuais. Mas, os novos consumos em ambientes de lazer sugerem uma forte associação entre as drogas sintéticas, certos tipos de música (*house, techno*, por exemplo), o circuito das *raves* e um estilo de vida jovem.

Partiu-se neste estudo da seguinte ideia: as mudanças nos sistemas social, económico e cultural, cada vez mais globais, complexificam a relação tri-polar entre consumidor, substância e contexto de consumo de “novas drogas”.

A orientação teórica deste trabalho resultou, pois, da combinação de várias dimensões e conceitos de modelos propostos no âmbito de diversas regiões teóricas. Da articulação do objecto recortado com as propostas dos vários autores, importa distinguir (a nível analítico) três domínios de análise principais: os consumidores, os contextos de consumo e as práticas associadas aos consumos.

Neste sentido, foram trabalhados cinco eixos de análise cujos resultados se apresentam a seguir.

Ecstasy?...

Aqui propõe-se clarificar a seguinte questão: quando se fala de “novas drogas” de que substâncias sintéticas e de que propriedades psicoactivas se fala?

Uma das mais conhecidas é o *ecstasy*. No entanto apesar de uma primeira pesquisa, ainda exploratória e documental, ter revelado inúmeras substâncias das quais MDMA, Ketamine, GHB, são apenas alguns exemplos, estas não são diferenciadas pelos consumidores entrevistados.

Alguns dos consumidores, tendo a consciência de que cada pastilha resulta de uma determinada composição química, referiram mesmo ser preferível não a conhecer. Na realidade esse conhecimento também não é facilitado, pois quem vende não tem ou não dá essa informação. Daqui resulta uma

discrepância entre aquilo que deveria conter um comprimido de ecstasy e aquilo que contém na realidade.

Muito embora haja pastilhas com diferentes formatos, cores e símbolos essas diferenças não encontram correspondência num padrão que permita associar estas características aos efeitos produzidos. De acordo com as informações recolhidas, só experimentando se percebe que tipo de sensações provoca e só a análise laboratorial pode determinar a composição química contida naquele comprimido.

Esta análise feita após apreensões tem revelado tratar-se nalguns casos de simples aspirinas, mas tem revelado também a existência de soro fisiológico, de estericina, entre outros. Isto parece evidenciar a existência de produções mais ou menos caseiras já que, segundo os entrevistados, o acesso às fórmulas e a sua execução é de relativa facilidade.

Esta nebulosa em torno das pastilhas dificulta a sua diferenciação até ao nível da designação, tornando sinónimos ecstasy e pastilhas.

Reflexividade dos consumos

Tendo em conta que os significados atribuídos pelos consumidores aos seus consumos não são independentes dos seus estilos de vida, universos de referência, grupos de pertença, bem como das oportunidades e constrangimentos decorrentes da sua posição na estrutura social, importa perceber quais os significados atribuídos aos consumos. Este aspecto é particularmente relevante no caso das novas drogas porque os sintomas de privação são menos intensos, o que reforça a ideia do poder da iniciativa e da vontade do indivíduo.

Os lazeres dos jovens — espaços, actividades e consumos — remetem para uma vivência alternativa à diurna, predominantemente marcada por valores como a liberdade, o hedonismo, a afirmação, a integração, a comunicação. Assim, o que levou os entrevistados a iniciarem os consumos foi a curiosidade, a aventura, a procura do prazer. Ainda o desejo de experimentar as sensações que ouviam descrever e, simultaneamente, a influência do grupo de pertença. Sendo que, em alguns dos casos, este assume mesmo um papel determinante na iniciação porque facilita os primeiros acessos à substância, mas também explicando efeitos, alertando para perigos, esclarecendo dúvidas e acompanhando.

Mas o início dos consumos acaba por desencadear um conjunto de dinâmicas que geram percursos diferenciados: mantêm-se ocasionais, diminuem ou aumentam conjugando-se com outros (policonsumo). Para isto muito contribui a visão dos entrevistados em relação à sua realidade presente e aos consumos na fase em que os iniciaram, bem como as suas expectativas de vida e os seus percursos pessoais e profissionais.

Da observação realizada, podemos perceber que, em termos gerais, os

padrões de consumo do ecstasy correspondem a um modelo de policonsumos, em que as pastilhas têm praticamente o mesmo papel recreativo do que outras substâncias por exemplo, álcool, haxixe ou cocaína.

A construção de alternativas

A escolha de estilos de vida associados a possibilidades alternativas e construídos em ambientes de risco conferem um carácter particular aos consumos de substâncias psicoactivas.

Os espaços de lazer referidos e os consumos associados referenciam estilos de vida que se inscrevem em lógicas alternativas de libertação e identificação. Em conjunto, traduzem a procura de um escape ao quotidiano, uma forma de criar e expressar independência relativamente ao grupo familiar, um interesse em atingir estados mais elevados de bem-estar e de realização, uma forma de ultrapassar inibições e de facilitar a comunicação.

No entanto, a sensação de generalização dos consumos e de alterações nas propriedades psicotrópicas das pastilhas, parecem levar os jovens entrevistados a reequacionar todas as suas vivências, passadas e futuras. Ou seja, demonstram um certo saudosismo em relação às experiências inicialmente vividas, mas sentem necessidade de redimensionar essas experiências. Também aqui as entrevistas revelam duas atitudes diferentes: um corte radical (de substâncias, ambientes e pessoas); uma adaptação à nova realidade, conjugando aquilo que de bom se retirou da experiência com aquilo que é a realidade presente e implicações no futuro.

Importa ainda realçar o facto dos entrevistados se terem referido às implicações que os consumos estavam a ter nos seus ritmos de vida e de como sentiram necessidade de redefinir os seus percursos em função daquilo que eram os seus interesses profissionais e pessoais. Isto é, os estilos de vida construídos a partir de bases alternativas, mas em que o risco é calculado e controlado.

Os espaços / ambientes

A organização e apropriação do espaço é um dos meios para apreender a identidade e relação dos grupos sociais que aí se encontram. Os espaços dos novos consumos e de lazer "... têm a propriedade de se encontrarem em relação com todos os outros, ao mesmo tempo que suspendem, neutralizam e invertem o conjunto de relações que esses outros espaços manifestam." (Silvano, 2001: 73).

As discotecas e as festas são espaços de lazer e convívio, onde a interacção entre o indivíduo, o ritmo da música, a dança, o jogo de luzes

proporcionam um clima peculiar. A este contexto corresponde um comportamento típico que pode ser modificado por acção dos consumos de substâncias psicotrópicas. Neste sentido, considerando o espaço como expressão de possibilidades colectivas importa aqui destacar o facto observado destes consumos terem uma expressão predominante em festas — de acesso mais ou menos restrito — mas que, tende a extravasar esse domínio, passando para o quotidiano.

Práticas tóxicas

A investigação laboratorial tem potencial para expandir largamente o leque de substâncias sintéticas que permitam aos indivíduos escolher o tipo de comportamento, o estado de consciência e de humor a adoptar de acordo com as circunstâncias. Ainda que este cenário não se concretize ao limite, estão criadas as condições de complexificação dos contextos associados aos consumos de drogas.

A existência de práticas sociais voluntárias que visam efeitos precisos, sobretudo no que diz respeito à alteração dos estados de consciência e ao ultrapassar de barreiras sociais (de comunicação, inibição, relacionamento, por exemplo), é bastante notória nos entrevistados. Sobretudo quando se referem à forma como a “banalização” (como foi caracterizada nas entrevistas) destes consumos extrapolou os espaços e ambientes iniciais. Mas também na forma como alguns medicamentos são usados para fins recreativos. E mesmo na perda dos ideais associados ao ecstasy (“droga do amor”), mais presentes no início dos consumos.

A questão parece prender-se com os objectivos pretendidos: bem estar individual e social. Ilusão que parece resultar do facto dos consumos serem partilhados em grupo, num espaço e contexto específicos.

Risco cultivado

As diferentes dinâmicas de transformação dos consumos e as tendências que elas provocam na evolução dos ambientes de lazer configuram um quadro diversificado e por vezes contraditório de condições de existência e modos de vida dos jovens. Essa diversidade cruza-se com os sistemas valorativos que os jovens constroem e que se expressam nos ambientes de lazer, nas actividades recreativas e nos consumos psicotrópicos associados.

A apreensão destes aspectos revela-se então, de particular importância no entendimento das relações entre as mudanças sociais globais e a complexificação da trilogia consumidor, substância, contexto de consumo. A análise da informação recolhida nas entrevistas evidencia alguns aspectos

essenciais que importa aqui destacar articulando com os três eixos de análise definidos.

Os *consumos* inscrevem-se em ambientes de risco da modernidade, com reflexos nos estilos de vida dos jovens. Giddens (1994) identifica nos contextos da modernidade tardia novas formas de fragmentação e dispersão donde resulta um clima de indefinição em que todas as possibilidades se encontram em aberto. Isto é, ambientes de risco onde se inserem as escolhas e a construção de estilos de vida.

Os consumos de substâncias sintéticas inscrevem-se no que Giddens chama *sectores de estilos de vida*, na medida em que correspondem a um conjunto de práticas que tem lugar numa parte do total de espaço-tempo do jovem, correspondendo a certas ocasiões, por contraste com as restantes. Geralmente são noites de fins-de-semana em que são promovidas as “festas da malta nova” (como dizia um dos entrevistados) — *rave parties, dance parties, dj parties, etc.*

Todos os entrevistados legitimaram a experiência e a continuidade deste tipo de práticas. No entanto, revelaram também a consciência da carga negativa que tem associada, em termos sociais e legais. Esta ambiguidade normativa remete para a noção de comportamento desviante, no sentido de que aquele que não corresponde às expectativas gerais torna-se diferente. Mas a relatividade do desvio, especificamente no caso destes consumos, acentua o facto de que o desvio corresponde, em maior ou menor grau, a uma escolha do actor social, é voluntário. E é valorizado enquanto tal, porque se considera psicologicamente compensador. A aceitação do risco é também um dos requisitos da excitação e da aventura associados a estas práticas criativas e distintivas.

É neste sentido que se pode considerar que associado a estes consumos existe um risco cultivado. A nível emocional o risco cultivado envolve três tipos fundamentais de atitude: (1) exposição voluntária ao perigo — expressa no sentimento de curiosidade; (2) consciência dessa exposição — notória na identificação das consequências cardiológicas e neurológicas das substâncias sintéticas e das incertezas relativamente à sua composição; (3) expectativa mais ou menos consciente de o ultrapassar — presente na atitude de quem se afastou para evitar os consumos, mas também de quem continua ou só reduziu insistindo na busca de sensações mais elevadas.

A abertura de possibilidades de escolha interage com a pluralização dos contextos de acção e daí parece resultar que o espaço-tempo destas actividades se dilata. Passando em alguns casos a assumir-se como verdadeiros estilos de vida — por exemplo, o estilo de vestir que se encontra em festas de discoteca é o mesmo que se encontra no dia-a-dia de quem as frequenta, ou a coincidência de estilos de música que se ouve no carro e na discoteca ou nas festas. Mas mesmo aqui a atitude remete ainda para a noção de risco cultivado. Sobretudo, porque se mantém a premissa relativa à expectativa de ultrapassar os perigos.

Esta postura pode ter a ver com factores como os relatos de problemas associados às drogas sintéticas chegarem essencialmente através dos meios de comunicação de massa, logo, o efeito de proximidade psicológica e geográfica não se faz sentir, são apenas notícias (Henriques, 1999). Outro dos factores pode ter a ver com os relatos mais próximos que se ouvem não estarem relacionados, de forma directa e inequívoca com os consumos — veja-se o exemplo do álcool, cuja associação com as pastilhas começou por ser proibida e hoje é prática corrente.

De facto, as consequências são difíceis de determinar porque não serão lineares ou directas, antes vão ser influenciadas por outros factores individuais (psicológicos, físicos e genéticos) de quem consome. Isto introduz grandes variações e dificuldades acrescidas na determinação dos factores de risco associados a uma substância, sobretudo devido às incertezas quanto à composição química de cada pastilha (ainda que aparentemente iguais — na forma, símbolo e cor).

Relativamente a estas questões alguns entrevistados consideram o volume de informação suficiente, referindo mesmo a internet. No entanto, reivindicam menor repressão e maior acompanhamento, designadamente instalando “laboratórios” onde rapidamente as pastilhas pudessem ser analisadas e a sua composição determinada. Geralmente esta prática só tem expressão após rusgas e apreensões e tem revelado o mais variado tipo de substâncias, mais ou menos perigosas. Mas se estas questões se agudizam neste tipo de substâncias, não são específicas e colocam-se também para drogas como a cocaína, heroína ou haxixe, onde também há produtos de corte (pó de talco, Aspegic, por exemplo).

Considerar o *sujeito* como agente, significa reconhecer, e em termos de análise dar atenção, à significação que os próprios atribuem às suas práticas e, mais especificamente, às dinâmicas implicadas nos projectos individuais e estilos de vida associados aos consumos de drogas — dinâmicas de acção, interacção e motivacionais (Velho, 1987 e 1998).

Os comportamentos encontram-se abertos às diversas possibilidades e são sujeitos à reflexividade produzida pelos indivíduos. Neste sentido, os modos de conduta alternativos, nos quais se inscreve a subcultura do uso de drogas, encontram-se em tensão com os sistemas de normas dominantes. Por isso, são conotados negativamente em relação à normalidade percebida. Esta carga negativa é identificada, mas não reconhecida pelos entrevistados, como atrás se referiu.

A percepção diferenciada em função da posição ocupada perante uma ordem e sistema de valores familiar resulta do significado particular que adquirem as práticas para quem as protagoniza. Esse significado resulta, por sua vez, da interacção entre os próprios indivíduos e o acto enquanto símbolo. Veja-se a referência ao longo das entrevistas ao “ideal” e ao “bem-estar” relacionado com o ecstasy.

Com efeito, o facto desta substância ser encarada como facilitadora da comunicação faz com que assuma um papel determinante na interacção que se desenvolve naqueles espaços. E esta “mais-valia” comunicacional e relacional é vista como um valor a perpetuar para além dos consumos, da duração dos efeitos. Aliás, no espaço dedicado a perguntas e respostas do site *ecstasy.org* é precisamente essa a indicação dada.³

Martine Xiberras (1997) identifica duas orientações típicas que resultam dos efeitos das substâncias e que também traduzem uma determinada pertença: a “utopia da criatividade” ou a procura de “paraísos artificiais”; o “pesadelo da morte” ou a confrontação com “infernos artificiais”. Os consumos de pastilhas parecem apontar mais no sentido da primeira das orientações definidas pela autora. O facto desta droga não apresentar síndromas de abstinência comparáveis com outras (das quais a heroína é o exemplo extremo), acentua o carácter voluntário dos consumos assente na referida busca de um estado mais elevado de bem-estar — consigo próprio e com os que o rodeiam. Por isso, o ideal aproxima-se mais dos paraísos artificiais dos que dos infernos.

A construção reflexiva da identidade pessoal pode identificar-se no discurso dos indivíduos ao questionarem e até redefinirem as suas práticas e consumos. Isto representa alterações nas suas disposições para agir relativamente às pastilhas, definidas em função de uma diversidade de possibilidades e incertezas — confiança e risco.

Para Giddens, somos a primeira geração a viver numa sociedade cosmopolita global. As megafestas a que se tem vindo a fazer referência podem ser entendidas como expressão da relação de fenómenos globais com contextos mais específicos, onde os indivíduos constroem as suas identidades pessoais. Para ilustrar importa realçar o facto, referido com frequência nas entrevistas, de algumas das primeiras pastilhas experimentadas serem trazidas por “pessoas viajadas”.

Pretendia-se aqui apreender o projecto dos actores, manifesto naquilo que lhe dá sentido — as suas crenças e os seus objectivos. Importa pois destacar, como exemplo, o facto de alguns entrevistados optarem a certa altura por uma diminuição do consumo devido a um aumento do empenho e do grau de exigência na sua actividade profissional. Ou o medo, também referido; medo de morrer, medo das reacções que as drogas provocam.

Mas importa referir também, como exemplo da reflexividade exercida sobre a acção, as metas de tipo não material que algumas das entrevistas tão bem revelam. Sobretudo ao referirem que melhoraram as suas capacidades comunicacionais, relacionais e auto-estima. Ou quando referem a constante

3 <http://ecstasy.org/qanda/q21.html>: “... aprende com a experiência: reflecte como te sentias com E e o que está diferente, depois tenta reter a mesma perspectiva sem a droga.” (trad. livre).

busca da sensação inicialmente sentida, explicando a dificuldade em repetir tal sensação com as alterações das pastilhas e esquecendo que nos efeitos psicotrópicos as alterações dos consumidores também interferem naquele que é o efeito final.

Por tudo isto, a constituição da identidade pessoal e da actividade quotidiana, expressas nas escolhas de estilos de vida, deve então ser entendida no quadro das novas formas de dispersão, diversidade e fragmentação de papéis, abertura da vida social e da pluralização dos contextos de acção. Gilberto Velho considera tratar-se de projectos individuais elaborados dentro de um campo de possibilidades (históricas, culturais e biográficas) expressos nos vários mundos ou esferas sociais em que participam “... com maior ou menor grau de adesão, desempenhando papéis e vivendo situações sociais específicas” (Velho, 1999: 22). Ao deslocarem-se permanentemente entre ambientes e experiências variadas e por vezes contraditórias, recebem estímulos diferenciados donde resultam fenómenos de metamorfose social que se traduz numa maior capacidade (a que o autor chama “plasticidade simbólica”) de se apoiarem em domínios diferentes para a construção e consciência da sua identidade de forma complexa e multifacetada (Velho, 1994).

O *contexto* dos novos consumos e o significado que os indivíduos lhes atribuem traduz uma faixa específica de comportamentos urbanizados. Trata-se de espaços de lazer determinados, com determinada visibilidade pública, onde têm lugar as actividades associadas às novas drogas: comércio, consumo, diversão — discotecas, festas.

Neste sentido, o contexto é o cenário de acção a que os indivíduos recorrem para orientar a sua interacção com os outros. O que pressupõe a existência de regras de ocupação e movimento nesse espaço. Este aspecto é particularmente notório no que se refere à aquisição de pastilhas. Estas transacções são efectuadas nos próprios espaços de lazer, através de redes de conhecimentos — contrariamente a outras substâncias, em que se recorre a códigos e locais específicos (bairros, por exemplo).

O espaço fixa as características do grupo (Halbwachs, 1950), o que pode explicar as diferentes formas de vestir numa festa transe, por exemplo (Silvano, 2001). Outro exemplo que ilustra esta ideia tem a ver com o facto dos bares que são frequentados apenas por determinado grupo que se distingue por um conjunto de características que vão desde a forma de vestir, à música que ouvem ou às práticas de lazer e consumos.

Elemento essencial destes cenários de lazer é a música, que através das acções psicotrópicas das substâncias ingeridas pode ampliar ou reduzir os efeitos ao nível da expressão, motricidade, sentidos, afectividade.

Esta dupla relação nota-se já em algumas das sociedades tribais em que os ritos, as tradições e os cantos surgem nos momentos mais significativos de lazer e a experiência tóxica culmina na euforia colectiva, na festa. Também o som estereofónico não é uma invenção ocidental divulgada às massas pelos

músicos de rock, pois já nas músicas védicas da Índia (300 a. C.) o som surge de várias direcções; tal como a música transe, psicadélica, onde as notas sonoras se multiplicam em estereofonia (Barreto, 1982).

“A música puxa mesmo pela moca” (nas palavras de um dos entrevistados), parece-nos ser a frase que melhor ilustra esta relação da música com as propriedades psicotrópicas das substâncias e com a própria noção de lazer associado a estes ambientes.

Parece-nos, no entanto, que quer ao nível dos consumos, quer ao nível dos contextos se está a verificar uma generalização. Ou seja, a especificidade de determinados contextos dedicados a determinados consumos tende a esbater-se e a atitude dos consumidores faz com que extravasem para outros contextos. Sobretudo porque os indivíduos atravessam constantemente as fronteiras, desempenhando diferentes papéis sociais, de acordo com contextos e situações.

Concluindo

A vida social encontra-se dividida entre o espaço e o tempo formal, dedicado ao trabalho, ao estudo, à família, e o espaço e tempo dedicado aos amigos, a um grupo e a actividades recreativas. Para muitos jovens, a diversão e o lazer é o tempo de conhecerem o seu próprio grupo de amigos, e para apreciar as actividades associadas como a música e a dança. Estes cenários enquadram ambientes de risco dentro dos quais os indivíduos podem arriscar recursos e as suas vidas, através de actividades perigosas.

Os riscos voluntariamente corridos diferem daqueles que decorrem dos constrangimentos da vida social ou do estilo de vida adoptado. Porém, esta diferenciação é pouco nítida, já que a adopção activa de certos tipos de risco pode passar pela valorização desses riscos em si mesmos. Ou seja, começar a consumir substâncias psicotrópicas conhecendo os riscos para a saúde, pode demonstrar uma certa coragem que o indivíduo acha psicologicamente recompensadora. A coragem é demonstrada, no risco cultivado, como uma qualidade que é posta à prova, que é deliberadamente confrontada com o perigo. Daqui resulta uma busca de emoções fortes, de sensações de poder e, sobretudo, de contraste com a rotina.

A progressiva relação dos jovens com as drogas legais e ilegais — álcool, pastilhas, etc. — arrasta consigo, em simultâneo, um processo de “normalização” desse uso, particularmente em certos ambientes. Neste sentido, os jovens consumidores não se vêm a si próprios como tendo um problema de drogas. É, pois, muito importante transformar a imagem que tradicionalmente se associa ao consumidor de drogas como um elemento de ambientes marginais ou (auto)excluído dos ambientes formais.

Por um lado, correr certos riscos na busca de um dado estilo de vida, é

aceite dentro de certos limites. Por outro, os perigos que apresentam são vistos como demasiado remotos do meio envolvente da pessoa para serem contemplados seriamente como uma possibilidade real. Então, a emoção que se pode obter ao cultivar o risco depende da exposição deliberada à incerteza, permitindo assim às práticas associadas aos novos consumos em ambientes de lazer demarcar-se das rotinas da vida comum.

Situações destas tornam possível aos entrevistados a demonstração de coragem, flexibilidade, habilidade e iniciativa, estando conscientes dos riscos implicados no que fazem, mas usando-os para criarem algo que falta às circunstâncias da sua rotina. Tal como refere Gilberto Velho, trata-se de diversas dimensões, planos, mundos sociais que através da acção dos indivíduos que os atravessam, se tocam, cruzam, relacionam, mas que não se confundem; antes ajudando a construir a sua identidade, complexa mas flexível. Ou, tal como Giddens defende, o risco cultivado converge com algumas das orientações mais básicas da modernidade: a capacidade de perturbar a fixidez das coisas, de abrir novos caminhos.

Referências bibliográficas

- Barreto, Jorge L. (1982), *Rock & Droga*, Lisboa, Editora & etc.
- Baudrillard, Jean (1995), *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70.
- Calafat, Amador (coord.) (1999), *Night Life in Europe and Recreative Drug Use*, IREFREA & European Commission.
- Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Godinho, José (1995), "Ecstasy (MDMA) e outras designer drugs", *Toxicoddependências*, n.º 1: 63-66.
- Halbwachs, Maurice (1959), *La Mémoire Collective*, Paris, PUF.
- Henriques, Susana (1999), *O Real na Notícia. A Droga nos Media*, (tese de mestrado).
- Silvano, Filomena (2001), *Antropologia do Espaço*, Oeiras, Celta Editora.
- Velho, Gilberto (1987), *Individualismo e Cultura*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Velho, Gilberto (1994), *Projecto e Metamorfose*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Velho, Gilberto (1998), *Nobres & Anjos. Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Velho, Gilberto (org.) (1999), *Antropologia Urbana: Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Xiberras, Martine (1997), *A Sociedade Intoxicada*, Lisboa, Instituto Piaget.

Capítulo 15
**RAVE: IMAGENS E ÉTICAS DE UMA FESTA
CONTEMPORÂNEA**

Miguel Chaves

Este texto tem como propósito identificar as imagens que os participantes de um conjunto de festas contemporâneas, normalmente designadas por *raves*, produzem acerca destes eventos. Tal reconhecimento far-se-á com base na análise de um conjunto de éticas que aí se encontram representadas e que, sendo diferentes entre si, surgem muitas vezes sobrepostas gerando formatos compósitos.¹

A noção de ética é aqui utilizada numa acepção sociológica, com o objetivo de designar um conjunto de finalidades, regras de comportamento e formas de avaliação comportamental que se encontram na base das práticas desenvolvidas pelos agentes sociais e através das quais estes lhes conferem sentido.²

Para proceder à análise recorreremos à evidência empírica obtida em situações de observação directa desde 1997 (Chaves, 1998), bem como a um conjunto de entrevistas exploratórias realizadas a frequentadores de *rave parties*. Procurámos também cruzar estas informações com diversos dados obtidos em pesquisas nacionais e internacionais (Azevedo, 2002; Calafat e outros, 1998; Saunders, 1996; Gamella e Róldan, 1997; Kokoreff e Mignon, 1994; Kotarba, 1993).

1 O uso da noção de “ética” para o estudo deste tipo de situações foi inspirado pelos artigos de Robert Veatch (1977) e de Elvin Smith (1988).

2 Embora consideremos que esta noção se aproxima do conceito de *ethos* (Pierre Bourdieu, 1980: 133), preferimos, neste caso, utilizar o termo ética pois alguns dos participantes destas festas explicitam de modo consciente e intencional estas finalidades e princípios, nomeadamente quando comunicam entre si. Não podemos portanto pressupor que tais elementos se encontram apenas presentes de um modo prático, disposicional e não consciente.

Festas tecnológicas e tecnologias da festa

Um dos elementos centrais na definição e identificação das *raves* prende-se com a circunstância de, qualquer um dos seus três principais componentes,³ — música, ambiente cenográfico e substâncias psicotrópicas — contar com um forte aparato de alta tecnologia.⁴

De facto, a produção musical utiliza aqui meios sofisticados e em constante inovação. Caixas de ritmo, sons programados em sintetizador, *samplers* e computadores servem de base a um trabalho de (re)criação produzido *in loco* pela figura do DJ. As diversas heranças da música de dança, o surgimento de novas máquinas e o ensejo de distinção converteram a cena musical *rave* num contexto onde proliferam múltiplos estilos musicais. A par do *house* (120 a 130 BPM),⁵ do *techno* (140 BPM) ou do *garage*, foram surgindo muitos outros como o *hardcore*, o *trance psicadélico*, o *jungle* ou o *drum'n'bass*. Com excepção de géneros que apenas podem ser escutados nos espaços de *chill-out*,⁶ a *música das raves*, tem em comum o facto de possuir uma batida repetitiva e muito acelerada (entre 120 e 180 BPM).

A parafernália técnica manifesta-se igualmente na criação de elementos cenográficos extra-musicais, determinantes na criação das atmosferas apropriadas, nomeadamente através de lasers, *video-walls* onde se projectam vídeos de *dance music* e máquinas de realidade virtual.⁷ Os cenários construídos não são, porém, homogéneos. A produção e a manipulação do espaço é diferenciada consoante nos encontramos, por exemplo, numa área ou numa festa dedicada ao *house*, ao *techno* ou ao *goa trance*.

Um terceiro tipo de tecnologia que se encontra presente é de natureza farmo-química. A par de diversos produtos legais comercializados pelos

3 Os interessados poderão encontrar exercícios de definição e historicização do movimento *rave* em textos recentes (Azevedo, 2002).

4 Diversos autores conferem, também, uma centralidade a este aspecto, como se poderá depreender da seguinte afirmação de McKay (1996): “A cultura *rave* nos anos 1990 (...) é frequentemente definida quer no seu interior quer no exterior como um discurso de celebração tecnológica: em vez de rejeitar, assimila a tecnologia, começando no telemóvel e continuando por aí adiante. É pois natural que uma das suas formas musicais se chame *techno*. Para Kristian Russel a cultura *rave* pode ser vista, de facto, como 100% tecnologia” (p. 108). Por sua vez, Kotarba (1993) refere, a propósito dos participantes: “A juventude actual (...), hábil na relação com tecnologias e acostumada ao entretenimento guiado por computador, torna-se particularmente atraída pela cena *rave*” (p. 1); “Estes jovens chegam à *rave* sabendo já facilmente como manipular a realidade através de meios artificiais. O uso de drogas psicadélicas pode não ser causado pela realidade virtual dos jogos Nintendo, mas o uso desta droga complementa certamente a versão Nintendo da realidade”. (p. 10)

5 BPM significa “batidas por minuto”.

6 Trata-se de uma área mais calma das *raves*, geralmente utilizada para repousar nos intervalos da dança.

7 Para mais pormenores, consultar Eunice Azevedo (2000: 149).

organizadores do evento, é possível, também, encontrar em circulação um conjunto de substâncias psicoativas de utilização ilícita. Os produtos mais vezes utilizados são os canabinóides. Contudo, a substância de eleição das *raves*, e que com elas estabelece uma estreita relação simbólica é, sem dúvida, o MDMA (3, 4 Metilenodioxidometanfentamina).⁸ No início da sua utilização, este produto era reconhecido pelos consumidores pelas suas qualidades geradoras de empatia, mas também por possuir algumas propriedades energéticas e um quase inexistente potencial alucinogénio. Esta combinação relativamente singular de características levou a que fosse classificado no interior de um novo conjunto de substâncias — os entactogéneos ou empatogéneos — sendo os seus efeitos, na perspectiva farmacológica, explicados através da sua actuação sobre os neurotransmissores da serotonina e da dopamina.

Neste momento, o termo MDMA é praticamente desconhecido pelos utilizadores que se referem simplesmente a *ecstasy* mas, com maior frequência, a “pastilhas”. Estas alterações terminológicas coincidem com uma extrema rarefacção do MDMA no mercado. Presentemente, esta substância deu lugar à introdução ou à reintrodução de compostos químicos do tipo MDA, MDEA, ou MDBD que possuem, segundo os utilizadores experimentados, menos propriedades empatizantes e um efeito mais próximo das anfetaminas.⁹ Todavia, e segundo revelam os raros testes químicos disponíveis, mesmo estas substâncias circulam em doses reduzidas e a maior parte das “pastilhas” contém, quase exclusivamente, anfetaminas que fornecem, sobretudo, energia e um estado de vigília e concentração.

Um outro conjunto de substâncias que passa, também, a adquirir proeminência nestes contextos é o dos alucinogénios, nomeadamente o LSD, o 2CB e a Ketamina. Estes produtos são geralmente designados pelo termo “ácidos”.

Da (co)existência das éticas

Importa neste momento referir que encontramos não só *raves* diferentes (Chaves, 1998) mas também modos distintos dos participantes as representarem e (co)produzirem.

As imagens que os *ravers* fazem das festas manifestam-se em diversos

8 Até início dos anos 1980 o MDMA encontrava-se circunscrito a contextos espiritualistas *new-age* e a certas práticas psicoterapêuticas de orientação analítica, com o fim de favorecer desbloqueios emocionais e despoletar a comunicação (Shulgin, 1990, 1986; Beck e Rosenbaum, 1990; Watson e Beck, 1991). Só mais tarde começou a ser introduzido nas festas de *acid-house*.

9 No caso do MDA, regista-se também a presença de consideráveis propriedades alucinogénias.

aspectos, designadamente nas finalidades e valorações que lhes atribuem, no modo como seleccionam e manipulam as tecnologias disponíveis e na forma como interagem com os copresentes.

Entendemos que estes aspectos poderão ser identificados de uma forma mais sistemática se procurarmos organizá-los com base num conjunto de éticas, no interior das quais eles surgem articulados entre si de um modo típico.

Um primeiro conjunto de finalidades e regras comportamentais identificado nas *raves* pode ser denominado de *ética de informalização e descomprometimento*. Nela encontra-se presente um aspecto comum à grande maioria dos habitantes destas festas, permitindo gerar um acordo mínimo acerca do seu sentido. Trata-se da *exaltação do hedonismo*, princípio que elege o “sentir-se bem” e a obtenção de finalidades eufóricas e prazenteiras como elemento base do comportamento.

De facto, quando são inquiridos acerca das experiências de alteração de estados de consciência que experimentam através da música e das substâncias psicoativas, os intervenientes descrevem-nas, geralmente, como situações de “bem estar”, “prazer” e “felicidade”. Como afirmava um entrevistado: “(...) com o *ecstasy* é tudo muito lindo. É tudo bué da lindo, e é do tipo: olhas para o mar e dizes, ‘anda cá’ e ele vem”.¹⁰

Segundo esta ética, a *rave* deve ser concebida como uma “cápsula securizadora”, ou melhor, como uma espécie de fractura com os contextos espaço-temporais quotidianos da “modernidade tardia”, instâncias onde as auto e hetero expectativas para a obtenção de “realização pessoal” se intensificam e as probabilidades de falhar constituem riscos geradores de permanente ansiedade (Giddens, 1994 [1991]). Deste modo, encontrar-nos-íamos perante um “sector de estilo de vida” onde os participantes se consideram, por momentos, suspensos num “ritual dionisiaco” (Rietveld, 1993: 43); ou seja, parcialmente libertos de formas de classificação social, bem como de compromissos gerados pela pertença a quadros identitários exteriores à festa.¹¹ Do ponto de vista relacional, estes princípios traduzem-se numa intensificação das formas de “desatenção pública” (Goffman, 1971) e numa informalização das relações sociais entre os participantes. Segundo alguns autores ocorreria mesmo um processo de “diluição do *self*” num único corpo colectivo em êxtase, sendo esse, justamente, o desejo dos *ravers*.¹² Por vezes, os entrevistados sugerem estes elementos explicitamente, como se constata no seguinte

10 A constante presença deste tipo de princípios, segundo os quais a obtenção de prazer e, naturalmente, a libertação da dor, do mal estar e do sofrimento, devem imperar na festa, encontra-se identificada noutros trabalhos, designadamente numa investigação recente onde se afirma que “Apesar das diferenças sociais (...), constatou-se uma convergência de opiniões em relação à finalidade fundamental da prática do acto *raving*: a diversão e a experiência colectiva do êxtase”. (Azevedo, 2002: 110).

11 Eunice Azevedo (2002), inspirando-se na obra de V. Turner e num texto de J. Pina Cabral (2000), convoca, para esta discussão, a noção turneriana de *estado liminóide*.

depoimento: “(...) não é refugiar porque isso é um bocado feio, mas, pronto, não consigo arranjar uma palavra para neste momento substituir o refugiar-me de algum pensamento menos feliz numa dada altura (...) descarregas momentos de stress da tua vida ali e depois tens uma semana absolutamente descontraída pela frente”; ou ainda na seguinte afirmação: “(Pretendo nas *raves*)... fugir um pouco à realidade (...) estar desviado da realidade (...) a gente entra, tipo, numa realidade virtual, estamos, tipo, num jogo de computador.”

A convicção de que a *rave* se deve converter numa “cápsula securizada” onde as formas de apreciação e de julgamento das performances individuais se encontram muito atenuadas está também presente nos textos de Saunders. Veja-se por exemplo como este autor, que se destacou como cultor e divulgador do *ecstasy*, descreve a sua primeira entrada numa festa deste tipo: “A música era o *techno* habitual, embora não tão duro como noutros casos, e eu tentei seguir o conselho de um amigo para me mover com os sons do baixo, ignorando o resto. Entrei na dança no meu modo autoconsciente muito habitual, dando atenção ao que as outras pessoas estavam a fazer e sabendo bem que era mais velho do que a maior parte. Então imperceptivelmente comecei a relaxar e fundido no ambiente soube que fazia parte dele. Não havia necessidade de estar autoconsciente. Não tive dúvidas de que era aceite; não havia nada que pudesse fazer que os incomodasse, porque estavam simplesmente a ser eles mesmos, fruindo a sua liberdade, livres das neuroses e dos constrangimentos da vida normal” (Saunders, 1996: 3).

De acordo com este primeiro quadro ético, desenvolvem-se formas de tolerância para com as manifestações de extroversão extática, nomeadamente por relação à dança efusiva, embora tais desempenhos adquiram um valor negativo se parecerem simulados, realizados para agradarem a espectadores, e não baseados num sentimento de euforia “autêntico”.

A análise da informação recolhida permite-nos verificar que se encontra igualmente nestes eventos uma *ética empática*. Esta constitui-se com base na ideia de que, nas *raves*, deve ser dada prevalência ao relacionamento estreito e emocional entre os indivíduos.

Embora muitos participantes que desenvolvem formas de informalização e descomprometimento não se rejam por esta crença, a empatia encontra-se profundamente associada com a primeira ética analisada. Sobretudo,

12 Seguindo, o pensamento de Gilles Deleuze e Felix Guattari, Tim Jordan (1993) defende que o corpo dos *ravers*, no seu delírio colectivo, deve ser encarado segundo a noção de *corpo sem órgãos*; corpo esse que a *rave-machine*, concebida enquanto *máquina desejante*, permitiria criar (p. 130): “O que pode ser reconhecido como uma produção *raving*, ou o que é desejado pelos *ravers* através da construção de um evento *rave* é uma permanente indução num estado desubjectivizado, próximo do êxtase. À medida que as pessoas afectadas pelas drogas dançam durante horas sob padrões alternados de luz coordenados com a música, alcançam gradualmente um estado de euforia comum.” (p. 129)

se considerarmos que os participantes empáticos entendem que a quebra de inibições e da formalidade, bem como o desenvolvimento de um sentimento fusional, são condições essenciais para a obtenção do desejado registo empático.

Em várias situações, observámos que o estreitamento das relações pessoais se restringe a um grupo reduzido, como é o caso das pessoas que se dirigiram em conjunto para a festa. Noutros momentos, ele torna-se ecuménico, alargando-se à totalidade dos presentes, mesmo a desconhecidos. Este princípio de abertura encontra-se associado à ideia de que a *rave* constitui um *locus* de atenuação das diferenciações sociais clássicas, como, por exemplo, as que se baseiam na classe social, na etnia ou no género. Qualquer uma dessas categorizações entraria, por assim dizer, “em crise” deixando de ser observada e de funcionar como um elemento limitador das relações sociais.

Podemos identificar estes aspectos nas *raves* realizadas em Portugal, como se depreende do seguinte trecho: “Todas as tribos estiveram representadas ou mandaram representantes. Psicadélicos, betos, guerreiros do tecno, *ravers* com apetrechos fluorescentes. Jovens tias (...), modelos em dia de folga e técnicos da construção civil a conviverem lado a lado amistosamente”.¹³ No entanto, é em depoimentos obtidos noutros países que esta ética surge expressa com particular clareza, como neste caso: “Eu não pude evitar a partilha dos sentimentos que estava a ter, algo que normalmente nem sequer pensaria em fazer. Falei com pessoas de todas as raças e antecedentes. Julgo que não parei de falar toda a noite.” (cit. em Saunders, 1996: 50).¹⁴

De acordo com a ética empática, a própria partilha da droga é entendida como um acto benigno. Disponibilizar a droga que se possui é, como refere uma entrevistada, fazer uma “boa acção”, dado que permite ao outro usufruir igualmente do estado de “bem estar”, favorecendo a experiência de envolvimento conjunto.

Se procurarmos observar os estados empáticos, verificamos que estes contam com uma reduzida presença de linguagem verbal. A comunicação processa-se através da dança contínua acompanhada de sorrisos em redor, constituindo os beijos e os abraços, modos de interacção frequentes que, por vezes, culminam, no que alguns autores designam de “orgias sensitivas”. Ao contrário do que a expressão indicia, tais situações não obedecem, na maior parte das vezes, a objectivos de aproximação sexual. Pelo contrário, junto dos

13 Citado em www.yornsoundssystem.com/viewmaster/vm_lisboa/frameset_viewmaster.html, a propósito de uma *rave* realizada em 8 de Junho de 2001, perto da Aldeia do Meco.

14 Torna-se igualmente curiosa a seguinte afirmação a propósito da realização de *raves* na Irlanda do Norte: “Na porta do armazém, ninguém pergunta a tua religião. As *raves* são o ultimo ponto de encontro para os filhos da violência católica e protestante. Nunca conhecemos nada a não ser o ódio. É sempre o mesmo: eles de um lado e tu do outro, excepto nas *raves*.” (“Ulster”, *San Francisco Chronicle*, 10/26/94. cit. em Saunders, p. 50).

indivíduos que funcionam de acordo com uma ética empática, a sinalização de que se procura um “parceiro sexual” é mesmo considerada incômoda e desajustada. Este facto encontra-se claramente relacionado com a atenuação das diferenciações de género, bem estilizada na generalização do vestuário unissexo e na redução das formas estereotipadas de sedução mútua. Constatações similares foram realizadas noutros países. É o caso de França, onde Kokoreff e Mignon (1994: 60) referem: “O *ecstasy* é assim um meio de voltar a pôr em questão as normas de divisão entre os sexos: as relações de dominação apagam-se em benefício de um modo unissexo de entrar na dança: os efeitos do *ecstasy* reduzem as formas de exibição e de sedução.”¹⁵

Como nos sugerem estes autores, deparamos, sob o enquadramento da ética empática, com a escolha preferencial do *ecstasy* do rol das substâncias disponíveis. O seu uso é conciliado com os canabinóides, tendendo a suprimir-se o consumo de álcool, pois este pode neutralizar os efeitos empáticos que se pretendem obter com o *ecstasy*. É além disso frequente discutir-se o modo como a alteração da composição química das pastilhas comprometeu a empatia, degradando a qualidade da festa.

De facto, segundo alguns autores e participantes, as propriedades farmacológicas do MDMA, seriam responsáveis pela criação da informalidade e da empatia. É o caso de N. Saunders (1996) quando refere: “Acredito que os efeitos do *ecstasy* diminuem ou eliminam a experiência do medo, por isso torna-se possível mergulhar em áreas onde normalmente não se entraria” (p. 195).¹⁶

Do nosso ponto de vista, cremos, porém, que embora os estados de consciência e o tipo de relações sociais obtidos no interior da *rave* possam, em parte, ser propiciados pela substância, as dimensões sociológicas são essenciais para a sua compreensão. Em primeiro lugar, porque a escolha do *ecstasy* do conjunto dos produtos disponíveis, radica já no objectivo de se atingir um estado de alteração de consciência específico, cuja definição e valorização foram socialmente produzidas no interior de um grupo particular de consumidores. Em segundo lugar, porque as expectativas socialmente construídas acerca dos efeitos da substância, bem como o contexto social em que são administradas, têm profundas repercussões no modo como os efeitos vão ser,

15 Como esta afirmação sugere, o *ecstasy* (MDMA) é apontado, quer por aqueles que investigam os seus efeitos, quer pela maior parte dos seus utilizadores, como uma substância que provoca uma atenuação da importância conferida às relações sexuais (Saunders, 1997; Rudgley, 1998). Ver, também, Kotarba (1993: 7), a propósito de *raves* realizadas nos EUA.

16 Numa outra afirmação Saunders (1996: 94) diz o seguinte: “A sensação que tive com o MDMA enquanto falava com os meus amigos foi única. Eu senti-me confiante, amado e aceito e, mais do que isso, senti que ela (interlocutora) queria realmente saber. (...) Senti-me tão livre e tão seguro e tão capaz de me aceitar a mim mesmo, a todos os meus sentimentos e pensamentos. Nada era vergonhoso ou feio”.

“de facto”, sentidos e interpretados pelo utilizador (Becker, 1963, 1967, 1980; Zindberg, 1974, 1980). Talvez assim se explique que alguns consumidores continuem a experimentar situações de empatia, mesmo não tendo ingerido MDMA e que outros revelem não sentir qualquer experiência desse tipo ao consumirem o mesmo produto.

A maior parte dos participantes que se aproximam das duas éticas anteriores não organizam um discurso acerca das repercussões que as *raves* poderão ter no “mundo social exterior”. Deparamos, todavia, com uma minoria de frequentadores que entendem que a sua importância extravasa largamente o espaço e o momento da sua realização. Estes *ravers* colocam-nos perante um terceiro tipo de ética. Referimo-nos a uma *ética militante* que, muito sinteticamente, assenta na ideia que os *ravers* deveriam prosseguir o objectivo de, através do hedonismo e da empatia, se resocializarem a si e a novos intervenientes. Esta resocialização é aqui concebida como uma “transformação mental” que, embora iniciada a nível individual, acabaria por induzir transformações sociais. Como refere um entrevistado: “(...) tudo está na cabeça das pessoas e muitas vezes essas lutas políticas e sociais que se têm, se calhar não levam a lado nenhum, se calhar o que interessa é a mudança individual; e a partir daí partir.”

Trata-se, portanto, de um movimento cujo impacte político começaria por concretizar-se ao nível micro da festa sob os auspícios de uma droga sintética, estendendo-se depois a uma escala mais ampla. Veja-se, por exemplo, o depoimento esclarecedor de um DJ obtido por Gamella e Róldan (1997): “A alegria é viciante (...), a empatia com as pessoas (...). Ou seja, a energia que produzem mil pessoas com as caras felizes ao mesmo tempo (...). Então, claro, se queres recuperar isto, tens que voltar na semana seguinte, porque enches-te de energia positiva num mundo não positivo. (...) Há empatia com os outros e o *ecstasy* faz com que tu o vejas. Estamos todos unidos e não sabemos. Chegamos a pensar que houve um momento na história que sem drogas estávamos todos unidos de alguma maneira, que de alguma maneira estamos todos unidos mas não nos damos conta. Se estamos todos unidos, significa que todos somos iguais, que todos podemos retomar um projecto comum para este planeta, para esta cidade, para esta cultura”.

Encontramos, na literatura, diferentes exemplos de pessoas que afirmam ter sido já “transformadas” graças às *raves* e ao *ecstasy*. É o caso de um *skinhead* que assegura ter sido “curado” do seu machismo e chauvinismo (Wright, 1998: 241), ou de um consumidor de *ecstasy* que colaborou numa obra de Saunders (1996), afirmando o seguinte: “Coisas como o dinheiro ou o tipo de trabalho que tinha passaram a não ter qualquer importância. Tornei-me mais interessado em desenvolver amizades genuínas em vez das amizades sem qualquer sentido que tinha anteriormente. Os amigos anteriores notaram que eu mudei, particularmente nas minhas opiniões e valores (...). Posso dizer-te honestamente que sou uma pessoa melhor pelo facto de ter

tomado *ecstasy*. Acredito firmemente que é uma droga com *insight* e maturidade” (p. 36).

Para a ética militante, a difusão do “espírito da *rave*” deveria manifestar-se em três dimensões da vida social. Em primeiro lugar, numa *harmonização com os outros e com a natureza*; em segundo lugar, numa já referida *diluição dos modos estandardizados de relacionamento*. Ambos os aspectos surgem expressos nas declarações de uma entrevistada: “(na *rave*) há uma harmonia com a natureza, é uma questão de harmonização com tudo o que te rodeia (...), a maneira das pessoas estarem umas com as outras, uma maneira mais livre e espontânea.” Um terceiro impacte, teria lugar na *promoção de relações de tipo comunitário* que colocariam em causa os “valores do individualismo” e da competição. Esta ideia encontra-se expressa no seguinte excerto de um folheto promocional: “A *rave* é uma viagem de regresso à descoberta da nossa herança tribal, que contradiz a filosofia norte americana do individualismo, que rejeita os valores comunitários”.¹⁷

Alguns militantes consideram que estes aspectos correspondem a uma actualização de um património que radica nos movimentos contra-culturais dos anos 1960. É o que se acontece, por exemplo, com o produtor da *Ravestock*, (uma das primeiras megafestas *rave* realizadas nos EUA), ao afirmar o seguinte, “Penso que nos tornámos a geração do novo Woodstock. Juntos podemos fazer tudo”; ou ainda: “O *Ravestock* enviou uma mensagem à América do *rock n’ roll* para que desperte! Estamos nos anos 1990 (...). Podemos fazer a diferença amanhã e no futuro. Voltámos à necessidade tribal básica de, pela dança, expressar as nossas raízes, amar o nosso irmão e estar gratos pela vida”¹⁸

Os indivíduos que desenvolvem uma ética militante, opõem-se a um largo contingente de participantes, cuja presença é por eles considerada um sinal da massificação das *raves* e uma “perversão” do seu “verdadeiro sentido”. Pretendem referir-se a um conjunto de frequentadores que funciona de acordo com uma *ética de apresentação e sedução*. Trata-se de uma ética que, para além de não se diferenciar das que se podem encontrar noutros espaços juvenis, é seguida por pessoas que não distinguem significativamente as *raves* de qualquer outro tipo de festas.

De facto, embora esta ética partilhe com as anteriores a disposição para a obtenção de euforia e de prazer, acaba por se distinguir claramente das restantes, na medida em que consente a observação e a avaliação mútuas entre os participantes. Mais do que isso, nesta ética restaura-se a importância da

17 Cit. em Azevedo (2002: 32). Estes princípios parecem estar particularmente difundidos junto de certos grupos contraculturais que habitam em comunidades nómadas e que frequentam e promovem *rave parties*. É o caso dos *travellers*. Ver George Mckay (1996) e Mckay (org.) (1996).

18 Cit. em Saunders (1996: 187-88).

atenção conferida às performances dos copresentes, designadamente às formas de dançar, bem como aos modos de cada um se apresentar perante os outros, o que, obviamente, esbate o “sentimento fusional” e introduz formas de ansiedade na interacção.

Este modo de estar cava, pois, uma distância particularmente acentuada relativamente à ética empática, não se manifestando aqui qualquer disposição para o desenvolvimento de relações universais, e muito menos para a diluição de barreiras estatutárias, ou seja, para a promoção de um certo igualitarismo no contexto da festa. As diferenciações e as fronteiras sociais permanecem relativamente inalteráveis, nomeadamente no que respeita às diferenciações de género. Por sua vez, o “ver e ser visto”, realizado com o objectivo de procurar “parceiro sexual” encontra aqui um ascendente assinalável. Grande parte da construção da “fachada pessoal” é desenvolvida de acordo com o objectivo de exprimir sensualidade e de gerar excitação sexual, designadamente através do vestuário, tornando-se mais notória a presença de indumentárias que simbolizam clivagens entre os universos masculino e feminino. O mesmo se passa com a gestualidade e com as próprias formas de dançar que, como refere Kotarba (1993), se desenvolvem num *hip-hop style* sensual, próximo do que se encontra em certos *clips* da MTV.¹⁹

Tal como parece acontecer nos EUA (Kotarba, 1993), os participantes que, em Portugal, se aproximam de uma *ética de apresentação* podem ser fundamentalmente encontrados nas *raves* que decorrem em discotecas onde a sua presença se torna frequentemente maioritária.

Do ponto de vista da utilização de substâncias psicoativas, poderemos referir que embora o cenário seja, igualmente, caracterizado pelo policonsumo, envolvendo substâncias como a cocaína, o haxixe, as pastilhas e os ácidos, o álcool continua, neste caso, a ser claramente predominante. Relativamente às pastilhas (*ecstasy*), não lhe são aqui atribuídos significados particulares, a não ser o de facultarem a possibilidade de se dançar por muito tempo e o de propiciarem alguma euforia. O facto dos efeitos empáticos do MDMA terem, porventura, desaparecido em virtude da alteração da composição química do *ecstasy*, não merecem, por seu lado, qualquer comentário, o que se prenderá com o facto de serem pouco procurados e, porventura, pouco conhecidos.²⁰

Em paralelo com o conjunto de éticas que já foram sinteticamente delimitadas, surgem algumas outras de menor expressão, das quais destacamos

19 O mesmo autor distingue a existência de determinados participantes de *raves* em Houston, Texas, que nos parecem aproximar-se desta ética e que, no seu entender, correspondem a cerca de 40% dos frequentadores. Kotarba, que designa esta categoria por *weekenders* (frequentadores de fim-de-semana), refere o seguinte: “Os *weekenders* escolhem os seus clubes a partir de bebidas especiais, dia da semana, presença de membros do sexo oposto, música e moda (...). Os *weekenders* tendem a ser muito críticos relativamente às pretensões políticas das *raves*. ” (Kotarba, 1993: 7)

uma *ética de aprendizagem*. Os participantes que funcionam, tendo-a como referência, entendem que, nestes eventos, podem obter uma mais valia ao nível do conhecimento, declarando atingir estádios de reflexão e de “consciência das coisas” antes inacessíveis, bem como modos judiciosos de ler a realidade. Atente-se, por exemplo, na seguinte afirmação de um entrevistado: “Obtemos um aprofundamento do conhecimento, (...) se consegues aproveitar certos e determinados aspectos da tua moca consegues chegar lá mais rápido (...). Depende do grau mental que já tenhas atingido, normalmente a tripe leva a pensamentos que a gente, pronto, sóbrios, não consegue atingir (...), com tudo o que eu tenho aprendido e conhecido, depois do meu conhecimento com o LSD, tem-me dado muita coisa que eu tenho procurado trazer para o mundo real, transpondo para lá para casa, transpondo aos meus amigos, transpondo a toda a gente.”

Como se depreende deste trecho, esta ética tende a dar proeminência ao papel das substâncias psicoativas na experiência festiva global. Poderíamos mesmo arriscar dizer que, com excepção da música, a festa não é considerada indispensável para a obtenção dos estados alterados de consciência ambicionados.

Nestas situações, os alucinogénios (pastilhas) adquirem um ascendente por relação a todas as outras substâncias. O *ecstasy* combinado, por exemplo, com LSD, 2 CB, MEM ou com o 2-CT-2, orienta a experiência para uma vertente mais “intelectualizada” e dirigida para o desenvolvimento de *insights* (Saunders, 1996: 144).

Como alguns entrevistados afirmam, é habitual que, para os indivíduos “pastilhados”, a experiência da festa adquira um carácter “mais introspectivo”. Nesses casos, porém, a dança não perde necessariamente fulgor. Passa sim a incluir formas de “deriva alucinogénia” nas quais a relação com os outros tende a perder importância quando confrontada com o objectivo de se fruir os elementos ambientais, como, por exemplo, as sequências rítmicas; os objectos fluorescentes e uma variedade de efeitos visuais. Esta fruição, que, segundo os próprios, se metamorfoseia em aprendizagem, estende-se à própria relação com os objectos naturais: árvores, flores, mar, etc. É, aliás, comum que essa experiência aconteça, dado que as *raves* preferidas por indivíduos que se aproximam desta ética têm lugar em “ambientes naturais”, como, por exemplo, as festas de *goa trance* que habitualmente se realizam em quintas, florestas ou praias.

Os *insights* que os indivíduos afirmam experimentar, assim como as referências à “expansão da mente” — inteligência e sensibilidade — invocam-nos

20 O próprio consumo de álcool em grandes quantidades, realizado em simultâneo com o de *ecstasy* é um sinal disso mesmo, dado ser do conhecimento comum, entre os consumidores empáticos, que o álcool inibe os efeitos empatizantes experimentados com a substância.

autores que defendem as virtudes das drogas psicadélicas, como T. Leary (1970), A. Huxley (1954) e T. McKenna (1998 [1992]), ou determinadas formas de “ficção tecnológica *ciberpunk*”,²¹ onde se afirma, por exemplo, que existem fortes relações entre o LSD e o desenvolvimento dos computadores, nomeadamente através de um alegado consumo desta substância levado a cabo por engenheiros de Silicon Valley, durante a década de 1960.²² De qualquer modo, as menções explícitas a estes elementos pelos frequentadores das *raves* em Portugal são praticamente inexistentes, o que, se não nos permite concluir liminarmente que este imaginário se encontra ausente das festas *rave* aqui realizadas, leva-nos, pelo menos, a considerar que ele se torna bastante raro e difícil de localizar.

Notas finais

Este texto pretende sugerir um conjunto de hipóteses para futuras investigações, onde as éticas aqui descritas deverão ser aprofundadas e reequacionadas. Enquanto ponto de partida, cremos que comporta duas vantagens. Por um lado, permite-nos equacionar as festas *rave* e os participantes na sua diversidade, resistindo a tentativas de homogeneização. Em segundo lugar, permite que nos filieemos num património de teoria e investigação socioantropológicas sobre o consumo de drogas que acreditamos ser particularmente profícuo (Velho, 1998; Becker, 1967; Willis, 1976; Young, 1971; Burr, 1984). Nele se defende que a selecção das substâncias psicoativas, os significados que lhe são atribuídos e mesmo os seus efeitos, devem ser analisados em articulação com os recursos e os quadros representacionais dos diversos grupos sociais de consumidores. Este facto remete-nos forçosamente para um conjunto de configurações éticas que extravasam os momentos em que o consumo se realiza e que se projectam sobre múltiplas outras dimensões da vida. Apenas as limitações impostas pela síntese, nos obrigaram a centrar exclusivamente nas éticas produzidas por relação à festa.

Referências bibliográficas

Azevedo, Eunice (2002), *Perspectiva Antropológica de Performances Extáticas Contemporâneas*, (dissertação policopiada), Lisboa, ISCTE.

Beck, J. e M. Rosenbaum (1990), “The Scheduling of MDMA (‘ecstasy’)”, em J. A.

21 Ver a este propósito Rushkoff (1994) e McKay (1996).

22 Para uma melhor compreensão destes aspectos consultar as referências que Kokoreff e Mignon (1994: 52) fazem à obra de T. Leary, nomeadamente a uma entrevista concedida por este autor à revista *Rolling Stone* (13/01/88).

- Iniciardi, *Handbook of Drug Control in the United States*, Nova Iorque, Pergamon Press.
- Beck, J. e M. Rosenbaum, (1994), *Pursuit of Ecstasy. The MDMA Experience*, Nova Iorque, State University of New York Press.
- Becker, Howard (1963), *Outsiders. Studies in the Sociology of Deviance*, Nova Iorque, The Free Press.
- Becker, Howard (1967), "History, culture and subjective experience. An exploration of the social bases of drug-induced experiences", *Journal of Health and Social Behaviour*, 8.
- Becker, Howard (1980), "The social bases of drug-induced experiences", em Dan Lettieri, Mollie Sayers e Helen Pearson (orgs.), *Theories on Drug Abuse. Selected Contemporary Perspectives*, Rockville, National Institute on Drug Abuse.
- Bourdieu, Pierre (1980), *Questions de Sociologie*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Burr, A. (1984), "The ideologies of despair. A symbolic interpretation of punks and skinheads usage of barbiturates", *Soc. Sci. Med.*, Vol. 19 (9).
- Cabral, João de Pina (2000), "A difusão do limiar. Margens, hegemônias e contradições", *Análise Social*, 153.
- Calafat e outros (1998), *Characteristics and Social Representation of Ecstasy in Europe*, IREFREA, policopiado.
- Chaves, Miguel (1998), "Consumos de 'novas drogas'. Pontos de partida para a investigação sociológica", *Toxicodependências*, 4 (2).
- Gamella e Róldan (1997), *Drogas de Síntesis en España: Patrones y Tendencias de Adquisición y Consumo*, Madrid, Ediciones Doce Calles.
- Giddens, Anthony (1994 [1991]), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Goffman, Erving (1971), *Relations in Public: Microstudies of the Public Order*, Londres, Allen Lane.
- Huxley, Aldous (1954), *Doors to Perception*, Nova Iorque, Harper.
- Jordan, Tim (1993), "Collective bodies. Raving and the politics of Gilles Deleuze and Felix Guattari", *Body & Society*, vol. 1 (1).
- Kokoreff, Michel e Patrick Mignon (1994), *La Production d'Un Problème Social. Drogues et Conduites d'Excès*, (policopiado).
- Kotarba, Joseph (1993), *The Rave Scene in Houston, Texas. An Ethnographic Analysis*, Austin, Texas Commission on Alcohol and Drug Abuse.
- Leary, T. (1970), *The Politics of Ecstasy*, Londres, MacGibbon and Kee.
- Mckay, George (1996), *Senseless Acts of Beauty. Cultures of Resistance Since the Sixties*, Londres, Verso.
- Mckay, George (org.) (1996), *DiY Culture. Party & Protest in Nineties Britain*, Londres e Nova Iorque, Verso.
- McKenna, Terence (1998 [1992]), *O Pão dos Deuses. Em Busca da Árvore do Conhecimento Original*, Porto, Via Optima.
- Pearson, Geoffrey (1992), "The role of culture in the drug question", em Malcolm Lader, Griffith Edwards e Colin Drummond (orgs.), *The Nature of Alcohol and Drug Related Problems*, Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press.

- Rietveld, Hillegonda (1993), "Living the dream", em Steve Redhead (org.), *Rave Off. Politics and Deviance in Contemporary Youth Culture*, Aldershot.
- Rietveld, Hillegonda (1993), "Repetitive beats: free parties and the politics of contemporary Diy culture in Britain", em George McKay (org.), *DIY Culture. Party & Protest in Nineties Britain*, Londres e Nova Iorque, Verso.
- Rudgley, Richard (1999), *The Encyclopedia of Psychoactive Substances*, Nova Iorque, St. Martin's Press.
- Rushkoff, Douglas (1994), *Cyberia. Life in the Trenches of Hyperspace*, São Francisco, San Francisco Harper.
- Saunders, Nicholas (1996), *Ecstasy. Dance, Trance & Transformation*, Oakland, Quick American Archives.
- Saunders, (1997), *Ecstasy Reconsidered*, Exeter, Turnaround.
- Shulgin, A. (1990), *Phikal. A Chemical Love Story*, Berkeley, Transform Press.
- Smith, Elvin (1988), "Evolving ethics in psychedelic drug taking", *The Journal of Drug Issues*, vol. 18 (2).
- Veatch, Robert (1977), "Value foundations for drug use", *Journal of Drug Issues*, 3.
- Velho, Gilberto (1998), *Nobres e Anjos. Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas.
- Watson, Lynne e Beck, Jerome (1991), "New age seekers. MDMA use as an adjunct to spiritual pursuit", *Journal of Psychoactive Drugs*, 23 (3).
- Willis, Paul (1988 [1976]), "The cultural meaning of drug use", em Stuart Hall e Tony Jefferson (orgs.), *Resistance Through Rituals. Youth Subcultures in Post War Britain*, Londres, Routledge.
- Wright, Mary Anna (1998), "The great British ecstasy revolution", em George McKay, (org.), *DIY Culture. Party & Protest in Nineties Britain*, Londres e Nova Iorque, Verso.
- Young, Jock (1971), *The Drugtakers. The Social Meaning of Drug Use*, Londres, Paladin.
- Zinberg, Norman (1974), *Drug, Set and Setting*, New Haven, Yale University Press.
- Zinberg, Norman (1980), "The social setting as a control mechanism in intoxicant use", em Dan Lettieri, Mollie Sayers e Helen Pearson (orgs.), *Theories on Drug Abuse. Selected Contemporary Perspectives*, Rockville, National Institute on Drug Abuse.

Parte III | COMENTÁRIOS FINAIS

Capítulo 16
CONTINUIDADE E INOVAÇÕES NA ANTROPOLOGIA
PORTUGUESA: CIDADE E DIVERSIDADE

Gilberto Velho

I

O seminário *Cidade e Diversidade, Etnografias Urbanas em Diálogo*, realizado em Lisboa em Setembro de 2001, coincidindo com os atentados em Nova Iorque e Washington, produziu um conjunto de trabalhos altamente expressivo e estimulante. Revelam algumas linhas básicas de pesquisa na antropologia portuguesa contemporânea valorizando um importante diálogo intergeracional.

O artigo “A cidade exposta”, de Joaquim Pais de Brito, reflete, a partir de experiências do autor de pesquisas com bairros e cultura popular urbana, suas preocupações de antropólogo e museólogo em *expor* a cidade. Preocupa-se em valorizar os espaços, os volumes, os movimentos, as sonoridades e olfatos, característicos da cidade. Comenta o dinamismo das relações sociais e os níveis de realidade, percorrendo gêneros artísticos e enfatizando a importância de locais e objetos. Basicamente, anuncia uma preocupação que vai percorrer, praticamente todos os textos do livro, que é a atenção para com as diversidades sociais e culturais.

O texto de Luís Fernandes “A imagem predatória da cidade”, lidando com material do Rio de Janeiro e do Porto, levanta hipóteses importantes sobre a problemática da violência e criminalidade no espaço urbano, discutindo os temas da exclusão e inclusão, da segurança e da desordem na cidade. Levanta hipóteses sobre a dimensão predatória desse fenômeno e das relações a ele associadas.

Rui Pena Pires, em “Processos de integração na imigração”, anuncia uma temática recorrente no seminário. Trata-se da questão dos imigrantes e sua interação com a sociedade abrangente. Discute o fenômeno da integração nos casos de assimilação e etnicização. Com isso contribui para a temática mais ampla sobre interação e construção de identidades. Enfatiza a noção de “múltiplas pertencas coletivas”, fundamental para a compreensão de

trajetórias e biografias individuais não só na cidade, mas na sociedade complexa moderno-contemporânea.

Susana Durão e Alexandra Leandro apresentam interessante trabalho sobre a participação das mulheres na polícia portuguesa. Contribuem, através de etnografia e informações preciosas, para a questão mais ampla das relações entre gêneros e entre Estado e sociedade civil.

Tiago Neves levanta a importante questão dos territórios psicotrópicos, lidando proveitosamente com a literatura sobre desvio. Valoriza, também, através da etnografia, as complexidades e ambigüidades da atuação da polícia diante do mundo das drogas. Apresenta uma visão dinâmica e não linear desse importante tema.

João Pedro Silva Nunes apresenta uma significativa contribuição para a problemática das *práticas de habitar*, seguindo a expressão de Michel de Certeau. Realiza isso investigando o interessante caso de habitações econômicas localizadas em Lisboa. Relaciona as *práticas de habitar* e os planos de urbanização com os valores e ação social da sociedade abrangente. São particularmente interessantes as observações sobre as cozinhas-sala e as varandas, como uma reinterpretação e reinvenção das propostas e projetos originais.

O texto de Fernando Luís Machado analisa a questão da “Etnicidade e sociabilidade dos guineenses em Portugal”. Analisa, com grande propriedade, a partir do estudo de redes de sociabilidade, o processo complexo, diferenciado e ambíguo da construção das identidades em contexto metropolitano. Certamente é mais uma importante contribuição para o estudo de imigrantes e seus processos de inserção na sociedade portuguesa contemporânea.

“O grupo ‘É minha alma’: amizade e pertença entre jovens” de Marina Antunes, é um estimulante artigo construído em torno de um grupo de jovens de ascendência cabo-verdiana, que se identificam como portugueses. Lida entre outros temas com a importância da família, da escola e do bairro para desenvolvimento de seus projetos e construção de identidades. Remete também à problemática, já apresentada no texto de Rui Pena Pires, sobre múltiplas pertenças.

Inês Pereira, a partir de uma pesquisa num centro da Juventude da Galícia, levanta preciosas questões sobre a construção identitária em rede, relativizando e flexibilizando os limites da etnicidade. Chama atenção para importância das identidades regionais e dos diferentes quadros de interação que possibilitam o desenvolvimento de diferentes projetos.

Maria Carmo Carvalho retoma com grande riqueza o tema das *drogas e culturas juvenis*. Lida com a problemática do desvio e dos estados alterados de consciência a partir de uma contextualização das diferentes culturas juvenis e estilos de vida, com suas relações com a cultura dominante. Mostra não só a adaptação às transformações como a capacidade de inovar deste segmento, ao criar novos valores.

Susana Henriques, por sua vez, também lida com o tema das drogas, através da noção de “risco cultivado”. Examina as *rave parties*, as discotecas, as *dj parties*, as *dance parties*, etc. Assim, investiga os consumidores, os contextos de consumo e as práticas associadas ao consumo. O complexo do ecstasy é um dos focos principais do seu trabalho. Explora também, aproximando-se do trabalho de Maria Carmo Carvalho, a inovação e a elaboração de novos símbolos e valores na juventude.

Finalmente, Miguel Chaves dá continuidade aos trabalhos sobre juventude com “Rave: imagens e éticas de uma festa contemporânea”. Lida com ecstasy, com ácido e anfetamina e sua problemática de consumo. Discute as noções de liberdade e hedonismo. Levanta de modo interessante a problemática das “éticas”, importante instrumento para investigação das sociedades complexas moderno-contemporâneas. Analisa de modo instigante a noção de empatia como experiência a categoria centrais para compreensão desse universo.

II

Todos os textos apresentados têm sua singularidade apresentando contribuições específicas e importantes, de acordo com maior ou menor grau de experiência e com os tipos de trajetória dos diferentes autores. Gostaria de chamar atenção que, de um modo geral, aparece como tendência uma análise e visão que privilegia a complexidade e heterogeneidade e o dinamismo da vida social. Não é à toa que um autor presente, de modo explícito ou implícito, é Georg Simmel. Como sabemos o pensador alemão foi um dos que melhor formulou questões e análises sobre a modernidade e a vida metropolitana há cerca de um século. Antecipava, em suas formulações, problemas e temas que tenderam a se tornar mais agudos e nítidos como a proliferação de diferentes tipos de individualismo, a descontinuidade entre “cultura subjetiva” e “cultura objetiva”, a participação e pertencimento individual a múltiplas redes e grupos e, em geral, sobre a temática e importância dos processos de interação na vida social. Além disso, percebe-se nos textos uma interessante dinâmica entre *localidades* e *redes sociais*. Dessa forma, retomam ou prosseguem toda uma importante linha de investigação da antropologia urbana em Portugal, expressa nos trabalhos, por exemplo, de Joaquim Pais de Brito (Brito, 1999), Graça Índias Cordeiro e António Firmino da Costa (Cordeiro, 1997; Cordeiro e Costa, 1999; e Costa, 1999).

Temos, portanto, no conjunto dos trabalhos, uma importante contribuição ao estudo das identidades, explorando a dimensão das ambigüidades, aparentes inconsistências e contradições. Sem dúvida, os artigos voltados para os temas da etnicidade e da juventude são muito valiosos para o amadurecimento dessas reflexões. Vale salientar também que, como bons

antropólogos estudando a cidade, estabelecem importante e profícuo diálogo interdisciplinar. A ampla temática *indivíduo e sociedade* associada, em muitos casos, à perspectiva interacionista constrói pontes com a área psi, particularmente com a psicologia social. Em maior ou menor grau, os temas analisados estabelecem aproximações com a história, a sociologia, a ciência política, o planejamento urbano e a literatura.

Creio ser importante salientar também que boa parte dos autores, contribui, através de suas reflexões, para uma visão da sociedade como um fenômeno permanentemente em construção, manifestando-se em diversos níveis de realidade e províncias de significado. A análise do trânsito de indivíduos e grupos entre esses níveis e províncias é um dos aspectos mais significativos dessa linha de trabalho. Com isso supera-se uma abordagem linear e mecânica da ação e processos sociais.

Pode-se dizer que esses textos constituem uma vertente da antropologia portuguesa que encontra-se antenada com as preocupações mais amplas da ciência social contemporânea em quebrar fronteiras disciplinares estanques e rígidas, em benefício da produção de conhecimento mais rica e pluralista. Fricse-se também, a retomada das melhores tradições da antropologia, com as atualizações de debates atuais, de lidar com os grupos estudados, privilegiando a etnografia cuidadosa e o diálogo com os universos investigados. Contribuem também para o enriquecimento da discussão sobre proximidade e familiaridade nos estudos antropológicos (ver Velho, 1981).

A leitura desse conjunto de textos e dos debates, produz uma avaliação e sentimento altamente positivos sobre o desenvolvimento da antropologia portuguesa contemporânea. Esses autores, de diferentes gerações, somam-se a outros, que de vários modos têm ampliado e aprofundado os horizontes da ciência social em Portugal.

Referências bibliográficas

- Brito, Joaquim Pais de (1999), "O fado: etnografia da cidade", em Gilberto Velho (org.), *Antropologia Urbana. Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Cordeiro, Graça Índias (1997), *Um Lugar na Cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Dom Quixote.
- Cordeiro, Graça Índias e António Firmino da Costa (1999), "Bairros. Contexto e intersecção", em Gilberto Velho (org.), *Antropologia Urbana. Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Velho, Gilberto (1981), "Observando o familiar", em *Individualismo e Cultura. Notas Para Uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Capítulo 17
**TERRITÓRIOS, REDES E FORMAS DE SOCIABILIDADE:
NOVOS HORIZONTES NOS ESTUDOS URBANOS
PORTUGUESES**

Joan J. Pujadas

Sinto-me muito contente por participar numa reunião em que um conjunto de colegas e amigos, que conheço há já muitos anos, fazem um balanço das linhas de investigação que, a partir da sociologia e da antropologia urbana, se estão a desenvolver em Portugal.¹ Agrada-me especialmente que nesta reunião participem novos investigadores que são os que garantem o futuro de tais investigações. Agradeço, pois, o amigável convite dos três organizadores, Graça Cordeiro, Luís Baptista e António Firmino da Costa.

Começarei os meus comentários a partir do trabalho apresentado por Inês Pereira sobre a *Xuventude de Galícia*. Por detrás deste trabalho há uma etnografia muito lúcida, que focou a sua atenção no aparente paradoxo de que a maioria dos jovens que representam a tradição cultural galega em Lisboa, através de bailes e canções, não são galegos, mas sim portugueses, na sua maior parte, espanhóis de procedência não galega, havendo até um belga! Como é possível que os galegos se sintam representados nas manifestações folclóricas e identitárias da sua associação por meio de jovens que não são galegos na sua maioria? Como é possível, por outro lado, que estes jovens não galegos se identifiquem tanto com uma cultura que lhes é, em princípio alheia, a ponto de serem os representantes públicos das suas manifestações culturais mais íntimas e emblemáticas?

O instrumento analítico eleito criteriosamente por Inês Pereira foi o de *construção identitária em rede*. Este conceito permite-lhe transitar de maneira constante entre dois âmbitos complementares de análise: a identidade individual e a de grupo. Ambas as identidades são vistas de forma processual e antiessencialista, como processos que se inserem numa dinâmica multivectorial. Os sujeitos analisados constroem o seu próprio *self* a partir do conjunto de influências, que se caracterizam como eixos de relações em rede. Mas a

1 Tradução do castelhano de Graça Cordeiro e Luís Baptista.

presença dos sujeitos nos nós da rede, um dos quais é a própria associação galega, não os deixa inalterados. Torna-se evidente que a forma como os galegos lisboetas reproduzem a sua própria identidade, apesar desta ter como referente as suas referências territoriais, é pragmática e mestiça. Se os jovens lisboetas descendentes de galegos genuínos se afastam da sua associação e das suas raízes identitárias, são bem-vindos aqueles portugueses e outros europeus que, atraídos, por essa espécie de identidade pan-europeia que gira em torno das músicas tradicionais (neste caso, a música celta), estão dispostos a enquadrar-se como “militantes” ou “aliados” da *galeguidade*.

Tal linha de reflexão parece-me altamente relevante e inscreve-se numa actividade de investigação destinada a documentar a riqueza dos processos de mestiçagem cultural que se produzem nas cidades. Mas não apenas isto, creio que exemplos como o do Centro Galego de Lisboa nos induzem a pensar que existem numerosos âmbitos e agentes sociais nas nossas cidades que estão plenamente imersos na construção prática de uma cultura europeia, que dista muito das abstracções e do economicismo que emerge das instituições europeias. O que o trabalho mostra, em meu entender, é um processo de diálogo intercultural, em que sujeitos urbanos heterogéneos se reconhecem identitariamente, não apenas nos acervos culturais herdados, como também nos novos espaços de sociabilidade que constróem através da acumulação de um repertório variado de novas identidades adscritas. Julgo que, como cientistas sociais, o nosso trabalho tem de ser pedagógico e cívico mostrando que existem vias para a superação dos conflitos sociais, neste caso de matriz cultural, pela via do reconhecimento e do diálogo intercultural.

Como etnógrafo, mas sobretudo como catalão, posso compreender (e sentir) perfeitamente essa osmose identitária entre galegos e portugueses. A minha própria experiência pessoal, desde que comecei a frequentar Portugal é a de um reconhecimento e de uma cumplicidade luso-catalã que emana dos paralelismos culturais que nos unem, apesar de uma meseta que nos separa. No fundo, galegos, portugueses e catalães podemos facilmente identificar-nos no contraste e perante Espanha-Castela, entendida como fonte de opressão e incompreensão. Mas é óbvio que, no processo de construção europeia, tanto o que nos une, como o que nos separa, é uma fonte geradora de cumplicidade, por proximidade e por mútuo conhecimento no que respeita as realidades muito mais distantes, exóticas e opressivas do novo contexto continental. Oxalá haja muitos mais ensaios como este de Inês Pereira para mostrar a existência deste diálogo intercultural.

Como contraponto, quero comentar agora o sugestivo ensaio apresentado por Luís Fernandes. Trata-se de um sedutor artigo cujo tema central consiste em mostrar precisamente a sedução e o fascínio que entre os cientistas sociais produzem as imagens e metáforas que sustentam os imaginários da cidade, mais como construção do que como representação da mesma. Desde as representações mais simplificadoras baseadas em dicotomias, tão próprias

do século XIX, até aos mais complexos modelos, gerados pelo interaccionismo simbólico e o constructivismo, a urbanologia tem-se nutrido de abstrações que, como nos adverte Fernandes, podem alienar-nos da realidade.

A dialéctica deste texto consiste, precisamente, no jogo especular, forjado de imagens e contra imagens, que parecem aproximar perigosamente o autor das *zonas objectivas impuras* bachelardianas. No entanto, a mestria do trabalho permite a Fernandes, qual Ulisses enfrentando as sereias, sair incólume da reificação e niilismo que levam a substituir as induções pelas seduções. A perturbadora imagem selvática da cidade, onde espreitam os grandes e os pequenos felinos, dispostos a nos destruir, para sobreviver, não constitui uma metáfora apenas para representar a violência e o desassossego dos urbanitas, mas sim uma subtil hipótese para explorar as experiências e representações sociais sobre a insegurança e o medo perante o imprevisível, o estranho. Medos próprios do indivíduo *blasé* simmeliano.

Na sua sequência apresentam-se quatro trabalhos concentrados na análise de diferentes práticas, trajectórias e atitudes relacionadas com a droga e/ou com os ambientes de sociabilidade juvenil. Enquanto Tiago Neves, seguindo um enfoque próximo do interaccionismo simbólico, se concentra na análise das relações entre polícias e traficantes no quadro de áreas da cidade caracterizáveis como *territórios psicotrópicos*, os outros três autores (Carvalho, Chaves e Henriques), chegam ao âmbito do consumo de droga através da análise de determinados ambientes juvenis nos quais o consumo de drogas sintéticas, especialmente *ecstasy*, constitui um indicador e, ao mesmo tempo, um elemento consubstancial de certas formas de sociabilidade desinibida.

Na linha analítica marcada pelos trabalhos prévios de Luís Fernandes, Neves interpreta através de uma densa etnografia as interações que no âmbito de um bairro da cidade do Porto se produzem entre os diferentes agentes da ordem (devidamente classificados em função de diferentes variáveis) e os consumidores e traficantes, pela mão do alter ego dialógico, J., que é o informante privilegiado de Neves, seu guia dentro da selva simbólica dos espaços de encontro e de vigilância da rua. Se os territórios psicotrópicos supõem o estabelecimento de uma ordem alternativa, relativamente pautada, de comportamentos instrumentais associados a certos estilos de vida marcados pelo consumo de droga, J. e N. (re)constróem a tipologia policial em função de certos comportamentos previsíveis, que se organizam em redor do dilema entre manter a ordem e fazer cumprir a lei. Existe nesta relação complexa e plena de contradições a busca de um equilíbrio, como forma de convivência, num quadro de hostilidade e confrontação. Mais que pretender acabar com as práticas do consumo e tráfico de drogas, o objectivo da polícia é “ir gerindo a situação”.

O trabalho de Miguel Chaves que nos transporta ao universo das práticas e atitudes juvenis, trata concretamente de estilos de vida marcados pelos factores definidores das *rave parties*: a música, as cenografias e o uso de

substâncias psicotrópicas — *cannabis*, cocaína, “pastilhas” e ácidos. A filosofia de vida (ou ética, como prefere o autor) que se depreende deste conjunto de práticas festivo-hedonistas de fins de semana traduz-se para o autor em três objectivos: (1) a busca da informalidade e do *descomprometimento*, isto é, a exaltação do hedonismo, a busca de se sentir bem, através do relaxamento e da desconexão da realidade, que conduz por vezes a uma submersão na virtualidade e, até, no mundo ficcional, (2) a busca de empatia relativamente aos companheiros das *rave parties*, uma espécie de lógica ecuménica, que pretende enterrar as fracturas diferenciadoras que a vida diurna e quotidiana produz — obtendo-se a comunicação interindividual através da acentuação da sensibilidade multisensorial mais do que através da verbalidade, e (3) no desenvolvimento de uma atitude militante que defende os princípios da fraternidade e do comunitarismo e que se expressa na atitude de partilhar, entre outras coisas, as próprias substâncias psicotrópicas.

Na mesma linha do trabalho anterior, Susana Henriques centra-se na caracterização das práticas associadas às *rave parties* a partir de uma atitude de *risco cultivado*. Por detrás desta atitude, a autora salienta a combinação da curiosidade como motivo com a consciência e a expectativa do perigo como desafio. O impacto do consumo de drogas, que forma parte constitutiva dos ambientes de sociabilidade estudados, situa os sujeitos perante a alternativa da ruptura ou a tentativa de acomodação relativamente às relações sociais preexistentes. Carmo Carvalho, por sua parte, adopta uma visão mais macro. A partir das teses do grupo de Birmingham, a autora questiona essencialmente o que há de autenticidade e de construção mediática na suposta resistência das culturas juvenis. Se os rituais, como as festas anteriormente descritas, focalizadas no consumo de droga, constituem o indício máximo e, ao mesmo tempo, a razão de ser de essa cultura de resistência, até que ponto o ritual é mais do que uma invenção em determinados meios, dando continuidade às lógicas dominantes na nossa sociedade de consumo? Nesta óptica, tal tipo de práticas juvenis constituiriam um comportamento não somente integrado no sistema, como também fomentado por esse mesmo sistema, no processo de generalização e diversificação dos consumos de música e de droga.

Julgo que, avaliando estes trabalhos em curso, eles podem avançar muito se conseguirem integrar uma dupla visão — interpretativa e descritiva, micro e macro —, levando em conta como modelo heurístico a hipótese de Luís Fernandes sobre a cidade como espaço predatório ou a de Oriol Romaní sobre as trajectórias pessoais típicas na relação sociabilidade-consumo de drogas. Creio, por outro lado, que se deve avançar no plano da localização de todo este universo das *rave*, *dance* e *dj parties* num contexto mais amplo, problematizando as alternativas existentes para a juventude urbana contemporânea, em termos da confrontação / evasão da realidade e da redefinição da categoria de jovem, trabalho a desenvolver através de certos domínios de referência como são a inserção nos mercados de trabalho, as formas de acesso à vida

adulta e a assunção de papéis, ou a dinâmica e os conflitos intergeracionais. Por outro lado, seguindo o esboço de projecto de Carmo Carvalho, penso que é determinante para a análise das modas na música, no vestuário, nos rituais festivos e no uso de drogas, adoptar uma dupla perspectiva analítica que aprofunde o papel dos media e a perspectiva dos hábitos de consumo, integrando mais plenamente estes meios no quadro analítico dos valiosos trabalhos etnográficos aqui apresentados.

Outro foco de interesse neste encontro foi a análise dos processos migratórios, como era previsível, já que constituem um dos maiores desafios analíticos para as ciências sociais. O trabalho de Fernando Luís Machado, dentro deste conjunto, destaca-se pela sua finura analítica e por conseguir proporcionar-nos um verdadeiro modelo interpretativo dos processos de inserção dos colectivos imigrados, sem renunciar em nenhum momento ao confronto com a complexidade e a descontinuidade que alguns grupos, como os guineenses, nos oferecem. Para além da solidez teórica, evidente apesar de apenas ser esboçada, há que destacar a mestria com que consegue integrar a aproximação macro (estatística) e micro (etnográfica). Considero muito acertada a aproximação às redes (diferenciadas) de sociabilidade, estabelecidas a partir de laços institucionalizados (família e colegas de trabalho), territoriais (vizinhança) e informais (amizade), já que nos permitem uma aproximação compreensiva dos processos de inserção. Um traço característico de tais redes, é que a manutenção dos laços intraétnicos não constitui, no caso dos guineenses de Lisboa, um obstáculo sério para a sua progressiva inserção em relação aos representantes da sociedade receptora. Esta constatação tende a contradizer boa parte das conclusões que encontramos na literatura socioantropológica sobre o tema. Eu próprio, no meu actual trabalho sobre a imigração latino americana na Catalunha, estou a chegar a conclusões similares às de Fernando Luís Machado, analisando os processos de inserção dos equatorianos na cidade de Barcelona. Seria de um interesse extraordinário iniciar um trabalho comparativo mais sistemático, a partir dos nossos respectivos “terrenos”, para avançar neste ponto.

Por outro lado, parece-me de uma absoluta pertinência a segunda parte do trabalho de Machado, em que submete a sua análise de redes a uma *clivagem*, a partir de critérios como classe social, estatuto sociojurídico, género e etnia. Pela minha parte, estou convencido de que variáveis como classe social, estatuto de cidadania ou tempo de residência constituem, entre outras, eixos centrais que complexificam e põem à prova as hipóteses interpretativas sobre os ritmos e as dificuldades de inserção que experimentam os imigrantes.

O trabalho de Rui Pena Pires parte da distinção entre integração social e integração sistémica. Esta dupla perspectiva remete-nos para alguns dos debates e contribuições mais relevantes sobre o impacte das migrações no seio dos próprios colectivos imigrantes e no seio das sociedades receptoras, como pode ser o trabalho de Kymlicka ou Lockwood. Poderia acrescentar que

existe, no entanto, uma terceira perspectiva analítica e problematizadora que poderia ter-se em conta que é a do impacte sistémico que as migrações têm nos países de procedência dos imigrantes: um negativo, a perda de uma parte da população mais capaz e com mais iniciativa, outro, positivo, que são as remessas de dinheiro que os imigrantes enviam aos seus parentes nos países de origem. Em qualquer caso, a proposta de Rui P. Pires resulta coerente com este ênfase nos estudos socioantropológicos, por analisar os processos migratórios no âmbito das nossas sociedades receptoras, já que tal trabalho constitui, não apenas uma contribuição científica genérica, como também se enquadra no papel que o conhecimento científico deve ter na resolução de conflitos e problemas sociais. Esse duplo olhar sobre os imigrados e sobre a sociedade receptora constituem, em qualquer caso, a premissa para uma boa análise do facto migratório.

O trabalho de Marina Antunes sobre os jovens do grupo “Estrelas cabo-verdianas” no bairro Estrela d’África, na Amadora, que conheço há algum tempo, constitui um bom exemplo de excelente etnografia. Há anos que autora convive, participa e, claro, observa as trajectórias individuais e colectivas destes jovens. Há poucos aspectos do seu quotidiano, da sua forma de pensar e de actuar que lhe escapem, como etnógrafa e como pessoa implicada nas suas vidas. Conheço poucos etnógrafos portugueses, trabalhando sobre imigração que se tenham dedicado tanto a um trabalho de campo de tão dilatada duração. A sua etnografia ilustra de maneira profunda o conjunto de práticas e de estratégias com as que tais jovens pretendem inserir-se na sociedade local, perante os seus pais e respectivo *background* africano. Neste caso, a ruptura geracional decorre, não tanto na expressão de uma ruptura com a tradição cultural cabo-verdiana, mas sim como a afirmação de uma cultura mestiça que eles cultivam criativamente de uma forma extremamente activa. O trabalho de Marina Antunes, na sua segunda parte, proporciona-nos dados valiosos sobre o modo como o grupo se estrutura, o seu sistema de liderança e de sociabilidade, as suas actividades e ritualizações e, finalmente, como se articulam dentro do bairro e na relação com o “mundo exterior”.

Em geral, estes três últimos trabalhos pressupõem um excelente cruzamento de olhares, de intencionalidades analíticas e revelação metodológica, que aponta para o interesse e relevância dos estudos sobre processos migratórios no âmbito das ciências sociais portuguesas. Constitui, também, como já referi, um campo privilegiado para a confrontação e a comparação de investigações empíricas, especialmente entre os países europeus do mediterrâneo que tantos paralelismos possuem no que se refere às dinâmicas, tempos e periodização do fenómeno migratório. Faço votos para uma rápida integração dos diferentes grupos de trabalho, pelo menos na área ibérica, em projectos de investigação partilhados.

O trabalho de Susana Durão e Alexandra Leandro constitui uma contribuição muito interessante, tanto pela novidade do campo de análise — a

profissão de polícia — como pelo enfoque e tematização que se constrói do mesmo: o aparecimento da mulher polícia. Longe de enquadrar a investigação apenas num nível micro, o que já seria interessante, o enfoque destas autoras tenta conjugar o pormenor etnográfico com uma grelha interpretativa sobre a evolução das relações de género e sobre as transformações modernizadoras que Portugal tem vivido desde o fim da ditadura salazarista. O trabalho, que é um avanço na investigação em curso, deixa-nos expectantes, aguardando o momento em que a análise se alimente da análise das trajectórias profissionais e da etnografia densa.

João Pedro Silva Nunes traz-nos o tema da habitação, através do estudo de caso das habitações económicas do bairro dos Olivais Sul. Numa linha analítica que é devedora das investigações sobre o tema realizadas por Luís Baptista, concentra-se numa análise pormenorizada sobre os imaginários e os usos dos espaços domésticos, concebidos não como realidades estabelecidas e imutáveis, mas sim como realidades processuais e objecto de confrontação. João Pedro Nunes traça a história urbana e urbanística do lugar, proporcionando uma contextualização relativamente aos valores e ideias de ordem dominantes na época final do salazarismo. O bairro analisado, juntamente com Chelas e Olivais Norte, é caracterizado como um laboratório urbanístico para a construção de habitação social. Aí se ensaia uma tipologia nova de urbanismo suburbano e, ao mesmo tempo, são definidos critérios de desenho habitacional que não respondem às expectativas dos primeiros habitantes que começaram a habitar o bairro no início dos anos 60. Um dos exemplos de *casus belli* do desenho interior das casas foi a construção de espaços conectados entre a cozinha e as salas de jantar, que não correspondiam aos gostos e práticas funcionais dos inquilinos. Os habitantes tenderam a individualizar as cozinhas e a aumentar as salas de jantar, fechando as varandas, desenhadas espacosamente de acordo com o *standard* médio de superfície das casas.

Este tipo de análise, extremamente relevante para os estudos de urbanismo, mostram-nos vários aspectos interessantes sobre práticas e valores culturais. Por um lado, como destacou Luís Baptista no âmbito dos debates desenvolvidos nesta reunião, o urbanismo pode ser objecto de leituras, não apenas técnicas, como também ideológicas. Olivais Sul seria a expressão de uma visão desenvolvimentista — modernidade própria de uma salazarismo tardio. O que não contradiz o facto de a habitação urbana em Portugal estar então dependente do modelo “rural” e arcaizante que o salazarismo tinha da casa e da família. Em suma, as ordens arquitectónica e urbanística não estão separadas de um conjunto de ideias de ordem social que técnicos e políticos possuem em geral.

Last but not least, o breve texto de Joaquim Pais de Brito, cheio de sugestões e de pistas relativamente a outros trabalhos seus sobre as expressões populares da cidade, realizados em texto ou em exposição. A óptica da cidade para J. Pais de Brito enfatiza sempre a diversidade, a heterogeneidade, a

riqueza de expressões microcómicas, autocontidas, a sobreposição de universos simbólicos, tangíveis e, mais que sensíveis, sensuais. A cidade para ele é mais a cidade vivida, experimentada, do que a cidade observada a partir da distância asséptica e analítica. Constitui uma visão funambulesca, quase poderíamos dizer, artística, poética. Para mim, como leitor e como visitante da obra de J. Pais de Brito, a cidade é Lisboa e Lisboa é o fado, através dos seus textos e da sua exposição de 1994. Mas Lisboa é também o conjunto de pequenos lugares, espaços emblemáticos por imaginários sociais que nos remetem para um olhar etnográfico e histórico, que procura o reconhecimento dos espaços e ambientes como lugares no sentido que Marc Augé dá ao termo: a Feira da Ladra, os alfarrabistas do bairro da Graça, os pequenos cafés dispersos por mil recantos incríveis da cidade ou as antigas casas de fado que sobrevivem à pós-modernidade. Para J. Pais de Brito a cidade é uma cidade vivida, experimentada, da qual se pode falar e escrever com entusiasmo, mas que requer, sobretudo, uma apresentação sensorial, multimedia. Essa cidade é, finalmente, a cidade exposta, demiurgicamente convertida em poesia.

Mesmo que o leitor não acredite, tudo o que acabo de comentar foi apresentado e debatido ao longo de um dia e meio, apenas, exactamente nos dias 11 e 12 de Setembro de 2001, dias muito marcados na nossa memória pelo fogo e pela violência. Seria impossível maior densidade, maior riqueza, maiores e melhores augúrios para este grupo de jovens e não tão jovens urbanólogos, convidados por três extraordinários anfitriões: Graça Cordeiro, Luís Baptista e António F. da Costa. Estou convencido que num próximo e desejado encontro, os assistentes serão muitos mais. A saúde e a projecção dos estudos urbanos das áreas da sociologia e antropologia do ISCTE e da Universidade Nova de Lisboa são evidentes. Aos três anfitriões agradeço o privilégio de ter podido assistir ao encontro e aos restantes participantes felicito-os pela qualidade dos seus trabalhos.